

# VIDA POLICIAL

TIAGO WEIZENMANN

***CORTANDO AS ASAS DO NAZISMO***  
**Representações e imaginário sobre o nazismo  
na revista Vida Policial (1942 – 1944)**

UNISINOS  
2008

TIAGO WEIZENMANN

***CORTANDO AS ASAS DO NAZISMO***  
**Representações e imaginário sobre o nazismo na  
revista Vida Policial (1942 – 1944)**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade do Vale do  
Rio dos Sinos, para obtenção de  
título de Mestre em História.  
Orientação Prof. Dr. Martin Norberto  
Dreher.

São Leopoldo  
2008

W436c Weizenmann, Tiago

Cortando as asas do nazismo: representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944) / Tiago Weizenmann. - 2008.

298 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

Orientação: Prof. Martin Norberto Dreher

1. Discurso policial 2. Estado Novo 3. Nazismo 4. Representações sociais 5. Imaginário 6. Revista Vida Policial  
I.Título.

CDU: 323.14

TIAGO WEIZENMANN

***CORTANDO AS ASAS DO NAZISMO***  
**Representações e imaginário sobre o nazismo na  
revista Vida Policial (1942 – 1944)**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade do Vale do  
Rio dos Sinos, para obtenção de  
título de Mestre em História.  
Orientação Prof. Dr. Martin Norberto  
Dreher.

Aprovado em 24 de março de 2008.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliane Cristina Deckmann Fleck – Universidade do Vale do Rio dos Sinos -  
UNISINOS

Prof. Dr. Martin Norberto Dreher – Universidade do Vale do Rio dos Sinos -  
UNISINOS

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – Pontifícia Universidade Católica - PUC-RS

**A minha companheira e  
ao meu grande amor Jamile,  
aos meus pais, Vera e Nélio,  
aos irmãos Marina e André.**

## Agradecimentos

Diferentes caminhos me fizeram chegar à concretização desse trabalho. O percurso não foi simples, mas complexo e enriquecedor. Um constante processo de instigação pela descoberta de indícios, comprovação de hipóteses e construção de análises interpretativas fez despertar o meu interesse por um tipo de construção histórica. O resultado de pesquisas, leituras, interpretações, análises e diálogos apresenta-se, enfim, nas páginas seguintes.

Várias pessoas participaram de alguma forma na construção dessa dissertação. Neste sentido, cito-as brevemente como forma de agradecimento por terem acompanhado o caminho pelo qual venho andando ao longo dos dois últimos anos.

Aos meus mestres, professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, um agradecimento pelo crescimento intelectual que me proporcionaram ao longo destes anos. Em especial, ao professor Dr. Martin Norberto Dreher, excelente orientador, que soube conduzir de maneira singular e inteligente as discussões para a construção de análises interpretativas, dispondo a mim um vasto material bibliográfico para consulta, transmitindo segurança e incentivo durante a leitura e releitura dos textos, desejando sempre o melhor para a dissertação de mestrado. Igualmente, à professora Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck, pela atenção, pelo auxílio e pelo incentivo dispensados desde a graduação em História.

Aos colegas, Eduardo, Milton, Fabiana e Alexandre pela troca de idéias, de sugestões e de incentivo.

Agradeço também aos arquivos históricos e bibliotecas, onde pude encontrar a matéria-prima para a realização do trabalho. À Biblioteca Delegado Plínio Brasil Milano, da Academia de Polícia Civil do Rio Grande do Sul, em especial a bibliotecária responsável, Bernandete, que indicou e dispôs para pesquisa o acervo completo da revista *Vida Policial*.

Aos meus amigos, aos meus colegas de trabalho e às Escolas onde atuo como professor de história, um carinhoso agradecimento, por acompanharem de perto esta conquista.

Às pessoas da minha família: pais e irmãos, muito obrigado pelo incentivo.

Finalmente, à pessoa que mais amo neste mundo e que acompanhou toda a minha trajetória, desde os momentos de enlouquecimento intelectual ao término da redação da dissertação. A minha querida esposa Jamile, todo o meu amor como forma de agradecimento.

***O controle do imaginário social,  
da sua reprodução, difusão e manejo,  
assegura em graus variáveis uma  
real influência sobre os comportamentos e  
as atividades individuais e coletivas,  
permitindo obter os resultados  
práticos desejados, canalizar as energias  
e orientar as esperanças.***

***Bronislaw Baczko***

## Resumo

Como meio de comunicação de massa, a revista *Vida Policial* constituiu um importante instrumento da Repartição Central de Polícia para a consolidação ideológica e autoritária do Estado Novo no Rio Grande do Sul, determinando, entre outros desígnios, ações de indivíduos sociais contra supostos inimigos que representavam ameaças plausíveis aos olhos das autoridades. Neste sentido, o seguinte trabalho tem como objetivo analisar os elementos aplicados à construção de formas simbólicas, de representações sociais e políticas presentes no imaginário social estadonovista, construídas a partir da retórica policial, entre os anos de 1942 e 1944, período no qual foram editadas as séries *Cortando as asas do nazismo* e *Os Astros da Quinta-Coluna*. A análise dos diferentes textos do mensário policial, entre eles artigos, séries policiais e também imagens, pretende compreender a dinâmica das representações e do imaginário sobre o nazismo, construído especialmente pela revista *Vida Policial*, na tentativa de controlar as consciências coletivas e difundir a essência ideológica do Estado autoritário no sul do Brasil.

**Palavras-chave:** revista *Vida Policial*, discurso policial, Estado Novo, nazismo, representações sociais, imaginário.

## Abstract

As a mass communication, the magazine "*Vida Policial*" (*police life*) constituted an important instrument of the *Central Police Department* for the ideological and authoritarian consolidation of the Estado Novo (New State) in Rio Grande do Sul, determining, among other objectives, the social individuals' actions against supposed enemies that represented plausible threats to authorities' eyes. The aim of this work is to analyze the applied elements to the construction of symbolic ways in social and political representations present in the social imaginary of the Estado Novo, built from the police's rhetoric, between the years of 1942 and 1944, period when the series *Cortando as asas do nazismo* (Cutting the Nazism's wings) and *Os Astros da Quinta-Coluna* (The Fifth-column's Stars) were edited. The analysis of different texts in the police magazine, as articles, police's series, clusters and images, intends to understand the dynamics of the representations and the imaginary about the Nazism, especially built by the magazine *Vida Policial*, in the attempt to control the collective consciences and to diffuse the ideological essence of the authoritarian State in the south of Brazil.

**Keywords:** magazine *Vida Policial*, police's speech, New State, Nazism, social representations, imaginary.



## Zusammenfassung

Als Massenmedium war die Zeitschrift *Vida Policial* ein wichtiges Instrument der Repartição Central de Polícia (Polizei Zentralabteilung) zur ideologischen und autoritären Festigung des Estado Novo (Neuen Staates) in Rio Grande do Sul. Sie bestimmte, unter anderem, die Handlungen von Individuen gegen vermeintliche Feinde, die in den Augen der Behörden plausible Gefahr darstellten. In diesem Sinne hat vorliegende Untersuchung die Absicht, die zur Konstruktion symbolischer Formen und zur sozialen und politischen Repräsentation angewandten Elemente, welche in der gesellschaftlichen Vorstellungswelt des Estado Novo vorhanden und auf Grund der Polizeirhetorik, zwischen 1942 und 1944 konstruiert, zu untersuchen. In dieser Zeit wurden auch die Serien *Cortando as asas do nazismo* (Die Abschlagung der Flügel des Nazismus) und *Os Astros da Quinta-Coluna* (Die Stars der fünften Kolonne) veröffentlicht. Die Analyse verschiedener Texte der polizeilichen Monatsschrift (Artikel, Polizeiserien, aber auch Bilder) versucht die Dynamik der Repräsentationen und der Vorstellungen über den Nazismus, besonders der Zeitschrift *Vida Policial*, zu verstehen. Sie hatten die Absicht, das kollektive Bewusstsein zu kontrollieren und die ideologische Essenz des autoritären Staates im Süden Brasiliens zu verbreiten.

**Stichwörter:** Zeitschrift *Vida Policial*, Polizeirhetorik, Estado Novo, Nazismus, Gesellschaftliche Repräsentationen, Vorstellungswelt.

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b> .....	08
<b>Introdução</b> .....	11
<b>1. O “sopro renovador”: as faces de uma ditadura</b> .....	22
1.1 Estado Novo: Ideologia e Poder.....	23
1.1.1 Repercussões do Estado autoritário no Rio Grande do Sul .....	33
1.2 A mão de ferro: atuação policial no contexto do Estado Novo.....	40
<b>2. O Nazismo no Brasil</b> .....	59
2.1 Auslandsorganisation: políticas internacionais para alemães no estrangeiro .....	60
2.2 A suástica brasileira: O nazismo no Brasil e no Rio Grande do Sul .....	71
2.3 “Perfídia, traição e desrespeito”: repressão e censura policial ao nazismo no Brasil .....	94
<b>3. A imprensa Policial no Rio Grande do Sul: a revista Vida Policial</b> .....	111
3.1 “Um verdadeiro imperativo”: origens da revista Vida Policial .....	112
3.2 A revista Vida Policial e a temática do nazismo .....	126
<b>4. “Cortando as asas do nazismo”: o discurso policial e a construção do     “inimigo alemão”</b> .....	137
4.1 O discurso e a intenção: a representação do inimigo alemão através das páginas da revista Vida Policial .....	138
4.2 A série “Cortando as asas do nazismo”.....	156
4.3 “Os astros da Quinta Coluna” .....	204
4.4 Iconografia: o discurso da imagem .....	226
4.4.1 “Nossa Capa” .....	226
4.4.2 Charges: a dimensão implícita e explícita.....	240
4.4.3 Fotografias e documentos: a prova do crime .....	255
<b>Considerações Finais</b> .....	277
<b>Referência Bibliográfica</b> .....	284
<b>Fontes e Arquivos</b> .....	292
<b>Índice Remissivo</b> .....	295

## INTRODUÇÃO

---

---

As sociedades modernas presenciaram, especialmente a partir do século XIX com a circulação em massa de jornais e o século XX com a difusão por ondas, a socialização de informações de diferentes naturezas, as quais passaram a transcender contextos restritos, antes delimitados por fatores espaciais e temporais. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a produção e a transmissão de formas simbólicas passaram a circular em escalas de maior amplitude, compartilhadas por milhares de pessoas, tornando-se, inclusive, instrumentos importantes para a transmissão de diferentes ideologias. Como destaca John B. Tompson<sup>1</sup>, somente através do desenvolvimento da comunicação de massa é que os fenômenos ideológicos puderam tornar-se, também, fenômenos de massa.

Televisão, rádio, jornais e revistas tornaram-se os principais expoentes de produções em larga escala e da difusão generalizada de bens simbólicos. Pelo seu caráter dinâmico, os meios de comunicação de massa desempenharam funções primordiais a serviço do poder. Promovendo parâmetros para a operação de ideologias em diferentes contextos sociais, a utilização de instrumentos de comunicação de massa por governos e autoridades tidas como democráticas, ditatoriais, autoritárias ou totalitárias objetivou a mediação de mensagens específicas entre a esfera do poder e a população, estabelecendo e sustentando formas de dominação.

---

<sup>1</sup> THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 31.

Assim, por exemplo, grandes máquinas institucionais foram construídas nos governos de Benito Mussolini, na Itália, e de Adolf Hitler, na Alemanha, no intuito de organizar uma eficiente propaganda política, capaz de convencer e mobilizar grande parte da massa. Por meio de uma estrutura de comunicação, baseada particularmente em estações de rádios e de jornais, estes regimes italiano e alemão procuraram arregimentar suas populações, alargando o alcance de suas propostas ideológicas.

Joseph Goebbels, ministro da Propaganda do Terceiro Reich Alemão, buscou incorporar novas mídias ao campo de divulgação dos ideais nacional-socialistas, especialmente através do rádio. As estratégias, neste sentido, basearam-se na centralização das estações de rádio, vinculadas a uma organização única – *Reichsrundfunk-Gesellschaft* (Sociedade de Radiodifusão do Reino) e pela facilitação da compra dos aparelhos rádio-transmissores. Assim, a difusão da ideologia nazista chegava às casas de grande número de alemães, inclusive a fábricas e a escritórios estabelecidos em todas as partes da Alemanha<sup>2</sup>. Estas medidas criaram impactos e experiências que se manifestaram no cotidiano de muitas pessoas, instituindo condutas e valores sociais aceitáveis para o regime totalitário, configurando uma espécie de modelo a ser seguido em outras partes do mundo.

Tais princípios de propaganda e de utilização de meios de comunicação de massa fizeram-se sentir igualmente no Brasil. As mudanças produzidas no país pelo advento do Estado Novo, em 1937, manifestaram-se em diferentes âmbitos e esferas. A organização política, a administração executiva, o controle cultural e a repressão sistemática constituíram alguns dos pontos de intervenção do governo autoritário de Getúlio Vargas, o que, de fato, requereu o auxílio de políticas de propaganda, inspiradas em modelos estrangeiros. Através da intervenção nos campos da cultura e da ideologia, o governo estadonovista instituiu seu organismo especializado para este fim, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939. Segundo Silvana Goulart, o DIP organizou seu modelo de divulgação e propaganda em níveis diferentes, atuando “*no sentido de popularizar o regime para amplas camadas da população, veiculando as propostas e realizações do governo, os atos do chefe de Estado e dos demais componentes da*

---

<sup>2</sup> HUGHES, Matthew, Chris Mann. *Hitlers Deutschland. Das Leben unter der NS-Diktatur*. Klagenfurt: Kaiser, 2003, p. 92 – 93.

*hierarquia estatal*<sup>3</sup>. Em outro nível, o DIP dirigia as suas ações para a sistematização do pensamento filosófico e político do Estado Novo, pautando e difundindo as idéias que legitimavam seu projeto político ideológico<sup>4</sup>.

Ao exercer o monopólio sobre os veículos de informação, o DIP procurou uniformizar as mensagens direcionadas ao público brasileiro. Neste contexto, jornais, revistas e estações de rádio<sup>5</sup> desenvolviam as suas atividades no sentido de corroborar a ordem autoritária, vigente naquele momento, procurando construir um sistema de valores a serem assimilados pela sociedade e incutidos na consciência popular<sup>6</sup>. Neste padrão, para revistas e jornais brasileiros criava-se um sistema de controle, submetendo a produção jornalística e cultural aos interesses do governo. Já o rádio era um veículo de informação de massa de suma importância, pois mediava, de maneira eficiente, as mensagens projetadas pelo Estado Novo à população brasileira, popularizando o regime também nas zonas rurais. Antes mesmo de instaurar o regime autoritário, o presidente Vargas já assinalava a necessidade de aumentar o número de estações radiofônicas, além de anunciar o propósito de instalar, no interior do país, receptores providos de alto-falantes em praças, logradouros públicos e vias de movimento<sup>7</sup>. O rádio passava a ser o meio pelo qual as mensagens do Estado Novo podiam ser compartilhadas por um grande número de brasileiros, formado por pessoas letradas e analfabetas<sup>8</sup>.

Por outro lado, a proposta de ampliar a atuação dos meios de comunicação de massa no Brasil era marcada pela censura aplicada a toda forma de comunicação que veiculasse posições contrárias ao regime. A liberdade de expressão passava a ser condicionada à política de atuação do DIP, impondo orientações sobre o conteúdo das mensagens transmitidas ao público dos meios de comunicação de massa. O controle e a homogeneização atingiam também veículos de informação de propriedade do Estado, como os jornais *A Manhã*, do Rio de Janeiro, *A Noite*, de São Paulo e a *Rádio Nacional*.

---

<sup>3</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 19.

<sup>4</sup> Idem, p. 20.

<sup>5</sup> O varguismo, assim como o fascismo italiano, reservou mais interesses em relação ao controle da imprensa que do rádio. CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda Política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Duke. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, 1999, p. 176.

<sup>6</sup> GOULART, op. cit., p. 20.

<sup>7</sup> Idem, p. 19.

<sup>8</sup> Segundo Silvana Goulart, em 1940, o percentual de analfabetos, de idade superior a dezoito anos, era de 56,4%. Cf. GOULART, op. cit., p. 28.

O DIP tornou-se, assim, um dos principais órgãos de animação nacionalista. A proposta modernizadora e nacionalista para o país era exaltada de forma intensa e contínua pelos meios de comunicação, motivados pela intenção de promover um espírito de unidade nacional. De uma maneira ou outra, essa era uma condição para garantir a existência de qualquer veículo de informação, instituindo condutas políticas, exaltando a ordem, o projeto e o Estado autoritários.

Certamente, as produções dos meios de comunicação de massa regionais atenderam e cumpriram as especificidades do discurso estadonovista. Estações de rádio, jornais e revistas souberam reproduzir, em cada estado, as tendências de um projeto nacionalista, centralizado na figura do ditador e em seus esforços para tornar o Brasil uma grandiosa nação. A formação de um discurso amparado pelos argumentos ideológicos do Estado Novo encontrou repercussão em locais distantes do ponto irradiador das propostas de caráter nacional, mas de importância fundamental para legitimar a presença do regime em todos os estados e regiões do Brasil.

Neste intuito, uma produção característica deste contexto, genuinamente estadonovista, pode ser encontrada no Rio Grande do Sul. Logo após a instalação do regime autoritário, era concebida pela Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul uma revista de caráter jornalístico-policial, intitulada *Vida Policial*. A primeira edição deste periódico ocorreu em 30 de agosto de 1938, destinado a instruir e informar policiais e leitores comuns, cumprindo uma finalidade social como órgão educacional e de cooperação intelectual entre os indivíduos da instituição policial.

A revista nascia de um “espírito novo e sadio”, promovido pelo advento da ditadura de Getúlio Vargas. Essa era a motivação para que esta produção jornalística da polícia gaúcha fosse idealizada e para que encontrasse sentido diante da coletividade. Sua existência esteve subordinada ao momento autoritário do Estado Novo, ao qual demonstrou ser fiel ao longo de sua trajetória. Como mediadora de mensagens entre a polícia gaúcha e os assinantes da revista, *Vida Policial* acompanhou as tendências ideológicas e políticas do regime, modelando e ressignificando o discurso policial às ocasiões, veiculando informações propícias ao próprio contexto deste período. Além de tornar-se um mecanismo de expansão da ideologia governamental de Vargas, a revista colocou-se como instrumento de

repressão aos opositores e aos inimigos do regime autoritário, no qual se cristalizaram conflitos políticos e sociais.

As ações policiais do dia-a-dia tornaram-se reportagens mensais, divulgadas pelo mensário da polícia gaúcha e foram acompanhadas por artigos e séries policiais, a maior parte deles redigidos por agentes da própria instituição. De 1938 a 1946, *Vida Policial* editou inúmeros registros que constituíram um discurso peculiar da polícia gaúcha do Estado Novo.

Diante da riqueza e das peculiaridades apresentadas pela retórica policial no Rio Grande do Sul, surgiram, enfim, as motivações e as determinações para a realização de um estudo específico, apresentado nos capítulos que compõem esta dissertação. A essência ideológica da revista *Vida Policial*, correlata aos princípios estadonovistas, definiu possibilidades para compreender este período, traçando análises a partir dos diferentes discursos produzidos pelo periódico, relacionadas também a um recorte temporal e a um tema específicos.

A delimitação temporal reflete o interesse em buscar características de um momento especial do Estado Novo, voltadas principalmente à temática do nazismo. As edições da revista nos anos de 1942 a 1944 caracterizaram-se, especialmente, pela criação e divulgação de séries policiais fixas, refletindo as conjunturas nacional e internacional que figuravam naquela ocasião. A Segunda Guerra Mundial trouxe conseqüências no campo diplomático do país, com a declaração de guerra aos países do Eixo e o alinhamento aos Estados Unidos, mas também no campo de atuação policial, neste caso, à repressão direcionada aos “súditos do Eixo”, aos agentes quinta-colunistas presentes no Brasil. Juntamente com a política de nacionalização, implantada no Brasil em áreas de imigração a partir de 1938, a perseguição generalizou-se não somente a imigrantes alemães, mas às comunidades teuto-brasileiras, tratadas como locais promotores e defensores do germanismo e do nazismo, o que caracterizava um perigo à brasilidade e à soberania da nação.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar os elementos aplicados à construção de formas simbólicas, de representações sociais e políticas atuantes no imaginário social do Estado Novo, construídas a partir da retórica policial, entre os anos de 1942 e 1944, período no qual foram editadas as séries *Cortando as asas do nazismo* e *Os Astros da Quinta-Coluna*. Como meio de comunicação de massa, a revista *Vida Policial* constituiu um importante elemento



para a consolidação ideológica e autoritária, determinando ações de indivíduos sociais contra supostos inimigos que representavam ameaças plausíveis às autoridades. Neste sentido, a análise dos diferentes textos do mensário policial revela um campo subjetivo, construído, em parte, pelos sujeitos que, “*no curso rotineiro de suas vidas cotidianas, estão constantemente interessados em compreender a si próprios e aos outros, em produzir ações e expressões significativas e em interpretar ações e expressões significativas produzidas pelos outros*”<sup>9</sup>.

A análise do discurso ideológico, das representações e do imaginário procura delimitar a ideologia – no sentido apresentado por Louis Althusser<sup>10</sup>, ao defini-la como um sistema com lógica e rigor próprios, de representações, entre imagens, mitos, ideais ou conceitos segundo os casos, dotado de uma existência e de uma função histórica no interior de uma dada sociedade – apresentada pelos artigos, reportagens seriadas e demais seções policiais, buscando ao mesmo tempo compreender como se construiu e figurou a representação do “inimigo nazista”.

Para interpretar e compreender as fontes documentais que compõem as bases para este estudo das representações e do imaginário sobre o nazismo, foram necessários alguns procedimentos metodológicos importantes para delimitar os contornos do objeto em questão. Constituindo-se o acervo de pesquisa principalmente por matérias jornalístico-policiais, veiculadas pela revista *Vida Policial*, tem-se, inicialmente, a idéia de que o olhar do historiador é diferente daquele empreendido pelo leitor da revista. Enquanto este realiza uma “leitura extensiva”, concentrando-se na quantidade de informações, aquele se preocupa primordialmente em buscar uma qualidade de análise na leitura dos documentos históricos<sup>11</sup>. Ao analisar a *Revista do Globo*, Mateus Dalmáz<sup>12</sup> já indica a necessidade de apreciação minuciosa das fontes de imprensa. Dentre alguns aspectos, destaca a questão da subjetividade, presente em considerável dose na produção de artigos e notícias. A reprodução da realidade através das palavras, das frases e do próprio texto carrega intencionalidade, ao serem selecionados

---

<sup>9</sup> THOMPSON, op. cit., p. 32 – 33.

<sup>10</sup> DUBY, Georges. *História social e ideologia das sociedades*. In: Fazer História 1 – Novos Problemas. Amadora: Bertrand, 1977, p. 175.

<sup>11</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. *Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. Cadernos PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, dezembro de 1995, n. 13, p. 21 – 22.

<sup>12</sup> DALMÁZ, Mateus. *A imagem do terceiro Reich na Revista do Globo (1939 – 1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

determinados fatos em detrimento de outros que se passam no mundo. Da mesma forma, Dalmáz afirma que a imprensa sempre age no campo político-ideológico e *“portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados.”*<sup>13</sup>

As considerações anteriores foram essenciais para estabelecer uma metodologia coerente à proposta de construir, a partir da análise do discurso, procedimentos que evidenciem o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito<sup>14</sup>. Dessa maneira, nos discursos estão cristalizados conflitos históricos, sociais, culturais. A formação discursiva<sup>15</sup> é, portanto, ponto chave para compreender os sentidos atribuídos a palavras, expressões, frases e imagens, principalmente aquelas que se referem à construção do “perigo nazista”.

Ao produzir um sistema de representações pela retórica policial, que traduziu e que legitimou uma determinada ordem e disciplina ao contexto do Estado Novo, a revista tornava-se, também, guardiã de um sistema que dispunha de certa técnica de manejo das representações e símbolos<sup>16</sup>. Por se tratar de um meio de comunicação de massa<sup>17</sup>, no sentido de ter audiências relativamente amplas para o momento, disponíveis a uma pluralidade de receptores, as mensagens transmitidas eram recebidas por pessoas situadas em contextos sócio-históricos definidos. Conforme Thompson, *“essas pessoas vêem as mensagens dos meios com graus diferenciados de concentração, interpretam-nas ativamente e dão-lhes sentido subjetivo, relacionando-as a outros aspectos de suas vidas”*<sup>18</sup>.

Nestas possibilidades, a revista *Vida Policial* revela aspectos interessantes na construção das representações, trazendo à luz elementos dinâmicos para a constituição de uma realidade comum a determinado conjunto social. Como fenômeno discursivo e simbólico, descobrem-se diversos elementos informativos,

---

<sup>13</sup> DALMÁZ, op. cit.

<sup>14</sup> MANGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1993, p. 11.

<sup>15</sup> Termo utilizado por Mangeneau para referir-se ao discurso, emprestado da “*Arqueologia do Saber*” de Foucault, definido como “*o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada*”. op. cit., p. 22.

<sup>16</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Vol 5. Anthropos-Homem, 1985, p. 299.

<sup>17</sup> O sentido da expressão dos meios de comunicação de massa, segundo Thompson, não deve ser considerado em termos estritamente quantitativos, mas sim, à disposição de uma pluralidade de receptores. THOMPSON, op. cit., p. 287

<sup>18</sup> Idem, ibidem.

cognitivos, ideológicos, normativos, carregados de crenças, valores, e opiniões, que estão sob a aparência de um conhecimento que diz algo sobre o estado da realidade<sup>19</sup>. Como escreveu Serge Moscovici<sup>20</sup>, representando-se uma coisa ou uma noção, não são produzidos unicamente nossas próprias idéias e imagens, mas “criamos e transmitimos um produto progressivamente elaborado em inúmeros lugares, segundo regras variadas. Dentro destes limites, o fenômeno pode ser denominado representação social”. Estas representações sociais e coletivas presentes nas inúmeras reportagens da revista, enquanto sistema de idéias, constituem um outro lado do real, que se denomina de imaginário<sup>21</sup>.

Estes aspectos definem o olhar direcionado às fontes coletadas em arquivos e, enfim, ao estudo que segue nas páginas subseqüentes. Como investigação científica<sup>22</sup>, sua intenção é dar conta da tarefa de descrever, analisar e explicar as diferentes dimensões, formas, processos e funcionamentos das representações e do imaginário sobre a temática do nazismo no Brasil, concebidos pela perspectiva da revista *Vida Policial*.

Assim, o corpo deste trabalho está dividido em quatro diferentes capítulos. Esta organização foi disposta dessa maneira com a finalidade de traçar diferentes particularidades, do contexto político do Estado Novo, da presença do nazismo no Brasil, das características da revista e, principalmente, da produção de bens simbólicos ligados a representações e ao imaginário sobre o nazismo. A constituição dessas partes pretende apresentar um conjunto interligado, a fim de garantir um entendimento amplo e específico em relação ao objeto de estudo.

O primeiro capítulo destaca algumas das principais características do Estado Novo no Brasil e no Rio Grande do Sul. Sua intenção é contextualizar o momento histórico no qual a revista *Vida Policial* foi concebida, apresentando aspectos administrativos, ideológicos e culturais implantados no plano nacional e regional. Da mesma forma, este primeiro momento apresenta as particularidades da instituição policial à época da ditadura de Vargas, no sentido de compreender as configurações que definiram o seu papel controlador e repressivo.

---

<sup>19</sup> JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise (org). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 21.

<sup>20</sup> MOSCOVICI, Serge. *Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história*. In: JODELET, Denise. As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 63.

<sup>21</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. São Paulo: ANPUH/Contexto. Revista Brasileira de História – Representações. N. 29, vol. 15, 1995, p. 19.

<sup>22</sup> JODELET, op. cit., p. 21.

No segundo capítulo, o texto concentra-se na questão da estrutura e organização do partido nacional-socialista, especialmente o caso brasileiro, reconstruindo parte da história deste grupo político no Brasil, desde os momentos iniciais aos tempos em que o movimento passou a ser reprimido de forma enérgica pelas autoridades brasileiras.

A partir do terceiro capítulo, o trabalho irá elencar a trajetória da revista *Vida Policial* no contexto estadonovista e policial, traçando, a partir dela, suas características, objetivos e propostas como meio de comunicação e ponte de contato entre a estrutura autoritária do país e a sociedade. Neste momento serão demarcados os primeiros passos para a compreensão específica do objeto de estudo, destacando os traços da temática do nazismo na revista.

O quarto e último capítulo, constitui, finalmente, o cerne deste trabalho. Neste momento, as reflexões estarão voltadas à formação discursiva utilizada para tratar sobre o tema do nazismo. Baseado em concepções teóricas sobre a história das representações e do imaginário, a análise buscará destacar os elementos que construíram a retórica policial<sup>23</sup>, compreendendo as representações e o imaginário sobre o nazismo que transitam nas diferentes reportagens e seções da revista *Vida Policial*. Para tanto, os textos das séries policiais e as imagens dispostas ao longo delas serão os principais pontos para o estabelecimento de análises e interpretações históricas. Cabe ressaltar ainda que os apontamentos realizados por Eliana Dutra, na obra *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*<sup>24</sup>, ao estudar as representações e o imaginário sobre o comunismo na década de 1930, constituíram importantes referenciais para conduzir as interpretações registradas no último capítulo.

Desta forma, os apontamentos contidos ao longo deste trabalho esperam compreender a dinâmica do imaginário e das representações sobre a temática do nazismo, que integraram o contexto social e político do Estado Novo, especialmente no Rio Grande do Sul. Nesta tarefa de apontar as principais características deste objeto de estudo, pretende-se demonstrar o importante papel assumido por *Vida*

---

<sup>23</sup> O termo *retórica* refere-se ao conjunto de regras relativas à eloquência, à capacidade argumentativa empregada para convencer. Dessa maneira, retórica policial é o conjunto argumentativo utilizado pelo texto policial, na tentativa de convencer os leitores da revista *Vida Policial*.

<sup>24</sup> DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

*Policial* na tentativa de controlar, por parte de autoridades e entidades reguladoras, as consciências coletivas daquele momento.

## **CAPÍTULO I**

### **0 “sopro renovador”: as faces de uma ditadura**

## 1.1 Estado Novo: Ideologia e Poder

A criação de um Executivo forte, centralizador e autoritário foi a marca promovida pela concretização do golpe de 10 de novembro de 1937, dando a Getúlio Vargas poderes excepcionais. Conjecturas específicas instituíram condições para que um Estado autoritário passasse a governar o Brasil, estabelecendo uma estrutura eficiente, principalmente na elaboração de estratégias que garantiam, aparentemente, a sua legalidade, forjando bases de apoio popular sustentadas em propostas modernizadoras e nacionalizadoras. O momento histórico, segundo a ótica de alguns ideólogos do governo, exigia a permanência de Getúlio Vargas à frente da nação, pois era o único capaz de manter o país uno e coeso.

O chamado *Plano Cohen* legitimou a anulação das eleições de 1938. O documento redigido propondo uma insurreição comunista no Brasil, constituía na verdade uma fantasia, publicado em um periódico da Ação Integralista Brasileira<sup>25</sup>. Passando para as mãos da cúpula do Exército, foi transmitido pela *Hora do Brasil* no dia 30 de setembro de 1937, além de ser publicado em parte em alguns periódicos do país. Estava, assim, definido o principal argumento que sustentaria a imposição de um regime autoritário no Brasil. A maioria dos governadores seria convencida de que a situação política brasileira estaria insustentável para que eleições presidenciais fossem realizadas, precisando ser necessária também a dissolução da Câmara e do Senado para garantir a efetiva segurança do país.

Sem grandes mobilizações, a instalação do governo autoritário de Vargas não encontrou resistências populares ou de grupos de esquerdas. Todos eles já haviam sido abatidos e controlados anteriormente<sup>26</sup>, o que facilitou a adoção de medidas restritivas e interventoras nas esferas social, política, econômica e cultural do Brasil.

Para instituir as mudanças necessárias para o país, a promulgação da Carta Constitucional de 1937<sup>27</sup> reafirmava os principais preceitos quanto à instalação e à sobrevivência de uma ditadura. De maneira geral, conforme José Luiz Martins Nunes, ao observar-se a Carta Constitucional de 1937, “*nota-se um autoritarismo*

---

<sup>25</sup> O fictício Plano Cohen, segundo Boris Fausto, previa massacres, saques, depredações, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas, etc. Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/ Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.

<sup>26</sup> Permanecia o grupo integralista, que esperava a indicação de Plínio Salgado para a Ministério da Educação, o que, no entanto, não ocorreu. A ruptura definitiva ocorreu em 1938, na tentativa integralista de promover o “Golpe Verde”.

<sup>27</sup> Concebida aos moldes da Constituição da Polônia, recebeu a denominação de “*Constituição Polaca*”. Havia intenção de que esta Carta fosse submetida a um plebiscito, o que acabou não ocorrendo.

*velado e subliminar. Pode-se dizer, bem ao gosto da inconstância ideológica do regime*<sup>28</sup>. A Constituição do Estado Novo concedia ao presidente amplos poderes na estruturação política e administrativa do país, especialmente através das disposições finais e transitórias<sup>29</sup>. A escolha de interventores para os estados passava, por exemplo, pela aprovação final de Vargas e os poderes legislativos em âmbito nacional, estadual e municipal passavam a ser dissolvidos, atribuindo um caráter essencialmente autoritário à estrutura governamental. Tratava-se, segundo o ditador, de uma “democracia funcional” com o objetivo de gerenciar obras econômicas e administrativas para o Brasil.

Além de assumir o comando decisivo quanto às propostas de um projeto governamental e de adotar um posto autoritário como chefe do Estado, Getúlio Vargas impunha à nação uma organização política sem partidos, com os poderes legislativo e judiciário diminuídos em prol do fortalecimento do executivo. A indicação para o preenchimento de cargos governamentais importantes e estratégicos obedecia critérios de confiança. Uma articulação eficiente por parte do ditador projetava-se para todos os ministérios, inclusive o das Forças Armadas<sup>30</sup>. Este último ministério desempenhava um papel significativo no contexto do Estado Novo e o seu controle por Vargas tornava-se especialmente importante, pela presença de vários organismos técnicos e do Conselho Nacional de Segurança.

Na tentativa de eliminar os regionalismos, a data do dia 27 de novembro de 1937<sup>31</sup> oficializava a intenção do governo autoritário de Getúlio Vargas em homogeneizar a cultura nacional. Não mais os estados, mas o Brasil, uno e coeso, no centro de todas as questões. Neste propósito, as bandeiras foram queimadas no “altar da pátria” em praça pública no Rio de Janeiro, seguindo-se um discurso de Getúlio Vargas que exaltava a nação brasileira: “*A bandeira brasileira é o Brasil, tu és única, porque só há um Brasil, em torno de ti, refaz-se agora a unidade do Brasil,*

---

<sup>28</sup> NUNES, José Luiz Martins. *Formação da juventude brasileira: Um instrumento do Estado Novo*. São Leopoldo: UNISINOS, 1992. Dissertação de Mestrado em História, p. 65.

<sup>29</sup> Segundo Boris Fausto, “*o artigo 186 das ‘disposições finais e transitórias’ declarava em todo o país o estado de emergência, suspendendo assim as liberdades civis garantidas formalmente pela própria Carta constitucional. Outro preceito transitório, mais tarde prolongado indefinidamente, autorizava o governo a aposentar, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime*”. FAUSTO, 1997, p. 365.

<sup>30</sup> As Forças Armadas acreditavam na modernização do país pela via autoritária. Mas não formavam um grupo monolítico quanto à questão das relações com as grandes potências mundiais, adotando um grau de maior ou menor grau de autonomia quanto ao desenvolvimento econômico.

<sup>31</sup> Em cerimônia cívica e pública, no Rio de Janeiro, as bandeiras estaduais foram queimadas, o que significava simbolicamente o fim dos regionalismos contraposto à coesão e à unidade nacional. O regime federativo continuava, porém, a União predominava sobre os estados e municípios. Os símbolos, como bandeiras e escudos estaduais haviam sido proibidos, tudo isto previsto na Carta de 1937.



*a unidade de pensamento e de ação, a unidade que se concretiza pela vontade e pelo coração*”.<sup>32</sup>

O regime de 1937 auto-definia-se como uma “democracia social”, mas, em verdade, autoritária. Em torno dela o modelo de nacionalidade encontrou seu “verdadeiro” rumo. Ao buscar as “autênticas raízes da cultura nacional” o Estado Novo procurava articular um modelo único de nacionalidade brasileira, sem regionalismos ou símbolos estaduais ou municipais. Da mesma forma, a Constituição também se caracterizava pela ênfase no exacerbado nacionalismo. Atingindo o povo em seu sentimento cívico patriótico, a afirmação da União sobre as unidades federativas tinha um significado político enquanto as oligarquias regionais eram desestabilizadas.

A figura de Getúlio Vargas fortalecia-se como a principal autoridade governamental, como condição para garantir a unidade do Estado, a garantia da ordem pública, da legalidade e das instituições<sup>33</sup>. Segundo Eliana Dutra<sup>34</sup>, a autoridade nacional “*pressupõe uma ordem una e orgânica, e o princípio da autoridade é reforçado como um pilar em torno do qual se constrói a nacionalidade*”. Assim, as justificativas governamentais procuravam legitimar o momento histórico, atrelando a imagem de Vargas à sobrevivência do corpo nacional.

Como afirma José Luiz Martins Nunes<sup>35</sup>, a questão do nacionalismo no Estado Novo vinculava-se ao processo político-ideológico e não a um contexto étnico-antropológico. Sobre o nacionalismo político-ideológico, pode-se afirmar que é “imaginário”, na medida em que surge dos palácios, das constituições e das elites, diferentemente do nacionalismo “real”, que emerge dos movimentos étnico-culturais. Assim, a dimensão ideológica, como menciona Mônica Pimenta Velloso<sup>36</sup>, adquire um peso fundamental, enquanto o projeto político do regime estadonovista constitui-se dentro de “uma obrigação política” para a sociedade civil, redimensionando o significado da cidadania e envolvendo os diferentes setores sociais. O próprio conceito de ideologia, a partir da definição apresentada por Carl J. Friedrich – relacionado a um sistema de idéias conexas com a ação, compreendendo um

<sup>32</sup> Vargas apud NUNES, 1992, p. 62.

<sup>33</sup> Cf. DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ, Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 239.

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>35</sup> NUNES, 1992, p. 73.

<sup>36</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 71.

programa e uma estratégia para a sua atuação, procurando mudar ou defender a ordem política existente<sup>37</sup> – evidencia o papel do contexto ideológico do Estado Novo, na tentativa de manter conjuntamente um grupo empenhado na luta política, na defesa de ideais nacionalistas e modernizantes.

O nacionalismo, como linha de ação de um discurso, manifestou-se na prática em diferentes campos, como por exemplo, o econômico. O processo de nacionalização encontrava-se representado na criação e reformulação de vários órgãos, como é o caso do Conselho Federal do Comércio, do Instituto do Álcool e do Açúcar, do Instituto Nacional do Mate, do Instituto Nacional do Pinho e do Conselho Nacional do Petróleo. A integração geográfica do Brasil, a integração da heterogeneidade étnica do país e as ações econômicas, políticas, sociais e culturais em prol do nacionalismo foram a tônica da política interna do regime autoritário de Vargas<sup>38</sup>. Neste sentido, Edgard Carone, em sua obra *A Terceira República*<sup>39</sup> revela, através de artigos oficiais de 1938, algumas medidas nacionalistas, que regulamentaram, por exemplo, a expulsão de estrangeiros e a proibição de atuação destes em atividades políticas no país. Mais uma prova de que tal projeto se imprimia em diferentes instâncias, muitas vezes dando forma a um nacionalismo demasiado, de caráter xenófobo.

Dentre todas as ações governamentais que procuravam incutir de forma insistente os valores nacionais, representam um papel especial aquelas projetadas em âmbito educacional. No plano ideológico, a chamada nacionalização repercutiu principalmente no Ministério da Educação e Saúde, na atuação do ministro Gustavo Capanema, considerado homem de confiança por Getúlio Vargas. Nas unidades federativas, os secretários estaduais da educação tornavam-se executores do grande propósito nacionalizador, expedindo portarias normativas, fiscalizando diretamente as ações em prol do projeto “unificador”, ou seja, reproduzindo nos estados a estrutura imposta pelo governo do Estado Novo.

O desempenho de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde definiu em grande parte o intento nacionalizador do governo getulista, na medida em

---

<sup>37</sup> FRIEDRICH, Carl apud STOPPINO, Mario. *Autoritarismo*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). Dicionário de Política. Brasília: UnB, 2000. 5. edição, p. 585 – 587.

<sup>38</sup> NUNES, 1992, p. 77 – 78.

<sup>39</sup> Edgard Carone (1976) traz uma série de documentos, entre elas legislações, textos de jornais da época do Estado Novo, referentes à economia, à política e à cultura.

que planos diretores foram formulados e colocados em prática por esta importante pasta ministerial. Tanto a questão da educação quanto a questão da cultura enquadravam-se no objetivo de criar e impor sentimentos cívicos e patrióticos a todos aqueles que eram considerados cidadãos brasileiros.

A proposta nacionalizadora para o país, manifestada em diferentes planos da estrutura política, social e cultural do Brasil, concretizou-se ao longo dos anos em que o regime autoritário se fez presente no país. A montagem de um Estado nacional, segundo Helena Bomeny<sup>40</sup>, seguiu propostas de estabelecimento de políticas de proteção para as esferas mais significativas da vida social, como educação, saúde, cultura, artes, arquitetura, administração. Neste propósito, diversos especialistas e intelectuais de diferentes áreas se envolveram para sugerir e desenhar propostas de ação para todos esses campos.

Ao adotar propostas modernizadoras para o Brasil, estes princípios estiveram presentes em diferentes esferas. Uma delas faz referência, por exemplo, à reformulação da administração pública<sup>41</sup>, procurando criar uma elite burocrática, apartidária e de consonância com os ideais do regime, satisfazendo os interesses nacionais e prezando pela racionalidade, eficiência e economia. Da mesma forma, a industrialização – muitas vezes associada a uma ação nacionalista do Estado Novo, na medida em que se delimitavam e restringiam diferentes setores industriais exclusivamente a brasileiros, o que caracterizava uma ordem econômica regida por um sentimento de xenofobia – buscou modernizar a economia brasileira, dentro de uma aliança entre uma burocracia civil e militar e uma burguesia industrial. Mas essa mudança socioeconômica, promovida por ações governamentais, deveria projetar-se sem grandes mudanças sociais<sup>42</sup>, garantindo privilégios aos grupos de maior prestígio e poder.

A figura simbólica de Getúlio Vargas foi construída ao longo do Estado Novo, por meio de uma política trabalhista, definida por iniciativas materiais e pela criação da imagem de “protetor dos trabalhadores”. Com a sistematização de práticas pelo governo, definiu-se a atuação vertical dos sindicatos, criando uma forte dependência

---

<sup>40</sup> BOMENY, Helena. *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*. In: BOMENY, Helena (org). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 17.

<sup>41</sup> A principal instituição responsável pela reformulação administrativa pública foi o Departamento Administrativo do Serviço público (DASP), que consta na Constituição de 1938 e instituído de fato pelo decreto-lei de julho de 1938.

<sup>42</sup> Embora a política modernizadora do país estivesse apoiada na questão de uma industrialização, tornando-se um dos propósitos centrais, o governo getulista não abandonou os interesses agrícolas, os quais sempre foram preponderantes no setor econômico até então no Brasil.

da unidade sindical em relação ao Estado. Da mesma forma, em maio de 1939 passava a funcionar a Justiça do Trabalho, em 1940, através de um decreto-lei, institucionalizava-se o salário mínimo e em junho de 1943 sistematizava-se e ampliava-se a legislação trabalhista, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Porém, a construção da imagem de Getúlio Vargas não esteve atrelada somente aos benefícios estendidos à classe trabalhadora. A opinião pública a seu favor, a censura sobre os meios de comunicação, a elaboração e divulgação da própria versão sobre a fase histórica do Brasil e a difusão da imagem do Estado Novo fizeram com que o mito Vargas surgisse. Com a criação, em 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>43</sup>, subordinado ao presidente da República, controlava-se toda a produção cultural do país, tanto em jornais e rádios, como nas produções cinematográficas, livros, letras de músicas populares, teatros e até mesmo o turismo. Livros, cartilhas e a promoção de monografias sobre o presidente integravam a estrutura de uma propaganda sistemática do governo, centralizada e coordenada pelo DIP, estabelecendo estratégias de coerção e de imposição ideológica à população brasileira.

*O DIP organizou seu modelo de divulgação e propaganda em níveis diferentes: atuou no sentido de popularizar o regime para amplas camadas da população veiculando as propostas e realizações do governo, os atos do chefe de Estado e dos demais componentes da hierarquia estatal. Nesse projeto, a imprensa e o rádio foram os meios mais utilizados devido a sua grande penetração e alcance público.*<sup>44</sup>

À frente deste departamento, Lourival Fontes<sup>45</sup> esteve certamente ocupado na tentativa de construir o mito Vargas, “*tendo por objetivo produzir solidariedade social e viabilizar os projetos coletivos que foram concebidos e apresentados à sociedade nos anos 1930*”<sup>46</sup>. As inovações no campo da comunicação de massa espelhavam-se em modelos fascistas, implantados na Itália de Benito Mussolini e na Alemanha

---

<sup>43</sup> Segundo Lucia Lippi Oliveira, o governo Vargas implementou uma política de propaganda durante os quinze anos à frente do Estado brasileiro, ao criar, em 1931, o Departamento Oficial de Propaganda; em 1934, o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural; e, por fim, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo*. In: BOMENY, Helena (org). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 37.

<sup>44</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 19.

<sup>45</sup> Pelos registros historiográficos, a imagem de Lourival Fontes é associada ao fascismo e simpatizante dos países do Eixo. Um estudo sobre a sua biografia intelectual está presente em OLIVEIRA, Lucia Lippi, 2001.

<sup>46</sup> OLIVEIRA, 2001, p. 44.

de Adolf Hitler. O controle dos meios de comunicação de massa tornava-se necessário ao governo autoritário, na tentativa de monopolizar instrumentos de mediação entre o governo e o povo. Como um importante ministério, o DIP elaborava ações que visavam preservar a integridade do governo e difundir “os valores nacionais”. Da mesma maneira, a imposição ideológica, a censura e a manipulação de informações desempenhavam funções de controle social e político. Através do rádio e dos jornais, o regime condicionava a veiculação de mensagens filosóficas e políticas à proposta homogeneizadora do Estado Novo, divulgando idéias que corroboravam o projeto político-ideológico. O monopólio sobre os veículos de informação desejava, assim, “*construir um sistema de valores a serem incorporados pela sociedade e introjetados na consciência popular*”<sup>47</sup>, apresentando o regime implantado em 1937 como “novo” e “nacional”.

A pressão e a vigilância eram efetuadas tanto por grupos do DIP, como pela atuação da polícia política, principalmente no Rio de Janeiro, através de Filinto Müller. Além da capital federal, nos estados brasileiros a estrutura repressiva passaria a determinar as diretrizes de uma política nacional, em prol da segurança nacional. Departamentos especializados em repressão social e política, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), tornaram-se instrumentos comuns e legítimos, elementos considerados essenciais para a preservação da unidade, da estabilidade e da harmonia social. Neste sentido, durante todo o período, o DOPS, juntamente com o Ministério de Capanema e o DIP, foi responsável por ações de saneamento ideológico, concretizada em diferentes categorias sociais. Como afirma Maria Luiza Tucci Carneiro, “*alimentavam-se atitudes de delação consideradas por muito por ‘ato de fé’, crenças de que estavam servindo à nação em nome da segurança nacional*”<sup>48</sup>.

Perseguições a agentes sociais, nocivos à harmonia social brasileira, intensificaram-se de modo especial a partir de 1935, considerando a existência do “perigo vermelho” na conjuntura política dos anos de 1930. O avanço das idéias de esquerda no país, destacado pela presença do comunismo, legitimou a decretação do golpe, em 1937. A alegação de que o país estaria vulnerável a um plano comunista impôs medidas drásticas à população brasileira, restringindo, inclusive, as

---

<sup>47</sup> Idem, p. 20.

<sup>48</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional*. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 337.

liberdades individuais. Ao serem transformados na figura de inimigos, os comunistas transformaram-se em “bodes expiatórios” ou vítimas propícias<sup>49</sup>. O comunismo passava a ser o inimigo número um e a repressão policial instalou-se por toda parte. Em seu estudo sobre o imaginário político dos anos de 1930, Eliana Dutra aponta elementos simbólicos de representações que definiam o estereótipo de comunistas, indivíduos que se tornaram alvo de *“descarga de impulsos agressivos contidos nos sujeitos sociais, como para distrair a atenção das causas reais da insegurança social que, ao serem atribuídas aos comunistas, estão habilmente, sendo postas fora do social”*<sup>50</sup>.

Como regime autoritário, a presença real e forjada de sujeitos tratados como inimigos estabeleceu ações enérgicas por parte do governo, na tentativa de agrupar os indivíduos brasileiros dentro de um corpo uno e coeso, em uma distinção entre o “brasileiro” e o “antibrasileiro”. Da mesma forma, uma atmosfera de perigo social e político, considerada prejudicial à ordem e estabilidade do Brasil, garantiam a legalidade de ações enérgicas, restritivas e repressivas diante das situações consideradas atentatórias à nação.

Solucionado, aparentemente, o caso comunista, as atenções voltar-se-iam, com ênfase a partir de 1938, a grupos étnicos estabelecidos no país, no intuito de eliminar mais uma vez os perigos relacionados a indivíduos que representavam ameaças à soberania do Brasil. Neste caso, alemães, italianos e japoneses passaram a ser o alvo das perseguições, incriminados a partir de uma estrutura repressiva montada no país, principalmente em locais onde a presença desses povos era mais significativa. Sem esquecer da conjuntura internacional, de modo especial, delimitada pelos anos de 1939 e 1942. O primeiro destaca o início da Segunda Guerra Mundial, colocando nações em lados opostos, entre o *Eixo* e os *Aliados*. Diante das tensões mundiais, a prevalência da neutralidade brasileira garantiu ao Brasil um distanciamento em relação aos campos de batalha. Já o ano de 1942 marcou o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo – Itália, Alemanha e Japão – e o alinhamento de suas políticas internacionais voltadas, principalmente, aos interesses dos Estados Unidos da América. Além disso, a neutralidade em relação ao conflito mundial chegava ao fim, tendo em vista

---

<sup>49</sup> Expressões cunhadas por Raoul Girardet. Cf. GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>50</sup> DUTRA, 1997, p. 65.

o afundamento de navios brasileiros por parte da marinha alemã. Esta situação oficializou a declaração de guerra do Brasil contra os países do Eixo, o que acarretou na perseguição a pessoas, no Brasil, denominadas de “súditos do Eixo”. Segundo Vargas, seria este o *“propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir que possam as suas terras e águas servir de ponto de apoio para o assalto a nações irmãs”*.<sup>51</sup>

Pela presença dos inimigos, o estado autoritário de Vargas passou a instituir medidas que previam restringir as ações dos indivíduos e grupos sociais considerados nocivos à realidade brasileira. Tratava-se de medidas de saneamento social e resultavam, por exemplo, na interdição do espaço público. A partir disso, outras disposições legais surgiam como um desdobramento natural quanto às ações de cunho autoritário, como a proibição da impressão, da venda, da exposição e da circulação de gravuras, livros, panfletos, boletins nacionais ou estrangeiros, considerados atentatórios à ordem política e social, bem como a proibição da existência de partidos, entidades de qualquer natureza que poderiam representar um risco de subversão. A luta contra essa desordem aparente e pela defesa dos princípios da disciplina *“somava-se o reforço da defesa do princípio da autoridade”* e ela *“pode constituir-se em pessoas, instituições e organizações, bem como atuar através de normas de conduta, usos e costumes estabilizados no tempo”*<sup>52</sup>. Dessa forma, a figuração da autoridade no Estado Novo fazia-se sentir desde a macro até a micro política, instituindo relações de autoridade e de poder, pressupondo de todos os cidadãos brasileiros obediência à ordem nacional, como garantia de estabilidade social para o país. Em todas as unidades federativas o Estado autoritário estaria presente, reproduzindo a estrutura estadonovista em instâncias regionais e nas diferentes esferas de atuação estratégica.

No ano de 1942, iniciou-se o processo de desarticulação do Estado Novo. O envolvimento direto do Brasil na Segunda Guerra Mundial acarretou no enfraquecimento do regime. A contradição latente instaurava-se no contexto brasileiro: enquanto tropas de soldados do Brasil eram enviadas à Europa para lutarem a favor da democracia, ao mesmo tempo, no país, prevalecia um regime ditatorial. Pela conjuntura nacional e internacional, o sistema autoritário via-se gradativamente enfraquecido e começava a readaptar o discurso autoritário para

---

<sup>51</sup> VARGAS apud Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Agosto de 1942, p. 55.

<sup>52</sup> DUTRA, 1997, p. 235.

evitar rupturas mais bruscas e violentas. Em novembro de 1945, Getúlio era deposto da presidência da república e a ditadura passaria a ser extinta.

Embora a historiografia recente<sup>53</sup> trate o Estado Novo como um regime autoritário<sup>54</sup>, traçando características específicas desse período a partir desta consideração, muito se afirmou ser o governo de Vargas, entre 1937 a 1945, um regime essencialmente fascista ou de caráter totalitário. Essa caracterização procede de elementos plausíveis, uma vez que o regime autoritário apresentava fortes influências na construção de sua organização e de sua própria ideologia, originadas dos governos de Mussolini e de Hitler<sup>55</sup>. Neste sentido, Boris Fausto recorda a forte influência da *Carta del Lavoro*, vigente na Itália de Mussolini e as técnicas de propaganda utilizadas no Brasil e inspiradas nas políticas de comunicação de massa adotadas na Alemanha nazista<sup>56</sup>. Por outro lado, o mesmo historiador destaca, que para chegar ao desfecho da ditadura de Vargas, “*o país passou pela irradiação do movimento fascista, de corte fascista, do qual o Estado Novo tratou sempre de guardar distância no plano ideológico*”<sup>57</sup>. Os teóricos do regime autoritário<sup>58</sup> implantado em 1937 tinham a preocupação de delimitar diferenças não somente com o integralismo, mas também com o próprio nazi-fascismo. Oliveira Viana, ao repudiar o pluripartidarismo, desprezava também o

---

<sup>53</sup> Entre os historiadores que consideram o Estado Novo um Estado autoritário, citam-se René Gertz, Priscila Perazzo, José Luiz Martins Nunes, Maria Helena Capelato

<sup>54</sup> Mario Stoppino define o termo autoritarismo e outras denominações relacionadas a este vocábulo. Segundo ele, essas expressões aplicam-se a três contextos: à estrutura dos sistemas políticos, às disposições psicológicas a respeito do poder e às ideologias políticas. Sobre as ideologias autoritárias, afirma que “*o pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz desta organização o princípio político exclusivo para alcançar a ordem, que considera como bem supremo*”. Da mesma forma, Mario Stoppino destaca que, geralmente, as doutrinas autoritárias são anti-racionalistas e antiigualitárias e a ordem ocupa todo o espectro dos valores políticos, e o ordenamento hierárquico que daí resulta esgota toda a técnica de organização política. Além dessa caracterização, o pensamento autoritário moderno apresenta-se contrário à ideologia liberal e democrática. A definição do verbete ainda traz uma discussão sobre a distinção entre o autoritarismo e totalitarismo. O uso amplo deste último, segundo Stoppino, traz consigo inconvenientes sérios. Enquanto no regime autoritário a penetração e a mobilização da sociedade são limitadas, permanecendo uma linha de fronteira muito precisa entre Estado e sociedade, no caso totalitário, o Estado e o seu aparelho de poder tendem a absorver a sociedade por inteiro. A partir dessas considerações, percebe-se o Estado Novo brasileiro como um regime autoritário, embora se reconheçam algumas influências do regime totalitário no país. Cf. STOPPINO, Mario. *Autoritarismo*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 2000. 5. edição, p. 94 – 104.

<sup>55</sup> Cabe ressaltar que no governo de Vargas existia um grupo pró-Eixo, do qual podem ser destacados os nomes de Francisco Campos, Lourival Fontes e Filinto Müller.

<sup>56</sup> FAUSTO, Boris. *O Estado Novo no contexto internacional*. PANDOLFI, Dulce Chaves (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 18.

<sup>57</sup> Idem, p. 20.

<sup>58</sup> Os nomes que se destacam como ideólogos do autoritarismo são Oliveira Viana, Francisco Campos e Azevedo Amaral.



conceito totalitário de partido único, idéia expressada em sua frase, na qual dizia: “*nosso partido é o presidente*”.

As características de natureza autoritária, ou até mesmo fascista, fizeram-se presentes em ambientes diversificados da conjuntura nacional do país. Os anos compreendidos entre 1937 e 1945 foram marcados pela atuação centralizadora de um Executivo forte e predominante, disposto a manter o controle social e a estabilidade social condicionados ao engajamento nacional. Getúlio Vargas, a entidade personificada, figurava-se como a autoridade necessária para conduzir o Brasil a transformações de cunho moderno e nacionalista. O reconhecimento desta imagem deveria prevalecer em todos os territórios do Brasil, a fim de demonstrar unidade e coesão nacionais. Neste espírito, as políticas públicas<sup>59</sup> do Estado Novo ganharam repercussão, especialmente nos estados brasileiros, diretamente subordinados às ordens e às determinações do ditador estadonovista. Imperava, pelo Brasil afora, o desejo de ordem, estabilidade, soberania e unidade, como elementos homogeneizadores, legitimando, ao mesmo tempo, toda a política autoritária que sustentava a permanência de Vargas no poder.

### **1.1.1 Repercussões do Estado autoritário no Rio Grande do Sul**

O golpe de 1937 trouxe mudanças institucionais significativas para o Brasil, as quais se manifestaram desde as esferas mais amplas de poder até às estruturas e instâncias regionais. Diante de propostas modernizadoras e nacionalizadoras, Getúlio Vargas procurou traçar estratégias que pudessem mobilizar a nação, construindo pontos de apoio importantes nas unidades federativas. A estratégia foi fragmentar as velhas e novas lideranças emergentes nos estados, fortalecendo o poder central, com apoio dos militares. Além disso, infiltravam-se pessoas que demonstravam lealdade aos princípios econômicos, políticos e sociais impostos por Vargas no executivo de cada estado, garantindo eficiência na concretização das novas regras apresentadas ao país.

Como destaca Aspásia Camargo, “*houve estratégias centrais em torno de atores regionais manipulados e de atores militares; e estratégias de apoio, de*

---

<sup>59</sup> Expressão da postura do poder público estadonovista em face dos problemas e das questões mais relevantes no âmbito social, econômico e cultural e dos diferentes atores que compõem o cenário e sua intenção de dar respostas afeiçoadas ao papel do Estado na sua relação com a sociedade.

*alargamento das alianças [...] e que significam a incorporação de atores novos*”<sup>60</sup>. A partir de 1930, as mudanças propostas para o Brasil deveriam também destruir a velha máquina, agindo de maneira a corroê-la lentamente, de forma imperceptível. Ao passo desse processo, a constituição de novas alianças apresentava-se como eventuais garantias para o futuro político do país. Durante os primeiros anos da década de 1930, Vargas atravessou instabilidades políticas, com sucessivas mudanças constitucionais e no sistema partidário, culminando, em 1937, na instauração de momento autoritário. Para instituir a presença da máquina autoritária nos estados do Brasil, as interventorias, em especial, assumiram um papel significativo na desarticulação das forças políticas estaduais resistentes ao novo programa político do país<sup>61</sup>.

Com a vitória da Aliança Liberal, os estados passaram a ser governados por interventores. A Revolução de 1930 havia proporcionado ao estado do Rio Grande do Sul a conquista do poder. No entanto, o estado gaúcho acabaria não se beneficiando dessa situação, assim como costumavam fazer as elites políticas do Brasil, antes de 1930.

*Vargas e grande parte dos outros detentores do poder tinham uma visão centrada no Estado nacional, o que significava que o governo federal não deveria mais atender, em primeiro lugar, o estado de origem do eventual presidente da República nem tolerar uma autonomia excessiva das unidades federais ou permitir que os políticos de um único estado dominassem o governo federal.*<sup>62</sup>

Como interventor, José Antônio Flores da Cunha assumia, em 1930, o executivo gaúcho. Permaneceu por quase sete anos à frente do governo no Rio Grande do Sul; de 1930 a 1935 como interventor nomeado por Getúlio Vargas e eleito indiretamente, em 1935 pela Assembléia Constituinte estadual, para um mandato de quatro anos. Sua gestão foi marcada por conflitos com o poder central, principalmente entre Flores da Cunha e Vargas. Mesmo que o primeiro tenha demonstrado fidelidade a Vargas na *Revolução Constitucionalista* de São Paulo, em 1932, as relações continuavam tensas. Segundo Luciano Aronne de Abreu, nas candidaturas lançadas em 1937 às eleições para presidente, Flores da Cunha

---

<sup>60</sup> CAMARGO, Aspásia. *Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático*. In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, 1999, p. 41.

<sup>61</sup> ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande Estadonovista: interventores e interventorias*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005, (Tese de Doutorado), p. 214.

<sup>62</sup> GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 12.

procurou reunir uma aliança estadual anti-Vargas, conspirando abertamente contra o presidente, o que abriu espaço para a intervenção federal direta na política regional<sup>63</sup>.

Em outubro de 1937, sob pressão militar e estratégias políticas, Flores da Cunha renunciava a seu cargo, refugiando-se no Uruguai. Para substituí-lo, o presidente brasileiro nomeava o general Manoel de Cerqueira Daltró Filho<sup>64</sup> como interventor, “*inaugurando o regime de exceção antes que isso acontecesse em nível federal*”<sup>65</sup>, sob a justificativa de haver uma intensa subversão comunista no estado e pela delicada situação decorrente das lutas partidárias regionais. Mesmo que toda conjuntura gaúcha fosse atrelada aos interesses do regime autoritário, em termos ideológicos, os gaúchos, de modo geral, jamais forneceram ao Estado Novo uma base de apoio forte e homogênea, sendo o caso riograndense *sui generis*, pois foi o único estado onde as oposições nunca se enfraquecem e sempre se rearticulam<sup>66</sup>.

Para ocupar as principais pastas das secretarias estaduais, foram indicados indivíduos que, de maneira especial, haviam participado do cerco a Flores da Cunha. A permanência de Daltró Filho no governo do Rio Grande do Sul teve somente um caráter provisório, tendo em vista a sua morte, por motivos de doença, em 19 de janeiro de 1938. Com este acontecimento, Joaquim Maurício Cardoso, secretário do Interior, assumiu interinamente o cargo de interventor. Porém, a forte oposição levou Getúlio Vargas a nomear outro interventor, partindo do critério de que esta pessoa fosse alguém sem vínculos partidários.

Dessa forma, em 02 de março de 1938, Oswaldo Cordeiro de Farias<sup>67</sup> era nomeado por Vargas. Novamente, registrou-se manifestação contrária ao nome do interventor, porém, não o suficiente para que assumisse o cargo em 04 de março de 1938. Vargas justificara a sua nomeação através destas palavras:

*Considerando essas circunstâncias e outras que consultam à segurança da ordem no país, julguei conveniente confiar, no momento, as responsabilidades do governo a um homem sem preocupações partidárias e inteiramente afeiçãoado ao novo regime. Outro não vi mais indicado para essa missão que o Cel. Cordeiro de*

---

<sup>63</sup> ABREU, 2005, p. 123.

<sup>64</sup> Natural da cidade de Cachoeira, Bahia.

<sup>65</sup> GERTZ, René. *Estado Novo*. In: GERTZ, R. (Direção). República. Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 4, p. 39.

<sup>66</sup> CARONE apud ABREU, 2005, p. 143.

<sup>67</sup> Nascido em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, havia sido chefe de gabinete do general Daltró Filho, no comando militar regional. A seu favor contava o fato de que não registrava militância político-partidária em seu currículo. Cf. GERTZ, 2007, p. 41.

*Farias, pelo seu espírito de retidão e disciplina, pela inteligência e dedicação com que soube colaborar com o saudoso General Daltró Filho, em horas difíceis e decisivas para a tranqüilidade do povo rio-grandense.*<sup>68</sup>

Como liderança estadonovista mais importante no Rio Grande do Sul, inaugurava-se o período mais típico do regime autoritário neste estado<sup>69</sup>. Sua administração não se caracterizava por um significativo dinamismo, pois se dedicou, em grande parte, à eliminação dos “quistos étnicos”, à caça de supostos germanistas e nazistas e à nacionalização dos gaúchos alienígenas<sup>70</sup>. Outras atividades se destacavam pelo combate aos *floristas*, o que acarretou, por exemplo, em trocas de prefeitos em município onde o executivo inequivocadamente fosse simpatizante de Flores da Cunha. Além disso, suas ações eram limitadas pela constante vigilância e avaliação de familiares de Vargas no estado e pelos contingenciamentos partidários.

O controle informal do período estadonovista compartilhou a tarefa de vigilância e avaliação com o Departamento/Conselho Administrativo do Estado (DAE/CAE). Segundo René Gertz<sup>71</sup>, não se tratava de um órgão instituído exclusivamente no Rio Grande do Sul. Por meio de um decreto-lei, de 08 de abril de 1939, criava-se esse organismo nos diferentes estados, substituindo as antigas Assembléias Legislativas, ao mesmo tempo em que se delimitavam apenas dois órgãos político-administrativos: o Executivo e o Departamento Administrativo de Estado<sup>72</sup>.

*Se no primeiro ano do novo regime não havia uma legislação mais explícita para limitar o poder dos interventores estaduais, o citado decreto-lei outorgou – por assim dizer – uma constituição única a todos os estados. Representou, na verdade, a fixação de regras de funcionamento às interventorias, e exerceu, também, o papel de lei orgânica aos municípios, já que constituições estaduais específicas para cada estado-membro só seriam elaboradas depois que a própria Constituição Federal de 1937 estivesse pleibiscitada e definitivamente aprovada.*<sup>73</sup>

<sup>68</sup> VARGAS apud ABREU, 2005, p. 240.

<sup>69</sup> Idem, ibidem. Cf. GERTZ, 2005, p. 22.

<sup>70</sup> GERTZ, 2005, p. 28.

<sup>71</sup> GERTZ, 2007, p. 44.

<sup>72</sup> Para o Departamento Administrativo de Estado, os membros eram nomeados pelo presidente da República e, entre as tarefas que desempenhavam, destacavam-se: aprovação de projetos legislativos do interventor estadual e a aprovação dos orçamentos estadual e municipais, entre outros. Em 21 de maio de 1943, com o decreto-lei 5.511, o departamento era renomeado para Conselho Administrativo de Estado, ampliando algumas atribuições desse organismo público. Cf. GERTZ, 2007, p. 44 – 45.

<sup>73</sup> Idem, ibidem.

Cordeiro de Farias permaneceu como interventor até 11 de setembro de 1943, renunciando sob a alegação de que tinha um desejo, o de participar da Guerra Mundial, ao lado do exército brasileiro<sup>74</sup>. Porém, como destaca Gertz, sua saída da interventoria gaúcha pode estar associada aos excessos de sua política durante a campanha de nacionalização e ao combate aos “quistos étnicos”<sup>75</sup>.

Ernesto Dornelles<sup>76</sup>, seu substituto, assumiu o posto de interventor sem base política no Rio Grande do Sul. Tinha como responsabilidade garantir a continuidade das ações de Cordeiro de Farias, apesar das dificuldades econômicas provocadas pela guerra, e manter a ordem social e a política local. Mas sua nomeação indicava que o período mais autoritário do Estado Novo tinha acabado, “*cabendo encaminhar o processo para um mínimo de liberalização e um futuro retorno ao sistema partidário*”<sup>77</sup>. Neste momento, por exemplo, criava-se o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), com a justificativa de que sua existência possibilitaria a amenização da rigidez do DIP nacional<sup>78</sup>.

Embora a tarefa de Dornelles fosse garantir a ordem, sua atuação viu-se fragilizada pelo acirramento das manifestações populares, especialmente a partir de 1944, e pelas cisões políticas no seio do próprio governo e com a proximidade do fim da guerra. Além disso, o prazo estabelecido pelo presidente para dar início à reforma democrática no Brasil, aumentou a pressão e as expectativas a essa medida, tanto na esfera nacional como regional<sup>79</sup>.

Finalmente, com a queda de Vargas, em 29 de outubro de 1945, o interventor Ernesto Dornelles renunciava ao cargo, o qual foi assumido pelo desembargador Samuel Figueiredo da Silva. Os secretários estaduais e os prefeitos também foram substituídos. Eurico Gaspar Dutra, ao tomar a chefia do Estado brasileiro, em 31 de janeiro de 1946, nomeava Cylon Rosa como interventor e “*somente em 19 de janeiro*

---

<sup>74</sup> Após a sua renúncia como interventor do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias passou a integrar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, que lutou na campanha da Itália contra os países do Eixo.

<sup>75</sup> GERTZ, 2005, p. 33.

<sup>76</sup> Nascido em São Borja, teve sua carreira militar e política bastante ligada ao primo -Presidente Getúlio Vargas.

<sup>77</sup> Idem, p. 35.

<sup>78</sup> Este órgão foi criado no dia 15 de dezembro de 1943, subordinado à Secretaria do Interior, esta dirigida por Alberto Pasqualini, político com tendência de liberalização do regime. O diretor do DEIP foi Manoelito de Ornellas, um intelectual contrário ao regime político autoritário no país. Para René Gertz, mesmo estando subordinado ao DIP nacional, o DEIP constituía uma tentativa de “afrouxar as regras do órgão de censura e de propaganda federal”. Cf. Gertz, 2005, p. 140.

<sup>79</sup> ABREU, 2005, p. 281.

de 47 houve eleições, para finalmente, escolher um governador e encerrar, de fato, o período excepcional representado pelo Estado Novo<sup>80</sup>.

De maneira geral, no Rio Grande do Sul, as implicações referentes à implantação do Estado Novo foram sentidas na sociedade, na política, na administração, na economia, na educação, na saúde, na imprensa e na cultura, assim como nos demais estados brasileiros<sup>81</sup>. Indivíduos de confiança foram dispostos nas secretarias, de modo a garantir a eficiência de políticas públicas, ligadas à estrutura ideológica do regime estadonovista. Destacam-se, por exemplo, os nomes de José Pereira Coelho de Souza, secretário de Educação e de Saúde Pública, e Aurélio da Silva Py, chefe de Polícia. Ambos dedicaram-se a corresponder aos anseios imediatos do regime autoritário, arregimentando outros indivíduos que passaram a integrar a estrutura hierárquica do governo no Rio Grande do Sul.

De maneira especial, estes dois personagens estadonovistas da história gaúcha configuraram-se como mentores e executores de práticas nacionalizadoras, no intuito de eliminar diferenças étnicas e reprimir agentes sociais que representavam ameaça à estabilidade social do Rio Grande do Sul e do Brasil, os assim denominados “súditos do Eixo”. Ações nacionalizadoras<sup>82</sup> ocuparam destaque especial na administração do interventor Cordeiro de Farias, conjuntamente com Coelho de Souza, traçando estratégias educativas em prol da nacionalização, e Aurélio da Silva Py, instituindo medidas repressivas e violentas a grupos sociais tratados como “suspeitos” ou “perigosos” à realidade nacional. Como ressalta Gertz, o auge da violência física, resultante da campanha de nacionalização, ocorreu em 18 e 19 de agosto de 1942, quando manifestações provocaram depredações a diferentes estabelecimentos, cujos donos tinham ascendência germânica, frente ao torpedeamento de navios brasileiros pela marinha alemã neste mesmo mês.

Impressões como estas foram registradas também em outros estados do Brasil. Da mesma maneira, perseguições, repressões e violências foram aplicadas a

---

<sup>80</sup> GERTZ, 2007, p. 58.

<sup>81</sup> René Gertz, em *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, retoma estas diferentes áreas, traçando um panorama geral do Estado Novo no território gaúcho. Cf. GERTZ, 2005.

<sup>82</sup> A campanha nacionalizadora, com o objetivo de “assimilar” as culturas “perigosas”, realizou-se em dois níveis, segundo o historiador René Gertz (1998, p. 64). O primeiro deles diz respeito ao nível repressivo, com a proibição do idioma alemão, o funcionamento de jornais que utilizassem essa língua, o fechamento de associações culturais e recreativas e, também, de escolas. O segundo manifestou-se no nível educativo, uma vez que o ensino em todos os estabelecimentos de educação deveria ser realizado exclusivamente na língua pátria – o português, bem como a instituição de horas cívicas obrigatórias nas escolas, as quais estariam ligadas a questões de representação, homenageando símbolos, lembrando datas significativas, exaltando a nação e heróis brasileiros.

outros grupos sociais e políticos, principalmente àqueles que representavam um perigo peculiar ao autoritarismo de Vargas. Enfim, a estrutura do Estado Novo procurou construir eficiência a partir da expansão de sua proposta ideológica, eliminando qualquer forma de oposição e tentando subordinar a política regional à central. Neste contexto, o Rio Grande do Sul também reproduziu as políticas deste momento autoritário, principalmente através da organização administrativa e política, nomeando pessoas de confiança para o cumprimento das principais diretrizes ditatoriais, correspondendo aos anseios mais importantes do governo Federal.

## 1.2 A mão de ferro: atuação policial no contexto do Estado Novo

O mito da personalidade política, encarnado por Getúlio Vargas, constituiu um dos epicentros mais importantes do Estado Novo, do qual se propagavam as principais forças motivadoras e controladoras do projeto autoritário, além de ser o ponto para onde convergiam as vontades e os desejos de integração nacional. Tratava-se, portanto, de um aglutinador das forças sociais, que agia sobre o imaginário social. Disciplinar e utilizar as forças desencadeadas pelo mundo simbólico, criado a partir do mito político, tornava-se o princípio norteador das ações policiais desse governo. Propaganda, doutrinação, vigilância e violência eram fundamentais para a eficiência policial.

*Esta ação policial estava envolta na construção e no direcionamento que levavam à criação de mitos circundados pela promessa de uma sociedade futura, através de um novo projeto político e referendado por uma reeleitura do passado. Getúlio Vargas dizia que somente os povos nacionalistas e vigilantes poderiam subsistir, por isso o amor ao Brasil, ou à brasilidade [...].<sup>83</sup>*

A construção e a solidificação do regime estadonovista se fez também pela competência das autoridades policiais, instituindo determinadas práticas que garantiram a presença do Estado autoritário no cotidiano brasileiro. Como elemento constituinte da dinâmica social, a atuação policial apresentava-se como elemento fundante da manutenção do poder, instituição fundamental em um período de transformações políticas, cabendo a ela o olhar vigilante da segurança e da proteção da nação contra os indesejáveis inimigos políticos e sociais.

A dimensão policial do Estado Novo revela estratégias autoritárias e homogeneizadoras, atuando na essência de um projeto político que não se absteve de aprisionar ou liquidar certas categorias da população. Torturas, confinamentos, prisões relâmpago, repressão, crimes, violência física e psicológica passaram a ser mecanismos acionados pelo Estado, como forma de garantir estabilidade política e social, tomando o nacionalismo como lema de um projeto imperiosamente nacional.

Medidas repressivas tornaram-se elementos fundamentais para a política de dominação e de legitimação do Estado. O peso da mão de ferro do Estado Novo se fez sentir principalmente através da atuação policial, que implacavelmente traduziu em ações concretas o modelo autoritário, legitimando muitas de suas ações por

---

<sup>83</sup> CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência. A Polícia da Era Vargas*. Brasília: UNB, 1994, p. 23.



meio de um discurso salvacionista e nacionalista. A organização da estrutura repressiva institucionalizada traduziu de forma evidente a lógica governamental autoritária<sup>84</sup>, concretizada com o golpe de 1937. Neste contexto, a polícia se produziu e reproduziu dentro de um quadro de instabilidades e demonstrou-se como agente extremamente necessário e último para garantia da “ordem” nacional.

*A Polícia não é somente uma instituição salutar, mas necessária e importante. Para se sentir a sua alta importância é bastante atentar para este fato meridiano: – o Estado, como principal função, tem a de defendê-la contra qualquer agressão estrangeira. Ora, isso seria impossível se não fosse a ação vigilante e dinâmica da Polícia.*<sup>85</sup>

Dispositivos de segurança foram, assim, criados e colocados em prática para que os propósitos nacionais emergissem da vontade manipulada. O controle, a vigilância e a própria violência tornaram-se necessários para a preservação do espírito de ordem, que não fora mantido pelo sistema democrático, alvo de constantes críticas do regime autoritário, mas que naquele momento poderia ser resgatado e sustentado pela fortificação do Estado<sup>86</sup>. A polícia, responsável pelo controle e pela manutenção dos ideais autoritários e nacionalistas, criou estratégias específicas, colocando a vigilância social como tarefa predominante de sua atuação e encarando o crime de uma maneira não percebida até então.

*Sua importância sobre-excede ainda no fato de ser ela auxiliar vanguardista e ativa da Administração do Estado. Este não pode dela prescindir. Ela sobre ser a sua dedicada e destacada colaboradora, sobre agir e vigiar pela sua segurança, é, em qualquer regime, em qualquer tempo, em qualquer parte do mundo, uma poderosa força permanente, ativa e organizada, a prol do seu progresso e grandeza, como o é do progredimento do indivíduo.*<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendente durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: UFPEL, 2002, p. 93.

<sup>85</sup> CARRACHO, Alcides de O. *A Importância da Polícia*. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Vida Policial. Fevereiro de 1943, Ano V, nº 55, p. 73.

<sup>86</sup> Este mesmo propósito era defendido pelos importantes mentores das Forças Armadas. Góis Monteiro, militar reconhecidamente competente, construiu um corpo de idéias no qual defendia a organização política do Exército, dirigindo fortes críticas ao liberalismo, defendendo a sobreposição dos interesses nacionais, suprimindo o individualismo e adaptando a liberdade aos princípios da segurança nacional. Além disso, afirmava que as Forças Armadas deveriam estar sempre prontas para dar o primeiro combate aos inimigos internos e externos, quando os interesses nacionais estivessem contrariados, além de preparar a nação para o combate. PINTO, Sérgio Murillo. *A Doutrina Góis: síntese de pensamento militar no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 291 – 307.

<sup>87</sup> CARRACHO, 1943, p. 74.

Além disso, a polícia, como força necessária e legítima do Estado, passou a ser “controlada pelo governo e não por poderes judiciários independentes que seguissem a tradição clássica republicana”<sup>88</sup>. Esta estrutura traduzia a organização peculiar do Estado Novo, que, ao lado da polícia, colocava-se acima das leis, no intuito de garantir os interesses nacionais.

Braço executivo mais importante do governo de Getúlio Vargas, a polícia acabou rompendo laços de solidariedade com a comunidade, inaugurando práticas que se institucionalizaram como padrão da ação policial. O cinismo explícito<sup>89</sup> foi incorporado à cultura do regime político, criando sensações de isenção quanto à responsabilidade das ações mais violentas, praticadas principalmente pelas autoridades policiais. A tenacidade na afirmação de um suposto desconhecimento da chefia do governo em relação às abusivas atividades da polícia constituía parte da retórica adotada pelas autoridades. Mas, era fato real a ligação entre a polícia e Vargas, na medida em que o ditador controlava e acompanhava as suas principais ações de forma autônoma e paralela à lei<sup>90</sup>.

A pessoa jurídica perdia espaço para as ações policiais, frente às prerrogativas desta instituição em colocar-se acima das leis. Tanto no espaço rural como urbano, a polícia produziu mecanismos de controle social, perseguindo aqueles que de alguma maneira eram tratados como indesejáveis sociais, incapazes de traduzir o “grande espírito renovador” pelo qual o país passava, guiado pelas ações de um regime centralizado e autoritário. Assim, ações juridicamente ilegais acabaram ocupando a predominância sobre aquelas que respeitavam trâmites processuais dos suspeitos ou dos criminosos. A atuação policial dirigia-se diretamente aos acusados e aos criminosos. A preocupação recaía sobre o sujeito e não mais para as manifestações criminosas desse indivíduo.

*O controle da malandragem, a vigilância das ruas com suas centenas de informantes anônimos e em potencial, a forte e ferrenha censura, o policiamento ostensivo nas praias, o controle e a tutela policiais das festas populares, como o*

---

<sup>88</sup> CANCELLI, 1994, p. 29.

<sup>89</sup> Termo utilizado por Elizabeth Cancelli, ao resgatar uma das características da polícia do Estado Novo, que em muitos casos permaneceu ignorada pela literatura histórica. CANCELLI, Elizabeth. *Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente*. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 309 – 326.

<sup>90</sup> Um dos pontos que confirma a ligação direta de Vargas à polícia é o decreto anunciado em 10 de novembro de 1933, através do qual a polícia do Distrito Federal estava sob o controle do presidente da República e sob a fiscalização do ministro da Justiça e Negócios Interiores. Mesmo sendo decretada antes do golpe, a prática se fortaleceria durante o período autoritário. CANCELLI, Elizabeth, 1999, p. 310.

*carnaval, e a exaltação ao cidadão pacato e à família também faziam parte do cotidiano policial.*<sup>91</sup>

No intuito de legitimar algumas ações, várias reformas foram implantadas na legislação nacional e policial durante a década de 1930, com o objetivo de garantir a segurança nacional e de ampliar e federalizar o trabalho policial, atrelando as diferentes polícias dos estados à chefia do Distrito Federal. As reformas eram necessárias para que as ações policiais fossem, de alguma maneira, amparadas por concepções consideradas mais racionais.

Neste sentido, as Leis Penais, feitas em 1932, mais tarde reunidas na aprovação do Código Penal, que entrava em vigor em 1942, redefiniam algumas considerações importantes para o momento, na medida em que se incorporavam aos instrumentos legais idéias da Escola Positiva<sup>92</sup>. Dessa maneira, por exemplo, a concepção sobre criminoso, a partir da ótica da Escola Positiva, recebia uma nova conceituação sobre o ser criminoso, afirmando ser aquele indivíduo que manifesta alguma anormalidade, uma variedade do gênero humano. Da mesma forma, as teorias de “defesa social” foram incorporadas pela reformulação do Código Penal, constituídas por *“princípios de intervenção de caráter mais amplo e que visavam reprimir os abusos à ordem pública”*<sup>93</sup>.

A partir de 1932, os chefes de polícia nos estados já haviam sido substituídos por pessoas de confiança, o que também representou um novo direcionamento do aparato à instituição policial. As polícias estaduais foram, então, subordinadas à Polícia do Distrito Federal, estando menos ligadas aos interventores ou governadores de estado, mas diretamente conectadas à Presidência da República. Concretizava-se, assim, o papel de ação e de domínio deste importante setor, principalmente a partir de 1937.

Na medida em que o aparato policial e repressivo foi sendo sofisticado pelas autoridades, enquanto *“evolui e cresce, cria órgãos e origina sistemas, entrosa-se e constitui-se em um todo orgânico, amplia e multiplica a sua ação, [...] na defesa e na proteção, da VERDADE e do BEM”*<sup>94</sup>, maior tornava-se o corpo de funcionários

---

<sup>91</sup> CANCELLI, 1994, p. 33.

<sup>92</sup> Sobre este assunto, consultar a obra de CANCELLI, 1994, p. 27 – 29; 78 – 79.

<sup>93</sup> CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da Polícia Civil do Distrito Federal, 1930 – 1942*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro : CPDOC/FGV, vol. 12, nº 22, 1998.

<sup>94</sup> CARRACHO, Alcides de O. *A Importância da Polícia*. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Vida Policial. Fevereiro de 1943, Ano V, nº 55, p. 73.

envolvidos nas ações policiais. Na Portaria 5.106, de 07 de agosto de 1939, do chefe de Polícia, faz-se menção à existência de mais de 1500 investigadores no quadro de funcionários permanentes<sup>95</sup>. Além disso, o investimento financeiro se fazia necessário, pois garantia o pagamento do crescente número de funcionários, a renovação de instrumentos por outros mais modernos e cobria despesas da polícia com atividades repressivas. Isso exigiu constantes verbas, sendo que muitas delas foram efetivadas de maneira sigilosa.

No Rio de Janeiro, encontrava-se a repartição central da chefatura de polícia, que se organizava a partir de sete setores distintos: 1 – Delegacias auxiliares; 2 – Diretoria Geral de Expediente e Contabilidade; 3 – Diretoria Geral de Investigações; 4 – Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes; 5 – Delegacia Especial de Segurança Pública e Social; 6 – Colônia Correccional de Dois Rios e 7 – Inspetoria Geral de Polícia. Entre todos estes setores, a Delegacia Especial de Segurança Pública e Social (DESPPS)<sup>96</sup> tornava-se o elemento original dentro da estrutura policial, sofrendo um redimensionamento, entre 1939 e 1941, com definição de uma estrutura administrativa mais complexa<sup>97</sup> e com a criação do Gabinete Técnico<sup>98</sup>, responsável pelas informações do serviço de repressão organizado, coordenando e sistematizando todo o serviço da DESPPS.

*[...] examinadas as publicações consideradas suspeitas e nocivas; catalogadas as publicações apreendidas, centralizado o serviço cartográfico e criptográfico da Delegacia Especial, mantida correspondência com as delegacias de Ordem Política estaduais, organizado e mantido o serviço e o fichário fotográfico, expedição de notas reservadas, organizados os índices nominais de suspeitos, presos, condenados, contraventores etc.; organizado o arquivo de todos os documentos cifrados e decifrados, guardados os sistemas de códigos usados pela DESPPS; feita a análise de jornais e revistas estrangeiros; e organizado o serviço de dossiês políticos de todas as organizações e o fichário dos indivíduos considerados suspeitos.*<sup>99</sup>

Na prática, a atuação policial caracterizava-se como essencialmente federalizada, pois a Polícia do Distrito Federal reunia os instrumentos legais que

---

<sup>95</sup> Cf. CANCELLI, 1994, p. 53.

<sup>96</sup> A DESPPS surgiu em 1933, substituindo a 4ª Delegacia Auxiliar (esta surgira em 1922, e, com uma Seção de Ordem Política e Social, investigava e controlava associações operárias, anarquistas e comunistas). Juntamente com a Delegacia Geral, a DESPPS prestava balanço semanal dos presos e detidos, os quais estavam à disposição da chefia e alojados na sala de detidos.

<sup>97</sup> Cita-se a criação da Seção de Arquivo Geral. Ver: MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. *Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 12, nº 22, 1998.

<sup>98</sup> O Gabinete Técnico substituiu a Diretoria de Publicidade e Comunicação, criada em 1933.

<sup>99</sup> CANCELLI, 1994, p. 54 – 55.

determinavam padrões e critérios para a sua atuação nacional<sup>100</sup>. A organização policial transferiu ao Rio de Janeiro a centralização das principais instâncias deliberativas de toda esta instituição, garantindo conhecimento necessário das atividades policiais que ocorriam em diferentes pontos do país.

Expressão máxima da chefia de polícia e da própria centralização administrativa, o germanófilo<sup>101</sup> Filinto Müller<sup>102</sup> tornou-se um dos mais importantes personagens do Estado Novo quanto à implantação dos ideais do autoritarismo através da repressão policial, ao mesmo tempo em que levou a centralização da atuação policial ao seu ponto máximo. Além disso, transformou-se em símbolo de brutalidade para diferentes camadas da população, enquanto para outros setores sociais, definia-se como elemento essencial para manutenção da ordem e para o afastamento de perigos à nação. Ocupou por longo tempo a Chefia da Polícia Federal, deixando o cargo em 1942, pela sua posição pró-Eixo, quando se acenou a aproximação do Brasil com os Estados Unidos. A partir desse momento, Müller ocupou outros cargos, entre eles o de chefe de gabinete do Ministério da Guerra, onde também esteve ocupado com tarefas repressivas internas. Logo após este cargo, em 1943, foi indicado para assumir a presidência do Conselho Nacional do Trabalho.

É inegável, dessa maneira, a influência, o prestígio, o poder e as concepções ideológicas de Filinto Müller junto ao governo de Getúlio Vargas. A ascensão aos cargos superiores, por exemplo, era concedida pela avaliação direta de Filinto, obrigando muitos investigadores a responderem as expectativas do chefe imediato, o que garantia uma fidelidade dos subordinados em relação ao chefe de polícia, dependendo o sucesso profissional desta relação hierárquica. Da mesma forma, suas ações caracterizavam-se como atividades independentes que, em grande parte, eram justificadas exclusivamente a Vargas, ao qual Filinto demonstrava grande fidelidade.

---

<sup>100</sup> CANCELLI, 1994, p. 62. Através da reestruturação policial realizada em 1934, por meio do decreto 24.531, detalhava-se as atribuições de cada segmento policial. Esse decreto garantiu a primazia da Polícia do Distrito Federal sobre as demais.

<sup>101</sup> Filinto Müller, homem de confiança de Vargas, era declaradamente pró-Eixo.

<sup>102</sup> Filinto Strubing Müller nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, em 1900. Além de tornar-se importante personagem da história repressiva do governo de Getúlio Vargas, participou, na década de 1920, dos levantes comunistas. Fora expulso da Coluna Prestes em função de desentendimentos com Luís Carlos Prestes. Estreitou os laços com a Alemanha nazista, realizando para este país uma viagem, em 1937, onde conheceu Heinrich Himmler. Ao longo de sua carreira, foi também deputado e senador da República, sendo o primeiro presidente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) durante o regime militar de 1964. Faleceu em Paris, no ano de 1973, em um acidente aéreo.

A importância de Müller no governo de Getúlio Vargas apresenta-se também na idealização de mecanismos de controle, de repressão e de divulgação, como por exemplo, a criação, em 1933, de um sistema de comunicação que interligava os estados e outros territórios à Polícia do Distrito Federal, dando origem a todo o serviço de propaganda do Estado, conhecido como *Press Ofício*. Tratava-se de uma transmissão por rádio de notícias policiais e governamentais, que ocorria todas as noites, às vinte horas. No desejo de uma centralização ainda maior, criava-se em julho de 1934 a Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes, uma espécie de cérebro das atuações, sob chefia direta de Filinto Müller.

Entre as várias obrigações da Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes estava a de estabelecer contato com as polícias estaduais e internacionais. Ao integrar-se com outras polícias do mundo, ampliava-se a esfera de atuação, rumo à internacionalização da ação da polícia brasileira, ocupada principalmente em perseguir e eliminar os inimigos políticos que atuavam no contexto político internacional.

Neste sentido, a perseguição aos inimigos iniciais do regime autoritário, os comunistas, esteve associada a uma rede de solidariedade policial, vinculada, de modo especial, às polícias alemã, italiana, norte-americana e inglesa<sup>103</sup>. Acordos foram firmados entre o Brasil e alguns países para que os serviços policiais fossem ampliados, criando espaços apropriados para a circulação de informações policiais que pudessem trazer benefícios recíprocos quanto à defesa da sociedade e das instituições do Estado.

Mesmo havendo cooperação, existiam também rivalidades entre as nações, pois determinados acordos representavam a ampliação da esfera de influência e de poder. Sem dúvida, uma das maiores influências na organização policial brasileira, principalmente nas questões de segurança, decorreu das estreitas relações entre a Gestapo e a polícia brasileira. Esta percebeu o modelo de excelência da atuação policial alemã como parâmetro de eficiência, o que acarretou, pelo menos até o rompimento das relações diplomáticas, colaboração intensa entre as duas instituições<sup>104</sup>. Filinto Müller engajava-se de maneira especial para que as duas

---

<sup>103</sup> Em 1931, foram contratados pelo governo de Getúlio Vargas, dois técnicos da polícia nova-iorquina, para que fossem organizadas as atividades de combate ao comunismo. CANCELLI, 1999, p. 313.

<sup>104</sup> O caso mais evidente de colaboração entre a polícia alemã e a polícia brasileira refere-se ao caso Olga Benário, entregue pela polícia do Brasil a autoridades nazistas. Outro episódio que corrobora as relações policiais entre Brasil e Alemanha é relativo à viagem secreta do chefe da Delegacia Especial de Segurança

polícias se tornassem íntimas. Mesmo declarada a posição contrária do Brasil aos países do Eixo, em 1942, a influência organizacional alemã na estrutura policial brasileira ainda seria percebida.

*Nada pode escapar à Gestapo, instituição considerada como a mais eficiente e formidável organização policial secreta do mundo. Poderá ter mais dinheiro a 'British Intelligence Service', mais imaginação o Deuxième Bureau francês, mais fanáticos a sua disposição a G.P.U. russa, porém nem o mais culto rincão de vida humana pode esquivar-se dos tentáculos daquela.*<sup>105</sup>

A influência nazista na polícia brasileira, tornava-se bastante evidente, até mesmo em algumas ocasiões públicas. José Plínio Guimarães Fachel<sup>106</sup> destaca o desfile dos componentes do Departamento Esportivo de Polícia, retratado também na revista *Vida Policial*, no qual os integrantes desfilavam em uma solenidade organizada por “teuto-brasileiros”, com o braço estendido, o que demonstra certa semelhança com o gesto nazista<sup>107</sup>.

A criação do Serviço Secreto pela polícia brasileira, conhecida como “SS” – uma clara referência a SS<sup>108</sup> alemã, reflete a inspiração no aparato policial alemão. O pacto que se concretizou durante alguns anos entre as duas nações referia-se ao engajamento, cada qual em seu país, em perseguir os inimigos mais nocivos à organização política e social, entre eles, comunistas, esquerdistas, judeus, entre outros, bem como promover intercâmbio de material de provas de ações de grupos de esquerda e encaminhar idéias sobre ações policiais que deveriam ser tomadas diante de um perigo iminente.

Ironicamente, a influência alemã na organização policial brasileira voltou-se mais tarde contra os “súditos do Eixo”. A aproximação aos Estados Unidos provocou o afastamento diplomático entre os países do Eixo e o Brasil, quando relações foram publicamente rompidas no princípio de 1942. Dessa forma, a polícia brasileira

---

Política e Social, Afonso Henrique Miranda Correa, em 1937, à Alemanha, onde recebeu de Himmler a Ordem de Primeira Classe. Cf. CANCELLI, 1999, p. 321.

<sup>105</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Agosto de 1942. Antes de 1942, a revista *Vida Policial* editou algumas matérias que elogiavam a atuação da polícia alemã, demonstrando, assim, a admiração por esta instituição.

<sup>106</sup> FACHEL, 2002, p. 103.

<sup>107</sup> Tais saudações, peculiares às nações do Eixo, foram proibidas pela Central de Polícia de Porto Alegre, através da Circular nº 03, de 28 de janeiro de 1942. Ver: FACHEL, 2002, p. 103.

<sup>108</sup> A Schutzstaffel (Escudo de proteção), “SS”, tratava-se de uma unidade de elite, uma organização paramilitar do nacional-socialismo, que atuou principalmente, a partir de 1933, na caça a judeus, comunistas, homossexuais e ciganos na Alemanha. Entre personagens reconhecidos da SS estão Heinrich Himmler, Reinhard Heydrich e Ernst Kaltenbrunner.

estreitava suas relações com a polícia secreta norte-americana, mas com a continuidade da inegável influência da organização nazista em seu corpo funcional. O modelo alemão passava a reprimir e combater o *perigo nazista*, agora em solo brasileiro.

O caráter de internacionalização repressiva<sup>109</sup>, acionada pelo Estado Novo, não se restringiu, porém, unicamente à influência alemã. Como forma de internacionalizar a sua ação, as relações com os Estados Unidos e com a Inglaterra<sup>110</sup> também se fizeram evidentes, pelo interesse destes países na posição estratégica do Brasil. Ao longo do governo de Vargas várias foram as ações que intensificaram os laços policiais entre estes países, citando-se, por exemplo, a contratação por parte do governo brasileiro de técnicos especializados da polícia norte-americana para organizarem os serviços secretos de combate ao comunismo, bem como, convites de visitas feitas por autoridades dos Estados Unidos para conhecer departamentos de polícia da Chicago, Washington e a Academia do FBI<sup>111</sup>.

Da mesma forma, o Brasil operacionalizou contatos com países da América, entre eles a Argentina, o Paraguai, a Bolívia e o México, criando espaços para colaboração entre as instituições policiais. Ao Ministério das Relações Exteriores coube a tarefa de manter a polícia informada, na medida em que este ministério mediava os contatos internacionais de cooperação.

O sistema de cooperação internacional colocava-se, portanto, necessário para a manutenção do espírito renovador, momento próprio do Estado Novo. A limpeza ideológica passava necessariamente pela aniquilação do perigo internacional do comunismo, em nome da justiça, da ordem e da segurança nacional. Os comunistas tornaram-se os alvos principais de atuação repressiva da polícia do Estado Novo, principalmente entre 1930 e 1937. Os partidários do comunismo constituíram peça-chave do mito de conspiração, que havia se manifestado de forma clara em 1935, com a chamada Intentona Comunista. Esse episódio, aliado à tentativa de golpe integralista de 1938, tornou-se parâmetro para

---

<sup>109</sup> Termo utilizado pela historiadora Elisabeth Cancelli, 1999, p. 312. A internacionalização das ações policiais se fez necessária aos países frente ao necessário controle e erradicação internacional da ideologia comunista.

<sup>110</sup> Embora houvesse auxílio direto da polícia inglesa na polícia brasileira, de uma maneira geral, sua colaboração caracterizava-se de maneira bastante reservada. Cf. CANCELLI, 1999, p. 315.

<sup>111</sup> Em matéria publicada pela revista *Vida Policial* registrava-se a viagem do Delegado do DOPS gaúcho, Plínio Brasil Milano, aos Estados Unidos, a convite do governo deste país. *Vida Policial*. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Abril de 1943, p. 12.



que a atuação da polícia política não se manifestasse somente no campo da repressão, mas que também estivesse engajada em ações preventivas, de afastamento dos perigos que se configuravam como reais<sup>112</sup>.

Os “inimigos objetivos” foram, assim, incessantemente perseguidos e sua ideologia amplamente combatida. Inicialmente, foram os comunistas os alvos da política repressiva, expandindo-se lentamente a outros grupos, devido à conjuntura internacional e pela posição que o Brasil tomava diante do conflito internacional que eclodira em 1939. Dessa maneira, já a partir de 1941, os chamados “súditos dos países do Eixo” passaram a ser vigiados e controlados pelas autoridades policiais, pois representavam ameaça à estabilidade e à soberania brasileira.

Neste contexto de perseguição e de repressão, a polícia estadonovista ampliou sua esfera de atuação, com a criação de departamentos específicos de controle do complexo universo institucional sobre o qual sobrevivia o Estado autoritário. A polícia brasileira demonstrou-se desde cedo instituição fundamental para a sobrevivência do Estado Novo, ativando suas secretarias em todos os estados do Brasil e organizando uma estrutura repressiva contra os “perigos” sociais e políticos. Engajados nesse propósito estavam diferentes departamentos e delegacias, como o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), o Departamento de Ordem Política e Social, a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), além do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). A toda esta divisão administrativa da polícia, adicionaram-se forças complementares à Polícia do Distrito Federal, como é o caso da Polícia Especial<sup>113</sup> e da Guarda Civil<sup>114</sup>.

Em relação ao trabalho de repressão, além das chefias regionais de polícia, aglomeravam-se as polícias militares, as quais se dividiam em unidades de infantaria e de cavalaria, consideradas mais modernas e bem-equipadas, o que igualmente projetava uma ação mais agressiva. Entre as atividades desenvolvidas pelas polícias militares aponta-se “o direito de prender homens por crimes civis ou contra o Estado, sendo que quase a metade de sua força ficava concentrada no

---

<sup>112</sup> Cf. MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. *Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 12, nº 22, 1998.

<sup>113</sup> A Polícia Especial constituía uma espécie de tropa de prontidão, “que funcionava como reserva e elemento de choque para os momentos mais agudos”. CANCELLI, 1994, p. 65.

<sup>114</sup> A Guarda Civil era responsável pelo policiamento do centro urbano do Rio de Janeiro e pela cessão especial de pessoas para a Inspetoria de Veículos, delegacias auxiliares, Polícia Marítima e Palácio do Catete. CANCELLI, 1994, p. 66.

*interior*”<sup>115</sup>. A polícia, enfim, organizada na esfera nacional e regional, apresentava-se “*como peça fundamental para estabelecimento e manutenção da ordem idealizada e também como instrumento de poder político*”<sup>116</sup>.

Ações públicas e ações sigilosas caracterizavam as atividades policiais. O saneamento ideológico passou a ser tarefa de setores secretos. A presença de uma polícia secreta constituía um departamento especial para desenvolver atividades de contra-espionagem<sup>117</sup> e, assim, desvendar as tramas que se desenhavam contra os interesses nacionais. Hannah Arendt, autora de *Origens do Totalitarismo*<sup>118</sup>, nos sugere algumas reflexões sobre o fato de a organização de serviços de espionagem da polícia ter sido efetivada pelo Serviço Secreto das Delegacias de Ordem Política e Social.

*Acima do Estado e por trás das fachadas do poder ostensivo, num labirinto de cargos multiplicados, por baixo de todas as transferências de autoridade e em meio a um caso de ineficiência, está o núcleo do poder do país, os supereficientes e supercompetentes serviços da polícia secreta.*<sup>119</sup>

Em 1942, o serviço secreto do governo passava a ter um reforço específico dos ministérios públicos, especialmente do Ministério da Justiça, através da criação do regimento interno da Seção de Segurança Nacional. Diante de um contexto internacional instável, o controle de estrangeiros pela polícia secreta – principalmente aqueles originários das nações do Eixo, transformados, ao lado de comunistas, em “inimigos objetivos” – foi amparado pelos princípios de segurança nacional. Esta circunstância criou novos episódios de repressão e de violência por parte da polícia brasileira, atingindo inclusive grupos étnicos que eram relacionados pelas autoridades aos países beligerantes do Eixo Roma–Berlim–Tóquio. Conseqüentemente, o olhar vigilante sobre os estrangeiros e sobre as comunidades

---

<sup>115</sup> Idem, p. 67.

<sup>116</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 147.

<sup>117</sup> Segundo PERAZZO, as atividades de contra-espionagem foram acionadas pela polícia brasileira sob orientação da diplomacia norte-americana. Idem, p. 168. Os serviços de informação dos Estados Unidos consideravam suspeitos de serem espíões nazistas todos os judeus que haviam deixado a Alemanha, exigindo, muitas vezes, a extradição dessas pessoas ou o internamento em campos de concentração. GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 150.

<sup>118</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 470. Embora o Estado Novo não seja considerado um regime totalitário pela historiografia recente, as reflexões de Arendt nos auxiliam na compreensão de alguns aspectos do governo estadonovista, enquanto regime autoritário que procurou introduzir algumas práticas totalitárias no governo.

<sup>119</sup> Idem, *ibidem*.

imigrantes se acentuou, juntamente com a execução de medidas concretas por parte das autoridades para que a situação fosse completamente controlável. A preocupação quanto às localidades imigrantes é traduzida por um documento composto por setenta e nove perguntas e respondido pelas autoridades policiais locais, sobre atividades, organização, composição, entre outros aspectos, realizado em três vias: uma delas entregue à Polícia, outra à seção de Segurança e a terceira ao interventor.

*1. Nos últimos dez anos tem-se verificado a entrada, no município de imigrantes estrangeiros? Qual o total aproximado por nacionalidade? Alemães, japoneses, sírios, italianos, espanhóis, judeus, outros. A que atividade se têm dedicado? Agricultura, indústria, comércio (por nacionalidade).*

*[...]*

*4. Quais as sociedades civis, recreativas, culturais, beneficentes, etc., fechadas em consequência do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão?*

*5. Há sociedades civis de súditos desses países funcionando? Quais? Declarar se foram nacionalizadas e se estão efetivamente afeitas ao ambiente nacional.*

*[...]*

*14. Quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas a estrangeiros que estão próximas de leitos de estradas de ferro?*

*15. Quais as que estão próximas a estradas de rodagem?*

*16. Quais estão próximas a aeroportos ou campos de aviação?*

*[...]*

*34. Se for retirado o elemento militar do município é possível que os estrangeiros tentem subverter a ordem?*

*[...]*

*49. Há no município brasileiros que se afigurem capazes de auxiliar estrangeiros em atividades contrárias aos interesses ou à segurança nacional?*<sup>120</sup>

As perseguições a alemães, a italianos e a japoneses no Brasil, a partir de 1942, foram bastante intensas. Ao lado da campanha de nacionalização, que promoveu restrições profundas a comunidades imigrantes, as ações policiais a estrangeiros e seus descendentes, suspeitos em potencial, acarretou em situações legalmente insustentáveis, mas aceitáveis diante dos discursos que recorriam à necessidade da manutenção da coesão e da segurança nacional. Destarte, a manutenção de prisioneiros que já haviam cumprido a sua pena tornou-se prática comum, aplicada principalmente a estrangeiros, acusados de serem colaboradores dos regimes totalitários.

A prisão no Brasil, como neste e em outros casos, tornou-se um espaço de segregação para a ação do regime e da polícia. As prisões e as detenções se

<sup>120</sup> CANCELLI, 1994, p. 173 – 177.

cristalizaram ao longo do tempo e na medida em que o poder da polícia crescia, principalmente depois do golpe de 1937. Um retrato importante sobre as condições das prisões foi descrito por Graciliano Ramos<sup>121</sup>, em *Memórias do cárcere*, dando luz a um mundo que permaneceu obscuro e que abrigou centenas de pessoas, excluídas à força da sociedade que os não “aceitava”. Sob a ótica autoritária, muitos suspeitos, sem as devidas provas, foram encarcerados e colocados a situações adversas, tanto pela resistência física como pela resistência psicológica. Torturas, humilhações, fome, doenças e descaso com os enfermos nas prisões constituíam episódios corriqueiros e aparentemente normais para um regime que defendia a segregação dos indesejáveis sociais. A aparente realidade, embora manipulada, legitimou a ação policial, o que ocasionou, segundo Elisabeth Cancelli<sup>122</sup>, mais de dez mil presos políticos.

Além das prisões, que normalmente encontravam-se superlotadas, campos de concentração foram sendo instalados em diversos pontos do país, mantendo presas nesses locais pessoas que geralmente representavam perigos maiores às autoridades e à sociedade.

Habilidosas e cuidadosas foram as ações e as atitudes tomadas por aqueles que pretenderam justificar o uso indiscriminado da violência e da repressão. Os perigos sociais e políticos, a violência e as prisões, expostos constantemente pela polícia, foram, de forma geral, reconhecidos pela sociedade como essencialmente reais, principalmente através da propaganda política.

Persuadir de forma eficaz, além da repressão aos criminosos, foi sem dúvida um dos pontos importantes da atuação policial no contexto do Estado Novo. Atréada a uma máquina publicitária, rigorosamente organizada, a sustentação do regime se concretizou através de eficientes mecanismos de propaganda política, que procuravam justificar o momento histórico. Certamente, a organização da propaganda política se construiu a partir de outros modelos internacionais, que geraram êxito quanto à divulgação de determinadas ideologias que destacavam a importância do papel do Estado na vida dos cidadãos, neste caso, principalmente o exemplo nazista de propaganda política. Assim, a credulidade no discurso era amparada na demonstração constante da necessidade de se garantir a ordem

---

<sup>121</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 1987. 23. ed.

<sup>122</sup> CANCELLI, 1994, p. 193. Segundo a autora, este dado é difícil de precisar, já que foram queimados documentos policiais quando da saída de Filinto Müller da Chefia da Polícia, em 1942.

social, com a prerrogativa de estar-se protegendo a nação de influências nocivas e perigosas ao Brasil.

Verdades fabricadas, distribuição em massa de cartazes e fotografias de Getúlio, repetição sistemática de *slogans* fazem parte de um conjunto que se propunha a disseminar uma cultura legitimadora quanto à preservação dos ideais de nacionalismo, bem como, a manutenção do regime estadonovista. Já apontava-se esta tendência com a decretação do Golpe, em novembro de 1937, quando na ocasião foi criado o Serviço de Divulgação<sup>123</sup>, pela portaria 3.622, de 10 de novembro de 1937, incumbido de distribuir artigos e comunicados a mais de 1300 jornais do país, em produzir panfletos e livros, bem como, de enviar retratos de Getúlio Vargas a todas as regiões. Solidificava-se o desejo de consolidar a propaganda estadonovista, ao mesmo tempo em que se desprezava e rechaçava ideologias subversivas.

O Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, também mostrou-se engajado neste propósito, inspirado em modelos totalitários europeus de propaganda, construiu suas ações de trabalho, procurando agir incessantemente sobre o imaginário político e social da população brasileira. Procurava-se moldar uma realidade aparente, diferente daquela que o país apresentava até aquele momento.

Diante de instabilidades políticas e sociais, primeiramente causadas pelo perigo comunista e que depois foram ampliadas, durante a Segunda Guerra Mundial, para um discurso de proteção contra inimigos do Eixo, produziu-se também uma propaganda policial, calcada na intencionalidade de legitimar a ação da polícia, na tarefa de eliminar os antagonistas do governo, os inimigos objetivos do regime e “fazer crer a toda a população que cada pessoa fazia parte do serviço de vigilância do regime”<sup>124</sup>.

Atividades policiais, principalmente aquelas nascidas nas Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), também engajaram-se em promover um discurso e uma propaganda que refletisse a sua atuação como instituição policial eficiente, dinâmica e necessária. Ao lado do DIP, o DOPS funcionou como uma das “engrenagens reguladoras das relações entre Estado e o povo, verdadeiras

---

<sup>123</sup> Dois anos após a sua criação, o Serviço de Divulgação foi substituído pelo Serviço de Inquéritos Políticos Sociais, ligado ao Gabinete Técnico, através da Portaria 4.908, de 15 de abril de 1939.

<sup>124</sup> CANCELLI, 1994, p. 37.

*máquinas de filtrar a realidade, deformando fatos e construindo falsas imagens*<sup>125</sup>. A homogeneização cultural perdia espaço para a homogeneização de um projeto unificador das diferenças étnicas, regionais e políticas, concretizado também através da atuação policial do Estado Novo.

Em termos de produção impressa, destacaram-se periódicos policiais e militares, preocupados na divulgação da ideologia institucional, da necessária presença das instituições de força, bem como, da divulgação de uma nova “pedagogia” do ensino policial<sup>126</sup>. *A Nação Armada*<sup>127</sup> (1939 – 1947), *Polícia Política* (1937), *Vida Policial*<sup>128</sup> (1938 – 1946) constituem alguns exemplos de produção impressa deste período.

A atuação policial neste sentido foi sistemática. A censura<sup>129</sup> de jornais do país, realizada pela Chefia de Polícia do Rio de Janeiro em conjunto com o Departamento Nacional de Propaganda e com o Departamento de Imprensa e Propaganda, demonstrava o propósito homogeneizador do discurso. A autorização de determinadas notícias ocorria somente com a permissão expressa da Polícia Federal ou dos governadores dos estados. A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) passou a trabalhar ininterruptamente, controlando as informações veiculadas pela mídia impressa e pelas estações de rádio.

*Mesmo que em alguns momentos houvesse alguma liberdade de expressão, os órgãos de imprensa estavam continuamente correndo o risco de serem empastelados. Os editoriais eram lidos sistematicamente pelos agentes policiais, antes do jornal ser rodado, mantendo-se a prática de fazer visitas surpresas aos jornais, fato que significava pressão e controle. Depois da promulgação da Constituição de 1937, o jornalista passou a ser considerado um funcionário do Estado e a imprensa teve um tratamento de entidade autônoma.*<sup>130</sup>

O Departamento de Ordem Política e Social, instituição que substituíra as funções da Polícia de Costumes, em 1937, era um dos principais reguladores da vida cultural, política e social do país. O DOPS era composto por setores

---

<sup>125</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional*. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 339.

<sup>126</sup> Cf. CUNHA, Olívia Maria Gomes da, 1998.

<sup>127</sup> Tratava-se de um periódico das Forças Armadas do Brasil.

<sup>128</sup> *Vida Policial* foi também título de um periódico produzido pela polícia da capital federal (Rio de Janeiro), editado entre 1925 e 1927. No entanto, a referência neste texto remete à publicação realizada pela Repartição Central de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, distribuída entre 1938 até 1946.

<sup>129</sup> A censura e a intervenção se acentuaram a partir de 1938. Muitos jornais foram suspensos, enquanto outros passaram a ter intervenção direta do governo, até 1945. O decreto-lei de 30 de dezembro de 1939 colocava o rádio, o cinema, os cartazes, fotos, entre outros, sujeitos à censura.

<sup>130</sup> CANCELLI, 1994, p. 119 – 120.

interligados<sup>131</sup>, entre eles, o *Serviço de Investigação S-1*<sup>132</sup>, responsável por sindicâncias sobre todos os assuntos sob jurisdição do DOPS, o *Serviço de Informações S-2*, ao qual competia executar, fiscalizar e controlar todas as atividades burocráticas, como relatórios e inquéritos e o *Serviço Secreto*<sup>133</sup>, o SS, responsável pela coleta de informações sigilosas e pela execução de atividade secretas definidas pelo alto comando da polícia.

O DOPS da capital do país concentrava as ações regionais da polícia política e social, recebendo relatórios constantes dos crimes políticos ocorridos nos estados da federação. Entre atividades de repressão e violência desenvolvidas por este departamento, a propaganda política também fora reforçada pelo DOPS, principalmente com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, delimitando uma ação mais doutrinária, a favor do Estado autoritário.

No Rio Grande do Sul, a polícia organizou-se segundo os modelos institucionais criados pelo governo de Vargas. O estado dividia-se em seis regiões policiais, a 1ª Caxias do Sul, a 2ª Pelotas, a 3ª Santa Maria, a 4ª Alegrete, a 5ª Cruz Alta e a 6ª Porto Alegre. O título de Delegado regional, considerado cargo de comissão, era ocupado somente por bacharéis de Direito, diplomados há no mínimo três anos ou por delegados considerados de 1ª categoria.

Em 1938, a Polícia do estado se organizava a partir uma chefia central – a Repartição Central de Polícia – a qual se ligava diretamente à Delegacia Auxiliar. As demais divisões, entre elas, as delegacias especiais, as subdelegacias, as diretorias, os institutos, a guarda civil, os serviços, a escola de polícia, entre outros, atrelavam-se imediatamente à Delegacia Auxiliar. O organograma abaixo representa a estrutura policial do Rio Grande do Sul, configurada a partir de 1938.

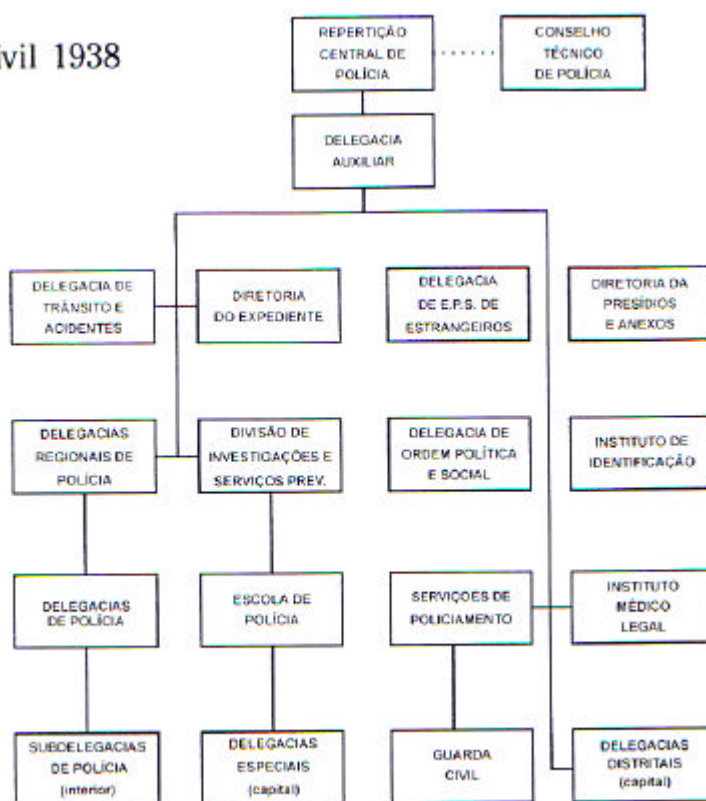
---

<sup>131</sup> BENEVENUTO, Estela Carvalho. *A polícia e a revista Vida Policial: uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997, p. 100.

<sup>132</sup> O Serviço de Investigação S-1 era composto pelos seguintes órgãos: Fiscalização Trabalhista, Atividades de Estrangeiros, Ordem Pública e Serviços Especiais. Segundo Benevenuto, *‘esses subsetores do chamado S-1 acabavam desenvolvendo o trabalho de investigação preventiva, buscando o material e entregando os mesmos a outros setores, na escala hierárquica da polícia política’*. BENEVENUTO, 1997, p. 101.

<sup>133</sup> Composto por policiais do Departamento Federal de Segurança Pública e por policiais da Guarda Civil, preservava-se a identidade desses investigadores, os quais deveriam apresentar atributos essenciais, como lealdade, disciplina e obediência. BENEVENUTO, 1997, p. 102.

## Polícia Civil 1938



Fonte GONZALES; SESTI, 2006.

Entre o corpo policial constituído no Rio Grande do Sul encontram-se expoentes de destaque, os quais instalaram ações repressivas e violentas, correspondendo aos estímulos e às ordens hierarquicamente superiores. Entre eles, destacam-se Aurélio da Silva Py<sup>134</sup>, Plínio Brasil Milano, Ernani Baumann<sup>135</sup>, Huberto Wallau e Teobaldo Neumann<sup>136</sup>. Embora menos conhecidos, os demais delegados que administravam delegacias municipais ou que controlavam regiões do Estado souberam responder aos anseios da política autoritária do Estado Novo<sup>137</sup>, instituindo práticas de repressão aos indivíduos que representavam problemas de ordem social e política. Entre as atividades de controle social e político, destacam-se aquelas engajadas em garantir o êxito da campanha de nacionalização, reprimindo a

<sup>134</sup> Permaneceu na Chefia da polícia gaúcha até a saída de Cordeiro de Farias como interventor do estado, sendo substituído por Darci Vignoli. Cf. GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 33.

<sup>135</sup> Antes de assumir serviços na capital da República, foi chefe da Seção de Fiscalização de Armas, Munições e Explosivos da Repartição Central de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul e um dos redatores chefes de *Vida Policial*.

<sup>136</sup> Chefe do DOPS no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo.

<sup>137</sup> Entre várias ações das polícias dos municípios gaúchos, destacam-se aquelas que garantiam a aplicação da Campanha de Nacionalização, bem como atividades de investigação e perseguição aos “*súditos do Eixo*”.



cultura étnica de localidades imigrantes, principalmente alemãs e italianas, bem como, perseguição a elementos ligados ao comunismo, ao fascismo italiano e ao nazismo. Neste sentido, o DOPS gaúcho destacou-se pelas atividades policiais, ocupando-se com atividades de espionagem e contra-espionagem, controlando e reprimindo atividades nazistas no estado, além de vigiar a região sul, em especial os limites geopolíticos do Brasil com o Uruguai, Argentina e Paraguai.

Muitos acusados políticos, suspeitos de espionagem e de conspiração foram transferidos pela polícia gaúcha a um campo de concentração, conhecido como *Colônia Penal Daltro Filho*, instalado há aproximadamente sessenta quilômetros de Porto Alegre. Esta colônia penal abrigou um número razoável de presos, sendo em sua maioria pessoas acusadas de colaborarem com ideologias ofensivas à soberania do Brasil, neste caso, o comunismo, o nacional-socialismo, o fascismo e o integralismo.

Mesmo que no Rio Grande do Sul ações práticas e visíveis fossem tomadas pelo ânimo policial, a força da palavra, conscientemente utilizada por autoridades políticas do Estado Novo, também foi colocada à prova pela polícia gaúcha, através da criação da revista *Vida Policial*. Tratava-se de uma criação original, persuasiva e de grande importância, pela finalidade doutrinária através da propaganda policial que se realizava, sobre a própria instituição, que colocava a revista em circulação, e sobre o Estado Novo. Em agosto de 1938, era criada pela Repartição Central de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, uma das revistas de maior tiragem no sul do Brasil. Através do discurso escrito e imagético, colocavam-se em circulação idéias que reelaboravam, corroboravam e doutrinavam valores e que produziam novas atitudes diante de supostos perigos sociais e políticos. Atuava-se, dessa maneira, no imaginário coletivo, seduzindo e manipulando comportamentos, sensações e ideologias, próprias deste contexto autoritário.

Ações como estas e outras prevaleceram não somente em um único estado, em uma única região. Mostraram-se amplamente difundidas em todo o país, com menor ou maior intensidade, dependendo das conjunturas sociais que se desenhavam em determinados locais. O controle, a perseguição, a repressão, a tortura institucionalizaram-se durante a Era Vargas, resistindo ao tempo e tornando-se práticas comuns no cotidiano policial em décadas posteriores.

Neste sentido, somente uma polícia constituída a partir de uma organização e de uma estrutura sólidas poderia demonstrar eficiência em suas ações diárias, em

todas as seções e departamentos nos quais estava dividida. A instituição policial, aos olhos dos legisladores e defensores do regime autoritário, nascia da

*[...] necessidade intransponível, que o indivíduo, a sociedade e o Estado, – dela, – têm, para subsistir, trabalhar, exercer direitos, progredir e aperfeiçoar-se [...] Dir-se-á com exatidão que ela é imposição natural da necessidade patente de serem os maus reduzidos à impotência e de serem os bons, garantidos e ajudados, para que de seu trabalho, operosidade e ação, eleve-se maior e grandiosa, a obra em marcha à civilização*<sup>138</sup>.

Progredir e aperfeiçoar-se dentro de uma lógica autoritária, exercendo direitos restringidos pela vontade do Estado e pelo desejo do ditador. Tratava-se de uma combinação perfeita para a racionalização da violência e para a disseminação do medo, pelo qual se pretendia eliminar a adversidade e se impor a gloriosa ordem, disciplinadora da insubmissão.

---

<sup>138</sup> CARRACHO, 1943, p. 73.

## **CAPÍTULO II**

### **O nazismo no Brasil**

## **2.1 *Auslandsorganisation*: políticas internacionais para os alemães no estrangeiro**

A ascensão do Nacional-Socialismo ao poder, em 1933, criou na Alemanha uma estrutura específica de recuperação econômica, de controle político-ideológico, de censura e de terror. O Estado totalitário erigia uma sociedade a partir de preceitos ultranacionalistas, na qual o cidadão alemão tinha o compromisso de lutar pelos ideais essenciais, pela permanência milenar do Terceiro Reich.

Para congregiar todos os alemães, estabelecidos em diferentes partes do mundo, e preservar os valores da germanidade, sentia-se a necessidade de compor um departamento especializado que mantivesse os cuidados imprescindíveis com esse contingente alemão no estrangeiro. Além disso, o Nacional-Socialismo passava a ser um movimento de repercussão internacional, na medida em que alemães do estrangeiro fundavam suas agremiações partidárias em outros países. Segundo Ana Maria Dietrich<sup>139</sup>, estudos apontam a presença do nazismo em 83 países, com 29 mil integrantes, espalhados pela Europa, América, África, Ásia e Oceania.

Desde o início do século XX, o *Instituto dos Alemães no Exterior*, localizado na cidade de Stuttgart, desenvolvia atividades ligadas aos alemães residentes no estrangeiro. A partir dele formaram-se algumas linhas diretivas quanto aos interesses e necessidades destes indivíduos, bem como a condutas, as quais deveriam ser assumidas em outros países.

Com o desenvolvimento do partido nazista, de forma especial na década de 1930, criava-se um departamento ligado à hierarquia do partido, conhecido como *Auslandsorganisation* (Organização para o Exterior do NSDAP – A.O.), interessado em controlar os alemães filiados ao partido residentes no Exterior. As iniciativas para a criação de um posto voltado aos partidários no estrangeiro manifestaram-se a partir de agosto de 1929. Porém, somente a partir do segundo semestre de 1930, no intuito de manter contato com as organizações do partido em outros países, é que o *Reichsorganisationsleiter* Gregor Strasser tomou algumas medidas nesse sentido. Com as eleições de setembro de 1930 para o *Reichstag* (Parlamento Alemão),

---

<sup>139</sup> DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Departamento de História/Programa de Pós-graduação em História Social/Núcleos de Estudos e História Oral), USP, 2007. (Tese de Doutorado), p. 42.

ficava evidente a importância dos estrangeiros, pois representavam um número de eleitores considerável em benefício do Partido Nacional-Socialista.

Antes mesmo da existência de um departamento específico, esses partidários já eram controlados diretamente pela *Reichsleitung* do NSDAP, em Munique, e tratados, então, como partidários. Em 28 de abril de 1931, Gregor Strasser assinava uma ordem, que passaria a vigorar a partir do dia 1º de maio do mesmo ano. Surgia, assim, uma sessão para o exterior (*Auslandsabteilung*), reunindo todos os grupos locais, grupos de apoio e *Einzelmitglieder* (membros avulsos) do NSDAP, que se encontravam além das fronteiras do Reich alemão, da região do Saarland, de Danzig e da Áustria<sup>140</sup>. Para ser o primeiro dirigente desse departamento, Strasser nomeou o Dr. Hans Nieland, para atuar na sede estabelecida em Hamburgo.

Como chefe do *Auslandsabteilung*, Nieland dividiu-a em oito subseções continentais<sup>141</sup> e mais tarde, em setembro de 1931, organizou-a em novas onze repartições<sup>142</sup>. Em dezembro de 1932, contabilizavam-se dezenove pessoas envolvidas nos trabalhos deste departamento. O departamento para o Exterior tinha a seguinte estrutura: a Direção ocupava-se com questões financeiras, com a ficha e com a proposta de admissão de novas filiações, devendo providenciar uma prestação de serviços organizada e uma direção econômica; a subseção I (Organização), a qual era organizada por critérios geográficos, era responsável por todos os assuntos ligados à organização dos grupos nazistas no exterior; a subseção II (Informação) recolhia recortes de jornais e relatórios sobre casos políticos no exterior e informava os partidários sobre o desenvolvimento da Alemanha<sup>143</sup>.

Inicialmente, discutiam-se questões que definiriam os critérios para a filiação ao NSDAP. Em outubro decretou-se que os partidários deveriam ser necessariamente cidadãos do Reich – *Reichsdeutsche*, solicitando aos descendentes de imigrantes, chamados de *Volksdeutsche*, já ligados ao partido nazista, que se retirassem das agremiações e que se filiassem à Federação dos Amigos do Nacional-Socialismo (*Bund der Freunde des Nationalsozialismus*). A

---

<sup>140</sup> MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika: Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931 – 1945*. Stuttgart: Heinz, 1997, p. 21 e 22.

<sup>141</sup> Europa, América do Norte, África, América do Sul, América Central, Oeste da Índia e Nova Zelândia, Índia e Leste da Ásia.

<sup>142</sup> Política, Organização, Vara de Relatores, Propaganda, Imprensa, Finanças, Relatórios Gerais dos Grupos no Exterior, Registro e Admissão, Armeiros, Expedições de jornais e livros.

<sup>143</sup> MÜLLER, 1997, p. 22.

oficialização dessa proposta ocorreu em 14 de junho de 1932, quando, na cidade de Hamburgo, era fundada a *Federação dos Amigos do Movimento Hitlerista*, sob a chefia de Hans Nieland<sup>144</sup>. Esta seria uma entidade de apoio, destinada a atender um contingente simpatizante do movimento, mas que tinha sua filiação vinculada ao critério da não-cidadania alemã. Conforme Marionilde Magalhães<sup>145</sup>, ao discutir peculiaridades do caso brasileiro, esta entidade tornava-se “*particularmente importante no que se refere à circulação daquelas idéias [nacional-socialistas] entre associações, escolas e igrejas teuto-brasileiras*”.

A medida, porém, causaria desconforto entre dois grupos em diversos lugares. Os *Reichsdeutsche* sentiam-se “superiores” aos *Volksdeutsche*, enquanto muitos destes sentiam-se rejeitados pelo decreto que os excluía do movimento nazista organizado. A *Federação dos Amigos do Movimento Hitlerista*, como assinala Jürgen Müller<sup>146</sup>, pouca importância exerceu nas reflexões do Nacional-Socialismo, o que de certa maneira corrobora a impressão que se tem das relações que se estabeleceram entre nazismo e os *Volksdeutsche*.

Ao lado dessa determinação sectária, todos os alemães ligados ao nazismo, bem como os descendentes de imigrantes, deveriam abster-se de assuntos políticos relativos às nações onde se encontravam, nos chamados países hóspedes (*Gastländer*)<sup>147</sup>. Assim, eram proibidos de participarem de eleições e de movimentos revolucionários, mantendo-se “neutros” em relação à política interna.

A partir desses primeiros passos de um Departamento para o Exterior, procurava-se apontar as primeiras diretrizes para um movimento que se demonstrava internacional. Porém, a consolidação de um grupo e o seguimento de uma linha política homogênea estavam menos ligados às diretivas do Departamento para Exterior e muito mais condicionadas à capacidade e à personalidade dos líderes que dirigiam os grupos locais em terras estrangeiras<sup>148</sup>. De maneira geral, as atividades desenvolvidas entre 1931 e 1933 foram marcadas pelas falhas na organização, na sistemática e no programa adotado pela organização, bem como por atividades baseadas na improvisação, definidas pela superficialidade. Até mesmo os interesses de Hans Nieland estariam direcionados muito mais à

---

<sup>144</sup> Em junho de 1933, Alfred Rosenberg passava a dirigir a entidade. Cf. MÜLLER, 1997, p. 23 -24.

<sup>145</sup> MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo. A trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 136.

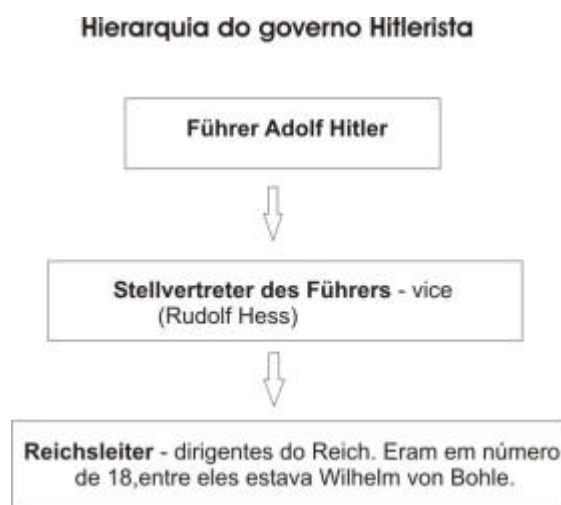
<sup>146</sup> Hans-Adolf Jacobsen apud MÜLLER, 1997, p. 24.

<sup>147</sup> Cf. DIETRICH, 2007, p. 47; MÜLLER, 1997, 26; MAGALHÃES, 1998, p. 136.

<sup>148</sup> MÜLLER, 1997, p. 27.

construção de bases de poder no Reich do que propriamente a uma organização sólida voltada para atender os nazistas em diferentes países do mundo<sup>149</sup>. Por outro lado, o número de partidários no exterior passou a ser mais amplo se comparado ao momento anterior à fundação do departamento, quando eram registrados em torno de 300 partidários alemães no exterior. Já no início de 1933 eram contabilizados 3000 nacional-socialistas no exterior<sup>150</sup>.

A consolidação e a ascensão do organismo aconteceriam a partir do ano em que Hitler assumiu a chancelaria na Alemanha, ocasião em que o *Auslandsabteilung* passava a integrar uma hierarquia superior<sup>151</sup>. Em 08 de maio de 1933, Ernst Wilhelm von Bohle<sup>152</sup> era nomeado como chefe do departamento para alemães no exterior. Precisamente no dia 03 de outubro de 1933, o *Auslandsabteilung* foi subordinada a Adolf Hitler e tornava-se a única entidade competente a atender todas as organizações do NSDAP no exterior<sup>153</sup>. Essa medida estabeleceu uma centralização mais rígida, determinando que os partidários estivessem sob a tutela do *Auslandsabteilung* e não de uma *Gau* (comarca) interna.



**Fonte:** Dietrich, 2007, p. 43 – 44.

<sup>149</sup> MÜLLER, 1997, p. 30.

<sup>150</sup> Cf. GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. *Der Wiederschein des Nazismus. Das Bild des Nationalsozialismus in der Deutschsprachige Presse Argentiniens, Brasiliens und Chiles 1932 – 1945*. Berlin : Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 1997, p. 43 – 44.

<sup>151</sup> Meses antes e após a chegada de Hitler ao poder, os rumos de uma organização para o exterior eram incertos. Acreditava-se que sua existência estaria relacionada a uma reorganização administrativa. Hans Nieland fora aconselhado por um comissário do Reich, Hinrich Lohse, a abandonar o cargo, tendo em vista que seu intercessor, Gregor Strasser, havia sido remanejado para quadros mais inferiores, depois de algumas mudanças provocadas por decretos. Segundo Jürgen Müller (1997, p. 31), Nieland, ao deixar o cargo de chefe do departamento, passou a assumir outro posto oficial, como chefe de polícia, em Hamburgo.

<sup>152</sup> Ernst Wilhelm von Bohle já desempenhava funções dentro do *Auslandsabteilung*, como relator, inspetor de *Gau* e adjunto de Nieland.

<sup>153</sup> Com exceção daquelas situadas na Áustria, em Danzig e em Memel.

Finalmente, em 17 de fevereiro de 1934, a organização passava a ser denominada *Auslandsorganisation* (A.O. – Organização para o Exterior), quando então se configurava em uma organização de caráter mais amplo e de maior importância. Ela incorporaria uma outra entidade, o *Deutsches Ausland-Institut* (Instituto Alemão para o Exterior), sobrepondo-se a ela em termos de importância e de representatividade.

Sua importância foi ascendente em função de suas atribuições como organização para o estrangeiro, principalmente dos grupos nazistas que haviam sido fundados no exterior. Nos primeiros tempos a instituição permaneceu em Hamburgo, porém, em março de 1935, foi transferida para Berlim. Neste mesmo ano, através da lei 66/35, de 15 de abril, a *Auslandsorganisation* passava de departamento à categoria de *Gau* (Comarca)<sup>154</sup>, o que a colocava em situação de igualdade, ao nível de outras regiões de grande importância partidária na Alemanha.

Ao assumir o cargo para o qual foi designado, Ernst Wilhelm von Bohle passou a reconstruir sistematicamente a organização, estruturando-a a partir de critérios práticos e geográficos. Em maio de 1934, encontravam-se, entre outros, o Departamento do Comércio Exterior (*Aussenhandelsamt*), o Departamento de Inspeção (*Inspektionsamt*), o Departamento de Serviços Portuários (*Hafendienstamt*), o Departamento Jurídico (*Rechtsamt*), a seção de Imprensa e Propaganda e oito repartições que dividiam países ou continentes em grupos<sup>155</sup>. A América Latina, por exemplo, correspondia à repartição VII, sendo chefiada por Bernhard Ruberg, até abril de 1935, e depois por Richard Wilhelm Zeissig.

O pequeno departamento passaria a se transformar em uma complexa organização, agora como *Gau*, sob orientação de von Bohle. Teria um aparelho burocrático comparado a outros grandes ministérios do Reich. Até mesmo Joseph Goebbels, ministro da Propaganda, mostrou-se várias vezes impressionado com o trabalho da *Auslandsorganisation*. Segundo Jürgen Müller<sup>156</sup>, o número de funcionários, em agosto de 1933, era de 20 pessoas, passando a 112 em março de 1934, 170 em março de 1935 e 800 pessoas no princípio de 1938. Estes dados

---

<sup>154</sup> Na Alemanha, *Gau* (Comarca) tinha como princípio a regionalidade. A Alemanha era dividida entre 30 a 36 *Gaue*, sendo os seus chefes responsáveis pelo trabalho de expansão do partido, lembrados como símbolos de união do partido e pela subordinação ao Führer. Cf. DIETRICH, 2007, p. 44.

<sup>155</sup> Repartição I: Europa Oriental e do Norte; Repartição II: Europa Ocidental; Repartição III: Sudeste da Europa, Áustria e Oriente Próximo; Repartição IV: Itália, Suíça, Hungria; Repartição V: África; Repartição VI: América do Norte; Repartição VII: Iberoamérica; Repartição VIII: Extremo Oriente, Austrália, Grã-Bretanha e Irlanda.

<sup>156</sup> MÜLLER, 1997, p. 34.



demonstram a evolução do quadro e das atribuições que a A.O. passava a acumular.

Em 1937, von Bohle passava a ser o chefe da A.O. dentro do Ministério das Relações Exteriores. Sua nomeação correspondia ao momento de expansão mais agressivo da Alemanha no contexto europeu, depois da intervenção nazista na Espanha que apontou mais claramente o caminho para uma guerra. A ele foi conferida a função de controlar os grupos nazistas estabelecidos no estrangeiro, definindo as orientações e as regras legais que gerenciavam toda a rede mundial do nazismo. A A.O. era o local para onde eram encaminhadas informações sobre a vida dos alemães distribuídos pelos cinco continentes. Ela possuía também sua própria hierarquia, interligando chefes regionais do partido a Wilhelm von Bohle, este responsável por “*aglutinar e organizar as associações nazistas que estavam fora da Alemanha. Controlava os alemães do exterior e encontrava adeptos para a causa nacional-socialista*”<sup>157</sup>. As determinações e diretrizes da A.O. conduziam, dessa forma, as ações no exterior, assistindo os *Landesgruppen* (Grupos Nacionais) e os *Ortsgruppen* (Grupos Locais) do partido nazista em diferentes países.



Fonte: Dietrich, 2007, p. 44.

As principais diretrizes e bases teóricas da A.O. foram atribuídas, principalmente, a Emil Ehrlich. Entre os seus escritos, destacam-se os 10 deveres

---

<sup>157</sup> DIETRICH, 2007, p. 44 – 45.

essenciais dos nazistas no exterior, criados a partir do Decreto do Führer, em 1937. Dentre eles, destacados por Marionilde B. de Magalhães, citam-se os seguintes:

1. *Respeita as leis do país em que és hóspede e não te intrometerás na política interna;*
2. *Faze-te conhecido como partidário do NSDAP;*
- [...]
5. *Todo alemão no exterior é um partidário em potencial. Sê um pastor entre ovelhas.*
- [...]
10. *Sê calmo, ordeiro e pacífico – não participes de badernas.*<sup>158</sup>

Orientações como estas reforçavam aquelas que já haviam sido traçadas em momentos anteriores para os alemães estabelecidos em outras partes do mundo. A neutralidade política e a obediência aos preceitos do NSDAP eram estratégias utilizadas “*como bandeira de negociação para que o partido nazista continuasse suas atividades em território estrangeiro*”<sup>159</sup>.

Além desses comportamentos políticos que deveriam ser adotados pelos nazistas longe das fronteiras do Reich, procurava-se inculcar repetidamente outras normas nessas pessoas. Unidade era uma das palavras dirigidas pela A.O. a todos os lugares onde se formaram agremiações nazistas, sempre aliada aos princípios do germanismo.

*O objetivo era chamar cada um deles onde quer que estivessem para seu dever de servir a Pátria. Toda a propaganda da A.O. foi dirigida na direção de um “chamado” – todos os alemães deveriam fazer a sua parte para o crescimento da nação, mesmo que, muitas vezes, isso acarretasse em sacrifícios.*<sup>160</sup>

Neste contexto, a constituição do chamado “espaço vital” (*Lebensraum*) para os arianos – a raça pura, civilizada e superior – tornava-se uma das políticas de amplitude internacional do governo hitlerista, procurando incorporar ao Reino alemão territórios considerados essenciais e estratégicos, habitados também por populações reconhecidas como integrantes legítimas do Reich. Além disso, a lógica do “espaço vital” reconhecia a idéia de que nações superpovoadas, como a alemã, deveriam aumentar seus territórios a fim de manterem condições de sobrevivência para seu povo. Esta teoria, associada, enfim, ao pangermanismo, conduzia a política

<sup>158</sup> Zehn Gebote der Auslandsdeutsche. Jahrbuch der A.O. der NSDAP, 1939 apud MAGALHÃES, 1998, p. 136.

<sup>159</sup> DIETRICH, 2007, p. 47.

<sup>160</sup> DIETRICH, 2007, p. 45.

expansionista de Hitler, principalmente sobre a Europa, e encontrava na A.O. um ponto de apoio para difundir tais ideais.

Logo, as fronteiras alemãs não seriam aquelas balizadas pelos limites políticos, mas sim, pela presença da germanidade, constituindo uma Nação Universal, interligados pelos laços de sangue. O pangermanismo, um dos pilares do nazismo, já era um movimento que se manifestava desde a década de 1890. Entre os preceitos básicos, estava a idéia de *jus sanguinis*, dando direitos de cidadania alemã a partir dos laços de sangue, eliminando as outras etnias que residissem no país. A preservação da identidade, por exemplo, se fazia presente na medida em que a reapropriação da própria ideologia nacionalista alemã constituía pressuposto essencial para perpetuar a etnia. Através da língua<sup>161</sup>, das associações, das escolas, da celebração de datas nacionais, do estímulo a atividades folclóricas, das tradições, reforçava-se uma ligação nacional com a Alemanha, vinculada também, e principalmente, ao direito de sangue. O *jus sanguinis*, associado à idéia de nacionalidade, o *Volkstum*, considerava, assim, alemão todo aquele que possuísse “sangue alemão”<sup>162</sup>.

O pangermanismo, propulsor de uma identidade nacional construída especificamente por laços de sangue, projetada para além das fronteiras políticas, disseminava a idéia de “unidade pela raça e pela língua, além da superioridade étnica dos alemães considerados ‘puros’”<sup>163</sup>. Dessa forma, a A.O., além de outras tarefas, era a instituição encarregada de difundir o pangermanismo.

Além de divulgadora, a entidade responsável pelos nazistas no exterior deveria centralizar as atividades e monitorar as ações de propaganda nos países. Para estabelecer um vínculo constante entre a A.O. e os núcleos nazistas, eram feitos relatórios elaborados pelos líderes locais, descrevendo e informando o organismo centralizador sobre o cenário político do *Gastland*, as principais realizações, os conflitos e os acontecimentos importantes que os envolviam. Os chefes nacionais de cada partido do exterior realizavam visitas periódicas ao Reich,

---

<sup>161</sup> A língua constituía, segundo o historiador Arthur Blasio Rambo (1994, p.45 – 46), o sinal unificador do povo germânico, o elemento mais marcante, acima do sangue, da raça, da altura, da maneira de ser alemã, para afirmar a nacionalidade, ao que nomeia de *Volkstum* alemão.

<sup>162</sup> WEIZENMANN, Tiago. *Uma escola para a formação de cidadãos brasileiros: o Colégio Evangélico Alberto Torres e a Política de Nacionalização (1939 – 1943)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. (Trabalho de Conclusão), p. 24.

<sup>163</sup> DIETRICH, 2007, p. 45.

a fim de estabelecer contatos freqüentes com os partidos nazistas dos diferentes países.

Ao lado de objetivos partidários, a A.O. apresentava-se como suporte às organizações, de caráter Nacional-Socialista, que eram fundadas em várias regiões do mundo. Liga de Médicos Nazistas, de Professores, de Mulheres, Combatentes, Frente de Trabalho Alemã, Juventude Hitlerista compunham uma série de associações específicas que se tornaram espaços de sociabilidade para os alemães, engajando-se ao mesmo tempo na manutenção de ideais da germanidade e, inclusive, e em alguns casos, no envolvimento com as propostas políticas do Nacional-Socialismo.

Todas as seções da A.O. engajavam-se em suas tarefas específicas. Preceitos políticos desenvolviam-se ao lado de atividades voltadas também à economia<sup>164</sup>, ao controle da imprensa, da cultura<sup>165</sup> e de orientações quanto à conduta adotada pelos alemães e grupos nazistas estabelecidos no exterior.

Deste modo, sobre comportamentos políticos e sociais que deveriam ser adotados pelos alemães no estrangeiro, destacava-se, em especial, a orientação que restringia a sua mistura ao povo local, devendo preservar em seus grupos todas as questões voltadas aos interesses dos alemães. O reforço a esta conduta já circulava nos meios germânicos antes mesmo da chegada de Hitler ao poder. Em junho de 1933, Rudolf Hess, substituto direto de Adolf Hitler na hierarquia do governo, reafirmava esta determinação, para a qual não valiam os limites dos Estados nacionais, mas sim os de pertencimento ao povo alemão – *Volkszugehörigkeit*<sup>166</sup>. A postura de neutralidade em solo estrangeiro em relação à política local misturava-se a esta última determinação, deliberando condutas aplicadas às esferas política, social e cultural.

Para realizar o controle da germanidade, tarefa atribuída à A.O., eram elaborados relatórios sobre as diferentes regiões, referentes ao desenvolvimento político e econômico. Da mesma maneira, o recrutamento, a formação de grupos em outros países, com os quais o Führer poderia contar, o recrutamento de cidadãos do

---

<sup>164</sup> A *Aussenhandelsamt* era uma das mais importantes áreas de trabalho, pois deveria fomentar a economia alemã no exterior. MÜLLER, 1997, p. 35.

<sup>165</sup> Questões sobre educação e formação de professores, festividades do calendário do Terceiro Reich, também comemoradas no estrangeiro eram discutidas pela *Kulturamt*. Idem, p. 37.

<sup>166</sup> Idem, p. 40.

Reich para o caso de necessitarem recrutá-los para um eventual conflito militar<sup>167</sup> e a elaboração de um programa de propaganda do Nacional-Socialismo para o exterior também constituíam importantes trabalhos desta organização<sup>168</sup>. Enfim, a função de Bohle em relação aos grupos no estrangeiro era vê-los sob completa disciplina e subordinação ao Terceiro Reich, assim como o fazia o NSDAP na Alemanha.

No entanto, os partidários do nazismo na exterior formularam uma política que correspondia menos aos objetivos do Nacional-Socialismo, orientando-se basicamente pela própria e subjetiva percepção de sua ideologia. Seria esta também a realidade perceptível na análise do grupo nazista estabelecido em solo brasileiro.

O Brasil pertencia, dentro da organização da A.O., à Repartição de Países VII, destinada a atender os países da América Ibérica e encontrava-se sob a liderança de Willy Kohn, indivíduo nomeado a dirigir e supervisionar as ações dos partidos nazistas fundados na América do Sul. O primeiro núcleo havia sido fundado em 1928, espalhando-se posteriormente a outros locais, chegando a atingir dezessete diferentes estados brasileiros, principalmente em regiões onde a presença de imigrantes alemães era considerável<sup>169</sup>.

Responsável por estes grupos, a *Auslandsorganisation*, nos primeiros anos de existência do nazismo no Brasil, procurou unir e orientar estes alemães em grupos partidários e que nesses locais preservassem regras e condutas comuns, correspondentes ao nazismo e também ao germanismo. Dessa forma, repetiam-se constantemente em jornais e em revistas destinadas ao público específico, mensagens que conclamavam à união desses indivíduos em um grupo homogêneo.

No intuito de orientar o grupo brasileiro em questões importantes sobre a sua forma de atuação e organização, reforçavam-se igualmente aquelas veiculadas em todos os demais países com presença do nazismo, como por exemplo, sobre a neutralidade e sobre a não mistura dos “arianos” com outros grupos sociais, considerados “inferiores”. Da mesma maneira, a A.O. passava a auxiliar os grupos inclusive em momentos delicados, principalmente com a proibição do partido no Brasil, a partir de 1937, aconselhando ao partido nazista no Brasil que adotasse, por exemplo, outras formas de manter suas atividades, sob uma nova aparência, mais

---

<sup>167</sup> MAGALHÃES, 1998, p. 136.

<sup>168</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>169</sup> Sobre a história do nazismo no Brasil, consultar o capítulo 2.2 *O nazismo no Brasil e no Rio Grande do Sul*.

fácil e rápida, com auxílio da Embaixada e dos Consulados, preservando sempre a decisão de não envolver o partido em assuntos e conflitos políticos do país.

Um segundo momento da A.O. no Brasil é destacado pelo ano de 1939, com a deflagração da guerra internacional, quando as “ações do movimento foram direcionadas para o conflito, para cuidar de prisioneiros de guerra e fomentar possíveis ações de repatriamento”<sup>170</sup>.

Entre as problemáticas que se podem registrar no Brasil, referente aos preceitos estabelecidos pela A.O., destacam-se os conflitos entre os descendentes de alemães, os *Volksdeutsche* (alemães do Povo) ou *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiros) e os *Reichsdeutsche* (alemães do Reino). Estes se consideravam representantes e cidadãos legítimos do Reich, preservando na íntegra os valores da germanidade e somente eles poderiam participar dos quadros partidários do nazismo, o que, conseqüentemente, acabava gerando desconforto entre os dois grupos.

Em contrapartida, desenvolveu-se um fenômeno não esperado e que causou preocupação para a instituição internacional, na medida em que os muitos teuto-brasileiros passaram a fazer parte do Partido Integralista Brasileiro<sup>171</sup>, inspirado em moldes fascistas, o que acabava questionando o fator de neutralidade na política local que os alemães e os descendentes deveriam preservar.

Mesmo que houvesse uma diretriz internacional, o nazismo no Brasil assumiu feições próprias e peculiares, criando (res)significações a partir de uma matriz ideológica, adaptada ao contexto específico do Brasil. Esse amoldamento tentou conciliar as principais idéias da proposta nazista, geradas na Alemanha, com a realidade brasileira. Aqui, o nazismo traçou sua própria história e preservou as especificidades comuns a este partido.

---

<sup>170</sup> DIETRICH, 2007, p. 77. Sobre o repatriamento, a autora destaca que as razões dessa prática são obscuras, mas não se pode esquecer de que em época de guerra muitos destes alemães passaram a lutar nas frentes de ataque do Exército Alemão. Idem, p. 84.

<sup>171</sup> Segundo René Gertz, “a partir o primeiro semestre de 1934 começaram a organizar-se núcleos integralistas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul; desde logo alguns observadores constataram que a aceitação era maior nos municípios de colonização estrangeira que nos demais”. GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 113.

## 2.2 A suástica brasileira: o nazismo no Brasil e no Rio Grande do Sul

O fenômeno Nacional-Socialista não permaneceu restrito à Alemanha e nem ao continente europeu. Pelo contrário, repercutiu em outros espaços políticos e sociais por meio da fundação de partidos nazistas no exterior. Estudos<sup>172</sup> indicam a presença do partido nazista em oitenta e três países, reunindo em torno de vinte e nove mil integrantes, principalmente em países que haviam recebido levas de imigrantes alemães. Na América do Sul, os países de maior expressão foram o Brasil, a Argentina e o Chile<sup>173</sup>.

No Brasil, essa presença seria evidente. A adesão ao Nacional-Socialismo tornara-se significativa ao ponto de o país abrigar o maior número de partidários fora da Alemanha, segundo Ana Maria Dietrich<sup>174</sup>, manifestado em dezessete diferentes estados brasileiros, não exclusivamente no sul do Brasil, mas em todos os locais onde havia a presença de comunidades germânicas, como no Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, Pará e Bahia<sup>175</sup>. Em todos estes lugares desenvolveram-se grupos de apoio, realizando atividades características do partido, incluindo festividades, organização de clubes e escolas e publicação de jornais em língua alemã. Para compreender esta manifestação é necessário referenciar o contexto propício ao seu desenvolvimento.

As estáveis relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a Alemanha, nos anos de 1930, resultaram em importantes atividades para ambos os países. Como nação de posição imponente e estratégica na América do Sul e pelas exportações<sup>176</sup> que o Brasil realizava para abastecer o mercado alemão, desenhou-se uma significativa aproximação entre os dois países. Os excelentes empreendimentos comerciais entre o Brasil e a Alemanha possibilitaram também uma conseqüente aproximação política. O desenvolvimento e a intensificação das

---

<sup>172</sup> DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Departamento de História/Programa de Pós-graduação em História Social/Núcleos de Estudos e, História Oral), USP, 2007. (Tese de Doutorado).

<sup>173</sup> Segundo Jürgen Müller, tem-se o número de 1500/1569 filiados nazistas na Argentina, 985/921 para o Chile e 310/366 para o México, na América do Norte. Cf. MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika: Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931 – 1945*. Stuttgart: Heinz, 1997, p. 127.

<sup>174</sup> DIETRICH, 2007, op. cit.

<sup>175</sup> Quanto ao número de filiações, citam-se os números: Mato Grosso – 31 filiados, Goiás – 23, Pernambuco – 43, Pará – 27, Bahia – 39. Cf. Dietrich, 2007, p. 58.

<sup>176</sup> Em 1938, a Alemanha abocanhava uma fatia de 22% do comércio exterior brasileiro. Heil Hitler! Revista Veja, São Paulo: Abril, 14 de novembro de 2001, p. 81 – 82.

relações, principalmente após a ascensão do nacional-socialismo no país europeu, garantiram, em 1936, a instalação da embaixada alemã no Brasil<sup>177</sup>. Já o treinamento de policiais brasileiros pela Gestapo e a caça aos comunistas demonstravam a aproximação político-ideológica entre os dois países.

Existia no governo federal um círculo que demonstrava tendências claras pró-Alemanha, entre eles Filinto Müller, Góis Monteiro e o próprio Getúlio Vargas. Dessa forma, o governo brasileiro procurava criar um ambiente favorável, mantendo, por exemplo, boas relações com as colônias alemãs das grandes cidades brasileiras<sup>178</sup>.

A nível regional, os estados sulinos reagiram diferentemente em relação às áreas de imigração. No Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, decretava feriado estadual para o dia 25 de julho, da mesma forma que, em 1936, se criava em Porto Alegre um *Instituto Germano-Brasileiro*<sup>179</sup>, no intuito de estreitar as relações entre o Brasil e a Alemanha. No entanto, em Santa Catarina, o governo estadual adotava posições não amistosas em relação à população teuta, no intuito de eliminar resistências quanto às mudanças provocadas no cenário nacional pela Revolução de 1930<sup>180</sup>.

Em diversas cidades brasileiras, os nazistas fundaram as suas agremiações partidárias. A duração desses grupos políticos estender-se-ia de 1928 a 1938, até o momento em que a harmonia diplomática entre o Brasil e a Alemanha sofresse o primeiro ponto de instabilidade, frente à instalação da ditadura e às medidas nacionalizadoras impostas pelo Estado Novo, as quais atingiam principalmente as regiões de colonização alemã. Neste contexto, a retirada temporária dos embaixadores em ambos os países, em setembro desse mesmo ano, resultou justamente em divergências políticas entre as duas nações.

Mesmo nunca tendo sido oficialmente registrado, o partido nazista no Brasil possuía estatuto e quadro de direção, nos níveis municipal, estadual e nacional. A fundação da primeira agremiação nazista no país foi notificada na cidade de

---

<sup>177</sup> Em 1934, uma delegação alemã visitava o Brasil para tratar de assuntos econômicos, tratando-se de uma das primeiras iniciativas concretas e significativas do interesse da Alemanha pelo mercado brasileiro. Para o Brasil, a disputa comercial entre Alemanha e Estados Unidos poderia ser benéfica. GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 61.

<sup>178</sup> Destaca-se a presença de Vargas em comemorações do 25 de julho, data da chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Brasil, bem como a nomeação de altas autoridades federais que prestigiassem as festividades teuto-brasileiras. GERTZ, René, op. cit., p. 65.

<sup>179</sup> Como presidente de honra do *Instituto Germano-Brasileiro* foi nomeado Flores da Cunha.

<sup>180</sup> Em visita aos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, o embaixador alemão presenciou as hostilidades do governo catarinense em relação à população teuta, enquanto o governador evitou o encontro com o embaixador. GERTZ, op. cit., p. 67.



colonização alemã, Benedito Timbó<sup>181</sup>, em Santa Catarina, em julho de 1928. Esta cidade recebeu em décadas anteriores um contingente considerável de imigrantes alemães, ao lado de tantas outras que acabaram sendo marcadas pela presença do nazismo.

Segundo Giralda Seyferth<sup>182</sup>, chegaram ao Brasil um número de aproximadamente 235 mil imigrantes alemães, a partir do século XIX, estendendo-se também ao XX. A partir dessa constatação, a afirmação de Ana Maria Dietrich<sup>183</sup> vem ao encontro a este dado. Segundo ela, as regiões onde a presença do nazismo foi mais representativa podem ser associadas às condições da imigração, na medida em que o “*número de alemães nos estados é proporcional aos germânicos filiados ao partido nazista*”. Neste sentido, os números indicam que São Paulo foi o estado brasileiro com o maior número de alemães imigrantes, o que o levou à ponta dos números de filiações partidárias ao nazismo.

Dessa forma, São Paulo (785 filiados), Rio de Janeiro (447 filiados) e os estados do Sul – Rio Grande do Sul (439 filiados), Santa Catarina (528 filiados) e Paraná (185 filiados) – concentraram o maior número de adeptos ao nazismo<sup>184</sup>. A maior indicação quanto ao número de filiações foi registrado no estado paulista, onde a presença de alemães era maior. Sobre as filiações, é importante ressaltar que somente os *Reichsdeutsche* (alemães do Reino) poderiam participar dos quadros partidários. Essa medida criou alguns constrangimentos entre os *Reichsdeutsche* e os *Volksdeutsche* ou *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiros) no Brasil, pois havia recomendações formais de que estes fossem proibidos de ingressarem no partido nazista, colocadas, inclusive, em pauta, as desigualdades entre os dois grupos. Enquanto os *Reichsdeutsche* eram considerados alemães “puros”, os teuto-brasileiros manifestariam a cultura germânica de forma já degenerada, como por exemplo, através da língua cotidiana (mistura de palavras alemãs com outras portuguesas ou a comunicação somente pelo dialeto).

---

<sup>181</sup> Tratava-se também do primeiro partido resultante do movimento nazista no exterior. Cf. DIETRICH, 2007, p. 70.

<sup>182</sup> SEYFERTH, Giralda. *A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica*. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994, p. 12.

<sup>183</sup> DIETRICH, 2007.

<sup>184</sup> Além desses estados brasileiros, o nazismo também se organizou em Minas Gerais, Pernambuco, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso, Pará, Goiás, Paraíba, Ceará, Amazonas, Sergipe e Alagoas, reunindo um número de alemães muito reduzido, relacionado aos poucos imigrantes dessas regiões. O partido nazista foi instalado, ao todo, em 17 estados do Brasil. Cf. DIETRICH, 2007.

A *Organização para o Exterior* do NSDAP (*Auslandsorganisation* – A.O.), que agia conjuntamente com o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, foi responsável pela introdução do Nacional-Socialismo no continente sul-americano, distribuindo orientações partidárias aos grupos brasileiros e material de propaganda. Mas é importante destacar que a atuação da A.O. não tinha intenção clara de expandir o número de partidários e militantes na América do Sul, concentrando-se muito mais em garantir incentivos à conservação da cultura alemã junto à comunidade teuta estabelecida no Brasil, contra a assimilação junto à sociedade que os recebia<sup>185</sup>.

A organização do Nacional-Socialismo no Brasil, realizada principalmente por imigrantes alemães, sob orientações estrangeiras, erigiu suas próprias especificidades, em um “*movimento de circulação de idéias, imagens e símbolos que, ao se transportarem da Europa para a América, eram apropriadas e reproduzidas, ganhando um novo significado*”<sup>186</sup>, constituindo o que Ana Maria Dietrich chama de *Nazismo Tropical*<sup>187</sup>. Essa denominação atesta, além das manifestações comuns ao nazismo original, as mudanças e ressignificações que o partido teria tomado ao ser instituído no Brasil.

*No caso do contexto histórico deste estudo, o nazismo derivado da Alemanha sofreu interferência do nosso “clima ideológico”, metáfora utilizada para descrever a efervescência de diferentes correntes de idéias que perpassavam o Brasil da década de 1920 e 1930, como o populismo, o integralismo, o anarquismo, o sindicalismo, o tenentismo e o comunismo. [...] Nossa hipótese é que, ao entrar em contato com esta realidade, o nazismo se anuançou, tropicalizou-se.*<sup>188</sup>

Nessa perspectiva, o partido nazista no Brasil sofreu amoldamentos, caracterizados pela mistura ideológica, cultural e lingüística entre o contexto brasileiro e o nazismo original. Esta *tropicalização* reflete as influências da realidade brasileira, embora ainda fossem mantidas características originais. Aos olhos do movimento nazista internacional, essas (res)significações causavam preocupações.

---

<sup>185</sup> Segundo Marionilde Magalhães apud PERAZZO, 1999, p. 61.

<sup>186</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim apud DIETRICH, 2007, p. 23

<sup>187</sup> Para argumentar a sua tese de *tropicalização do nazismo*, são apontadas as seguintes características: racismo tropical; casamentos interétnicos e resistência da população local ao germanismo; a difusão do integralismo como alternativa à proibição de filiação de teuto-brasileiros ao partido nazista no Brasil e a mistura de hábitos. DIETRICH, 2007, p. 21 – 22; 273 – 274.

<sup>188</sup> Idem, p. 24.

De uma forma geral, o *Landesgruppe* (Grupo Nacional) do nazismo no Brasil engajou-se nos primeiros anos de sua existência – de 1928 a 1933 – no combate ao comunismo e ao favorecimento das eleições de Hitler na Alemanha, conclamando os alemães de todas as partes a integrarem o espírito de fidelidade à Pátria Mãe. Mesmo não havendo uma proposta e um projeto claro para todo o país, entre as funções encabeçadas pelo partido nazista destacava-se a tarefa de distribuir símbolos nazistas em forma de propaganda ideológica e de manter a “unidade” dos súditos alemães, em torno da figura una e coesa do Führer, um dos importantes princípios da ideologia totalitária. A partir de 1933, estando Hitler à frente do Estado alemão, a “*propaganda nazista enfatizou a responsabilidade do alemão no exterior que [...] deveria corresponder aos apelos de sua pátria*”<sup>189</sup>, mantendo puros a raça e o sangue ariano.

Propostas anti-semitistas permaneciam idealizadas em discursos e artigos. No Brasil, o racismo voltar-se-ia contra populações mestiças de origem negra e indígena, tratadas como “raças inferiores”<sup>190</sup>. A miscigenação era sinônimo de degeneração e era desprezado pelos nazistas no país.

*No contexto das teorias de eugenia – tanto as vigentes na Europa, quanto no Brasil – ,cabe ressaltar dois aspectos fundamentados na visão do “outro”, de como o alemão via o brasileiro e de como o brasileiro reagia a esta visão. O primeiro é que os nazistas que se encontravam no Brasil consideravam a população brasileira como inferior pelo seu caráter mestiço e a descreviam por metáforas pejorativas como “macacos”. Do lado institucional, houve a proibição de casamentos mestiços pelo partido.*

*O brasileiro, por sua vez, reagia – no cotidiano – ironizando tal visão racista do seu povo. Por meio da ótica de nacionalização varguista, era o alemão que era visto como o outro, o “alienígena” e portador de idéias exóticas, como o nazismo.*<sup>191</sup>

O *Deutscher Morgen* (Aurora Alemã) era o jornal semanal do partido, como órgão oficial, editado entre 1932 a 1941 na cidade de São Paulo. O alvo dessa imprensa era a comunidade alemã presente no Brasil, divulgando idéias nacional-socialistas e a imagem de uma Alemanha próspera, uma nova nação, gigante pelo seu esplendoroso desenvolvimento econômico.

Com a formação de uma primeira diretoria, em 1931, com sede no Rio de Janeiro, o partido nazista tornava-se “oficial”. Somente em 1934, com a indicação de Hans Henning von Cossel como chefe do partido no Brasil, o nazismo receberia

---

<sup>189</sup> DIETRICH, 2007, p. 27.

<sup>190</sup> Idem, p. 53.

<sup>191</sup> Idem, p. 32.

repercussões diferentes daquelas que vinha tendo até então<sup>192</sup>. Segundo Dietrich<sup>193</sup>, Cossel poderia ser reconhecido como o “*Führer Tupiniquim*”, por personificar o nazismo que se construiu em solo brasileiro, homem de extrema confiança do governo de Hitler para conduzir e orientar as atividades do partido.

No Brasil, o alemão Hans Henning von Cossel, enviado ao país desde 1934, nomeado chefe da NSDAP, possuía prestígio e respeito pelas autoridades locais e pela própria colônia alemã. Segundo pesquisas documentais de Priscila Ferreira Perazzo<sup>194</sup>, “*von Cossel residiu vários anos em São Paulo e era dirigente da organização nacional-socialista dos cidadãos alemães residentes no Brasil*”. Chegou ao país a bordo do navio *General Osório*, sendo apresentado ao Cônsul Geral do Brasil pelo chefe-geral da Seção do Exterior do NSDAP, declarando ser Cossel o responsável em chefiar as organizações nacional-socialistas no Brasil.

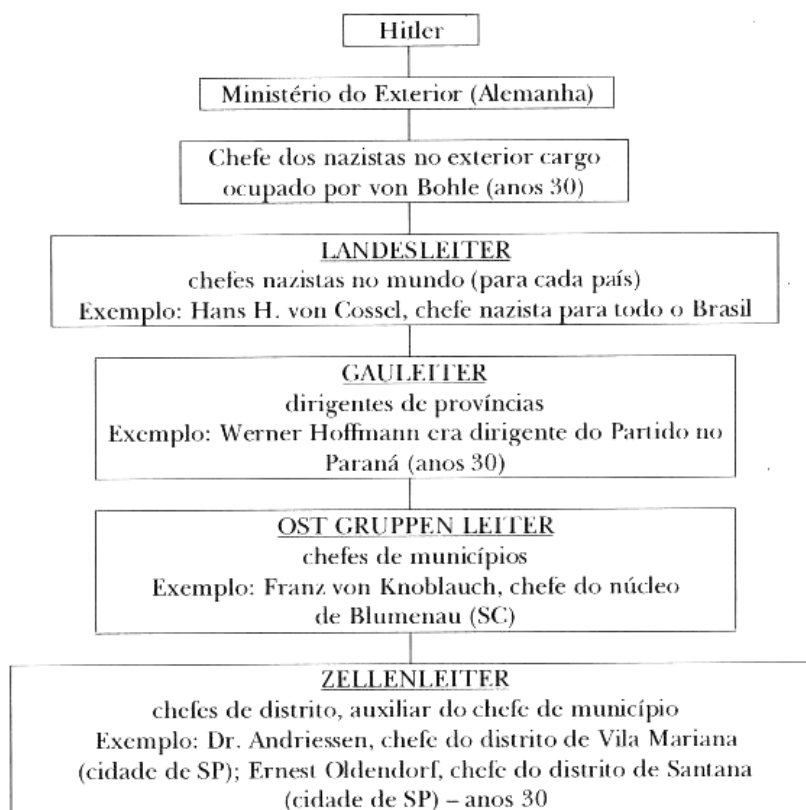
A cúpula do partido nazista no Brasil estava diretamente ligada ao Ministério do Exterior na Alemanha. A organização administrativa para o exterior criou uma estrutura que definiu ramificações que atingiram os países no estrangeiro, inclusive o Brasil. Sua presença seguia uma determinada hierarquia, cuja administração central partia da Alemanha, ramificando-se organizadamente até chegar a pontos específicos e estrategicamente regionais.

---

<sup>192</sup> Registra-se como chefe do partido nazista no Brasil, anterior a Hans Henning von Cossel, o partidário Herbert Guss, eleito em 1933. Sua presidência não fora bem sucedida, o que levou à indicação de outro presidente. Cf. DIETRICH, 2007, p. 71.

<sup>193</sup> DIETRICH, 2007, p. 271.

<sup>194</sup> PERAZZO, 1999, p. 33 – 34.



Fonte: PERAZZO, 1999, p. 66.

Para que um grupo local (*Ortsgruppe*) pudesse ser fundado, exigia-se o mínimo de 25 “partidários”, e 15 membros para um ponto de apoio (*Schützpunkt*). Já as células (*Zellen*) e os blocos eram formados por grupos menores. Sobre o número aproximado de pessoas filiadas ao partido nazista no Brasil, existem divergências. Alguns autores chegam a apontar a presença de 2.903 membros, segundo uma fonte nacional-socialista. Jürgen Müller<sup>195</sup> também corrobora este dado. Nesta mesma linha, Ana Maria Dietrich<sup>196</sup> destaca a presença de 2.900 integrantes. Arthur von Magnus chega a um número de 4.487 integrantes do partido nazista, sendo que, para ele, este número deveria ser ainda elevado em 10%. Assim, chega-se ao dado defendido por René Gertz<sup>197</sup>, ou seja, em torno de 5.000 “partidários” no Brasil.

Mesmo que exista uma oscilação entre o número de pessoas filiadas ao nazismo no Brasil, pode-se constatar, de qualquer forma, que se tratava de uma quantidade extremamente baixa de “partidários” nazistas no Brasil, se este dado for

<sup>195</sup> MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika: Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931 – 1945*. Stuttgart: Heiz, 1997, p. 47; 127.

<sup>196</sup> DIETRICH, 2007, p. 25.

<sup>197</sup> GERTZ, René, 1987, p. 86.

comparado ao número de alemães e teuto-brasileiros estabelecidos no país. São Paulo era um dos estados com maior número de adeptos, devido ao expressivo número de imigrantes alemães e também às boas relações do grupo local com a colônia alemã. Para os estados do sul, aponta-se a quantidade de 439 e 528 para o Rio Grande do Sul e para Santa Catarina, respectivamente. Para Ana Maria Dietrich<sup>198</sup>, embora os membros do partido nazista não atingissem 5% do total de alemães presentes no Brasil, esses números continuam sendo representativos pelo fato do partido exercer importante influência junto às comunidades alemãs, constatada a presença de partidários em importantes círculos sociais, como clubes, hospitais, igrejas, restaurantes, escolas e empresas. A presença do nazismo em núcleos da sociedade alemã poderia, assim, demonstrar o alcance de suas idéias em diferentes setores sociais, mesmo com um número pouco expressivo de partidários filiados diretamente ao Nacional-Socialismo.

Assim, a organização do nazismo chegou a diferentes regiões do país, onde passava a congregar em um único grupo pessoas de uma identidade comum: todos eram, de nascimento, alemães do Reich (*Reichsdeutsche*). As federações do sudeste e do sul concentravam o maior número de partidários, ao passo que todas as regiões pertenciam ao *Landesgruppe Brasilien*, com sede em São Paulo.

No Rio Grande do Sul, encontrava-se a segunda maior comunidade alemã no Brasil e o quarto maior grupo nazista. O principal grupo local nazista (*Ortsgruppe*) encontrava-se na cidade de Porto Alegre, onde fora fundado em 1931, atuando até fevereiro de 1938 e juntava-se ao *NSDAP Kreis Rio Grande do Sul*.

*A direção do NSDAP – OPA foi exercida por Gustav Herbert Ehrlich, operário especializado em esmaltados; Walter Hornig, representante comercial; Dr. Bruno Künne, médico ortopedista; Ernst Steppe; e Friedrich Kötter. A sede definitiva do NSDAP – OPA, denominada de Deutsches Haus (Casa Alemã), foi inaugurada em 15 de julho de 1933 na rua Voluntários da Pátria, nr. 2107, ao lado da Usina de Recalque e em frente ao Estaleiro Só & Cia. Neste endereço ocorriam diversas atividades promovidas pelos membros do NSDAP; eram fornecidos, à noite, esclarecimentos sobre o nacional-socialismo aos interessados; encontrava-se a livreria de publicações nazistas; e era organizado o jornal Für's Dritte Reich. Nachrichtenblatt der Nationalsozialistischen Bewegung Deutschlands für Parteigenossen und Freunde in Rio Grande do Sul (Brasilien), órgão oficial de divulgação do ideário nacional-socialista e das atividades do NSDAP no Estado, que circulou de março de 1932 a março de 1938.*<sup>199</sup>

<sup>198</sup> DIETRICH, 2007, p. 59.

<sup>199</sup> GRÜTZMANN, Ingart. *NSDAP – Grupo Local de Porto Alegre: organização, atividades e difusão simbólica do nacional-socialismo*. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos: anais do XXIV Simpósio Nacional de História / XXIV Simpósio Nacional de História; Associação Nacional de História - ANPUH. – São Leopoldo: Unisinos, 2007. 1 disco óptico (CD-ROM) org. por Elisabete Leal, p. 02.

Hornig partiu à Alemanha em 1937, deixando em seu posto Ernest Dorsch que até então fora chefe da *Arbeit Front* (Frente de Trabalho Alemã), neste estado. Durante a gestão de Ernest Dorsch, o governo estadonovista proibiu todo e qualquer partido político, tanto nacional como estrangeiro<sup>200</sup>, o que também atingia diretamente o grupo estabelecido no Rio Grande do Sul.

Outros grupos locais integravam-se ao conjunto, entre eles o de Novo Hamburgo, de Taquara e da Serra. Para completar, existiam os pontos de apoio (*Stützpunkte*), entre eles os de Agudo, Pelotas e Santa Cruz do Sul, e as células (*Zellen*) presentes em Ijuí, São Leopoldo, Gramado, Marcelino Ramos, etc. Realizavam, nestes diferentes grupos, as atividades características do partido, como palestras a respeito de temas relacionados ao nazismo, sessões com documentários e filmes nazistas, excursões, realização de festas para comemorar datas do calendário do Terceiro Reich e a organização do *Eintopf*<sup>201</sup>.

Mesmo que se encontrem semelhanças entre os grupos estabelecidos nos dezessete estados do Brasil, não existia, no entanto, uma concepção clara sobre os rumos das atividades nazistas, da mesma maneira que não houve cuidado na escolha dos líderes “partidários”. Normalmente as pessoas nomeadas como dirigentes escreviam uma carta à Alemanha, identificando-se como membro do partido, “*mas em geral, não tinham qualquer influência ou liderança no meio em que viviam e sua atividade não surtia efeito*”.<sup>202</sup>

Não havendo critérios específicos para a escolha dos dirigentes nazistas no Brasil, vários conflitos foram registrados entre essas autoridades “partidárias” com as comunidades teutas. A ação da NSDAP, no sentido de aumentar o número de adeptos, fez surtir um efeito contrário, como crises “partidárias”, causadas pela falta de liderança e pelo fracasso em estabelecer o mínimo de unidade. Esse caso é identificado, por exemplo, no Rio de Janeiro. Herbert Guss foi nomeado “homem de confiança” do partido nacional-socialista no Brasil, responsável em congregar os grupos isolados, nomeando e demitindo dirigentes subordinados a ele. Dois meses após a sua indicação, significativos eram os problemas no Rio de Janeiro, referentes a críticas abertas que eram feitas ao dirigente local.

---

<sup>200</sup> Nazismo no Rio Grande do Sul. Revista Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Janeiro de 1939, nº 06, p. 22.

<sup>201</sup> Tratava-se de um jantar que abria e fechava a ação beneficente, arrecadando fundos para auxiliar necessitados em épocas de inverno na Alemanha. No *Eintopf* era servido um único prato, cozido, normalmente à base de batatas. Cf. GRÜTZMANN, 2007, p. 04; DIETRICH, 2007, p. 188.

<sup>202</sup> GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 78.

No Rio Grande do Sul encontraram-se problemas quanto a desentendimentos entre os próprios “partidários” locais. Em Porto Alegre, o movimento nazista foi fundado oficialmente em 20 de dezembro de 1931 e em 1932 já estava organizado sob a chefia de Gustavo H. Ehricht. Devido a disputas entre os membros do grupo local, Walter Hornig<sup>203</sup> assumiu, em 1934, a liderança do nazismo no Rio Grande do Sul, tornando-se com o passar do tempo, um dos principais expoentes do nazismo no Brasil. São Paulo constituía uma exceção. Pela sua atuação, Hans Henning von Cossel, nomeado dirigente local, logo teve reconhecida a sua atuação, ascendendo na hierarquia do movimento, sendo nomeado chefe do NSDAP para todo o Brasil.

Pode-se, enfim, concluir que critérios específicos para a escolha dos líderes não existiam, aceitando-se como representante do partido qualquer pessoa que demonstrasse boas intenções em relação à ideologia nazista. Assim sendo, a presença Nacional-Socialista no Brasil foi de fato uma realidade, mas não se desenvolveu de maneira articulada a um plano com ambições internacionais. Logo, é possível afirmar também que não existia um plano traçado que esboçasse estratégias para persuadir os teutos no Brasil. Segundo Gertz<sup>204</sup>, não é possível detectar nenhuma estratégia previamente traçada pelos nazistas no Brasil, pelo menos até 1936. O que pode ser constatado é o desenvolvimento “espontâneo” das atividades do NSDAP, em função da própria atuação dos chefes de partido espalhados nos estados brasileiros.

Este “desenvolvimento espontâneo” e a falta de uma linha clara provocaram um efeito contrário ao esperado pelos nazistas no Brasil. Desentendimentos não permaneceram somente restritos aos círculos partidários, mas atingiram também ambientes comunitários, acirrando disputas entre os próprios teutos.

O desenvolvimento espontâneo torna evidente outra característica do nazismo no Brasil. Não pelo terror, mas pela fascinação, é que suas idéias ganharam repercussão entre alemães estabelecidos em solo brasileiro, manifestando-se através de diferentes ações e em diversos espaços.

Entre as atividades comuns desenvolvidas em diferentes locais estão as reuniões semanais de caráter organizacional, com seus integrantes, e a estruturação

---

<sup>203</sup> Walter Hornig ingressou na NSDAP em 1925, na Alemanha, emigrando à Argentina em 1926, onde se torna chefe do partido local. Devido a desentendimentos, abandona o cargo em 1931, reaparecendo em 1932 em Porto Alegre, como viajante a serviço de firmas comerciais. Nesta cidade, diante de disputas, aproxima-se novamente do partido, tornando-se, mais tarde, o líder do grupo nazista de Porto Alegre. Cf. GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 80.

<sup>204</sup> GERTZ, 1987, p. 80.



de algumas instituições ligadas ao partido. A composição política do nazismo no Brasil vinculou-se também à constituição de associações partidárias, responsáveis em atingir um grande número de alemães, seguindo modelos de estruturação do Terceiro Reich. Entre as organizações consideradas células nazistas, destacam-se o *Socorro Alemão*<sup>205</sup>, a *União Beneficente e Educativa Alemã*<sup>206</sup> e a *Deutsches Hilfswerk* (Obra Alemã de Auxílio). Esta se destinava, oficialmente, a auxiliar alemães pobres e a ajudar pessoas que pudessem receber alguma pensão da Alemanha, oferecendo também quantias em dinheiro para as atividades nazistas. A *Deutsches Hilfswerk*, subordinada à associação nazista *NS-Volkswohlfahrt* (Associação Nazista para o Bem-estar), recebia doações voluntárias de firmas<sup>207</sup> e



Manifestação de membros da Frente Alemã de Trabalho, no campo do Renner, em Porto Alegre, no dia 1º de maio de 1937. Revista Vida Policial. Janeiro de 1939.

de diferentes associações<sup>208</sup>. Entre as suas ações, encontrava-se o típico *Eintopfsonntag*, momento em que se preparava um prato semelhante à sopa, à base de batata, com a finalidade de arrecadar recursos à Ajuda de Inverno Alemã. Mais tarde, esta entidade seria percebida como “uma subordinação ilegal do NSDAP e que tinha, por última finalidade, auxiliar os agentes nazistas presos e suas famílias”<sup>209</sup>.

A *Deutsche Arbeit Front* (Frente de Trabalho Alemã), considerada a maior organização de massa da Alemanha e com enorme poder financeiro, também fixou raízes no Brasil, sendo bastante expressiva, somando 6.401 integrantes<sup>210</sup>. Entre as finalidades da D.A.F. no exterior encontravam-se a anulação da propaganda

<sup>205</sup> Com sede no Rio de Janeiro, prestava auxílio aos alemães considerados desamparados, porém foi acusado de colaborar com serviços de espionagem.

<sup>206</sup> A entidade substituiu a Frente de Trabalho Alemã, quando esta foi extinta.

<sup>207</sup> O Banco Alemão Transatlântico era um dos principais colaboradores. Cf. DIETRICH, 2007, p. 189.

<sup>208</sup> “Poderia-se dizer que o Auxílio de Inverno foi um dos principais motores econômicos da presença do nacional-socialismo no exterior”. Cf. DIETRICH, 2007, 188.

<sup>209</sup> PERAZZO, 1999, p. 67.

<sup>210</sup> Segundo Ana Maria Dietrich (2007, p. 190), para integrar-se à D.A.F. não era necessário ser membro do partido nazista.

inimiga, a difusão da idéia de paz no trabalho e a promoção de programas sociais.

*Dentro destes programas, eram suas atividades no exterior: reuniões mensais, cursos de professores e criação de grupos de jogos e de esportes. Seus integrantes se comprometiam a dar consultoria jurídica, participar da formação e responsabilidade sociais, cuidar da educação e participar de atividades de imprensa.*<sup>211</sup>

Até mesmo para os jovens alemães no Brasil foi organizada a *Juventude Hitlerista*<sup>212</sup>, congregando-os e incitando-os a incorporarem os principais preceitos do nazismo, com a adoção de cartilha específica. Moças e rapazes se reuniam fardados em salões decorados por suásticas. Da mesma maneira, mulheres alemãs se encontravam organizadas na *NS-Frauenschaft* (Associação Nazista de Mulheres)<sup>213</sup>, com fins beneficentes, sociais e culturais, disseminando preceitos específicos da ideologia nazista às mulheres. Professores, engajados em dirigir escolas alemãs segundo a visão Nacional-Socialista e preservar a germanidade entre as crianças, reuniam-se na associação denominada *NS-Lehrerschaft* (Associação dos Professores Nazistas). No Sínodo Riograndense também surgira um grupo de pastores luteranos nacional-socialistas, sob a liderança de Erich Knäpper, reunindo trinta e três pastores dessa entidade<sup>214</sup>. Os ex-combatentes alemães da Primeira Guerra Mundial, estabelecidos no Brasil, formavam a *Kriegerverein*<sup>215</sup> (Associação de soldados) e pertenciam às levas de imigrantes que chegaram nos anos 20, carregando “forte sentimento de humilhação política, atrelada à situação de crise econômica o que as unia à Liga Pangermânica, cujo discurso ultranacionalista tocava o sentimento de exílio cultural presente nesses imigrantes”<sup>216</sup>.

<sup>211</sup> DIETRICH, 2007, p 190.

<sup>212</sup> A Juventude Hitlerista do Brasil chegou a atuar de forma conjunta com movimentos de outros países, como Chile, Paraguai e Uruguai.

<sup>213</sup> No Brasil, são apontadas 2.050 integrantes desse movimento. Cf. DIETRICH, 2007, p. 192.

<sup>214</sup> Em um total de oitenta e quatro pastores integrantes do Sínodo Riograndense. Cf. DREHER, Martin. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2003, p. 119; GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991, p. 53.

<sup>215</sup> Há uma referência fotográfica a esta entidade na Revista Vida Policial. Janeiro de 1939.

<sup>216</sup> PERAZZO, 1997, p. 58. Neste mesmo sentido, Marionilde Brepohl de Magalhães destaca as levas migratórias da década de 1920, fruto de humilhações políticas e da lamentável situação econômica. MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo. A trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 128.



Comemoração do 1º de Maio de 1937, no campo do Renner, em Porto Alegre. Revista Vida Policial. Janeiro de 1939.

Outra forma de atuação utilizada pelos nazistas no Brasil concentrou-se no controle de algumas emissoras de rádio e de alguns jornais<sup>217</sup>, procurando conquistar a opinião pública através da divulgação de informações simpáticas à Alemanha. Usava-se o noticiário de guerra das agências alemãs<sup>218</sup>, fazendo um contraponto à influência britânica

e norte-americana<sup>219</sup>. No Rio de Janeiro, por exemplo, a rádio *Ipanema*, os jornais *Gazeta de Notícias* e *Meio-Dia* e o cinema *Broadway* eram controlados pelos nazistas e foram comprados com subvenções da Alemanha, utilizando pessoas testas-de-ferro para efetuar a compra.

Entre as atividades que chamavam a atenção das autoridades do governo e que foram consideradas, a partir de 1938, como ameaça à “ordem nacional”, cita-se a promoção de festas por parte do partido e que giravam em torno da figura do *Führer*, a comemoração do aniversário de Hitler, sua ascensão ao poder na Alemanha e o apelo à teatralidade política, nas festas de juramento de fidelidade a Adolf Hitler. Estas festividades faziam parte de um calendário nazista, procurando comemorar datas significativas do regime político da Alemanha, recriando alguns espetáculos de massa em algumas cidades do Brasil, especialmente para o dia 1º de maio<sup>220</sup>, em estádios de futebol, com a presença de diferentes associações nazistas, realizando desfiles com bandeiras nazistas, entoando hinos, fazendo apresentações especiais em espaços decorados com a temática nazista.

<sup>217</sup> Documentos encontrados no Arquivo Federal da Alemanha, pelo historiador Francisco Carlos Teixeira (UFRJ), revelam a construção de uma rede de radiodifusão pelo Terceiro Reich na América do Sul, que contava com 40 emissoras (15 delas no Brasil), além de jornais e cinemas. ANDERSON, Carter. *Nas ondas do Reich*. O Globo. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2001.

<sup>218</sup> Entre elas, a Transocean, que mantinha escritório no Rio de Janeiro.

<sup>219</sup> Até 1942, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que controlava a totalidade do jornalismo, escrito e oralizado, facilitava as atividades alemãs, pois alguns membros desse departamento eram simpatizantes do nazi-fascismo. A situação se complicou em 1942, quando uma dessas autoridades foi afastada, Lourival Fontes, chefe do DIP desde 1939.

<sup>220</sup> “O 1º de maio estava atrelado à principal instituição trabalhista do III reich, que funcionava também no Brasil, a chamada D.A.F – Frente de Trabalho Alemã”. DIETRICH, 2007, p. 224.

As atividades, as festas e a composição dos grupos relacionavam-se diretamente com a especificidade de cada local onde o partido se encontra. Nas regiões rurais, o nazismo estaria vinculado principalmente aos colonos, criando unidades do partido mais fechadas se comparadas àquelas estabelecidas nas cidades. Já nas áreas urbanas estaria institucionalizado em alguns clubes, bancos e escolas. Normalmente, tratava-se de um distinto grupo social urbano, o qual mantinha ligações diretas com empresas e consulados alemães<sup>221</sup>. Perazzo<sup>222</sup>, em seu estudo sobre o “perigo alemão” e a repressão policial do Estado Novo, elencou alguns personagens, membros do partido nazista, ligados a empresas estrangeiras alemãs estabelecidas no Brasil e interceptados pelas investigações policiais.

*[...] quando não se tratava de pequenos proprietários, eles eram funcionários de uma empresa estrangeira, ou ainda professores. Na caracterização policial, muitos foram considerados “fanáticos nazistas”, o que implicava obrigatoriamente que fossem filiados ao partido.*<sup>223</sup>

Algumas empresas estrangeiras, de nacionalidade alemã, acobertavam atividades nazistas no Brasil, e tinham amparo da Embaixada Alemã e de suas respectivas entidades consulares. Tratavam-se de empresas que chegavam a financiar atividades de espionagem. Perazzo<sup>224</sup> cita três empresas que trabalhavam a favor da divulgação do nazismo no Brasil e que foram investigadas pela polícia, entre elas a *“Agência Transocean, que ocultava suas atividades de propaganda nazista sob a fachada de informações telegráficas; a Editora Deutscher Morgen, de São Paulo, que publicava panfletos, livros e jornal [...], e as Estradas de Ferro Alemãs, que através de Wilhelm Koenig, seu diretor, além de distribuir panfletos de propaganda partidária, também estava envolvido com os serviços de espionagem nazista, no Rio de Janeiro”*. Quando as tensões entre a Alemanha e o Brasil se acentuaram, estas agências financiadoras foram constantemente vigiadas e seus funcionários controlados pelo serviço secreto policial.

Alguns personagens nazistas envolveram-se em atividades de espionagem no Brasil, motivados não por desígnio específico, mas por sentimentos nacionais e

---

<sup>221</sup> É o caso, por exemplo, das colônias urbanas de Florianópolis e de São Paulo. PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 65.

<sup>222</sup> Idem, ibidem.

<sup>223</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira, p. 65.

<sup>224</sup> Idem, p. 90

por escala individual. Eram pessoas ligadas a empresas alemãs, industriais, entre outros<sup>225</sup>.

*O mais importante auxiliar que Immers e Arnold conseguiram era Hans Meyer Clason, um imigrante alemão de vinte e nove anos. Clason era um exaltado defensor da Alemanha nazista. Nos anos 20 em Stuttgart, ingressara numa organização páramilitar que posteriormente filiou-se à famosa Sturmabteilung (SA) nazista. Em 1936 aceitou emprego numa firma com interesses algodoeiros no Brasil e, no ano seguinte, tornou-se membro do Partido Nazista em São Paulo. Com a eclosão da guerra, Clason ficou tão ansioso para participar do esforço de guerra alemão que falou com a Embaixada alemã no Rio de Janeiro sobre a possibilidade de trabalhar num serviço de informações no Brasil. Clason, além disso, era aviador brevetado e falava cinco línguas.*<sup>226</sup>

René Gertz<sup>227</sup>, ao traçar especificidades sobre o nazismo no Rio Grande do Sul, chama a atenção para a composição deste grupo. Segundo ele, os nazistas, de uma maneira geral, podem ser divididos em duas categorias. Uma delas é composta por nazistas considerados germanistas radicalizados, *“aqueles que vêem no nazismo a culminância e as últimas conseqüência do pensamento e da política germanística”*<sup>228</sup>. Nestas circunstâncias, os pastores luteranos do Sínodo Riograndense, adeptos ao Nacional-socialismo, integram esta categoria, ao lado de professores, de jornalistas e de outros intelectuais germanistas. Já o outro grupo era formado por alemães marginalizados dentro da comunidade de origem alemã, *“pelo seu tempo de permanência e pela sua militância anterior no movimento germanista. Do ponto de vista social não pertencem à elite nem são colonos; profissionalmente são empregados do comércio, da indústria ou dos bancos”*.<sup>229</sup>

Ao contrário das impressões construídas por policiais e pelas autoridades brasileiras, o nazismo não constituía uma unanimidade entre os teutos no Brasil, não havendo, portanto, uma adesão completa a suas propostas. Conflitos e disputas nas comunidades alemãs também caracterizaram parte desta história. Em Porto Alegre, por exemplo, as ações dos membros do partido nazista eram vistas com estranheza, criando-se uma forte antipatia em relação a esse grupo pela comunidade teuta local, dada a agressividade que demonstrava o grupo nacional-socialista brasileiro. Os nazistas locais, por exemplo, procuraram conquistar à força a direção do *Verband*

<sup>225</sup> Cf. PERAZZO, 1999; HILTON, 1977.

<sup>226</sup> HILTON, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil. A história da espionagem alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 50.

<sup>227</sup> GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991, p. 40.

<sup>228</sup> Idem, p. 53.

<sup>229</sup> Idem, p. 53 – 54.

*Deutscher Vereine*<sup>230</sup>. Não obtendo êxito na disputa, redigiram uma carta a autoridades nazistas na Alemanha, com uma lista com personalidades<sup>231</sup> estabelecidas em Porto Alegre, acusando-as de serem anti-nazistas.

Havia, inclusive, grande resistência por parte dos descendentes, mesmo que idéias e hábitos de tal germanidade tivessem sido preservados ao longo de gerações. Alguns se declaravam nacionalistas e, ao mesmo tempo, fiéis ao governo de Getúlio Vargas. Recusavam-se a seguir a liderança dos alemães integrantes do partido, a partir do seguinte pressuposto: *“Nós nada temos contra o nazismo, apesar de não querermos que os nossos jovens sejam ‘guiados’ por estranhos. Queremos nós mesmos os guiar e realizar nossas festas”*<sup>232</sup>. Essa resistência soma-se ao conflito criado pela proibição dos teuto-brasileiros de filiarem-se ao nazismo, o que, conseqüentemente, os levou a outras unidades partidárias de caráter semelhante, como o integralismo, desrespeitando uma orientação de não-intervenção na política local.

*Haveria, portanto, uma certa dificuldade para os colonos – que até então haviam vivido sob um regime liberal – incorporarem os valores da “nova Alemanha”, como o país passou a ser chamado na época do III Reich. Esta foi a opinião de Elskop, o enviado alemão ao Brasil, que afirmou também que os alemães e descendentes estabelecidos no Brasil desenvolveram um novo sentimento no lugar do tradicional Deutschtum, que seria o Deutsch-Brasilianertum (germanismo brasileiro ou abrasileirado). Suas características, além de estranheza aos integrantes do partido, seria a reivindicação para participar da política local. Os adeptos do “germanismo brasileiro” queriam eleger governantes que protegessem seus interesses. Isto viria contra a política de não-interferência na política local, uma das premissas instituídas pelo partido no exterior.*<sup>233</sup>

Outros desentendimentos se originaram, como forma de contraposição às associações Nacional-Socialistas. A organização juvenil no Rio Grande do Sul, por exemplo, assistiu ao ressurgimento ou criação de grupos para enfrentar o “exclusivismo” nazista, o qual havia fundado na *Hindenburgschule* (Ginásio Teuto-brasileiro Farroupilha) de Porto Alegre a Juventude Teuto-Brasileira (*Deutsch-*

<sup>230</sup> Liga de Sociedades Germânicas.

<sup>231</sup> Entre elas, o pastor luterano K. E. Gottschald, o médico Joseph Seidle (presidente da Liga de Sociedades Germânicas), o jornalista Franz Metzler (diretor do *Deutsches Volksblatt*), Albano Volkmer (presidente do *Katholischer Volksverein*). Cf. GERTZ, 1987, p. 83.

<sup>232</sup> Relatório de Schmidt-Elskop. (*Deutsche Gesandtschaft. Deutschtum. Anlage 3. 25 abr. 1935. AA/B, Alemanha*). Apud DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? Conflitos raciais e especificidades regionais*. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos: anais do XXIV Simpósio Nacional de História / XXIV Simpósio Nacional de História; Associação Nacional de História - ANPUH. – São Leopoldo: Unisinos, 2007. 1 disco óptico (CD-ROM) org. por Elisabete Leal, p. 08.

<sup>233</sup> Idem, p. 08.

*Brasilianischer Jugendring*), uma seção da juventude Hitlerista. Em contraposição, surgia a organização da Juventude Evangélica do Sínodo Riograndense, da União Popular, dos escoteiros (*Pfadfinderjugend*) e dos ginastas (*Turnerjugend*). “Essa reação é ilustrativa dos problemas que a presença de membros do partido nazista trouxe para a vida das regiões coloniais”.<sup>234</sup>

Muitas autoridades se opunham publicamente às ações desenvolvidas pelos nazistas no Brasil, mesmo demonstrando simpatia ao regime de Adof Hitler na Alemanha. Alberto Bins declarava que “a propaganda hitlerista ficava bem na Alemanha, mas nunca no Brasil...”<sup>235</sup>, demonstrando claramente a sua posição quanto à atuação Nacional-Socialista em Porto Alegre.

O fascínio pelo nazismo entre os teutos e teuto-brasileiros não era, enfim, uma expressão comum. Posturas contrárias também foram manifestadas por jornais, como o *Urwaldsbote*, de Blumenau e o *Serra-Post*, de Ijuí. A oposição ao movimento do NSDAP se deve ao fato de que os nazistas acreditavam que, assumindo o poder na Alemanha, havia legitimidade em reivindicar a liderança sobre todos os teutos no Brasil. Isso significava ir além das ações partidárias, assumindo a liderança das escolas e das sociedades culturais e recreativas. Tal pensamento criou situações conflituosas entre vários grupos e, conseqüentemente, fez com que o número de adeptos no Brasil continuasse bastante baixo, e a resistência “dos principais círculos teutos contra os nazistas mais impertinentes levou a que alguns deles se retirassem das tradicionais associações teutas, procurando contato com brasileiros de outras origens”<sup>236</sup>

Da mesma forma, alguns setores católicos<sup>237</sup> também manifestaram repúdio às ações do NSDAP, não por motivos políticos, mas pelas relações conflituosas entre o regime nazista e a Igreja Católica na Alemanha. Da mesma maneira, no Sínodo Riograndense, onde se encontrava um grupo de pastores simpatizantes pelo nazismo, muitos deles abandonaram os seus princípios, a partir de 1934, e demonstraram rejeição às ideologias deste partido, também pelos acontecimentos que envolviam a sua Igreja e o Estado totalitário de Adolf Hitler<sup>238</sup>.

---

<sup>234</sup> GERTZ, 1991, p. 52.

<sup>235</sup> Apud GERTZ, René. 1987, p. 83.

<sup>236</sup> GERTZ, 1987, p. 85.

<sup>237</sup> O padre Amstad era abertamente um anti-nazista. Cf. GERTZ, 1987, p. 91.

<sup>238</sup> DREHER, 2003, p. 133.

Na capital do Rio Grande do Sul, registrava-se outro episódio contrário às manifestações nazistas. Tratava-se de um grupo de operários militantes de origem alemã, que através do pequeno jornal *Aktion*, demonstrava-se contra o Terceiro Reich.<sup>239</sup> Entre as variadas manifestações de oposição no Rio Grande do Sul, esta seria a única que se revelou de forma frontal e sistemática, de “*tendência social democrata e anarquista em Porto Alegre. Sob a liderança de Friedrich Kniestedt, cria-se uma Liga de Direitos do Homem e um jornal para juntar-se às forças de todo o mundo que combatem a barbárie nazista.*”<sup>240</sup>

Além disso, alguns teutos sentiam-se constrangidos pelo comportamento público dos nazistas, com uniformes e símbolos, e já estariam fartos com o discurso que procurava alimentar a idéia de que o Brasil era o *Gastland*<sup>241</sup> e que, portanto, os alemães e descendentes deviam lealdade total à Alemanha. Mas é importante ressaltar que, mesmo havendo posições contrárias ao nazismo, não há registro sobre manifestações anti-nazistas em massa.

Até mesmo as relações entre integralistas, partido com princípios fascistas, e nazistas não foram uniformes, encontrando-se diversos casos que registram aproximações, enquanto outros episódios apontam distanciamentos, diante de críticas e de agressões produzidas pelos ambos os lados. Embora algumas produções bibliográficas<sup>242</sup> tenham sustentado uma íntima ligação entre o NSDAP e o integralismo, estudos com base em importantes e variadas fontes documentais indicam que não existia uma linha oficial que orientasse as relações nazi-integralistas. Autoridades políticas e policiais afirmavam que o integralismo<sup>243</sup> aumentava as fileiras da quinta-coluna, em prol do Terceiro Reich, mas como observou René Gertz<sup>244</sup>, as manifestações diante do integralismo por parte de nazistas ocorreram segundo pontos de vista pessoais, e a partir desse aspecto se desenharam as afinidades ou não entre os dois grupos.

O governo brasileiro, ao longo do tempo, também passou a demonstrar grande receio quanto às manifestações e às pretensões da Alemanha em relação às

---

<sup>239</sup> Em 1936, o editor do jornal *Aktion* foi preso e o periódico suspenso. Voltaria em fevereiro de 1937, com o nome de *Alarm*, porém, também suspenso, substituído, por sua vez, pelo *Das Deutsche Buch*. In: GERTZ, 1987, p. 91.

<sup>240</sup> GERTZ, 1991, p. 50.

<sup>241</sup> País-hóspede.

<sup>242</sup> Consultar. GERTZ, 1987, p 118 – 139.

<sup>243</sup> Segundo René Gertz, a adesão ao integralismo foi mais expressiva entre as colônias italianas. GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 152.

<sup>244</sup> GERTZ, 1987, p. 134.



regiões de colonização alemã, no sentido de estabelecer uma “Nova Alemanha”, com intenção de invadir o Brasil e tomar as terras dessas regiões. Até mesmo Hermann Rauschning, em seu livro “*Gespräche mit Hitler*” apontava os planos concretos do Führer para a conquista da região, que poderia ser feita por “armas invisíveis”, pois a população teuta prestava um alto grau de fidelidade à Alemanha<sup>245</sup>. Embora essa fosse uma possibilidade e um perigo ao Estado Novo, alguns estudos que buscam traçar as reais intenções nacional-socialistas para o Brasil, baseados em vastos acervos documentais, afirmam que não havia um plano por parte da Alemanha para conquistas político-militares na América do Sul, ou seja, não existia uma linha clara quanto aos rumos da política a ser seguida para esta região<sup>246</sup>.

A imposição do nacionalismo como pressuposto unificador da identidade brasileira, pelo governo estadonovista, concretizada com intensidade a partir de 1938, atingiu as áreas nas quais se concentravam as populações teutas e teuto-brasileiras. A conservação da identidade étnica desencadeava, por um lado, o elogio de muitos visitantes alemães que viajaram pelo sul do Brasil, como o chefe do Partido Nacional-Socialista no Brasil (NSDAP), Hans Henning von Cossel, em 1935; já por outro, despertava grandes preocupações às autoridades, pela paisagem aparentemente alemã dessa regiões, o que poderia facilitar a penetração de ideologias totalitárias, como o nazismo.

No Brasil, o imaginário sobre o “perigo alemão”, evocado durante a Primeira Guerra Mundial, não havia desaparecido. Ressurgia nesse momento, associado também ao nazismo, reforçado com os episódios da campanha de nacionalização, explorados pela opinião pública e que, conseqüentemente, enfraqueciam os membros do governo federal que apoiavam as relações entre Brasil e Alemanha. Certamente, não era desprezível, na leitura do governo, o número de pessoas nascidas na Alemanha que viviam na região sul do país e também o elevado número de descendentes. Segundo René Gertz<sup>247</sup>, estima-se que nos anos de 1930 havia entre a população teuto-brasileira, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, um percentual de 10% (12.343) e 5% (15.279) de alemães, respectivamente.

---

<sup>245</sup> RAUSCHNING, Hermann. *Gespräche mit Hitler* (Conversas com Hitler). Zürich: Europa-Verlag, 1940. Apud GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 75.

<sup>246</sup> Segundo Gertz, estudos com base em importante suporte material, como o de Louis Jong, Artur von Magnus, Lothar Gruchmann e Klaus Hildebrand, indicam que não há comprovação sobre uma possível ocupação planejada dos alemães no continente sul-americano.

<sup>247</sup> GERTZ, 1987, p. 69.

Até mesmo no estrangeiro se veiculavam informações que acentuavam a presença do “perigo alemão”. O primeiro ministro da Inglaterra, Winston Churchill, alertava em pronunciamento feito em rádio, em outubro de 1938, que “até na América do Sul o regime nazista começa a corroer a estrutura da sociedade brasileira”<sup>248</sup>. O jornal *London Times* noticiava, em 02 de setembro de 1937, a seguinte informação “A vast majority of Brazilian born descendants of German colonist have always been taught and have felt that it is to Germany and not to Brazil that they owe allegiance.”<sup>249</sup> As interpretações feitas pela imprensa brasileira a partir desse enunciado giravam em torno das reais atividades nacional-socialistas entre os chamados “súditos do Eixo”, para a conquista do território sul-americano.

A presença real e ao mesmo tempo forjada para a construção de “perigos imaginários” serviu para que o Estado Novo justificasse a adoção de uma série de medidas nacionalizadoras. Dessa forma, o governo, além de difundir a brasilidade idealizada, procurou atingir as comunidades teutas e teuto-brasileiras, buscando afastar a possibilidade de difusão da política estrangeira e de redes de espionagem no Brasil, que estaria a favor da Alemanha. Logo, acionaram-se mecanismos de repressão “para garantir seu espaço, no caso de uma possível intervenção alemã no Brasil, no campo social e/ou político”<sup>250</sup>.

Dessa maneira, o mesmo Brasil que se ocupava com a perseguição aos comunistas, assistia inicialmente de forma passiva à presença do nazismo no país. Nos primeiros anos de sua fundação à racionalização de suas atividades, o partido não foi exposto a restrições e perseguições. Ao contrário, muitos dirigentes brasileiros participavam de festejos nazistas do 1º de maio em grandes estádios de futebol, onde ocorriam desfiles de bandeiras com a cruz gamada, coros de música alemã e discursos dos principais partidários. Porém, essa realidade passaria a ser diferente a partir de 1938, com as imposições severas à existência oficial de agremiações políticas no Brasil com o decreto-lei nº. 383, de 18 de abril de 1938.

Karl Ritter, embaixador do Brasil neste período, reuniu-se com Getúlio Vargas meses antes dessa medida, dialogando sobre as ações restritivas e sobre a posição hostil da imprensa brasileira à Alemanha. Ritter alertava o governante brasileiro

---

<sup>248</sup> ANDERSON, Carter. *Nas ondas do Reich*. O Globo. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2001.

<sup>249</sup> “Uma vasta maioria de brasileiros que nasceram de descendentes de colonizadores alemães tem sempre sido ensinada e tem percebido que é para a Alemanha e não para o Brasil que eles devem lealdade.” apud GERTZ, 1987, p. 74.

<sup>250</sup> PERAZZO, 1999, p. 22.

sobre algo que se tornaria concreto anos depois: a repercussão negativa nas relações políticas e comerciais entre o Brasil e a Alemanha.

*A proibição do partido influenciou negativamente as relações diplomáticas entre os dois países, que caminharam, nos próximos anos, para o rompimento e conseqüente posicionamento do Brasil ao lado dos Aliados no conflito da II Guerra Mundial. O governo alemão não aprovou a medida, pois argumentou que não se tratava de um partido no sentido da palavra, mas de um movimento do povo alemão.*<sup>251</sup>

Ao lado da política de nacionalização, a legislação delimitou o espaço de atuação do Nacional-Socialismo no Brasil. O partido, assim como outros, não pôde agir de maneira pública, o que acabou acarretando em uma reorganização das atividades, desenvolvidas, a partir desse momento, na ilegalidade. Desenhavam-se, a partir desses episódios, os distanciamentos entre o Brasil e a Alemanha, rompendo as relações amigáveis que perduraram por um bom período.

Para os nazistas, a proibição do partido colocava o Brasil como inimigo do Reich alemão. Ao governo de Vargas representava limitar a ação de um perigo cada vez mais agressivo no contexto mundial e que se encontrava cravado em solo nacional. A suspeita de participação nazista, por exemplo, na tentativa de golpe integralista em 1938, liderada por Plínio Salgado, ocasionou mudanças significativas nos rumos da política brasileira.

Com a proibição de sua funcionalidade, as ações do partido nazista no Brasil ficaram concentradas em torno da figura de Hans Hennig von Cossel, que não havia sido preso e que permanecia no país. Através dele, a *Auslandsorganisation* (A.O.) mantinha comunicação permanente para redefinir a ação discreta do partido.

Vigiados e controlados durante a posição de neutralidade no conflito internacional iniciado em 1939, os nazistas no Brasil passaram a ser presos e detidos por longos períodos com o rompimento definitivo das relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil. Com a retirada das embaixadas, muitos alemães, entre eles diplomatas, empresários, funcionários de empresas alemãs, deixaram o país para fugir da repressão imposta pelo Estado Novo.

No Rio Grande do Sul, segundo René Gertz<sup>252</sup>, o interventor Cordeiro de Farias, cuja administração não se caracterizou por um considerável dinamismo,

---

<sup>251</sup> DIETRICH, 2007, p. 78 – 79.

<sup>252</sup> GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 28.

colocou parte de suas energias na concretização dos ideais nacionalistas. Engajado nas ações relacionadas à política de nacionalização, preocupou-se em resolver “questões ‘etnográfico-internacionalista’, isto é, a caça a supostos germanistas e nazistas, e a ‘nacionalização’ dos gaúchos ‘alienígenas’, já que tinha uma fixação pela destruição dos ‘quistos étnicos’”.

Muitos nazistas foram presos e confinados em campos de internamento. Nesse sentido a atuação policial foi implacável, na busca por espiões nazistas, por criminosos, por objetos suspeitos em residências, por indícios que tornavam qualquer detenção legítima, corroborando a idéia de que os “súditos do Eixo” eram espiões a serviço de suas nações. Da mesma forma, empresas alemãs foram colocadas sob a lógica da suspeição, o que acarretou no fechamento da grande maioria delas, enquanto lojas alemãs foram saqueadas ou depredadas e escolas e hospitais alemães fechados pelas autoridades.

*Diversas firmas alemãs tiveram que encerrar as suas atividades. Em Recife, por exemplo, o impacto atingiu vários ramos de atividade. Sofreram processo de fechamento: a Stolze & Cia., a Sociedade de Motores Deutz Otto, a Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert S.A., a Aliança Comercial de Anilinas, em Recife, a Bayer, Merk, Wenig & Cia., entre outras. Os bancos alemães – Banco Germânico da América do Sul e Banco Alemão Transatlântico – sofreram processo de liquidação. Como um país inimigo não poderia ter controle sobre os transportes aéreos, a viação aérea Lufthansa Condor também fechou as suas portas. A nova situação de país beligerante em que se encontrou o Brasil a partir de 1942 causou um impacto econômico.*<sup>253</sup>

As mudanças não se concentraram unicamente no âmbito político e econômico das populações alemãs e teuto-brasileiras. A proibição da língua como forma de comunicação, inclusive pública, a restrição à escuta de rádio, o impedimento de viagens a lugares considerados estratégicos e até a proibição de participação em festas carnavalescas, expedida por circulares que procediam de repartimentos policiais brasileiros, manifestam as alterações no próprio cotidiano dessas pessoas. Paralelamente, os artigos da imprensa veiculavam informações depreciativas dos nazistas, o que conseqüentemente acabava recaindo sobre todo contingente teuto e teuto-brasileiro presente no Brasil, disseminando a imagem do “perigo alemão”. Para os alemães nazistas, a culpa de todas estas hostilidades resultava da ação dos Estados Unidos e dos judeus.

---

<sup>253</sup> DIETRICH, 2007, p. 85.

A reorganização das atividades partidárias do nazismo implicou no remanejamento de alguns líderes, no fechamento de alguns núcleos e em novas formas de atuação e de divulgação. Como chefe do grupo nacional, Cossel recebia as orientações por correspondências enviadas diretamente do Reich. Legalmente interdito, o nazismo continuava agindo na clandestinidade, em muitos casos sob novas denominações, procurando camuflar a sua presença no contexto político do Brasil. Valendo-se de diferentes registros e documentos, Ana Maria Dietrich<sup>254</sup> constata que a *Deutsche Arbeit Front* (Frente de Trabalho Alemã) – DAF – constituía uma dessas fachadas que colocavam os nazistas em aparente segurança.

As fachadas, porém, também teriam o seu fim. Muitos alemães foram repatriados à Alemanha, o que se tornara um dos objetivos da *Auslandsorganisation*, a partir de 1938. Neste mesmo ano, Hans Hennig von Cossel, mesmo com a proibição do partido, permanecia em liberdade e em solo brasileiro. Esta seria uma condição essencial à presença do Terceiro Reich no Brasil, produzindo artimanhas para a sobrevivência do nazismo após sua proibição. No entanto, em 1942, com o rompimento total da diplomacia germano-brasileira e com a declaração de guerra ao Eixo, foram fechados todos os consulados e embaixadas, alemães começaram a ser presos e perseguidos pela polícia. Cossel, juntamente com outros diplomatas, foi deportado. Essa realidade assinalava, enfim, o término da trajetória nazista no Brasil, momento em que toda sua história seria vasculhada e devassada pelas autoridades governamentais e policiais como um mal a ser extirpado e combatido. Somente assim a nação estaria livre dos agentes da quinta-coluna, responsáveis em degradar a soberania nacional.

---

<sup>254</sup> DIETRICH, 2007, p. 93.

### 2.3 “*Perfídia, traição e desrespeito*”: repressão e censura policial ao nazismo no Brasil

Mesmo com escassa adesão ao nazismo, levando-se em consideração o número de imigrantes e descendentes no Brasil, regiões marcadas pela presença de alemães e teuto-brasileiros foram consideradas locais de perigo em potencial pelo governo, pela “grande difusão do nazismo”, assim como, locais que se definiam como verdadeiros “quistos étnicos”, preservando uma cultura alheia e agressiva à realidade do país. Tal percepção resultou na adoção de medidas nacionalizadoras que atingiram amplamente essas comunidades, a partir de 1938, e na instalação de uma estrutura repressiva ao nazismo quando do rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo. A bibliografia política e policial da época demonstra, por exemplo, a preocupação com o “perigo alemão”, partindo do pressuposto de que a quase totalidade da população do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina seria nazista.

Neste sentido, Aurélio da Silva Py, Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, apresentou um relatório sobre as suas investigações a respeito do nazismo neste estado. Suas impressões reforçavam características do imaginário social sobre o “perigo alemão”. Em anúncio publicado na revista *Vida Policial*, destacava-se

*Um oficial superior do exército faz uma*

***Advertência aos Brasileiros!***

*Apareceu:*

*Um sensacional livro do*

***Tte. Cel. Aurélio da Silva Py***

*Como foi surpreendida e desfeita a vasta rede tecida em nosso país pelos agentes da Gestapo, mancomunados com os representantes locais do Partido Nazista, com os ex-integralistas e com os repelentes elementos quinta-colunistas.*

***A 5ª COLUNA NO BRASIL*** *é, indiscutivelmente, um dos documentos mais aterrorizantes desta época tumultuosa, e seu valor ganha intensidade com o que lhe associa o nome de seu autor, Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul.*

*O livro cita fatos, nomes, datas e lugares, publicando ainda numerosas fotografias documentárias. Além disso, toda a matéria é rigorosamente inédita e revelada ao público pela primeira vez. Está a venda em todas as livrarias.*<sup>255</sup>

A “sensacional” obra de Py é um marco importante para o reconhecimento sobre as representações do nazismo que se fizeram presentes em uma das

<sup>255</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Março de 1942, nº 44, p. 40.

principais instituições públicas daquele momento. Ao traçar algumas características de seu discurso, Marli Merker Moreira <sup>256</sup> destaca a intenção de Py em apresentar uma “verdade” irrefutável sobre o nazismo, um discurso inflamado disposto a convencer o leitor de sua obra sobre os dados apresentados e as declarações feitas.

Outra importante autoridade gaúcha, o Secretário de Educação e de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, J. P. Coelho de Sousa, seguindo os passos de Py, também foi criador de obras que reforçaram estas impressões. Em *‘Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande’* demonstrou sua real preocupação com as instituições de ensino voltadas à preservação de valores germânicos e à difusão da ideologia nazista. Em *“Conflito de culturas”*, corroborou suas posições que podem ser relacionadas à intenção de promover a nacionalização das áreas de imigração, como a passagem abaixo:

*Mas, perguntar-se-á – tem o Estado direito de impor uma cultura fundamental no seu território, com exclusão das adventícias que pretendem instalar-se no país?*

*Indiscutivelmente tem, porque o Estado que, no seu território, admitir a oposição de outra cultura está comprometendo a sua sobrevivência e negando a sua soberania.*

*Essa proposição encerra um axioma evidente e não uma petição de princípio.*

*Mesmo que para aqueles que não admitem senão o Estado jurídico, soberania é a qualidade do Estado de não ser obrigado ou determinado senão pela sua própria vontade, nos limites do princípio superior do Direito, e de acordo com o fim coletivo que se propõe a realizar.* <sup>257</sup>

Para as autoridades do governo, portanto, não existiam dúvidas quanto à existência de redes nazistas no Brasil, com planos arquitetados para conquistar o Brasil. Manifestações em comemoração ao 25 de julho, por exemplo, eram consideradas festividades de caráter nazistas. Da mesma forma, apresentava-se o Sínodo Riograndense, a Igreja da maioria dos luteranos no Rio Grande do Sul, como entidade promotora e defensora das atividades nacional-socialistas entre as comunidades teuto-brasileiras, o que resultou na acusação e na prisão de vários pastores evangélicos, pelo fato de serem considerados nazistas. Em março de 1942, a revista *Vida Policial* apresentava sua crítica à Igreja Luterana, dizendo que *“nós brasileiros do Sul, jamais perdoaremos o papel saliente desempenhado pela Igreja*

---

<sup>256</sup> MOREIRA, Marli Merker. *O conceito de nacionalização: a linguagem de Aurélio da Silva Py: A Quinta Coluna no Brasil*. In: MÜLLER, Telmo. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994, p. 141 – 156.

<sup>257</sup> SOUSA, J. P. Coelho de. *Conflito de Culturas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de documentação, 1953, p. 10.

*Evangélica Alemã, na nazificação do nosso Estado, pois, não concebemos como os seus responsáveis cooperam em tão inglória tarefa*<sup>258</sup>.

Segundo os relatórios policiais brasileiros de contra-espionagem, algumas associações alemãs de auxílio também foram identificadas como ramificações nazistas. Nesse sentido, aponta-se a *Arbeit Front* (Frente de Trabalho Alemã) como uma das mais significativas e que era considerada “organização-disfarce” para o próprio movimento nacional-socialista no Brasil.

Diante de evidências encontradas pelas investigações, as polícias dos diferentes estados passaram a vigiar os passos dos membros do partido nazista e de todos aqueles que aparecessem como suspeitos em potencial, sendo “identificados, fichados e, mais tarde, presos e processados”<sup>259</sup>.

Deste modo, a presença do “inimigo nazista” na sociedade brasileira requereu atenção distinta quanto à atuação policial. A competência da polícia se fez extremamente necessária aos olhos das autoridades, pois era através dela que pretendia garantir a ordem, a segurança e a integridade nacional.

Como Estado autoritário, a presença do inimigo legitimava a ação do governo ditatorial, com a justificativa de garantir a continuidade dos interesses nacionais. Dentro da lógica ditatorial e autoritária, a criação e a presença de um inimigo explicavam a necessidade da manutenção da ordem, legitimando o poder a partir de um grupo ideologicamente coeso. Como aponta Bronislaw Baczko<sup>260</sup> “qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder... o poder tem necessariamente de enfrentar o seu arbitrário e controlá-lo, reivindicando uma legitimidade.” Os conflitos que se estabeleceram no campo do imaginário social representaram, por parte do governo de Vargas, a adoção de estratégias variadas e “reais” de proteção, “senão de repressão, com vista a assegurar-se do lugar privilegiado no domínio dos imaginários sociais”<sup>261</sup>.

*A idéia de um “perigo alemão” consistia em acreditar que os países do continente sul-americano seriam anexados ao Reich alemão, através da invasão do exército, no caso de vitória alemã na guerra. A porta de entrada*

---

<sup>258</sup> Vida Policial, março de 1942, n° 44, página 36.

<sup>259</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 89.

<sup>260</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. Vol 5. Anthropos-Homem, p. 310.

<sup>261</sup> Idem, ibidem.



*para a invasão seriam as colônias de origem germânica, fixadas no nosso continente, principalmente as do sul do Brasil.*<sup>262</sup>

Se o golpe de 1937 fora justificado pela ameaça comunista no país, lentamente, o discurso se voltaria contra às manifestações de cunho fascista no Brasil, entre elas o integralismo e o próprio nazismo alemão. Nesse sentido, o Estado Novo procurou decretar leis, as quais traduziam as preocupações do governo quanto à segurança nacional. Eram, ao mesmo tempo, normas que o Estado criara para proteger-se dos agentes inimigos, facilitando o trabalho de repressão, de vigilância e de controle<sup>263</sup>. O terreno da lei, como destaca Eliana Dutra, tornava-se o espaço privilegiado para a racionalização da autoridade e para a ocultação do discurso da violência, cuja sustentação reside na linguagem da ordem e da lei<sup>264</sup>.

Nesta intenção, a Constituição de 1934 criava o Conselho de Segurança Nacional, dando um passo decisivo em relação à implementação de salvaguardas do Estado e do governo<sup>265</sup>. Com a lei de número 38, de 4 de abril de 1935, definiram-se os crimes contra a ordem pública e social. Determinou-se o cancelamento de naturalizações de indivíduos que exercessem atividades nocivas e subversivas ao país. Os crimes de natureza subversiva eram analisados e julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional<sup>266</sup> e seus órgãos operacionais, criando sensações de vigilância ainda maiores. O ritual e a suposta magnitude davam ao Tribunal toda a pompa possível. Esteve voltado, primeiramente, a casos de imediato combate ao comunismo, passando a exercer outros tipos de controle, especialmente os fatos relacionados aos crimes de guerra. Com o fim da neutralidade brasileira e a aproximação do Brasil com os países Aliados, a partir de 1942, os nazistas e suspeitos, bem como indivíduos acusados de colaborarem com os países do Eixo, passaram a ser julgados e condenados pelo Tribunal. Foram 6.998 processos, resultando em 4.099 condenações que variaram de uma simples multa a 27 anos de reclusão<sup>267</sup>.

---

<sup>262</sup> PERAZZO, 1999, p. 49.

<sup>263</sup> CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência. A Polícia na Era Vargas*. Brasília: UNB, 1994, p. 99.

<sup>264</sup> DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 246.

<sup>265</sup> Idem.

<sup>266</sup> O Tribunal de Segurança Nacional foi criado em 12 de setembro de 1936. A suas decisões não cabiam recurso ou apelação à sentença, nem efeito suspensivo.

<sup>267</sup> CANCELLI, 1994, p. 104.

Entre outras leis e decretos, destacava-se o Decreto-lei nº 383, de 28 de abril de 1938, que proibia, por exemplo, a prática de qualquer natureza política dos estrangeiros no país. Da mesma forma o Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938, definia os crimes contra a segurança nacional e a ordem social. A legislação, aliada ao conceito de crime, era ampla o suficiente para *“impedir e punir rigorosamente todos os direitos de cidadania, desde a livre expressão do pensamento, a organização associativa, a liberdade de imprensa, até o direito de informação, o direito de greve e a desobediência civil”*<sup>268</sup>.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, *“as medidas restritivas de controle social ficaram ainda mais fortes, e soluções repressivas, que já haviam sido tomadas anteriormente, começaram a ser retomadas pelo Estado”*<sup>269</sup>. A circulação de imigrantes alemães, italianos e japoneses para a realização de viagens<sup>270</sup> era permitida, por exemplo, mediante a obtenção de um salvo conduto nas delegacias de polícia.

De modo geral, as medidas contra a existência de um “perigo alemão” se acentuaram no ano de 1938, estendendo-se até o fim da Segunda Guerra Mundial. A disseminação desse perigo iminente entre a opinião pública e pela própria realidade das colônias alemãs no Brasil, que preservavam a *germanidade*<sup>271</sup> em seu dia-a-dia e que eram percebidas como “comunidades nazificadas”, legitimaram a decretação de leis nacionalizadoras<sup>272</sup>. Sentia-se o peso da repressão ditatorial, impondo medidas que restringiam a preservação do legado cultural deixado pelos primeiros imigrantes. Dentro da prática de suspeita, qualquer teuto ou teuto-brasileiro poderia ser um *“perigo em potencial”*, aos olhos da atividade policial.

---

<sup>268</sup> DUTRA, 1997, p. 246.

<sup>269</sup> Idem, p. 100.

<sup>270</sup> No Rio Grande do Sul, o salvo-conduto era exigindo nas viagens terrestres entre Porto Alegre e Bagé – Livramento – Dom Pedrito – Herval – Iraí – Itaqui – Jaguarão – José Bonifácio – Passo Fundo – Palmeira – Quaraí – São Luiz – Santa Rosa – Santo Ângelo – Santa Vitória do Palmar – São Borja – Uruguaiana – Getúlio Vargas – Bom Jesus – Vacaria – Lagoa Vermelha e Pelotas. Cf. FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: UFPEL, 2002, p. 95.

<sup>271</sup> A *germanidade* é caracterizada pelo *Deutschtum*. Afirmava-se a lealdade cidadã dos colonos em relação à nova pátria ao mesmo tempo em que se pontuavam diferenças em relação aos brasileiros, enquanto preservação da cultura germânica, representada pelo *Deutschtum*. RAMBO, Arthur Blasio. *Nacionalidade e cidadania*. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994.

<sup>272</sup> Entre as medidas de abasileiramento, para conter hábitos e costumes estrangeiros, decretou-se, em 18 de novembro de 1938, a lei nº 868, nacionalizando de forma integral o ensino primário de todas as comunidades de origem estrangeira.

Nesse momento, a preocupação de governo estadonovista era afastar o perigo estrangeiro, criando um aparato legal como defesa, garantindo ao mesmo tempo a concretização do seu projeto político-autoritário e nacionalista para o Brasil. A expressão “*súditos do Eixo*”, utilizada para denominar os estrangeiros alemães, italianos e japoneses, carregava em si uma representação social e política, reforçando a obrigação policial em excluir esses intrusos do ambiente social. Como excluídos, seriam eles os indivíduos rejeitados dos espaços públicos, dos valores e dos mercados materiais e simbólicos da nação<sup>273</sup>.

As leis de proibição, além de atingirem propriamente os partidos brasileiros, restringiram também as atividades do NSDAP, colocando este partido na clandestinidade. Mas de qualquer forma, as atividades nazistas não desapareceram, continuando com serviços de espionagem, com manifestações secretas, controlando emissoras de rádio e divulgando suas posições em alguns jornais brasileiros.

Muitas dessas ações eram realizadas por membros ou simpatizantes do próprio partido nazista no Brasil. Tratava-se de pessoas especializadas ou amadoras, que tinham como objetivo colaborar com o Eixo, em grande parte, ligadas a redes de espionagem<sup>274</sup> instaladas em toda a América do Sul. Apesar das restrições impostas pelo governo quanto às atividades partidárias, a partir de 1938, os alemães nazistas puderam construir uma vasta rede de espionagem, enviando uma grande quantidade de informações à Europa, até 1942. Neste ano as relações entre o Brasil e a Alemanha foram completamente rompidas, com a declaração formal de guerra, após o torpedeamento de navios brasileiros pelos alemães, e o cerco aos nazistas foi intensificado.

Porém, é importante ressaltar que não se tratavam de alemães nazistas que chegavam ao Brasil com o desígnio específico de espionagem. Esses espiões eram motivados pelo sentimento nacionalista, ou seja, o sistema de espionagem era motivado pela “escala individual”<sup>275</sup>, pela qual pessoas se subordinavam individualmente, por motivação própria, a grupos que praticavam atividades secretas no Brasil, incluindo funcionários de bancos alemães, industriais, jornalistas, entre

---

<sup>273</sup> XIBERRAS, Martines apud PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de Guerra: os cidadãos do Eixo nos Campos de Concentração brasileiros (1942 – 1945)*. São Paulo: USP, 2002. (Tese de Doutorado), p. 20.

<sup>274</sup> Alguns grupos de espionagem foram descobertos pela polícia. A rede de espionagem de Gustav Engels (Brasil, 1940/1942) produziu ramificações que chegaram, por exemplo, a Porto Alegre, através do nazista Paul Drawta, e a Rio Grande, por intermédio de Friedrich Willkens. PERAZZO, Priscila Ferreira. O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 127.

<sup>275</sup> Idem, p. 101.

outros. Esses grupos podiam trabalhar de forma independente ou de maneira integrada, realizando trocas de informações entre os seus chefes e também colaboradores em comum.

Várias empresas alemãs acobertaram diferentes atividades nazistas. Seus funcionários eram designados a desenvolver e controlar atividades partidárias, ao mesmo tempo em que realizavam serviços secretos de espionagem. Além disso, mulheres foram designadas para ocuparem ofícios em casas da alta sociedade brasileira, como governantas, procurando na verdade um disfarce para a espionagem, tendo acesso a informações que transitavam no meio social.

Entre 1940 e 1941, várias redes de espionagem alemãs estavam atuando a favor do serviço de informação<sup>276</sup> da Alemanha. Pelos registros investigativos, coletados pela polícia, chega-se à conclusão de que grande parte dos espiões recebia remuneração<sup>277</sup> para o desenvolvimento de suas atividades.

As informações coletadas pelos serviços de espionagem chegavam à Alemanha através de estações clandestinas de rádio, instaladas em vários pontos estratégicos, principalmente nas capitais brasileiras. No Brasil, a cidade portuária do Rio de Janeiro, a capital federal, foi o local onde se encontrava o maior número de rádios e de redes de espionagem. Por este local circulava um grande número de navios Aliados e informações valiosas poderiam ser captadas pelos espiões.

Com o objetivo de barrar as atividades consideradas nocivas à soberania do Brasil, as ações policiais recebiam constante respaldo legal para legitimar a sua ação. Em 1º de outubro de 1942, decretou-se, por exemplo, a lei nº 4.766, que caracterizava os crimes militares e aqueles contra a segurança do Estado, em época de guerra. Evidenciava-se *“as atividades de espionagem em favor do inimigo como crimes contra a segurança do Estado, cuja penalidade poderia ser a morte em grau máximo, ou 20 anos de reclusão em grau máximo”*<sup>278</sup>.

Até 1942, as investigações se ocuparam com práticas de observação e de vigilância. Depois deste ano, a atuação policial não esperava mais por concluir suas atividades de observação. Quando suspeitas passaram a cair sobre determinados indivíduos, partia-se para ações concretas, como o recolhimento e o interrogatório.

---

<sup>276</sup> O Abwehr, Serviço de Informações Alemão, era o órgão destinado a cuidar da defesa e da segurança do Estado alemão, montando serviços de espionagem e de contra-espionagem.

<sup>277</sup> Perazzo realiza este apontamento ao citar o relatório a respeito da rede de espionagem de Hans Werner Meyer-Clason, produzido pela DOPS-RS e enviado para a DOPS-SP. PERAZZO, Priscila Ferreira. Idem, p. 141.

<sup>278</sup> PERAZZO, 1999, p. 49.

Conseqüentemente, vários foram os casos de pessoas que entraram nas Delegacias de Ordem Política e Social, “*sob a alegação de irem prestar esclarecimentos para a polícia, não mais saíram até que se concluiu o conflito mundial, ou pelo menos, até a capitulação da Alemanha, em maio de 1945*”<sup>279</sup>. Os depoimentos podiam resultar na delação de outros nomes, identificando, dessa forma, outras redes de espionagem, através do cruzamento de informações.

A partir de delações e das investigações, empreenderam-se diversas atividades que identificaram a presença de rádios clandestinas, fechando as emissoras controladas pelos alemães que veiculavam informações a favor do Eixo, ou também, apreendendo aparelhos de pessoas que se reuniam para escutar transmissões em língua estrangeira.

Suspeita e desconfiança sustentavam a prática policial contra o nazismo. Vigiar, perseguir e incriminar o suspeito eram ações diárias dos investigadores e policiais, que procuravam garantir a manutenção da ordem e da segurança pública do Estado, ao mesmo tempo em que atendiam à necessidade policial de demonstrar-se útil à própria sociedade. A operação se baseava, portanto, na chamada “*lógica de suspeição*” ou “*lógica da desconfiança*”<sup>280</sup>.

Um dos grupos identificados pela polícia, em 1942, atuava no Rio Grande do Sul. Tratava-se de sete suspeitos que formavam uma rede de espionagem nesta região, interligada à rede de Albrecht Gustav Engels e de Niels Christian Christensen, atuantes entre São Paulo e Rio de Janeiro. Entre as provas recolhidas, encontrou-se uma carta com informações sobre códigos telegráficos para a composição de mensagens secretas, redigida por Hans Kurt Werner Meyer-Clason, um dos sete espiões de Porto Alegre, preso em 29 de janeiro de 1942, a Eduard Arnold, que se encontrava em São Paulo. Em março de 1942, a revista *Vida Policial* registrava o fato, afirmando que as ações de Meyer-Clason<sup>281</sup> articulavam-se com as de Eduard Arnold em prol dos interesses do Alto Comando do Exército Alemão (*Wehrmacht*) e que “*os seus pressupostos cruzavam o nosso território, diretamente ligados a Berlim, donde recebiam ordem exclusiva, sem mesmo a interferência da*

---

<sup>279</sup> Idem, p. 116.

<sup>280</sup> Idem, p. 147.

<sup>281</sup> Filho do Coronel-General Hans Meyer-Clason, do Exército do Reich, e pertencente às tropas de Assalto (S.A.) de Hitler. Revista *Vida Policial*, março de 1942, p. 28.

*diplomacia do Reich, conforme provas concretas em poder da Delegacia de Ordem Política e Social da nossa vitoriosa instituição*<sup>282</sup>.

Ao dismantelar células de espionagem nazistas no Brasil, a polícia produziu relatórios e dossiês para que as autoridades tivessem acesso às informações, quanto às redes de espionagem instaladas no Brasil. A partir dos dados apresentados, a polícia e o governo produziam novas estratégias de repressão, detendo, assim, novos suspeitos que pudessem vir a cometer possíveis crimes contra a nação.

De acordo com os relatórios, percebe-se que, desde 1938, muitos suspeitos encontravam-se em vigilância, culminando em 1942, com a prisão de muitos deles. Em noticiário do jornal gaúcho *Correio do Povo*, de 18 de agosto de 1939, relatava-se a prisão de cinco alemães à Casa de Correção de Porto Alegre, Willy Zeyeu, Otto Eduardo Müller, Miguel Nunhofer, Jorge Nunhofer e Augusto Stefans, em José Bonifácio, que, após passarem por Santa Maria, pretendiam chegar à capital gaúcha. Segundo a reportagem, foram apreendidos mais de trezentos quilos de propaganda nazista, que eram recebidos da Alemanha, dando também destaque à frase de um dos detidos, de que preferia ficar desempregado a naturalizar-se brasileiro. Transcorrida uma semana, o mesmo periódico, datado de 25 de agosto de 1939, relataria que os mesmos sujeitos haviam sido libertados pela polícia.

Este caso retrata a situação dos nazistas diante das medidas que restringiam as agremiações partidárias no Brasil, juntamente com todas as determinações nacionalizadoras para o país. Não seria este um episódio de caráter idêntico àqueles que foram registrados a partir de 1942, quando se deflagra a perseguição incansável aos inimigos nazistas. Este último ano registrou o aumento de denúncias e prisões, levando em consideração o contexto internacional de guerra, inclusive com a inserção do Brasil no conflito mundial, identificando como criminoso todo aquele que fosse indiciado como súdito dos países do Eixo. Além disso, a descrição de detalhes presente em documentos, fichas e interrogatórios constituía uma das características marcantes do discurso, demonstrando a preocupação policial em descrever aspectos físicos e a aparência dos suspeitos alemães, a partir da ótica de seus próprios valores<sup>283</sup>. Igualmente, utilizava-se uma linguagem calcada no espírito nacionalista e anti-nazista.

---

<sup>282</sup> Vida Policial, março de 1942, p. 27.

<sup>283</sup> PERAZZO, 1999, p. 153.

Diante de denúncias, os acusados eram expostos a interrogatórios. Diferentes eram as estratégias para que esses indivíduos concordassem com a culpa, desde a simples confirmação dos fatos pelo próprio acusado até o uso da tortura. Este último método, o chamado “3º grau”, constituía uma prática herdada de gerações policiais anteriores e reforçada pela influência policial norte-americana, na qual os presos eram submetidos à violência física, espancamento, jejum absoluto de três dias, sem poder dormir e humilhação pela nudez. A institucionalização da tortura<sup>284</sup> estava presente nas ações policiais que visavam, a todo custo, obter informações sobre o quinta-colunismo. Embora fosse rejeitada em algumas circulares e em outros documentos oficiais, pois mais valia a astúcia do que a força<sup>285</sup>, a violência passava a integrar o cotidiano policial, como se fosse estratégia legítima, aceitável e, inclusive, científica<sup>286</sup>.

Nesse contexto, a prisão preventiva ou prisão para averiguações favorecia o esclarecimento da suspeita e, devido ao estado de guerra, a presença do inimigo nazista garantia a necessidade de que os alemães permanecessem presos. Os locais para encarceramento podiam variar, desde os porões das Delegacias de Ordem Política e Social, presídios e casas de detenção a colônias penais agrícolas, as quais se caracterizavam como campo de concentração. Outra dimensão sobre a prisão de alemães ocorreu, inclusive, nas próprias localidades de moradia dos incriminados<sup>287</sup>.

*A princípio, a guerra e o internamento pareciam constituir fatores a legitimar os interesses políticos na repressão aos estrangeiros. No entanto, a execução dessas medidas não dispensou discussões, desconfortos ou constrangimentos entre os responsáveis em aplicá-las. Isso incluía desde a proibição de falar a língua materna em público até o internamento em colônias penais e campos de concentração. Daí considerarmos a exclusão pelo internamento como a forma culminante da repressão do Estado Novo contra estrangeiros ditos “indesejáveis”.<sup>288</sup>*

Assim, existiam diferentes locais, espalhados por todo o país, que passaram a abrigar os indesejáveis sociais. Entre eles, citam-se o Campo de Concentração de

---

<sup>284</sup> Sobre questões de tortura e métodos utilizados pela polícia do Estado Novo, Cf. CANCELLI, 1994, p. 193 – 194.

<sup>285</sup> FACHEL, 2002, p. 133.

<sup>286</sup> Na formação de agentes policiais, o delegado Theobaldo Neumann (ex-diretor do Cartório do DOPS-RS e relator da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores) definia orientações sobre métodos que pudessem ser aplicados aos presos, entre eles os desumanos, os humanos e os científicos. Cf. FACHEL, 2002, p. 124.

<sup>287</sup> PERAZZO, 2002, p. 62.

<sup>288</sup> Idem, p. 42 – 43.

Tomé-Açu, em Acará (PA), o Campo de Concentração Chã de Estevão, em Paulista (PE), a Penitenciária do Distrito Federal, em Niterói (RJ), a Colônia Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande (RJ), o Presídio de Ilha das Flores, no Rio de Janeiro (RJ), o Campo Militar para Prisioneiros de Guerra, em Pouso Alegre (MG), a Estação Experimental de Produção Animal, em Pindamonhangaba (SP), a Escola Prática de Agricultura, em Guaratinguetá (SP), a Seção Agrícola da Penitenciária de Trindade, em Florianópolis (SC), o Presídio Oscar Schneider, em Joinville (SC), a Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho, em Charqueadas (RS)<sup>289</sup>. Nessas prisões políticas muitos acusados permaneceram enclausurados pelas suspeitas de espionagem nazista e muitos presos somente voltaram a obter a liberdade com o fim da guerra, em 1945<sup>290</sup>.

Entre as características comuns a estes estabelecimentos prisionais, Priscila Ferreira Perazzo destaca que os campos de concentração se formaram após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, pela necessidade de acomodar todo o contingente de estrangeiros presos pela polícia, a partir de 1942. Além disso, eram locais regulamentados por leis estaduais, normalmente voltados para trabalhos agropecuários, com a utilização da mão-de-obra interna e apresentavam uma estrutura semelhante: alojamentos precários, alimentação satisfatória, complementada pelas encomendas enviadas pelas famílias, vigilância acompanhada pela liberdade de locomoção dentro dos limites dos campos ou cidades onde estavam localizados. Correspondências eram permitidas aos internos, mas encontravam-se sempre sob censura<sup>291</sup>. Os campos de concentração eram inspecionados pela Cruz Vermelha e pelos membros de missões diplomáticas, garantindo a aplicação de regras estipuladas por convenções<sup>292</sup> específicas aos prisioneiros de guerra.

---

<sup>289</sup> Cf. PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de Guerra: os cidadãos do Eixo nos Campos de Concentração brasileiros (1942 – 1945)*. São Paulo: USP, 2002. (Tese de Doutorado), p. 88. Nesta pesquisa, a autora analisa individualmente cada campo de concentração brasileiro à época do Estado Novo.

<sup>290</sup> A prisão de estrangeiros era competência inicial do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, assim como do Ministério das Relações Exteriores e também do Ministério da Guerra. Juntos, estes ministérios procuravam conduzir as questões que envolviam os prisioneiros de guerra, pois constituíam interesses das políticas interna e externa.

<sup>291</sup> PERAZZO, 2002, p. 90 – 91.

<sup>292</sup> Entre as convenções, a mais importante era a Convenção de Genebra, realizada em 27 de julho de 1929, na qual se definiram normas comuns a prisioneiros, aplicadas em momentos de guerra. Segundo Perazzo, a própria inserção brasileira no contexto internacional obrigava o governo a aceitar os tratados e convenções acordados entre a maioria dos países, ao mesmo tempo em que legitimava a prisão de indivíduos denominados “*súditos do Eixo*”. Idem, p. 58.



Como local de internamento, muitos alemães acusados de propagarem e defenderem a ideologia Nacional-Socialista no Rio Grande do Sul estiveram confinados na Colônia Penal Agrícola Daltro Filho<sup>293</sup>. Construída na década de 1930 para receber os presos da Casa de Correção de Porto Alegre<sup>294</sup>, situava-se às margens do rio Jacuí, na região da antiga cidade de São Jerônimo, distante 60 quilômetros de Porto Alegre. Entre os “súditos do Eixo”, a grande maioria era composta por alemães, como registrava, por exemplo, o ano de 1942: entre duzentos e trezentos presos, quarenta e um eram alemães, três italianos e cinco japoneses<sup>295</sup>. Segundo José Plínio Guimarães Fachel, os presos políticos eram divididos em categorias: um grupo era composto por indivíduos de privilegiado status social, enquanto um segundo reunia aqueles de menor prestígio, os quais eram obrigados ao trabalho agrícola. Ao lado de presos políticos, existiam também os presos “comuns”, como ladrões e assassinos<sup>296</sup>.



Colônia Penal Agrícola Daltro Filho. Fonte: Revista Vida Policial. Julho de 1939.



Colônia Penal Agrícola Daltro Filho. Fonte: Revista Vida Policial. Julho de 1939.

O cotidiano dos aprisionados resumia-se ao trabalho diário iniciado logo às 7 horas da manhã, estendendo-se pelo dia<sup>297</sup>. Entre as tarefas, os presos cuidavam das plantações de arroz e de batata-doce e carregavam tijolos. Com exceção do Natal, as visitas foram proibidas após o torpedeamento de navios brasileiros pelos alemães. Além disso, os presos deveriam participar de momentos cívicos, com a audição de poesias patrióticas e entoação dos hinos Nacional e da Independência. A Cruz Vermelha

<sup>293</sup> Segundo Regina Célia Pedroso, “as prisões agrícolas foram locais destinados ao ocultamento da delinqüência das grandes cidades, localizados fora dos perímetros urbanos das décadas de 10 e 20. O Estado apropriou-se dessa modalidade prisional, para nos anos 30 restabelecer novos locais de reclusão, agora com a designação de Penitenciárias Agrícolas”. PEDROSO apud PERAZZO, 2002, p. 150. A revista *Vida Policial* de Julho de 1939 traz algumas imagens da Colônia Penal Agrícola de Daltro Filho, produzidas durante a visita de Cordeiro de Farias ao local, juntamente com outras autoridades administrativas.

<sup>294</sup> Segundo Fachel, em 1942, a situação de presos na Casa de Correção “foi de superlotação, pois em 1943, quando muitos suspeitos já haviam sido soltos e outros transferidos para o campo de concentração de Daltro Filho, havia lá ainda mais de 800 condenados”. FACHEL, 2002, p. 131. Cf. *VIDA Policial*. Abril de 1943, p. 63.

<sup>295</sup> Idem, p. 150. Em 29 de dezembro de 1942 existiam setenta e oito alemães recolhidos e quase um ano mais tarde, em 9 de novembro de 1943, encontravam-se ali cinquenta e dois.

<sup>296</sup> FACHEL, 2002, p. 138.

<sup>297</sup> Segundo relatórios realizados pela Cruz Vermelha sobre a Colônia Penal, “os alemães queixaram-se, em 1943, de serem forçados a um trabalho que se estendia por até nove horas diárias, juntamente com os presos comuns e salvo casos, de não receberem remuneração pelos serviços prestados.” Idem, p. 177.

encaminhava regularmente jornais, livros, doces, frutas, chocolates e cigarros aos presos da Colônia Penal.

As impressões de Newton Junior, publicadas no mensário policial da Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul<sup>298</sup>, apontam algumas considerações sobre a Colônia Penal Agrícola Daltro Filho. Seu relato foi feito a partir de uma visita ao local. Segundo o seu registro, a prisão encontrava-se em uma “ilha encantadora” e tratava-se de um moderno estabelecimento penal, protegido pelo arame farpado e pelos guardas dispostos em todos os lugares. Na sua observação, fazia menção a vastos e modernos edifícios, tendo uma “*nítida idéia do grau de evolução do moderno sistema penitenciário brasileiro*”, encontrando na Colônia Penal Agrícola uma “*obra digna de representar o seu valor. A Colônia Penal não é uma cadeia, é uma escola*”. Da mesma forma, reafirmava as impressões policiais sobre os “súditos do Eixo”.

*Este é o grande papel da Colônia Penal. O tratamento que o recluso recebe faz com que ele reconheça, por si só, que errou e que está ali pagando o seu erro e não porque os homens, que o condenaram sejam maus e desapiados.*

*Com exceção daqueles criminosos, que pecaram contra a nossa terra, fecunda e acolhedora, e que se encontram em celas isoladas, os demais detentos possuem dormitórios espaçosos, destes que estamos acostumados a ver na maioria dos internatos dos colégios.*<sup>299</sup>



Revista Vida Policial. Maio de 1942, p. 37.

O registro fotográfico de um dos prisioneiros da Colônia Penal Agrícola Daltro Filho, encontra-se na revista *Vida Policial* de maio de 1942. Na ocasião, o pastor luterano, Karl Hugo Johannes Friedler fora fotografado e sua imagem editada para a revista, sob a legenda “*Pastor Karl Hugo Johannes Friedler posa “gentilmente” para este mensário, na sua residência*”.

Este mesmo periódico tratou de relatar muitos casos sobre alemães e descendentes, acusados de serem “colaboradores do Eixo” e

<sup>298</sup> NEWTON, J. *Impressões de uma visita à Colônia Penal Agrícola “Gal. Daltro Filho”*. Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Julho de 1943, p. 55.

<sup>299</sup> NEWTON, J. *Impressões de uma visita à Colônia Penal Agrícola “Gal. Daltro Filho”*. Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Julho de 1943, p. 55.

propagadores do pensamento nazista no Brasil, enviados à Colônia Penal Agrícola, ironizando a situação ao relatar que esses elementos estavam em tratamento de “enxadoterapia”.

Existem evidências, segundo René Gertz<sup>300</sup>, sobre a existência de um segundo campo de concentração. Denúncias no pós-guerra indicavam a existência de local semelhante à Colônia Penal Agrícola Daltro Filho, localizado em Santa Rosa. Para este local, muitos presos teriam sido levados e torturados.

Mesmo que grande parte dos acusados de quinta-coluna fosse levada ao cárcere, alguns deles foram expulsos do país logo após a realização da prisão, ou até depois de terem permanecido algum tempo confinados a campos de concentração. Neste sentido, o decreto-lei 479, de 8 de junho de 1935, já passava a regular a expulsão de estrangeiros. Mais tarde, este decreto-lei era modificado por outro, de número 298, de 27 de abril de 1938. Ambos eram bastante rígidos e o último passou a regular inclusive a expulsão de estrangeiros por cumplicidade ou por crimes de natureza política, sexual e ligados a tóxicos e entorpecentes<sup>301</sup>. O caso de Hugo Müller<sup>302</sup>, após ser preso pela polícia gaúcha, imbuída pelo espírito de pressão saneadora, expulso do Brasil a 27 de abril de 1938<sup>303</sup>, exemplifica esta estratégia utilizada pelo país em relação aos indesejáveis quinta-colunistas.

A divulgação das atividades policiais contra o “avanço nazista” reforçava, paralelamente, a visão de eficiência e supercompetência dessas instituições. Transformar em notícias sensacionais as operações da polícia demonstrava a sua importância, a sua competência e a sua presteza. Artigos, fotografias e símbolos nazistas corroboravam o imaginário sobre o “perigo nazista”, pois se tornavam instrumentos-chave para a “ilustração do crime” e favoreciam, segundo a ótica policial, a construção da “verdade”, sem a intenção de relativizá-la<sup>304</sup>.

Não se deve esquecer que a atuação policial, ao longo dos anos de 1930 e 1940, sofreu influência de instituições internacionais que mundialmente se destacavam pela sua eficiência e organização. Neste sentido, a Gestapo inspirou a polícia brasileira, inclusive a gaúcha, a tomar alguns exemplos desta organização

---

<sup>300</sup> GERTZ, 2005, p. 174.

<sup>301</sup> CANCELLI, 1994, p. 55.

<sup>302</sup> Segundo o relato da revista *Vida Policial*, Hugo Müller foi expulso do Brasil, condenado a tal punição por comandar a USCHLA riograndense, considerada pela polícia uma espécie de justiça própria do nazismo, aplicando sessões de julgamento a indivíduos do partido. Cf. *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Maio de 1942, p. 27.

<sup>303</sup> Idem, ibidem.

<sup>304</sup> PERAZZO, 1997, p. 162.

para aplicá-los à prática cotidiana no Brasil. Certamente, esta influência alemã somente perdurou diretamente até o momento em que o Brasil marcava seu distanciamento em relação à Alemanha, em 1942, embora estas práticas permanecessem imediatamente após o rompimento, o que demonstra uma continuidade das políticas institucionais da polícia brasileira, agregando novos elementos à sua organização, diante do contexto nacional e internacional.

Da mesma maneira, a polícia norte-americana delimitou algumas diretrizes instauradas pela polícia do Brasil, o que de fato pode ser percebido pela aproximação mais intensa no momento em que o Brasil rompia a sua neutralidade diplomática<sup>305</sup>. A relação e o condicionamento da polícia brasileira às autoridades norte-americanas ocorreram através de convênios e ações conjugadas, o que resultou em diversas prisões e interrogatórios supervisionados pelos Estados Unidos. Essa aproximação entre as duas instituições policiais pôde ser verificada, por exemplo, no treinamento do delegado de Ordem Social e Política do Rio Grande do Sul, Plínio Brasil Milano, no FBI, nos Estados Unidos.

A aproximação não se reduzia somente ao país americano. Ela representava a aliança de países destinada a lutar contra o nazismo. Neste propósito, reuniram-se em 24 de abril de 1942, em um jantar no Palácio do Comércio de Porto Alegre, diversos cônsules<sup>306</sup> para manifestarem-se publicamente em homenagem a Aurélio da Silva Py e a Plínio Brasil Milano, pela *“ação eficiente desenvolvida por essas autoridades ao combate às atividades perniciosas dos assalariados totalitários”*<sup>307</sup>. Da mesma forma, o embaixador do Brasil no Uruguai, em entrevista à revista *Vida Policial*, exaltava os grandes feitos da Polícia, afirmando que o *“Rio Grande do Sul possui a mais completa organização de anti-espionagem na América”*<sup>308</sup>.

A exaltação da atuação policial em combate ao nazismo, através dos meios de comunicação, marcava a preocupação da instituição em tornar-se visível em relação à sua competência. A revista *Vida Policial* não deixou de cumprir este dever,

---

<sup>305</sup> A aproximação da polícia brasileira aos interesses norte-americanos foi ampliada especialmente com a saída de Filinto Müller da estrutura de comando do governo estadonovista.

<sup>306</sup> Entre os cônsules presentes, entravam-se Cyril Marriot e S. Sye, respectivamente cônsul e vice-cônsul da Inglaterra, Daniel Braddock, cônsul dos Estados Unidos, Jan Wroblewski da Polônia Livre, G. Menalda, cônsul da Bélgica Livre, Pedro Moacir Cordeiro, cônsul da Bélgica Livre e Ant Antonopoulos, cônsul da Grécia Livre.

<sup>307</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. *Repercute amplamente em todos os quadrantes, o trabalho notável da Polícia do Rio Gr. do Sul no combate ao nazismo*. Abril de 1942, p. 23 – 24. Nesta reportagem registrou-se, em especial, o pronunciamento do cônsul da Grécia Livre.

<sup>308</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. *O Rio Grande do Sul possui a mais completa organização de anti-espionagem na América*. Maio de 1942, p. 51 – 52.

tecendo constantes elogios a personalidades policiais da polícia gaúcha, bem como à própria instituição. As investigações policiais, destinadas a sobrepujar as ações do inimigo, eram motivo de orgulho e de consagração para os indivíduos desta organização, que se percebia como essencial à ordem e à manutenção do equilíbrio político e social do país.

O reconhecimento do nazismo pela sociedade estava, portanto, estigmatizado, quase que exclusivamente, pelas versões veiculadas por diferentes autoridades governamentais. Manifestações públicas também foram registradas, entre elas o convite de Germano Bonow Filho, representante de estudantes das escolas superiores de Porto Alegre, ao interventor gaúcho Cordeiro de Farias para participar de movimento organizado contra os países do Eixo<sup>309</sup>, bem como as depredações de 18 e 19 de agosto de 1942, em Porto Alegre, a estabelecimentos que pertenciam a indivíduos de origem germânica, como reação ao ataque aos navios brasileiros pelo Eixo<sup>310</sup>.

A presença de nazistas, embora fosse concreta e aceitável, passou a tomar proporções peculiares quanto à aplicação da violência a comunidades de alemães e teuto-brasileiros. No exagero das estratégias que moldavam representações sobre este “perigo”, o Estado Novo, representado por chefes de gabinetes, interventores e secretários, não se preocupou em distinguir o nazismo do germanismo. A consequência desta postura disseminou práticas homogeneizadoras e violentas, carregadas de preconceitos radicalizados, que fez tornar qualquer alemão ou teuto-brasileiro uma espécie de “suspeito em potencial”, “*súdito do Eixo*”, mesmo pela ausência, muitas vezes, de provas concretas. Questões étnicas passaram a permear o discurso policial, fazendo com que o nazismo pudesse ser vinculado sem restrições ao germanismo.

Mesmo que o alerta de Plínio Brasil Milano trouxesse, talvez, uma referência teórica sobre o tema do delito político, afirmando que “*o direito não pode e nem deve suportar uma situação tão precária na distribuição do bem e do mal*”<sup>311</sup>, a prática e o discurso policial contra o nazismo mostraram justamente a adoção dessa classificação. Sem esquecer que esta estruturação foi organizada inicialmente pela personalidade policial gaúcha acima destacada. Surgia da oposição entre

---

<sup>309</sup> Esta referência é encontrada no Correio do Povo, 23 de julho de 1942 apud GERTZ, 2005, 175.

<sup>310</sup> Idem, ibidem.

<sup>311</sup> MILANO, Plínio Brasil. *Delito Político*. Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Julho de 1942, p. 23.

brasilidade e germanidade/nazismo uma luta entre o “bem” e o “mal” e para salvar o Brasil desse descompasso terrível, uma ação tenaz deveria sobrepujar o pernicioso inimigo.

O projeto nacionalista do Estado Novo necessitava afastar os seus oponentes. Este foi, sem dúvida, o papel desempenhado pela polícia brasileira, instruída para este propósito nos diferentes estados do Brasil, em especial, naqueles que se destacavam pelos números consideráveis de imigrantes alemães e de teuto-brasileiros. Assim, a “*perfidia, traição e desrespeito*” dos quinta-colunistas era reprimida pela atuação perseverante da polícia no país.

### **CAPÍTULO III**

**A imprensa policial no Rio Grande do Sul:  
a revista Vida Policial**

### 3.1 “Um verdadeiro imperativo”: origens da revista Vida Policial

Uma das produções jornalísticas de cunho policial com grande destaque surgiu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 1938, nos momentos iniciais do Estado Novo. Surgiu a revista *Vida Policial*, lançada na data de 30 de agosto de 1938, como principal órgão mensal da Repartição Central de Polícia e que acabaria se tornando uma das revistas de maior tiragem no sul do Brasil.

Sua primeira edição, com tiragem de dois mil exemplares<sup>312</sup>, estaria condicionada ao advento do Estado Novo, em 1937, atendendo desígnios específicos de um regime autoritário, forçado a estender a sua ideologia e o seu controle através de instrumentos de manipulação, como o domínio dos meios de comunicação de massa. Imprensa e polícia articulavam-se no sentido de garantir uma suposta legitimidade a toda conjuntura repressiva que se desenhava nesse momento.

*A polícia política e a revista Vida Policial foram um suporte do regime estadonovista no Rio Grande do Sul. Nesse contexto, ambas desempenharam uma função vital para o sistema político do Estado Novo: expandir a ideologia estatal e reprimir os opositores políticos. Dessa forma o braço do regime no Rio Grande do Sul realizou sua tarefa no momento em que institucionalizou os policiais, expandiu a rede de repressão em toda região sul e criou raízes na sociedade brasileira.*<sup>313</sup>

A criação da revista está ligada à atuação do Delegado de Polícia Plínio Brasil Milano<sup>314</sup> na Delegacia de Ordem Política e Social, importante e renomado personagem da instituição policial gaúcha. Sua carreira policial expõe a importância que assumiu ao longo dos anos, tomando frente em questões de organização e estruturação policiais. Na década de 1930 e 1940, encarregou-se, por exemplo, da organização do serviço de contra-espionagem ao nazismo no Rio Grande do Sul, cumprindo, inclusive, roteiros internacionais, com a finalidade de articular com países vizinhos planos de extermínio das organizações internacionais consideradas

---

<sup>312</sup> Vida Policial. *Editorial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Janeiro de 1939.

<sup>313</sup> BENEVENUTO, Estela Carvalho. *A polícia e a revista Vida Policial: uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

<sup>314</sup> Nasceu na cidade de Alegrete a 7 de outubro de 1908 e faleceu em 22 de dezembro de 1944, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Hoje, patrono da Polícia Civil do estado do Rio Grande do Sul. Permaneceu no DOPS até setembro de 1943, quando passou a ser subprefeito de Porto Alegre.





Delegado Plínio Brasil Milano  
Revista Vida Policial. Julho de 1942.

criminosas. Além disso, Plínio Brasil Milano visitou os Estados Unidos a convite do Federal Bureau of Investigation (FBI), realizando um curso de especialização em Polícia Política<sup>315</sup>, o que significou para a polícia riograndense a incorporação de elementos americanos a sua estrutura. Quando assumiu o DOPS, criou cursos de aprimoramento de funcionários e fundou a revista *Vida Policial*, o importante mensário policial do Rio Grande do Sul.

A partir de sua origem, fruto de preocupações do Departamento de Ordem Social e Política, a revista passava a fortalecer a relação entre a Repartição Central de Polícia e o organismo da corporação espalhado por todo o estado e a própria sociedade civil. As finalidades desta imprensa policial estariam expostas no editorial do primeiro número, engajada em propósitos claros e determinantes.

*Pelo estatuto básico do Estado Novo, é reservado à Imprensa um papel saliente e decisivo exercer uma função de caráter público. Imprensa e Polícia, portanto, na concepção fundamental do regime, como que se aproximam e integram, em face da elevada missão social chamadas a desempenhar dentro, naturalmente, das respectivas esferas de ação. De sorte que a uma organização policial que se aperfeiçoa ainda, mas que procura e se esforça por estar à altura da sociedade a que deve servir utilmente, indispensável se torna possuir um órgão de imprensa especializado, para ventilar mais amplamente os assuntos que lhe digam respeito. Daí, o aparecimento de "Vida Policial".*

*Ao atual Chefe de Polícia do Estado, apesar de suas múltiplas e absorventes preocupações, não escapou a apreciação deste aspecto interessante da ação do complexo aparelhamento sob sua proficiente orientação. E estimulou, por todas as formas, seus auxiliares e colaboradores a fundarem uma revista, que procurasse corresponder aos imperativos do momento que atravessamos.*

*"Vida Policial" terá nessas condições, uma alta finalidade social, visando ser um órgão educacional e, ao mesmo tempo, permitir uma cooperação intelectual continuada entre todos os elementos da Polícia, esparsos pelo Estado afora, como zeladores incansáveis da segurança à tranquilidade públicas. Através das páginas da nossa revista, será levado aos mais longínquos recantos do Rio Grande o espírito novo e sadio que anima a Polícia estadual, no cumprimento exato de seu elevado e nobre dever para com a coletividade rio-grandense.*<sup>316</sup>

Como revista técnico-policial de frequência mensal, cumpria-se uma tarefa importante na construção de uma nova fase política instalada com o golpe de 1937,

<sup>315</sup> Cf. GONZALES, Sônia; SESTI, Beatriz C. Goularte. *Cronologia histórica da Polícia civil no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Polost, 2006, p. 47.

<sup>316</sup> Vida Policial. *Editorial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Agosto de 1938.

fortalecendo o universo autoritário implantado no Brasil a partir deste momento. A criação da revista correspondia aos ímpetus de consolidação da estrutura repressiva e autoritária no país. Nada incomum a referência ao Estado Novo no primeiro editorial da revista, ao afirmar que “*novembro de 37 é, sem dúvida, o marco inicial da obra grandiosa e bela que se processa em todo o País, presentemente, visando antes de tudo tornar o Brasil maior e mais digno*”<sup>317</sup>. Neste contexto, *Vida Policial*, imbuída de importantes e específicos compromissos, vinha a “*ser um reflexo nítido e fiel de todas as atividades policiais, em perfeita harmonia com os sentimentos e vibrações do organismo social*”<sup>318</sup>.

Da mesma forma, sua tarefa propunha-se a despertar o interesse de seus leitores contra o crime, instruindo-os nas maneiras de “*prevenir os atentados contra a pessoa, a propriedade e os bons costumes*”, oferecendo ao mesmo tempo material farto e autorizado aos membros da polícia gaúcha. Estavam delimitadas também as suas ações enquanto imprensa educativa, disposta a colocar nas mãos de vários indivíduos um grande material didático e instrutivo.

Suas funções estavam, portanto, claramente definidas, direcionadas aos interesses de uma estrutura autoritária. Mas além de sua proposta política, a revista também vinha atender as necessidades informativas da instituição policial, anteriormente desempenhadas por uma imprensa interna, conhecida como *Boletim Informativo da Guarda Civil (BIGC)*<sup>319</sup>. Com a criação de *Vida Policial*, o Boletim permaneceu em atividade, mas exclusivamente com função de informativo burocrático, transferindo as demais categorias de informação à nova publicação.

O trabalho policial para cada nova edição deveria refletir os desejos desse órgão da polícia gaúcha, além do seu valioso trabalho, envolvendo indivíduos que correspondessem a todos os objetivos, os quais esta revista se colocava cumprir. A redação localizava-se na rua Duque de Caxias, esquina com a rua Marechal Floriano, em Porto Alegre, junto à Repartição Central de Polícia. A primeira equipe editorial foi formada por membros da polícia, destacando-se os seguintes nomes: como diretor o Inspetor Ernani Ruschel, como redator o Inspetor Iboty de Farias

---

<sup>317</sup> Idem, ibidem.

<sup>318</sup> Idem, ibidem.

<sup>319</sup> Cf. BENEVENUTO, Estela Carvalho. *A polícia e a revista Vida Policial: uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997, p. 72. Segundo a autora, o Boletim Informativo da Guarda Civil “*era responsável por publicações relacionadas à vida social dos policiais e também a todas as questões administrativo-burocráticas*”.

Krause, como gerente o Inspetor Carlos José da Silva e como sub-gerente (2º Fiscal) Anselmo Moura. A partir do exemplar número 06, de janeiro de 1939, o expediente passava a contar também com um chefe de publicidade, cargo ocupado pelo Inspetor João Pessoa Tavares.

Estes policiais foram os primeiros a definir a estruturação e o discurso utilizado pela revista, representantes de uma linguagem disposta a informar, persuadir e a mobilizar. A formação do expediente de trabalho e a própria redação da revista demonstravam uma consciência concisa em relação ao papel desempenhado pela polícia nesse momento, envolvida pelo “sopro renovador” que freqüentemente era retomado nos diversos textos publicados pela revista. Neste sentido, o periódico afirmava estar visando “*tão somente a sã educação de nosso povo, tanto cultural como moral*”<sup>320</sup>, produzindo, a partir desta concepção, discursos variados. Na tentativa de construir retóricas plausíveis e legítimas, a construção de reportagens, de artigos e de seções temáticas reivindicava, inclusive, a seriedade científica da polícia, analisando os diferentes fatos a partir dos “*olhos de cientistas, nos quais não há, nem pode haver, resquício algum de dúbias intenções*”<sup>321</sup>.

A estruturação de toda revista seguiu basicamente uma única composição, desde a sua criação ao seu número final. A configuração da capa instituiu um estilo característico do primeiro ao último exemplar, divulgando imagens ligadas ao trabalho policial. Estas ilustrações eram produzidas pelo Inspetor Eraldo Rabello, imprimindo um traço específico às imagens, carregando-as de sentidos inteligíveis. A página de informações sobre a revista apresentava os dados sobre editoração, assinaturas e sumário, acompanhadas pelo logotipo característico desta página, presentes desde 1938 a 1946.



Revista Vida Policial. 30 de Agosto de 1938

As reportagens, o grande corpo da revista, ocupavam-se com temáticas do cotidiano da polícia, relatando e analisando casos específicos, como crimes,

<sup>320</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Março de 1939, p. 17.

<sup>321</sup> Idem, ibidem.

organizações policiais de outros países<sup>322</sup>, técnicas investigativas policiais, aspectos teóricos e jurídicos ligados à instituição, personagens de destaque ligados à Polícia gaúcha, delegacias no estado do Rio Grande do Sul e, inclusive, novelas policiais. O sumário da primeira edição organizou-se a partir dos seguintes itens:

*A Polícia Federal Norte-Americana*  
*Antes prevenir que remediar*  
*Melhorando na técnica de identificação datiloscópica*  
*Os 4 cabelos castanhos (novela)*  
*Estatística Policial*  
*O crime do caíque*  
*Lauda Pericial*  
*Imprensa Policial*  
*O Coronel Interventor visita a Central de Polícia*  
*Delegacia de trânsito*  
*Atos do chefe de Polícia*  
*Esportes na Vida Policial*  
*Delegacia de Polícia de Santa Cruz*  
*Indicador Bibliográfico*  
*Os grupos sangüíneos na prova técnica*  
*Um novo processo*  
*Uma investigação sobre acidentes de veículos*  
*Escola de Polícia*  
*Acordo Policial Sul Americano*  
*Os delinqüentes lutam, sem êxito, contra as impressões digitais.*<sup>323</sup>

Ao longo das páginas de todas as edições, as reportagens compartilhavam espaços com inúmeras propagandas industriais, comerciais e de serviço, espaços de divulgação vendidos pela revista, cujo valor arrecadado poderia servir de manutenção e conseqüente sobrevivência da revista, tendo em vista os custos deste empreendimento.

Os editoriais constituíam os espaços nos quais as posições práticas, teóricas, políticas e ideológicas da instituição policial evidenciavam-se, normalmente, ligadas às principais reportagens de cada edição. Na linha editorial transparecem publicamente as relações entre polícia, sociedade e Estado, exaltando a ordem vigente, estabelecendo prioridades, demonstrando competência e eficiência, convocando a população para os princípios de nacionalidade, alertando o país quanto à presença de inimigos, implantando vigília permanente. O mensário policial, ao lado do chefe de polícia e de toda a corporação, deveria cumprir a sua finalidade

---

<sup>322</sup> Entre as organizações policiais de outros países, destacavam-se a Gestapo alemã e a polícia norte-americana. Eram tratadas como exemplo e sua importância para a polícia brasileira pode ser destacada em função das influências que elas exerceram sobre a estruturação da organização no Brasil.

<sup>323</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. *Sumário*. Agosto de 1938, Ano I, nº 1.

como instrumento discursivo a favor das mudanças projetadas na sociedade pelo Estado Novo.

Além disso, a partir de sua função e de seu papel no contexto do país, *Vida Policial* também cumpria uma importante finalidade de propaganda do regime autoritário, ligada ao Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – e registrada por esta instituição de controle e censura, a partir de 1939. Mantinha-se esta inscrição de registro na página de informações (sumário, expediente, assinaturas), o que poderia creditar maior confiabilidade à revista, já que era oficialmente reconhecida pelo órgão de censura do governo. Por outro lado, a permissão conferida pelo DIP confirmava a postura adotada pela Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul, ao veicular informações e fatos sob o enfoque de uma única versão, aquela que respondia aos anseios imediatos do Estado Novo. Como importante órgão policial, divulgador de assuntos correspondentes a interesses policial e público, a revista cumpriu a tarefa de trazer informações tuteladas e orientadas pela ideologia estadonovista. Tratava-se de um traço comum a todos os meios de comunicação desse período, controlados pela censura e ligados a um projeto de propaganda nacional, que pretendia tratar de forma positiva aquele momento histórico, bem como a própria figura de Getúlio Vargas, manipulando o sentido e o conteúdo de todas as informações sobre o governo. A lógica governamental, apoiada em uma estrutura autoritária, desenvolvia inúmeras estratégias de divulgação, nas quais Vargas era celebrado e sua presença considerada indiscutivelmente necessária para o rumo promissor do Brasil. Nesse propósito, *Vida Policial* tratou de construir o seu próprio discurso, glorificando e exaltando o ditador Getúlio Vargas.

*Nesse ambiente de gala e vitalidade ela recebeu a visita do Presidente Getúlio Vargas, dileto filho do Rio Grande do Sul, a quem tributou manifestações de veneração e simpatia sem precedentes na sua história.*

*É o Brasil rejuvenecido, em marcha, que bendiz esse homem que se consagra, inteiramente, à grandeza do povo que governa.*<sup>324</sup>

*Ao assinar o recente Decreto que instituiu o Cruzeiro como o novo padrão monetário do Brasil, o insigne Chefe do Governo da República, Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, realizou um ato cuja transcendência escapa, todavia, ao observador superficial*

*O estabelecimento da nova unidade da moeda brasileira dista, consideravelmente, de ser uma simples alteração de ordem numismática, revelando-*

---

<sup>324</sup> *Vida Policial*. *Editorial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Abril de 1940.

*se, ao contrário, como uma sábia medida, de caráter eminentemente político e econômica.*<sup>325</sup>

Pelas informações registradas nas páginas da própria revista *Vida Policial*, as edições chegaram a ter uma grande circulação. Em janeiro de 1939, cinco meses após o lançamento do primeiro número, o editorial reivindicava uma nova fase, mais popular, para a publicação mensal da polícia, já “*que ela tem batido todos os recordes de tiragem no sul do Brasil, em publicações ilustradas mensais*”<sup>326</sup>. Creditava-se esse feito à difusão da publicação policial “*nas camadas populares e em todas as classes sociais, como resultado de intensa atividade desenvolvida pelos nossos colegas de todo o estado*”<sup>327</sup>. Em março de 1939, evidenciava-se em uma reportagem específica o êxito da revista, destacando-se a realização de mil assinaturas em um espaço de setenta e cinco dias. No mesmo texto, há referência sobre a circulação da revista, que naquele momento já havia atingido outros estados brasileiros. Tratava-se, portanto, de uma manifestação importante, já que grande era a repercussão e a dimensão que as edições recebiam a cada novo número, percebidas pela equipe redatora através das inúmeras cartas recebidas dos diferentes cantos do país, “*cujo conteúdo sempre se resume nas palavras que encabeçam esta pequena nota: ‘Queremos ‘Vida Policial’*”<sup>328</sup>.

As reportagens editadas pela revista visavam atender a toda variedade do público leitor. Matérias policiais eram escritas por agentes que permaneciam ligados de alguma forma à instituição policial. Alguns deles escreviam artigos periodicamente, sobre assuntos pertinentes ao contexto da própria polícia ou do cotidiano social. Aos policiais destinavam-se textos específicos, dentro de seções contínuas, publicadas regularmente, que versavam sobre jurisprudência, legislação, técnicas policiais de investigação, procurando instruir e doutrinar os agentes, para que estes pudessem garantir a ordem e a disciplina. Segundo Estela Carvalho Benevenuto, de 1938 a 1941, estão dispostas ao longo de *Vida Policial* algumas seções constantes, como Jurisprudência, Legislação, Resenhas Históricas, Escola

---

<sup>325</sup> Vida Policial. *Editorial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Outubro de 1942.

<sup>326</sup> Vida Policial. *Editorial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Janeiro de 1939.

<sup>327</sup> Idem, ibidem.

<sup>328</sup> “*Não faz muito – o Exmo. Sr. Chefe de Polícia de Paraná remetia-nos um ofício no qual solicitava 15 assinaturas.*”; “*E há pouco, do longínquo Pará, chegou-nos às mãos um outro, assinado pelo Sr. Dr. Comissário de Investigações e Capturas da Polícia de Belém, onde pedia que remetêssemos algumas assinaturas*”. Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Março de 1939, Ano I, nº 8, p. 14.

de Polícia e Serviços Técnicos<sup>329</sup>. Uma instrução específica com a finalidade de doutrinar a corporação policial cuja responsabilidade residia na função de transmitir uma nova ordem política e social ao país, por meio de ações de vigilância, de controle e, inclusive, de repressão.

Outros artigos e reportagens encarregaram-se destas obrigações, atribuídas pelo Estado autoritário à polícia brasileira. Nos primeiros anos da revista circularam artigos que manifestaram o desígnio de orientar a ação policial, principalmente do Rio Grande do Sul, entre eles *A Polícia de Hoje, A Polícia de Ontem e de Hoje, A Guarda Civil*. Evidenciava-se todo um processo de institucionalização a que foram submetidos os policiais civis, disseminando a ideologia estadonovista a um contingente de indivíduos, os quais deveriam reconhecer-se integrantes de um projeto maior e nacional, mediado, enfim, pela edição mensal da revista. Dessa maneira, o discurso procurava atingir lugares distantes do centro irradiador dos ideais nacionalistas.

Outras reflexões que se encontravam no bojo das discussões policiais procuravam atender preocupações pertinentes às mudanças atravessadas pela polícia no Brasil. As idéias da Escola Positiva, que delimitavam uma nova concepção sobre o crime e o criminoso, encontravam registro nas páginas *Vida Policial*, instruindo os agentes, inspetores e delegados a tomarem posturas condizentes à nova proposta. Os critérios e o caráter de um policial “moderno” eram especificados pelas instruções dirigidas especialmente à organização.

*O policial moderno, enfim, deve ser um cidadão esclarecido, prestativo, devotado, disciplinado, altruísta, pronto a todos os sacrifícios e interessado em aperfeiçoar-se cada vez mais, ávido de instrução, de novos conhecimentos, cheio de curiosidade pela evolução flagrante da polícia técnica, compenetrado da elevada missão que lhe confiou a sociedade, orgulhoso de poder cooperar com a sua atividade, com a sua inteligência, com os seus esforços, para a manutenção da ordem e da tranqüilidade pública.*<sup>330</sup>

Textos policiais compartilhavam espaços com reportagens redigidas por intelectuais e ideólogos do Estado Novo, principalmente quando os assuntos relacionavam-se a reflexões sobre identidade, nacionalidade e brasilidade. O texto

---

<sup>329</sup> BENEVENUTO, 1997, p. 79.

<sup>330</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Setembro de 1938, p. 56.

de Alberto Torres, *O moderno conceito de Pátria*<sup>331</sup>, bem como o de Teófilo Terra Lopes, *A nacionalidade brasileira*<sup>332</sup>, ilustram a participação de indivíduos em definir o que se julgava ser ideal.

Um discurso estatal projetava-se direta e indiretamente nas páginas de *Vida Policial*, calcado em ideais de manutenção da ordem, da disciplina e de todos os princípios da nacionalidade brasileira. A relação entre política, sociedade e polícia firmava-se no corpo textual da revista, no propósito de formar uma unidade cujo pensamento e ação procuravam ser únicos e homogêneos. Motivado por este espírito agregador, todos os cidadãos deveriam reconhecer-se integrantes de um projeto nacional, em benefício do bem estar coletivo.

*Quanto maior for a porcentagem dos cidadãos a agirem dentro deste critério, dentro de uma coletividade, tanto esta tem as melhores possibilidades de fluir os gozos de um ambiente de paz, de tranqüilidade, de segurança e concreta prosperidade.*<sup>333</sup>

Cidades do interior e suas respectivas delegacias passavam a ser descritas em muitos exemplares da revista, destacando nestas ocasiões o trabalho local das polícias distribuídas pelo Rio Grande do Sul.

A imprensa policial do Rio Grande do Sul, como importante aliado do governo de Vargas, figurava-se, tomando as palavras de Hannah Arendt, como um agente que dá vida ao discurso governamental<sup>334</sup>, como espaço privilegiado para disseminar a sua ideologia. Mesmo que o princípio de Estado Total não seja aplicado ao governo brasileiro entre 1937 a 1945, algumas características e estratégias totalitárias podem ser verificadas também no Brasil, durante o Estado Novo, moldadas à realidade brasileira.

O modelo de imprensa e a estruturação de sentidos espelharam-se, assim como outros recursos de mídia impressa e de propaganda, em modelos totalitários europeus, como o da Alemanha e da Itália. Dentro dessa perspectiva totalitária de propaganda, cumpria-se uma tarefa em recriar os modelos gestados em outros

---

<sup>331</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Janeiro de 1939, p. 52.

<sup>332</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Março de 1943, p. 07.

<sup>333</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Outubro de 1941, p. 9.

<sup>334</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 447.



lugares, recebendo as características específicas, adaptadas à realidade do país. Os resultados produzidos no Brasil diferenciavam-se daqueles produzidos pelo modelo europeu.

Deste modo, a revista *Vida Policial* pode constituir um exemplo quanto à construção de um instrumento eficiente de propaganda, na tentativa de controlar a consciência coletiva do país, articulando-se com um discurso oficial disseminado por todo o Brasil. Nas palavras de Goebbels, responsável pela organização da propaganda alemã, deveria ser *“boa a propaganda que leva ao sucesso (...) Esta não deve ser correta, doce, prudente ou honorável (...) porque o que importa não é uma propaganda que impressione bem, mas que dê os resultados esperados”*<sup>335</sup>. E neste propósito se adaptava a propaganda estadonovista de *Vida Policial*, que divulgava mensagens políticas e policiais com o objetivo de orientar e educar agentes policiais e população civil, disseminando o conteúdo ideológico autoritário pelas diferentes esferas sociais.

Isto, porém, não significa que o discurso não tenha se alterado ou se transformado ao longo dos oito anos de existência da revista. Ao contrário, a revista incorporou e se adaptou aos momentos políticos e sociais mais importantes do Brasil, fortalecendo seus laços com o regime autoritário, sendo um reflexo das posições e da ideologia estadonovista.

De maneira geral, pode-se traçar uma periodização da revista, levando em consideração os oito anos em que ela foi editada. A partir do contexto nacional e internacional, *Vida Policial* apresentou duas fases, reconhecidas pela composição e a produção do discurso policial entre os anos de 1938 a 1946.

Um primeiro tempo pode ser traçado a partir de sua criação, em agosto de 1938, ao rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, em janeiro de 1942. Neste período, identifica-se uma estrutura da revista voltada aos interesses e anseios de um Estado autoritário recém implantado no Brasil. Os discursos estão amparados em questões de unidade nacional, de princípios patrióticos, na difusão do projeto político e ideológico do Estado Novo.

Assim como qualquer meio de comunicação autorizado no Brasil, a revista destinava-se a auxiliar na *“criação de uma base social que legitimasse as propostas de unidade nacional, harmonia social, do intervencionismo econômico e da*

---

<sup>335</sup> GOEBBELS apud CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda Política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 199, p. 167 – 168.

*centralização política*<sup>336</sup>, congregado às ações policiais que se desenvolviam no cotidiano da organização. Neste tempo, o periódico destinou sua atenção a perigos e inimigos sociais e políticos, típicos de um primeiro momento do Estado, como ideologias de esquerda – anarquismo e comunismo, instruindo policiais e população a apontar situações que comprometessem a integridade da nação, seja no reconhecimento de indivíduos que cometessem delitos pouco graves, como furtos e arrombamentos, ou na identificação de sujeitos que representavam perigos sociais mais complexos, neste caso os comunistas. Esta primeira caracterização ainda é complementada por traços que demonstram certa simpatia à polícia alemã, reproduzindo em seus exemplares algumas análises sobre a organização da Gestapo.

Em 1942 encontra-se a próxima marca temporal que definiu um segundo período para a revista, ano em que o Brasil passava a integrar o contexto internacional de maneira mais ativa, posicionando-se ao lado dos países aliados, o que conseqüentemente significava opor-se à Alemanha, à Itália e ao Japão. Existe, nesta fase, uma aproximação clara da polícia gaúcha e da norte-americana, tendo em vista as relações diplomáticas que se desenhavam neste momento no cenário internacional entre o Brasil e os Estados Unidos. Neste momento identifica-se uma retórica textual voltada às preocupações provocadas pelo estado de guerra, principalmente na tarefa de reprimir agentes totalitários, “*súditos do Eixo*”, presentes no país. Estes elementos representavam às autoridades governamentais, e neste caso policiais, um perigo iminente a ser combatido pela utilização de todas as forças, dado o grau de nocividade desses elementos, em sua maioria nazistas, também denominados de quinta-colunistas, presentes no corpo social da nação brasileira.

Dessa forma, diversas reportagens foram produzidas com ênfase à temática nazista. Entre as diferentes e variadas reportagens, encontravam-se séries de registros, como “*Cortando as asas do nazismo*”, “*Os astros da Quinta-Coluna*” e “*Espiões que eu vi*”, que divulgavam o combate às ações nazistas ou que se dedicavam ao relato sobre espiões nazistas, através de publicações com imagens de acusados, participantes da “quinta coluna”, combates à cultura material teuto-brasileira, através do confisco de livros, de rádios e de outros objetos que se

---

<sup>336</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 12.

caracterizavam como ilegais e artigos que relatavam a existência de redes de espionagem nazista.

Ao acompanhar a evolução editorial da revista, chega-se à constatação que este instrumento jornalístico-policial acompanhou os passos da vida política do Estado Novo. Não se encontram, antes de 1942, agressões claras e transparentes a nenhum país totalitário, além de nenhuma medida repressiva aos nazistas no Brasil, como se faria em anos posteriores<sup>337</sup>. O alinhamento aos Estados Unidos transparece claramente pela influência da polícia norte-americana na estrutura investigativa e policial brasileira, presente nas diferentes reportagens, artigos, matérias e, inclusive, nas capas reproduzidas pela revista.

Palavras adversas ao próprio regime político instituído no Brasil em 1937 estariam, também, transitando no discurso policial, integradas ao vocabulário utilizado pela revista. Neste sentido, expressões como “defesa da democracia”, “da liberdade” e dos “direitos essenciais dos homens” podem ser destacadas com frequência ao longo de alguns exemplares editados, principalmente a partir de 1942. Eram um reflexo das tendências políticas adotadas no cenário político nacional, um sinal de que mudanças estavam ocorrendo no Brasil, condicionadas a fatores externos, rumo a uma abertura política. Neste processo havia um cuidado especial para que as ambigüidades discursivas não criassem impressões adversas, principalmente aos leitores de *Vida Policial*, evitando rupturas violentas provocadas pelo discurso, as quais poderiam ser prejudiciais à imagem de Getúlio Vargas.

Em seus oito anos de existência, a revista procurou, enfim, manifestar as tendências ideológicas de um projeto imposto ao Brasil. Este mesmo espírito motivava inspetores, delegados e policiais a conceberem e a redigirem uma proposta jornalística única, peculiar e importante. A primeira edição da revista, em 1938, lançava ao público uma das revistas de maior tiragem do sul do Brasil, contextualizada à época do Estado Novo. Deste modo, sua importância não deve ser desprezada enquanto produção jornalístico-policial da Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul. Disposta a doutrinar, orientar, informar, entreter, acusar, denunciar, entre tantas outras finalidades, soube corresponder aos anseios

---

<sup>337</sup> Encontra-se, na revista de janeiro de 1939, o relato de ações nazistas em Porto Alegre, além de apresentar a estrutura do partido no Brasil. O discurso projeta críticas à organização e não menciona medidas repressivas, de caráter violento. Em outras edições, menciona-se a polícia alemã, sua estrutura e suas atividades. *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Janeiro de 1939.

do Estado autoritário, aplicando em nível regional, uma estratégia de comunicação de massa, preocupada em persuadir, manipular e controlar.

Além do discurso, a sua materialidade, o objeto que a revista representa, expressa a cristalização das intenções latentes ao período em que *Vida Policial* fora criada, como documento atuante nos meios sociais por onde circulou. Tratava-se de uma peça-chave na construção de sensações, de sentimentos, de representações e de um imaginário, todos ligados à vontade final de promover um Brasil uno e coeso, forte e bravo contra qualquer inimigo ou instabilidade política e social, um desígnio essencialmente educativo, capaz de moldar condutas e comportamentos políticos e sociais aceitáveis. A divulgação de um conteúdo visava não somente os agentes policiais, embora a revista manifestasse uma disposição em trazer temáticas relativas à prática da polícia, promotora de uma modernização institucional. Congregado a toda orientação específica, o periódico apresentava-se como um veículo de comunicação, com o objetivo de atingir parte da população do sul do Brasil. Neste caminho de informação, tornava-se um instrumento de propaganda do regime estadonovista, justificando práticas policiais adaptadas ao contexto específico daquele momento, para que parecessem sérias e legítimas.

Mesmo que o discurso tenha apresentado versões exclusivas e manipuladas sobre fatos, acontecimentos e crimes, *Vida Policial* procurava exercer seu papel na orientação e na educação de policiais e da população civil. Sua retórica não seria a tradução literal das práticas cotidianas da polícia no sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. As orientações teóricas aos policiais, novamente, não seriam tão freqüentemente reconhecidas na ação do dia-a-dia. Se a preocupação, por exemplo, era remodelar a organização, dando-lhe uma aparência moderna, seja na utilização de estratégias científicas ou de métodos de investigação que recorressem à astúcia, a realidade passava a expressar visivelmente atos de violência e de repressão sistemática a determinados grupos, tanto pelo fator social quanto pelo político.

A revista *Vida Policial* traçou uma história própria e única à instituição policial gaúcha, expondo-a mensalmente ao público, nos ditames especiais do governo de Getúlio Vargas. As relações entre as esferas nacional e regional, no planejamento e na execução das propostas nacionalistas, encontraram repercussão visível em solo riograndese, manifestadas pelas ações da polícia deste estado. A própria sobrevivência do periódico mensal pode ser associada à existência do Estado Novo no Brasil, o que corrobora o próprio caráter da revista, baseado em moldes

autoritários. Na edição de julho/agosto de 1946, último exemplar de toda a coleção jornalística, comemoravam-se oito anos de existência, sob as seguintes palavras.

*Oito anos de existência registra hoje a já veterana VIDA POLICIAL.  
Oito anos são, já, decorridos, desde aquele momento feliz em que,  
inaugurando-se esta Revista, marcou-se uma data indelével na história da Polícia do  
Rio Grande do Sul.  
Oito vezes trezentos e sessenta e cinco dias de luta e de esforço ingente e  
bem intencionado significa este período que, galhardamente, ora vem de ser  
transposto.*<sup>338</sup>

Comemorações e celebrações marcavam o último número da revista *Vida Policial*. Chegava ao fim, junto a mais um aniversário, uma história iniciada em 30 de agosto de 1938. Contabilizavam-se oito anos de atividades, nas quais o trabalho policial procurou assumir o ponto central do discurso apresentado mensalmente. As incansáveis páginas da revista, obstinadamente dedicadas no “*cumprimento da missão educativa e orientadora que determinou a sua criação*”<sup>339</sup>, marcavam, enfim, um ponto final a um discurso concebido em meio ao contexto autoritário. Calava-se, neste momento, a voz específica que sustentava a retórica, enfraquecida com o término do Estado Novo.

---

<sup>338</sup> Vida Policial. *Edital*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Julho/Agosto de 1946.

<sup>339</sup> Idem, *ibidem*.

### 3.2 A revista *Vida Policial* e a temática do nazismo

Como meio de comunicação de massa, a revista *Vida Policial* tornou-se um importante instrumento de ligação entre leitores e a estrutura repressiva do Estado Novo no Rio Grande do Sul. Valendo-se de táticas textuais e jornalísticas específicas, em um momento em que a propaganda política colocava-se em cena como um dos principais recursos para consolidação de imagens positivas sobre o governo e sobre a ocasião histórica do Brasil, a revista procurou desempenhar o seu papel de mediador informativo e pedagógico, instituindo e reforçando valores sociais, políticos e culturais como padrões nacionais a serem tomados por aqueles que, de uma maneira ou outra, interagem com aquele discurso policial.

O periódico mensal da Repartição Central de Polícia apresentou à sociedade gaúcha uma visão característica de um departamento subordinado à ideologia e à proposta estadonovista. Delegados, inspetores e policiais encontravam-se engajados em aplicar em suas ações os ideais motivadores de uma estrutura modernizadora e nacionalista, irradiados pela presença fundamental de um Estado autoritário, implicando em condutas específicas, presentes nas práticas cotidianas dos agentes policiais. Dessa maneira, existia uma preocupação em demonstrar que esta organização repressiva, responsável pela ordem e pela estabilidade política e social, era, indiscutivelmente, competente e eficiente. Suas práticas passavam a ocupar espaços privilegiados de informações, muito além das atuações do dia-a-dia policial, ou até mesmo, dos registros documentados por investigações e inquéritos, dos livros de ocorrência ou dos arquivos policiais. Logo, uma das principais vitrines da polícia gaúcha passava a ser, a partir de agosto de 1938, a revista *Vida Policial*. Concebida alguns meses após a implantação do Estado Novo, ela passaria a compor um discurso peculiar dentro do contexto regional e nacional, direcionado ao corpo policial e à sociedade civil.

Em sua trajetória, acompanhou os traços da ditadura de Vargas, readaptando e modelando a retórica à conjuntura nacional e internacional. A composição discursiva acompanhou os momentos iniciais e finais do Estado Novo, atrelada à conjuntura do país e às relações diplomáticas internacionais. Até 1946, *Vida Policial* refletiu tendências nacionais em freqüentes mudanças: desde à aproximação do Brasil com os países do *Eixo*, principalmente com a Itália e com a Alemanha, até o rompimento das relações diplomáticas e a declaração de guerra a esses mesmos

países e a aproximação com os Estados Unidos, quando predominava um discurso em prol da democracia, desconecto, no entanto, da realidade autoritária. Até mesmo a sobrevivência do periódico esteve vinculada à existência da ditadura, tendo em vista que um ano após a deposição de Vargas do governo, em 29 de outubro de 1945, a revista encerrava as suas atividades informativas, com a circulação de seu último número.

Suas características discursivas podem, dessa forma, apontar especificidades dos principais momentos do Estado Novo. Ao procurar instruir, informar e persuadir os seus leitores, *Vida Policial* tratou de assuntos relacionados à política de segurança nacional, denunciando a presença de inimigos nos meios social e político do Brasil através de ações policiais que eram relatadas pelas páginas de cada novo número. Primeiramente foram os comunistas os sujeitos sociais, considerados nocivos à realidade nacional, a ocuparem parte da chamada “*Galeria dos Criminosos*”. Já a partir de 1942, a retórica da revista passava a explorar, de forma demasiada, a questão dos “*súditos do Eixo*”, o que rendeu a criação de séries policiais fixas, destinadas a relatar ações policiais no trabalho de repressão a alemães, italianos e japoneses acusados de colaborarem com os seus países de origem, em tempos de guerra.

Dessa forma, buscando compreender algumas características discursivas deste periódico policial, delimitadas, inclusive, pelo corte temporal datado pelos anos de 1942 e 1944, o presente estudo apresenta elementos retóricos que passaram a atuar na figuração representativa do chamado *perigo nazista*, como formação de valores projetados por agentes policiais a indivíduos sociais previamente determinados, a assinantes e a leitores da revista. Assim, antes mesmo de traçar especificidades do discurso, manifestadas tanto na composição lingüística, no uso de expressões pejorativas e depreciativas, bem como na utilização de recursos imagéticos – fotografias, capas dos números, charges –, a intenção, neste momento, é elencar algumas considerações a respeito da abordagem temática sobre a questão do *perigo nazista*, presentes na revista *Vida Policial*, que refletem as posições políticas, ideológicas e culturais de indivíduos sociais, engajados em respeitar e cumprir as propostas de um modelo e de um projeto nacional. Estas observações permitirão compreender a conjuntura repressiva direcionada a grupos específicos da sociedade estadonovista, presentes já desde 1938, mas intensificadas pela retórica policial em fevereiro de 1942, justificada por valores e

argumentos presentes em artigos de autoridades, em reportagens e séries policiais, que apresentavam uma leitura homogênea da realidade, dada como oficial, tratando de expor os inimigos à comunidade brasileira.

O ano de 1942 apresentou-se como um divisor de águas para a formação discursiva da revista *Vida Policial*, se a temática do nazismo for tomada como foco de análise. A referência ao nazismo, entre 1938 e 1942, restringiu-se a análises breves sobre a estrutura policial da Alemanha. O destaque mais interessante esteve registrado na edição de janeiro de 1939, na reportagem *O Nazismo no Rio Grande do Sul*<sup>340</sup>, espaço no qual se realizou uma tímida apreciação do movimento nazista no estado sulino, ligada à proibição de existência dos partidos políticos no Brasil, medida decretada pela instauração da ditadura por Getúlio Vargas, sem incorporar o tom agressivo que seria predominante a partir de 1942. Neste ano, diante do cenário internacional de guerra e da aproximação do Brasil aos países *Aliados*, passou-se a dar atenção à questão dos “*súditos do Eixo*” e, de forma bastante freqüente e predominante, à temática do nazismo, de suas supostas organizações e agentes pardos<sup>341</sup>, ocupados em conquistar o país.

Pelo discurso e pelos argumentos que sustentaram as práticas da polícia, a presença do nazismo aparecia como organização muito maior do que aparentemente a realidade demonstrava. Mesmo que a presença do nazismo no Rio Grande do Sul e no Brasil seja historicamente referenciada por documentações específicas, o aparelho policial tratou de denunciá-lo e reprimi-lo, a ponto de muitas vezes, prevalecerem representações marcadas pelos exageros, generalizações e deduções precipitadas. Aumentadas as proporções do perigo aparente, as ações policiais cumpriam o seu papel na manutenção da ordem, legitimando práticas repressivas e violentas a grupos que eram diretamente relacionados a esse contexto. Imigrantes alemães, italianos e japoneses, bem como os seus descendentes, passaram a se tornar personagens de “alta periculosidade”, o que implicou no enclausuramento de muitas pessoas, sob a alegação de ferirem a soberania nacional e comprometerem a harmonia política e social da nação.

Essas e outras impressões podem ser destacadas na revista *Vida Policial* de maneira bastante evidente, quando os principais indivíduos expostos pelas páginas

---

<sup>340</sup> *Vida Policial*. *O Nazismo no Rio Grande do Sul*. Órgão da Repartição Central de Polícia. Janeiro de 1939, p. 22.

<sup>341</sup> O termo *pardo* aqui empregado, assim como em outras passagens do texto, refere-se à utilização do uniforme nazista, de cor parda.



deste periódico passam a ser, em sua grande maioria, de um grupo característico. Imigrantes alemães estabelecidos no Brasil, descendentes, suas instituições de caráter cultural, social e político tornam-se enredo de reportagens jornalístico-policiais, de grande potencial sensacionalista. São denúncias contra agentes nazistas, quinta-colunistas e colaboradores do Eixo, todos reduzidos à condição de inimigos da pátria e, portanto, submetidos à determinação de saneamento social.

Se a política de nacionalização já caminhava a passos largos no Rio Grande do Sul, desde 1938, a Repartição Central de Polícia passou a ser um grande aliado no combate ao “perigo alemão”, especialmente a partir de 1942, dando preferência a casos que envolviam a questão do nazismo. Por outro lado, muitas acusações expostas pela revista denotavam os limites tênues entre a campanha de nacionalização e a perseguição aos nazistas, uma vez que elementos culturais eram igualados aos de composição política, o que demonstra uma atitude generalizante. Alemães e teuto-brasileiros eram tidos como suspeitos em potencial pelas autoridades policiais.

Enfim, nazismo e germanismo definiam-se, pela ótica policial, como conceitos correlatos e intimamente dependentes, colocando-se como argumento importante para definir acusações e incriminações. Assim, artigos, séries e reportagens policiais exploraram a temática, presente em diferentes edições do periódico mensal, destacando a ênfase dada pela polícia gaúcha ao assunto. Conseqüentemente, nestes espaços de mídia pública cristalizaram-se os principais embates e conflitos que se estabeleceram em torno do “perigo nazista”, na tentativa de definir e delimitar a representação do “outro”, do inimigo, corroborando, ao mesmo tempo, impressões de um imaginário político e social sobre populações teuto-brasileiras e alemãs estabelecidas no sul do Brasil.

A análise de José Plínio Guimarães Fachel apresenta igualmente esta consideração. Segundo sua perspectiva, para a polícia era necessário exterminar o germanismo, cujo fruto seria o nazismo, o que justificaria a perseguição impostas aos alemães e seus descendentes<sup>342</sup>. Tidos como belicosos por natureza, o artigo de Walter Spalding, *Germanismo e Nazismo – Métodos e Idéias*, procurou definir, a partir de suas impressões, alguns traços marcantes da história do povo germânico.

---

<sup>342</sup> FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: UFPEL, 2002, p. 113.

*E prevenamos-nos: hoje como ontem e amanhã também, esmagada embora a semente germânica, o perigo existirá sempre, como existiu, existe e existirá o “perigo amarelo” hoje aliado da Alemanha [...]*

*Urge, para a tranqüilidade dos povos civilizados não mais se permitir as imigrações germânicas e japonesas, porque foram e serão verdadeiros cancros incuráveis no seio das democracias.*

*Desta escapamos. De outra, quem poderá afirmá-lo?*<sup>343</sup>

Da mesma forma, antecedendo este artigo, Walter Spalding publicou o texto *O germanismo no Rio Grande do Sul. Os predecessores do nazismo*, no qual traçou, no mesmo estilo, uma trajetória do germanismo no estado gaúcho, referindo-se desde os colonos alemães vindos, em 1824, a São Leopoldo, aos conflitos estabelecidos em relação à comunidade germânica nas décadas de 1930 e de 1940. A representação do germanismo e dos alemães feita por Spalding prima pela negatividade.

*Esse sentimento de superioridade acompanhou, sempre, o colono alemão, apesar de terem, os primeiros – os de 1824 – saído da Alemanha com todos os direitos de cidadão alemão cassados, conforme se verifica de seus passaportes.*

*Acolhidos paternalmente pelo governo de S.M. o snr. D. Pedro I e pelo povo brasileiro, não souberam, contudo, corresponder a essa generosidade, levantando-se contra o governo a favor dos farrroupilhas, em 1835, ao contrário dos portugueses que nunca abandonaram o governo, lutando mesmo sem armas.*<sup>344</sup>

O artigo intitulado *Povo Invasão*<sup>345</sup>, produzido pelo delegado de Polícia do município de Estrela, Miguel Zacarias, registrava as características próprias do discurso dessa instituição e desse momento histórico, impregnadas de valores anti-germânicos e anti-nazistas. Ao iniciar o texto, o delegado menciona a obra de Aurélio da Silva Py, como “*livro-tempestade, livro-profecia, livro chibata, livro veemência, livro-justiça e liberdade*”, para, a partir deste, referenciar a frase de Graça Aranha: “*O povo germânico é também o povo invasão. A crítica histórica já assinalou que a história da raça alemã durante os seus dez primeiros séculos se resume em um só fato: invasão*”. Escrita em caracteres maiúsculos, o que dá um efeito estético de destaque à frase no corpo do texto, o fragmento de Graça Aranha dá sustentação à outra afirmação.

---

<sup>343</sup> SPALDING, Walter. *Germanismo e Nazismo – Métodos e Idéias*. Revista Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Julho de 1943, Ano V, p. 107 – 109.

<sup>344</sup> SPALDING, Walter. *O Germanismo no Rio Grande do Sul. Os predecessores do Nazismo*. Revista Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Agosto de 1942, Ano V, p. 56 – 62.

<sup>345</sup> ZACARIAS, Miguel. *Povo Invasão*. Revista Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Julho de 1942, Ano IV, p. 31.

*Assim expondo, naturalmente apoiado em provas impressionantes e argumentos irrefutáveis, o digno mandatário da Polícia Civil do Rio Grande do Sul leva-nos à conclusão insofismável de que, também, o BRASIL está invadido. Encontramo-nos, portanto, em plena batalha!*<sup>346</sup>

Esta concepção expõe a idéia predominante sobre a necessidade de uma vigilância constante, para luta implacável, contra os inimigos invasores, os alemães a serviço de Hitler. A percepção do perigo nazista como fator de instabilidade gerava um ambiente propício para uma batalha entre aqueles que se denominavam defensores essenciais da pátria e os que representavam ameaças plausíveis à polícia. Complementando afirmações anteriores, outra passagem deixava evidente o teor das acusações e da problemática que se projetava com a presença de alemães em diferentes regiões do Brasil, destacando um discurso de um conselheiro de Hitler, o qual teria pronunciado *“que todos os alemães que residirem fora do território germânico, nem por isso deixam de ser parte integrante, absoluta e inseparável dos seus olhos e deles tudo espera”*<sup>347</sup>.

Os invasores apresentavam, portanto, identidade e contra eles a polícia via-se engajada em promover o seu fim. A retórica policial, determinada a denunciar os inimigos e o perigo à população civil, tornava-se instrumento de persuasão, na tentativa de que o conjunto social reconhecesse o perigo iminente e a proteção institucional, incorporando valores simbólicos de uma representação forjada e manipulada. O combate não se limitava, no entanto, a Hitler e ao nazismo. Estendia-se contra toda a Alemanha e contra o pan-germanismo, um perigo não originado *“em 11 de novembro de 1918 e muito menos em 1933 [...] Tem suas origens [...] na criação de um Estado Nacional Alemão”*<sup>348</sup>.

Pela ótica policial, germanismo e pan-germanismo instituíam os fatores propícios para a disseminação do nazismo por algumas regiões do sul do Brasil, onde a presença de alemães e teuto-brasileiros era expressiva. Assim, especialmente através do pan-germanismo destacado pela revista policial, sustentava-se a idéia de que este movimento baseava-se no direito da força, fazendo renascer novamente a idéia do super-homem ariano. Se a idéia predominante do pan-germanismo era *“promover a união de todos os alemães num*

---

<sup>346</sup> Idem, ibidem.

<sup>347</sup> Idem, ibidem.

<sup>348</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Junho de 1943, p. 13.

*único Estado, o Nacional-Socialismo de Hitler o modificou, imprimindo-lhe um novo caráter, sintetizando, numa única palavra, toda sua sinistra finalidade: dominar*<sup>349</sup>.

No duelo incessante de forças opostas, a temática do nazismo era contraposta a valores essencialmente continentais, definidas pelo discurso do pan-americanismo. A este modelo eram associados princípios de liberdade, justiça e verdade, como elementos essenciais para a defesa, não somente do Brasil, mas de toda a América. Para ambos existia um caminho traçado: o pan-americanismo venceria o próprio tempo, enquanto o pan-germanismo seria, brevemente, enterrado. Por outro lado, a defesa de ideais continentais evidenciava o alinhamento do país à potência mundial, como reflexo das tendências do campo diplomático ocasionadas pelo contexto da Segunda Guerra Mundial.

*O pan-americanismo, a magistral criação do presidente Monroe, ganhou na atualidade, um significado todo especial, que transformou essencialmente suas funções primordiais: Ontem, ele estava alerta em defesa da América. Hoje, o pan-americanismo está se preparando para reconstruir a sociedade, a fim de que esta possa gozar os mesmos direitos, a mesma tranqüilidade de que nós, povos livres da América, gozamos.*<sup>350</sup>

Diante de tais exposições, abordadas pelo discurso policial como ameaças trágicas à integridade do país, a eficiência e competência policiais e de autoridades governamentais deveriam apresentar-se como contraponto ao perigo instalado no meio político e social. Neste propósito, a reportagem *O povo do Rio Grande tem consciência do perigo que o nazismo oferece ao Brasil*<sup>351</sup> destacava a atuação de políticas do interventor Cordeiro de Farias, contra “*uma vasta rede de penetração [que] estava se estendendo com raízes fixas que se tornavam necessário remover*”. O texto reproduzia uma entrevista concedida pelo interventor ao jornal do Rio de Janeiro *O Radical*, publicada no dia 1º de março de 1942, na qual se destacavam os “grandes feitos” da campanha de nacionalização contra os “quistos étnicos” e as ações de diferentes personalidades, como Aurélio da Silva Py, Plínio Brasil Milano e Coelho de Souza, no combate ao nazismo no Rio Grande do Sul. Neste sentido, na edição do mês seguinte, a revista *Vida Policial* publicava a reportagem *Repercute amplamente em todos os quadrantes, o trabalho notável da Polícia do Rio Gr. do Sul*

---

<sup>349</sup> Idem, ibidem.

<sup>350</sup> Idem, ibidem.

<sup>351</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Março de 1942, p. 19 – 22.

no combate ao nazismo<sup>352</sup>, destacando a manifestação pública realizada por cónsules dos países Aliados, em homenagem à polícia do Rio Grande do Sul na ação contra o nazismo, personificada novamente nas autoridades do chefe de Polícia, Aurélio da Silva Py, e do delegado da Delegacia de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, Plínio Brasil Milano.

Além da temática do nazismo ocupar destaque importante na revista *Vida Policial*, entre os anos de 1942 e 1944, ela também foi responsável pela origem de séries policiais fixas, as quais tomaram um número considerável de páginas a cada novo número, para a composição de extensos relatos dedicados à exposição de casos e de indivíduos acusados de defenderem as propostas nacional-socialistas e as do próprio germanismo. Dessa forma, *Cortando as asas do nazismo* e *Os Astros da Quinta-Coluna* tornaram-se as seções policiais mais importantes da revista, concebidas pelo fervor repressivo instaurado especificamente com a rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha e a posterior declaração de guerra anunciada a este mesmo país europeu.

Estas séries policiais, além de constituírem instrumentos de comunicação de denúncia, alertando para a necessidade constante da vigilância para garantir a estabilidade nacional, cristalizaram e reforçaram representações e imaginários sobre a questão do nazismo e do germanismo no Rio Grande do Sul. A figuração do inimigo, do “outro nazista”, nestes espaços informativos, passou a ser construída a partir de valores sociais específicos, imbuídos de um projeto nacional essencialmente autoritário, que reservava a imagem depreciativa e pejorativa aos acusados e incriminados, o que, conseqüentemente, se estendia à quase totalidade da população germânica e teuto-brasileira, tratada pelas autoridades como suspeita em potencial. Esta definição era fruto de generalizações, provocadas pela associação e relação forçada entre aspectos sócio-culturais e políticos, entre germanismo e nazismo.

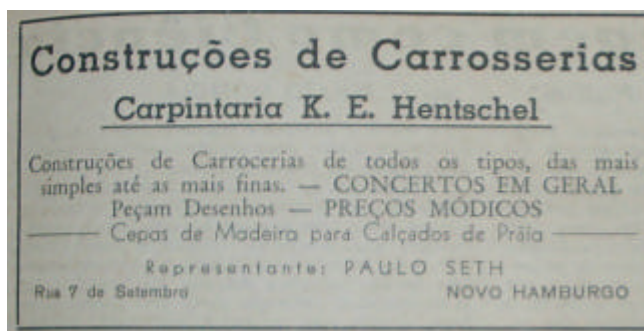
Para evidenciar características peculiares ao discurso de *Cortando as asas do nazismo* e de *Os Astros da Quinta-Coluna*, os capítulos subseqüentes deste estudo tratarão uma abordagem específica da composição retórica dos textos, referentes à instituição policial no Rio Grande do Sul, procurando revelar aspectos que se instalaram na subterraneidade do discurso, mas que procuraram atuar

---

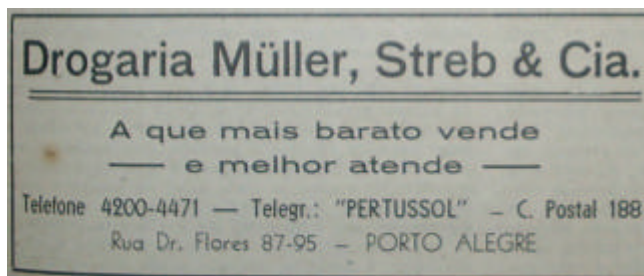
<sup>352</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Abril de 1942, p. 23.

significativamente no campo das representações e do imaginário social. Esta análise particular do discurso implica em uma leitura crítica das fontes, especialmente daquelas relacionadas à revista *Vida Policial*, caracterizadas por elementos propriamente textuais e imagéticos.

Para realizar a análise sobre a temática nazista na revista policial, é conveniente ressaltar o que alguns historiadores vêm apontando ao longo de pesquisas que trataram sobre a questão da repressão institucional aplicada a alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. Trata-se de aspecto relacionado ao contexto de produção e de editoração de *Vida Policial*. René Gertz e José Plínio Guimarães Fachel destacam as evidências para considerar que houve coerção nas



Revista Vida Policial. Agosto de 1942



Revista Vida Policial. Agosto de 1942.

zonas coloniais gaúchas para coletar fundos e assinaturas para garantir a manutenção e a sobrevivência do periódico da Repartição Central de Polícia.

*A revista Vida Policial angariou grande número de assinaturas e anúncios na zona colonial, porque colaborar com a revista significava para os teuto-brasileiros uma forma prática de demonstrar que estavam do lado das autoridades na luta contra a "Quinta-Coluna". A negativa de colaboração significava a suspeição. Assim, novamente a polícia conseguia financiamento para suas ações, com a propaganda contra o germanismo sendo custeada em boa parte pelos teuto-brasileiros.*<sup>353</sup>

Chamadas por Fachel de "coletas patrióticas", os valores arrecadados pela revista representavam o poder coercitivo da polícia sobre populações de um determinado lugar. A cada edição pode-se constatar que os anúncios, em sua maioria, procediam do mesmo local, normalmente do mesmo município ou região, realizados à base de extorsão de dinheiro para financiar os números de cada nova revista. Pelo conteúdo das reportagens, pelo cenário local onde ocorriam, as acusações e as prisões coincidiam, normalmente, com a quantidade de anúncios de

<sup>353</sup> FACHEL, 2002, p. 107.

um determinado lugar. Gertz, a partir da análise da edição de nº 43 de Vida Policial, chegou à constatação de que dos 168 anúncios, no mínimo 72 anunciantes tinham sobrenomes alemães e 55 deles estavam estabelecidos em São Leopoldo. A partir dessa evidência, segundo Gertz, *“pode-se partir do pressuposto de que, neste caso, os responsáveis pela revista pediram aos seus colegas de São Leopoldo que se encarregassem de fazer, no município, a ‘coleta’ para a referida edição”*<sup>354</sup>.

Embora não se tenham provas definitivas sobre a afirmação anterior, os indícios levam a crer que tal coerção de fato ocorreu. A mesma impressão pode ser percebida pelos anúncios contidos na edição de nº 51, na qual constam várias propagandas de empresas do município de Santa Cruz do Sul, uma tendência correlata ao conteúdo das reportagens e das séries policiais que se dedicaram a relatar casos deste mesmo lugar. Ironicamente, indivíduos do meio germânico acabaram sendo vítimas das reportagens seriadas, enquanto pessoas do mesmo círculo passaram a custear, de maneira compulsória, a edição dos números da revista.

Outro caso bastante instigante pode ser constatado pela propaganda estampada nas páginas de *Vida Policial* do jornal *A Nação*. Conforme o exemplar de fevereiro de 1942, exaltavam-se valores relacionados à conjuntura do momento, registrada pela utilização da expressão *“Jornal A Nação. O diário que se orienta pelo lema brasilidade – catolicidade”*, disposta à propaganda. Mesmo que o anúncio do jornal reforçasse os laços com o regime estadonovista, isso não impediu que a redação fosse invadida e destruída durante as manifestações contra os países do Eixo, nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, em Porto Alegre, após o afundamento de navios brasileiros pela marinha alemã<sup>355</sup>. Esta situação pode ser um indício de que *A Nação* tentou ressignificar sua imagem perante a sociedade gaúcha, aliada aos ideais da campanha de nacionalização, colaborando com anúncios publicitários no



Revista Vida Policial. Agosto de 1942.

<sup>354</sup> GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 173.

<sup>355</sup> GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991, p. 71 – 72.

periódico policial, ou que tenha passado por algum tipo de coerção, aplicada por autoridades policiais, já que este diário poderia integrar o grupo da imprensa que se encontrava sob suspeita.

Enfim, ao abordar a temática do nazismo, *Vida Policial* tornava-se a voz da polícia riograndense. Durante alguns anos, diante das circunstâncias nacionais e internacionais, dedicou-se ao combate do “perigo nazista”, procurando demonstrar-se como uma “paladino da verdade, justiça e liberdade”. Nesta intenção, o nazismo transformou-se em pauta obrigatória das diferentes edições, assunto central de muitos capítulos de séries policiais divulgadas pelo periódico, produzindo representações peculiares, bem como um imaginário sobre a presença do “terrível” inimigo quinta-colunista.



## **CAPÍTULO IV**

**Cortando as asas do nazismo:  
O discurso policial e a construção  
do “inimigo alemão”**

#### **4.1 O discurso e a intenção: a representação do inimigo alemão através das páginas da revista Vida Policial**

A atuação protetora do corpo policial revestiu-se com a importante tarefa de proteger a pátria e os seus cidadãos dos mais nocivos e subversivos elementos sociais. A busca incessante pelo “inimigo objetivo” e a necessidade de uma vigilância constante justificaram a ação da polícia no contexto do Estado Novo. O perigo social e político, iminentes na atmosfera tensa dos anos 30 e 40, manifestaram a necessidade de se traçarem ações enérgicas e eficientes, garantindo a estabilidade e a proteção. A atuação policial deveria, dessa maneira, ser correlata à organização, à eficiência e à competência, para que essa tarefa imprescindível fosse brilhantemente cumprida.

Em 1937, a imposição do regime autoritário e a justificativa de ações restritivas refletiam a preocupação do Estado diante do avanço das ideologias de esquerda sobre o Brasil, principalmente o comunismo, que estreara um ensaio revolucionário em 1935. Perseguições a estes “agitadores e subversivos” foram feitas no intuito de bani-los da sociedade. Mais tarde, controlados os comunistas e deflagrado o conflito internacional que envolveria as principais nações do mundo, outros seriam os inimigos, desta vez, os súditos dos países do Eixo, refletindo a adoção de uma política externa brasileira pró-americana.

O Brasil colocava-se, então, em contradições ideológicas. Afirmava-se que era necessário rejeitar completamente as teorias de extrema esquerda – o comunismo, da mesma forma que os ideais de extrema direita – o totalitarismo. Ambos eram condenados. O que restava era a posição de “centro”, dos princípios da democracia, que se encontravam ameaçados pelo início da Segunda Guerra Mundial. Porém, tratava-se de uma posição conflituosa, levando-se em consideração a conjuntura interna do país, moldada sob a tutela de um governo autoritário. A democracia passava a ser reivindicada por um regime autoritário, no qual as liberdades individuais eram defendidas pelo discurso, mas restringidas na prática.

As relações diplomáticas com os países do Eixo, rompidas no princípio do ano de 1942, refletiam a aproximação do Brasil aos Aliados, estreitando os laços, principalmente, com os Estados Unidos. Imediatamente esta posição seria refletida nos meios policiais, sendo a vigilância aumentada e as denúncias quanto à atuação de uma estranha força “maligna”, por parte de uma rede organizada de nacional-

socialistas e filo-fascistas no Brasil, tornavam-se cada vez mais reais aos olhos das autoridades. De comunistas a quinta-colunistas, estes seriam agora os inimigos a serem perseguidos e eliminados, pois representavam a ameaça mais destruidora da unidade nacional.

A revista *Vida Policial*, ao instruir através de suas páginas o corpo policial para os contratempos político-sociais da época e manter a população civil informada dos principais fatos que marcavam o contexto policial, projetou em suas páginas a preocupação da instituição em criar uma situação de denúncia e de vigilância total, diante dos inimigos políticos que ameaçavam a ordem e a soberania da nação, ao mesmo tempo em que uma aura protetora da ação policial permeava intensamente o discurso da revista.

Da mesma forma, o mensário tornava-se um veículo de propaganda do regime estadonovista, procurando alertar, persuadir e mobilizar os leitores da revista quanto aos perigos sociais e políticos iminentes nesse período. A construção da linguagem policial nas páginas de *Vida Policial* demonstra claramente o propósito de sua função unificadora e protetora, engajada em moldar atitudes e comportamentos, integrantes de um imaginário coletivo, diante dos inimigos comunistas, nazistas, fascistas e integralistas.

Assim, um sistema de representações integrou-se à linguagem da revista *Vida Policial*. Capas, editoriais, imagens, séries policiais, artigos e caricaturas refletiam de alguma maneira a preocupação e o engajamento policial em combater e eliminar as ameaças instaladas no “mundo civilizado”, corroborando um imaginário coletivo sobre perigos sociais e políticos em relação ao nazismo.

Trata-se, portanto, de um campo instigante de investigação histórica, pois a utilização de idéias, de símbolos e de imagens reflete e traduz estratégias de poder e de manipulação<sup>356</sup>, presentes nas inúmeras páginas publicadas pela revista, desde a sua fundação ao seu último número. Um projeto, na verdade, consciente de sua função e finalidade, que se valeu de instrumentos ideológicos e abstratos, mas persuasivos e mobilizadores, interligados a propósitos que se configuravam a partir de um ponto centralizado, com repercussão nacional. As estratégias de poder e de manipulação utilizadas pela editoração da revista *Vida Policial*, enfim,

---

<sup>356</sup> PESAVENTO, Sandra Jatai. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. São Paulo: ANPUH/Contexto. Revista Brasileira de História – Representações. N. 29, vol. 15, 1995, p. 15.

corresponderam aos propósitos da ditadura estadonovista, refletindo em esfera regional a essência do projeto político autoritário.

O estudo do discurso, o que no campo lingüístico é conhecido como *análise de discurso*, procura apreender a linguagem, que somente faz sentido aos sujeitos quando estes estão inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas. O desafio crucial, como afirma Dominique Maingueneau, “é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal”<sup>357</sup>.

Neste sentido, a produção discursiva da revista *Vida Policial* coloca-se como texto de análise, no qual se cristalizaram conflitos históricos e sociais, considerando o discurso como “correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis”<sup>358</sup>. O discurso policial é também o discurso do Estado, independentemente do sujeito que o tenha produzido. Uma vez ligado à estrutura autoritária do Estado Novo, utilizaram-se recursos lingüísticos praticamente idênticos para descrever situações conjunturais e estruturais.

A *formação discursiva*<sup>359</sup> - “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada”, remete a questões complexas, tanto no campo social como no político. *Vida Policial* incumbiu-se dessa *formação discursiva*, construindo um programa de combate ao inimigo nazista, condizente com os preceitos da estrutura de poder autoritária, imposta no Brasil em 1937, transformando-se em instrumento importante na manipulação do imaginário.

No campo do imaginário encontram-se significativas estratégias de poder e de manipulação, que de uma maneira ou outra, atuam sutilmente sobre os indivíduos sociais. Bronislaw Baczko afirma que o domínio do imaginário e também do simbólico constitui um lugar estratégico para a efetivação do poder político<sup>360</sup>. Neste caso, a imprensa policial, assim como outros modelos de imprensa e de propaganda utilizados pelo governo de Vargas, mostrou a intenção de duplicar e reforçar o domínio, fazendo-se valer de um discurso caracterizado por termos agressivos,

---

<sup>357</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1993, p. 11.

<sup>358</sup> Idem, p. 14.

<sup>359</sup> Maingueneau toma emprestado o termo *formação discursiva*, definida por Michel Foucault. Idem, p. 22.

<sup>360</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moenda. Vol. 5 Anthropos-Homem, 1985, p. 297.

pejorativos, maniqueístas, capazes de desmascarar os inimigos que afligiam o corpo nacional e patriótico. O simbólico, neste caso, genuinamente fabricado pelas autoridades policiais, ligadas às esferas de poder autoritárias, procurou atuar sobre o imaginário dos muitos leitores da revista *Vida Policial*, procurando incutir valores sociais de caráter nacionalista, garantindo a obediência pela conjugação das relações de sentido e de poderio.

*Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada têm de irrisório e não existem, efetivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objeto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras.*<sup>361</sup>

O discurso policial manifesta claramente as posições mais veementes da conjuntura da política nacional, bem como as da própria instituição, que se designou e se percebeu como entidade “eleita” na digna tarefa de defesa e de proteção da nação e de seu povo. Neste sentido, o discurso da revista *Vida Policial* tomou voz incisiva, determinada e crucial, denunciando, agindo e alertando constantemente a população sobre a presença do inimigo. Na mesma proporção, as páginas da revista também relatavam a bem sucedida atuação e repressão policial para a garantia da ordem pública, transparecendo à população a supereficiência e supercompetência da instituição.

O ano de 1942 constitui-se para a revista *Vida Policial* como o momento de redefinição discursiva, refletindo as posições políticas adotadas pelo Estado Novo. Em publicações anteriores a fevereiro deste mesmo ano, o discurso policial ocupou-se em apontar outras temáticas, outros inimigos e em nenhum momento posicionou-se de forma tão determinante e agressiva, desde a sua fundação, aos súditos e à ideologia do Eixo.

Embora já houvesse uma posição definida no editorial da revista em janeiro de 1942 sobre o contexto da guerra – sutilmente a favor dos países aliados, o que de certa maneira refletia o posicionamento dos editores da revista e de alguns setores da polícia gaúcha sobre as tendências pró-Eixo ou pró-Aliados – a edição posterior apresentaria o redimensionamento discursivo da revista, delimitando de forma temporal o discurso do mensário. A edição número 43 de *Vida Policial*, de fevereiro de 1942 é a expressão evidente desta mudança e da posição política

---

<sup>361</sup> Idem, p. 299.

assumida pelo país no quadro internacional, abandonando definitivamente a “neutralidade” estratégica. A imagem que compõe a capa da edição, o editorial, os artigos e a criação de uma série periódica, destinada a relatar as atividades nazistas, refletem o novo desígnio da atuação policial naquele momento.

*[...] a mais sensacional das reportagens do momento: a divulgação completa e detalhada das atividades nazistas no Estado. Toda a perfídia, a traição e o desrespeito manifesto à soberania nacional dos insidiosos agentes do Reich serão mostrados em suas cores verdadeiras e sem retoques. E nesta reportagem, terá o leitor a ocasião de reconhecer de maneira cabal e insofismável, a sábia orientação e a indiscutível superioridade da nossa Polícia Política, cuja simples menção já é, de per si, garantia suficiente contra os manejos dos sectários de Adolf Hitler.*<sup>362</sup>

A reorientação engajava-se a partir de princípios que norteavam os rumos da política nacional e internacional. A mídia impressa, neste caso a policial, constituía instrumento importante ao Estado Novo, enquanto difusor de representações da realidade e instrumento de manipulação, concedendo modelos de conduta aos leitores e atribuindo ao momento efeitos mobilizadores e unificadores.

Como divulgadora das ações policiais, *Vida Policial* dedicou várias páginas de suas publicações às atividades desenvolvidas contra o perigo nazista. Refletiam-se na revista as situações de conflito que naquele momento permeavam o contexto nacional, inserido em um cenário de guerra mundial. Consciente da tarefa que deveria desempenhar, a atuação policial se fez presente tanto nas ações concretas de vigilância, recriminação e eliminação dos elementos supostamente nocivos à realidade nacional, bem como utilizou estrategicamente a revista *Vida Policial* como instrumento de controle e de monopolização do simbólico e do imaginário.

Destarte, matérias foram editadas pela revista e que hoje evidenciam o empenho policial em controlar o simbólico e o imaginário coletivo. Entre elas, encontravam-se séries fixas, “*Cortando as asas do nazismo*” e “*Os astros da Quinta Coluna*”, publicadas a partir de 1942, relatando os diferentes episódios quanto às conspirações estrangeiras para tomar o país e, inclusive, expondo com o cinismo peculiar da polícia estadonovista a imagem dos acusados de quinta-colunismo. As reportagens policiais da revista destacavam a vasta rede repressiva que se construiu para barrar a presença do inimigo e os feitos bem sucedidos da atuação policial.

---

<sup>362</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Fevereiro de 1942, Ano IV, nº 43.

Divulgavam-se, além das ações, manifestos que alertavam os leitores sobre os perigos considerados plenamente reais.

*Juventude do Brasil!*

*Saiba repelir as explorações grosseiras tentadas pelos Filo-Fascistas em nossa terra em proveito das aspirações do “EIXO”, que significam conquista e escravidão! Entregue-os, seja qual for a nacionalidade, à Polícia!*<sup>363</sup>

*Alerta!*

*Encareçam aos residentes e pessoas que se encontram de passagem nas zonas marítimas e fluviais ou em territórios próximos, especialmente aos pescadores, caçadores e turistas assim como a todos aqueles que se dedicam aos trabalhos marítimos, denunciar sem perda de tempo às autoridades correspondentes toda novidade que observarem, tais como elementos estranhos ao lugar, luzes, sinais, compra suspeita de abastecimentos e combustíveis, viagens de qualquer espécie de embarcação, especialmente as de pesca e cabotagem, comunicações por estações de rádio clandestinas ou qualquer outra anormalidade que possa significar tentativa de ajuda a submarinos transgressores.*<sup>364</sup>

A presença nazista de fato se fez presente, inclusive na grande maioria dos estados brasileiros, mobilizando um contingente considerável de indivíduos, o que tornou o Brasil o país com maior número de partidários além das fronteiras do Reich alemão. Um perigo social e político real e definitivo aos olhos das autoridades, muitas vezes exagerado em seus discursos. No entanto, o que é essencial ressaltar neste trabalho é, além dessa presença verdadeira do nacional-socialismo no Brasil, a maneira como as autoridades governamentais e policiais se apropriaram dessa realidade, tornando-a, a partir de 1942, o principal ponto de combate, justificada a presença nociva e perniciosa dos quinta-colunistas, súditos do Eixo no país. O discurso dirigido inicialmente aos comunistas reorganizou-se a partir desse momento em direção a novos elementos, a outros inimigos, tão perigosos aos olhos das autoridade quanto os anteriores.

O periódico mensal da Repartição Central de Polícia evidencia este significativo aspecto. Os comunistas foram retratados com freqüente intensidade pelas páginas da revista ao longo dos anos, de forma especial de 1938 a 1942. Considerando o contexto nacional, que demonstrava a aparente resolução da questão comunista, os olhares vigilantes e protetores se voltaram a outros agentes sociais, o que atesta, segundo alguns pesquisadores, a constante necessidade da

<sup>363</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Março de 1942, p. 03.

<sup>364</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Janeiro de 1943.

presença do inimigo. Hannah Arendt<sup>365</sup>, em seu estudo sobre o totalitarismo, identificou a presença dos chamados “*inimigos objetivos*” como ponto essencial para a disseminação da caça a estes sujeitos, o que ela denomina de verdadeiro conteúdo dos regimes autoritários. Nesse contexto, Arendt destaca o conceito de “*oponente objetivo*”, cuja identidade muda de acordo com as circunstâncias do momento.

[...] assim que uma categoria é liquidada, pode declarar-se guerra a outra –, corresponde exatamente à situação de fato reiterada muitas vezes pelos governantes totalitários, isto é, que o seu regime não é um governo no sentido de tradicional, mas um movimento, cuja marcha constante esbarra contra os novos obstáculos, que têm de ser eliminados. Se é que se pode falar de algum raciocínio legal dentro do sistema totalitário, o “oponente objetivo” é sua idéia central.<sup>366</sup>

Se o regime nacional-socialista na Alemanha, como afirma Hannah Arendt, direcionava seu olhar dos judeus para novos “oponentes objetivos” – os poloneses, da mesma maneira agiu o Estado Novo no Brasil. Não se busca neste momento realizar uma aproximação do Estado Totalitário ao Estado Novo, pretende-se sim compreender de que maneira a presença do inimigo estabeleceu uma política única de aniquilamento daqueles que foram considerados como indesejáveis sociais, promovendo o que foi chamado de *higiene social*. Portanto, nesta perspectiva, a revista *Vida Policial* se coloca como fonte documental onde estas impressões e estes conflitos se tornam claros e reconhecíveis, diante da mudança da identidade do “oponente objetivo”: antes o comunista, agora, em 1942, dada a circunstância nacional e internacional, os quinta-colunistas (nazistas, fascistas, integralistas<sup>367</sup>). Diante dos inimigos, o discurso da mídia policial impressa evidencia o jogo e as estratégias de manipulação, referentes à construção de um imaginário sobre perigo, neste caso, nazista.

Evidenciar a presença do inimigo quinta-colunista, compleição nociva inegável aos olhos das autoridades, era uma questão estritamente prioritária. Nasceram deste ponto as inúmeras páginas dedicadas à temática do nazismo em *Vida Policial*, que, através de um discurso peculiar, legitimava a preocupação nacional em torno deste

---

<sup>365</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 472 – 475.

<sup>366</sup> Idem, p. 475.

<sup>367</sup> Pode-se considerar que as relações entre o Estado Novo e os integralistas foram profundamente rompidas em 1938, com a tentativa de um “golpe verde”. Após este episódio, os integralistas passaram a ser uma categoria indesejável, colocados lado a lado aos nazistas e fascistas europeus.



“oponente objetivo”, construindo de forma correlata um imaginário social que legitimasse de uma maneira ou outra a atuação policial.

Como afirma Baczko, “o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem”<sup>368</sup>. O discurso policial da revista, assim, engajou-se no intuito de reunir todos os elementos possíveis para que a linguagem fosse uniforme, plausível e aceitável, procurando representar o real, embora este fosse muitas vezes manipulado, com conclusões exacerbadas e argumentos frágeis. Tudo isto justificado pela lógica da suspeição, que não diferenciava os inocentes dos reais sujeitos criminosos.

O tratamento aos inimigos ao longo das páginas da revista caracterizou-se pela utilização de expressões e de termos pejorativos, ofensivos e estereotipados, desqualificando e ridicularizando intencionalmente os diferentes personagens que integravam os episódios de atuação policial. Uma linguagem que tem características próprias e específicas, cujas manifestações, como afirma Le Goff, ocorrem através de imagens e de discursos, procurando dar uma definição da realidade<sup>369</sup>. O discurso policial da revista definia a realidade sob a ótica do autoritarismo, que constantemente buscou legitimar-se diante da instabilidade social e política. A presença do inimigo foi, dessa forma, fundamental para que o discurso adquirisse uma fundamentação aparentemente racional e aceitável.

O texto e a linguagem policial buscavam, por um lado, mostrar a inigualável eficiência policial, na medida em que a competência transparece nos artigos que fazem referência ao desbaratamento de ações pró-nazistas, não fraquejando em sua vigilância diante do inimigo e demonstrando como era necessária a sua existência à segurança de todos os cidadãos brasileiros. Em contrapartida, percebe-se a ênfase dada pelo discurso, sustentado por um aparato fortemente ideológico, ao utilizar inúmeros adjetivos pejorativos e negativos para referir-se aos inimigos. A adoção destes termos era uma estratégia específica, no intuito de desqualificar a figura do “outro” – o inimigo, reforçando a situação de perigo.

A representação do outro, do inimigo, foi modelada pelo conjunto simbólico de termos, imagens e discursos, que acabaram por figurá-lo. Esse processo de

---

<sup>368</sup> BACZKO. Op. Cit., p. 311.

<sup>369</sup> LE GOFF apud PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. São Paulo: ANPUH/Contexto. Revista Brasileira de História – Representações. N. 29, vol. 15, 1995, p. 15.

figuração foi extremamente necessário, pois marcou os contornos da face do perigo. Nessa construção e manipulação do imaginário coletivo entram em cena dois aspectos importantes: a delimitação da imagem do grupo ao qual se pertence e a delimitação da imagem do outro, do inimigo, do rival. A demarcação dessas duas projeções na revista buscou produzir um sentido de reconhecimento, no momento em que o receptor do discurso se familiariza e se engaja em prol ou contra um determinado grupo social. Assim, ao reconhecer-se como integrante de uma nação pujante, próspera e convicta de sua fé em Deus, procurava-se também mobilizar o leitor a rejeitar e a combater o inimigo.

Toda essa construção do discurso aparece marcada pela objetividade retórica, uma das características marcantes do discurso policial<sup>370</sup> contra os inimigos, súditos do Eixo. Discurso lançado em fevereiro de 1942, o ataque veemente de *Vida Policial* aos nazistas já era apontado nas páginas iniciais da edição. No editorial desta revista, calcado em uma linguagem nacionalista, conclamava-se a força de todos os indivíduos da nação para a campanha contra os “famigerados” inimigos do Brasil, a reunião de uma força que nascia de forma espontânea, já que instintivamente estariam todos unidos.

*Estamos todos juntos, instintivamente juntos, para defesa e para o ataque. Personalidades, famílias, crianças, fortunas, interesses, compromissos, tudo isso se apagou em nós. Tudo isso se apagou para deixar em torno de nós. Tudo sumiu para só deixar aparecer, imponente, imperativa, toda poderosa, uma imagem única: a Pátria.*

*É uma campanha santa, a nossa, é a campanha da ordem contra a desordem, do progresso contra o regresso, da lei contra o arbítrio, do brio contra a vergonha, da liberdade contra a escravidão, do Brasil contra os totalitários.*

*Nós vamos todos – todos, se preciso for.*

*E não faltará um único brasileiro para que de todos seja o triunfo final.*<sup>371</sup>

A organização da revista *Vida Policial* passaria nesse momento a atender um dos assuntos mais instigantes, tanto para as autoridades, quanto talvez para os leitores. Desmascarar as tramas nazistas em solo brasileiro era indicar que o perigo não estava somente fora e distante do país, mas muito próximo, real e nocivo, instalado no Brasil. A publicação mensal da revista passava a comportar, a partir da edição de fevereiro de 1942, um extenso relatório da atuação policial e de outros artigos que tinham como objetivo o alerta ao perigo nazista, ao desbaratamento de

---

<sup>370</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 193.

<sup>371</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Fevereiro de 1942.

ações do partido nacional-socialista, bem como a eliminação deste perigo político e social.

Inaugurava-se também nesse momento uma série policial, mensalmente publicada até 1944, intitulada *Cortando as asas do Nazismo*, disposta a relatar as ações de nazistas, suas redes de espionagem e a eficácia da Polícia Política brasileira. Paralelamente, ao longo de novas edições, vários artigos foram sendo publicados, dispostos a complementar o discurso dos editoriais e das seções fixas sobre a temática nazista.

Evidentemente, o discurso produzido pela editoração da revista corroborava a atuação de agentes sociais atrelados ao poder autoritário do Estado Novo. De forma intencional, a veiculação das matérias correspondia às concepções ideológicas adotadas por esses sujeitos, engajados em promover uma representação simbólica manipulada sobre os inimigos do país. Representá-los nas páginas da revista *Vida Policial* era, portanto, desqualificá-los, contrapondo-os à noção de civilidade, de bondade e de catolicidade.

A dinâmica de movimento proposta pela linguagem da revista tinha também o propósito de criar no seu receptor a necessidade de agir. A vigilância, a energia e a mobilização constantes seriam forças necessárias para eliminação dos inimigos pardos. Nesse sentido, a violência crioula, contraposta à violência parda, teria êxito na salvação do Brasil, na luta que não era de defesa, mas de agressão.<sup>372</sup>

*Com a canalha nazi que quer solapar nossa Pátria, não podemos contentar-nos em paralisar seus movimentos, porque a força do mal é enorme e o poder satânico que a anima é muito grande e muito tortuoso; é pois, mister agredi-la com energia, destruir a sua violência parda com a violência crioula, acossá-la até seus últimos redutos e, ali, destroçá-la por completo, para que dela nada fique, absolutamente nada mais triste que sua triste recordação.*<sup>373</sup>

Se a mobilização é pressuposto de defesa, a utilização de um sistema simbólico, no qual se assenta o imaginário social, constitui outro elemento da retórica policial. De forma recorrente, o jogo maniqueísta do discurso coloca em “pares antitéticos” duas forças contraditórias. Eliana Dutra apontou a oposição de bem e mal presente nos discursos políticos dos anos de 1930<sup>374</sup>. Como ameaça

---

<sup>372</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Abril de 1942, nº 45, p.11.

<sup>373</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>374</sup> DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 34 – 71.

latejante do meio social, o comunismo representava às autoridades o inimigo “*persecutório que ameaçava a totalidade formada pela propriedade, pela ordem, pela família, pela civilização cristã, irmanadas no corpo da Pátria*”<sup>375</sup>. Ao longo deste trabalho, Eliana Dutra delimitou aspectos retóricos do discurso anticomunista. Neste mesmo propósito, pode o discurso anti-nazista da revista *Vida Policial* ser analisado, destacando principalmente os conflitos sociais nele projetados, como parte do imaginário político assinalado pelo período de 1942 a 1944.

Neste sentido, um dos pontos que caracteriza a retórica policial, retomada em várias edições das matérias e dos artigos da revista, é a separação em extremos opostos de um sistema de valores, que se ligava e que se estruturava de uma forma ou de outra à vida social. A figuração do inimigo, da imagem do rival se construiu mediante um jogo de opostos, proporcionando o reconhecimento do “outro” a partir de características contrastantes das que eram tidas como ideais. Nessa figuração do inimigo, incide, por exemplo, a presença da simbologia do bem e do mal.

O bem e o mal constituem categorias de valor freqüentes no discurso de *Vida Policial*. O dualismo representa, neste momento, os conflitos que se estabelecem no campo simbólico, ou seja, no imaginário político. No campo de batalha estão os verdadeiros brasileiros, imbuídos com espírito nacionalista em defesa da pátria, contra os facínoras de satã, os súditos do Eixo. A encarnação do mal é personificada por cada nazista mencionado e retratado nas páginas da revista, transformando a temática do nazismo em assunto de grande destaque a cada nova edição da revista.

*É a luta da luz contra a treva; do bem contra o mal; do sol contra o miasma; de Jesus contra Hitler, Mussolini e Tojo.*<sup>376</sup>

*Atacando o nazismo, como o atacam, indubitavelmente, realizam uma obra em prol do bem estar da querida Pátria e da sua prosperidade, a quem Deus livre de cair nas garras irresponsáveis do monstro pardo.*<sup>377</sup>

*Estamos, oficialmente, em guerra, há doze meses, contra as potências satânicas do “eixo”.*<sup>378</sup>

---

<sup>375</sup> Idem, p. 71.

<sup>376</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Fevereiro de 1942.

<sup>377</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Abril de 1942, nº 45, p.11.

<sup>378</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Agosto de 1943.

A oposição construída pelo discurso policial revela os interesses e as reivindicações de um grupo político, refletindo através das páginas da revista as tensões políticas que se configuraram no cenário internacional. Como afirma Eliana Dutra, o que se depreende dessa construção simbólica, mais além do que somente identificar o inimigo, é

*[...] tê-lo enquanto um mal para onde se pode direcionar as energias da nação e em seu nome assegurar-se um domínio no plano social, reagrupando princípios, idéias e pessoas. Por outro lado, temos a associação da idéia de localização do inimigo como diagnóstico de um “mal obscuro” com o “perigo social”, o que focaliza o mal e o perigo enquanto duas idéias complementares e vitais à figuração do inimigo, que serão recorrentes nos vários discursos do período.*<sup>379</sup>

Portanto, a associação realizada entre o mal e os nazistas incorpora a intenção de complementaridade, justamente porque o inimigo se reveste de um sistema simbólico de valores negativos que o qualificam como perigo social. Neste sentido, a presença do mal aparece exposta nas linhas dos textos como ameaça terrível a ser combatida e eliminada, para onde todas as forças deveriam convergir naquele momento.

Em diversos e diferentes artigos publicados pela revista *Vida Policial*, entre 1942 a 1944, pode-se reconhecer outras categorias utilizadas para figurar e denominar o inimigo. A representação simbólica dos indivíduos nazistas e a sua presença em solo americano mobilizaram os esforços policiais em dismantelar esses agentes sociais perniciosos, associados a diferentes esteriótipos. Como “erva daninha” a ser eliminada, a polícia se deteve a ações de “capina”, de limpeza do território político e social contra o nazismo. Plantas úteis e valiosas se contrapõem às plantas daninhas – aos denominados “eixófilos”, que deveriam ser “expurgados do nosso solo”, já que representavam as “hordas parasitárias e corruptas, importadas de outros solos e que degeneravam o solo nobre e rico onde vivemos”.

*Não podemos vicejar com toda a plenitude do seu vigor as plantas da Justiça, da Ordem e da Liberdade, em terrenos que, embora ricos e férteis estão infestados e contaminados pela sucção funesta das raízes féticas [sic] e insaciáveis da tóxica erva má.*

*Hoje, o Rio Grande do Sul é praticamente, um terreno limpo e cultivado, mas existem aqui e acolá, sementes germinando, brotos aflorando e ocultas raízes a estender-se de resíduos escapados, ainda, à enxada justiceira.*

*Mas o gaúcho, de olhos aguçados, pela contemplação dos vastos horizontes, guarda, vigilante, a sua terra, surpreendendo e destruindo, sem cessar, a traiçoeira e*

---

<sup>379</sup> DUTRA, 1997, p. 39.

*obstinada brotação das parasitas detestáveis. Cada município concorre, com a sua ação desassombrada e decidida, para a completa exterminação da praga.*<sup>380</sup>

Praga, erva daninha, vegetação parasitária, sutil e malsã, cardos e urzes nazistas integram-se ao extenso vocabulário policial de termos depreciativos para caracterizar os inimigos nazistas. Juntam-se a estas palavras outras inúmeras, que detêm a mesma intencionalidade, a de caracterizar de forma negativa os integrantes da denominada quinta-coluna: eixófilos, degenerados totalitários, feras, sádicos beligerantes, subprodutos da degradação humana, homenzinho, demente, monstro pardo, fauna hitlerista, famigerados, quintacolonistas, germe repugnante, peçonhentos, vandálicos, diabólicos, povo invasão, entre muitos outros termos.

*Mais daninha que as armas assassinas, vitória dos selvagens, nos PANZER DIVISIONEN, troféu dos sincúrios cambaleantes da hegemonia sanguinária, - e nos pássaros satânicos, que traçaram no céu as perspectivas monstruosas que Dante encontrou nas entranhas sombrias da Terra, é a arena invisível do mascarado, do encoberto, do arqui-traidor, do escodir e, se for preciso, matar como os Quislings da Noruega, os Rexistas da Bélgica, os Laval da França, os zingáros croatas da Iugoslávia e outros muitos tantos, verdes e pardos, até chegar aos sonâmbulos da Birmânia, caminhando para o conquistador com a espantosa subserviência dos eunucos e dos cornacas.*<sup>381</sup>

*E enquanto isso, o mundo civilizado recebia de braços abertos com a franqueza e a magnitude democráticas, os satânicos emissários daqueles povos sinistros, que, como imigrantes, estudantes ou turistas, vinham com o exclusivo propósito de preparar o terreno para a futura realização dos delirantes sonhos de conquista dos seus chefes.*<sup>382</sup>

*[...] foi um dos mais ativos, influentes e perigosos exemplares da fauna nazista no Brasil. Foi um dos mais peçonhentos representantes da famigerada “raça ariana”, e o seu veneno sutil, disseminando-se, infiltrando-se, alastrando-se e se expandindo com a força de uma bomba de profundidade e, ao mesmo tempo, com o insidioso caráter de um fluido letal inodoro e insípido, concorreu para intoxicação irremediável e total de milhares de consciências predispostas ou não para o nazismo.*<sup>383</sup>

*[...] Através da biografias de chefetes, satélites, e quejandos representantes da obsoleta fauna hitlerista foi, já, por estas páginas, fornecido material valioso e abundante para o estudo absorvente e atualíssimo da mentalidade anormal dos afetados pela endemia político-social conhecida sob o nome de nazismo.*<sup>384</sup>

<sup>380</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Agosto de 1943, nº 61, p.10 – 12. Nesta edição, relata-se uma diligência realizada pela Polícia em Guaíba, onde se recolheu material de propaganda nazista, livros, revistas, folhetos, bandeiras e um rádio-receptor. O fato é tratado pela reportagem como “*uma capina em regra*”, com “*espetaculares apreensões*”.

<sup>381</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Julho de 1942, nº 48. Povo Invasão, p. 31.

<sup>382</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Agosto de 1943, nº 61, p. 32.

<sup>383</sup> Idem, p. 39.

<sup>384</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Setembro de 1943, nº 62, p. 50.

Claramente existe um discurso sustentado por um conjunto de palavras, e a sua ausência no corpo do texto tornaria a leitura e o relato das ações policiais de menor impacto aos receptores. O envolvimento do leitor com o texto, neste caso, poderia ocorrer também através de determinados artifícios, neste caso, a utilização de expressões que transformavam o enredo das atuações policiais, deixando-as com significativas marcas que as conduzissem ao sensacionalismo e ao exibicionismo. Aliado ao duelo, ao jogo de valores, os relatos se tornavam tramas instigantes, com capacidade inegável de prender a atenção do leitor às páginas de *Vida Policial*. Entre as matérias mais significativas quanto à utilização desses recursos, destaca-se novamente a série “Cortando as asas do nazismo”, para a qual dedica-se um estudo mais minucioso nas páginas seguintes.

Já referida em passagens anteriores, a exaltação à eficiência e à competência policial é marca importante de todo o discurso que trata sobre o nazismo. Lado a lado encontram-se as descrições dos “sectários” de Hitler, Mussolini e Tojo, com a determinação policial, que veementemente combate o mal e cujas forças se encontram na vontade de salvar a nação e garantir a sua unidade. Surge apontada pelo discurso, a solução magistral, ancorada nos alicerces da eficiente Polícia Política, que cumpre sua missão “nobilíssima” de proteção do povo e da Nação. Este corpo – polícia, povo, nação – constituía o trunfo mais promissor de combate aos inimigos, travando uma luta inexorável que garantia a supressão do grande mal social.

*Saiba o grande público, para a sua tranqüilidade, que assim agem os funcionários da Polícia no Estado, que vem de ser homenageados pelo seu emérito Chefe [...], porque sentimos a íntima satisfação que sentem os homens honestos, produzida pelo cumprimento de seu dever.*<sup>385</sup>

*Não mais pararemos. Prosseguiremos sem desfalecimentos, no desempenho impecável do programa que assim sintetizávamos em nosso número inicial: “SER UM REFLEXO NÍTIDO E FIEL DE TODAS DAS ATIVIDADES POLICIAIS, EM PERFEITA HARMONIA COM OS SENTIMENTOS E VIBRAÇÕES DO ORGANISMO SOCIAL”.*<sup>386</sup>

*Dia a dia vê-se a Polícia do Rio Grande do Sul a braços abertos com problemas cada vez mais intensos; dia a dia ela se esforça, superando-se a si mesma, no exercício da elevada função social a que se destina; dia a dia ela se firma no conceito do povo Rio-grandense e se impõe à admiração e ao respeito do Continente Americano, atravessando as fronteiras do Brasil para contribuir com sugestões oportunas e eficazes – fruto da sabedoria magnificada pela experiência*

---

<sup>385</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Abril de 1942, nº 45. Editorial.

<sup>386</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Julho de 1942, nº 48. Editorial.

*quotidiana – às medidas comuns de defesa dos nossos irmãos da América contra a nação nefasta do octópus totalitário.*

*[...] quando todas as nossas energias se devotam justamente à defesa de tudo quanto nos é tão caro, e que tão sinistramente se vê ameaçado pelo espectro horrendo e sanguinolento dos inimigos da Ordem e da Paz.<sup>387</sup>*

*Realmente nos capítulos sucessivos desta história em série da quinta-coluna no Rio Grande do Sul, imensa e inegável é a contribuição que “Vida Policial” tem prestado para o esclarecimento do espírito popular no que diz respeito ao desmacaramento da ação ignóbil das larvas hitleristas que minavam outrora, o organismo Rio-grandense.<sup>388</sup>*

A eficiência policial, marca velada do discurso, trazia ao palco dos elogios o nome de importantes personagens, como Cordeiro de Farias, Aurélio da Silva Py, Plínio Brasil Milano, são saudados, homenageados, lembrados, dignificados e heroicizados pelas ações empreendidas no Rio Grande do Sul. A competência traduz para os leitores da revista a sensação de segurança e de proteção, suficientes para garantir a paz social.

Denunciar, vigiar, agir e proteger constituíram os principais emblemas do discurso impresso da Polícia no Rio Grande do Sul, ancorados também em princípios de propaganda política do regime estadonovista. Os modelos de inspiração, como assinalado em outro momento, provinham de experiências totalitárias, que faziam uso de particularidades: uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras, simplificação das idéias para atingir as massas incultas, apelo emocional, repetições, promessas de unificação e de fortalecimento nacional<sup>389</sup>.

*A propaganda nazi-fascista exigia uma unidade de todas as atividades e ideologias. A moral e a educação estavam subordinadas a ela. Sua linguagem simples, imagética e agressiva visava a provocar paixões para atingir diferentemente as massas. Segundo preceitos de Hitler expressos em Mein Kampf: a arte da propaganda consiste em ser capaz de despertar a imaginação pública fazendo apelo aos sentimentos, encontrando formas psicologicamente apropriadas que chamam a atenção das massas e tocam os corações.<sup>390</sup>*

---

<sup>387</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Agosto de 1942, nº 49. Editorial.

<sup>388</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Setembro de 1943, nº 62, p. 50.

<sup>389</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda Política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, 1999, p. 167.

<sup>390</sup> Idem, p. 167.



É referenciada neste modelo de persuasão que a revista *Vida Policial* traçou as suas próprias estratégias, como propaganda do regime estadonovista e da própria instituição policial. As edições apropriaram-se das mesmas características de linguagem dos modelos italiano e alemão, adaptados à realidade brasileira. Assim,



Revista *Vida Policial*. Julho de 1942.

no corpo da revista surgiram slogans, palavras-chave, frases de efeito e de repetições, recursos largamente comuns ao discurso nazi-fascista. Termos pejorativos foram constantemente repetidos, a vigilância total sempre foi reivindicada pelo discurso, com alertas e com marcas visuais de importante freqüência – as caricaturas, o uso de aspas e o destaque em grifo de outras passagens são marcas dos textos da revista. Ironicamente, os métodos idealizados por regimes totalitários voltar-se-iam contra os seus “súditos” em solo brasileiro, deflagrada a Segunda Guerra

Mundial, principalmente a partir de 1942.

A temática do nazismo em *Vida Policial* manifestou-se até 1946, ano em que se findavam as atividades da revista. Mesmo a guerra tendo chegado ao seu fim em 1945, e mesmo que algumas séries tivessem sido abortadas antes desse ano, o assunto do nazismo perdurava por mais um curto período, demonstrando a exploração sensacionalista deste objeto, ao expor repetidamente a temática. Era uma evidência de que o assunto de fato despertava interesse e que continuava presente no imaginário político da época.

Certamente, a editoração de *Vida Policial* acompanhou os gostos de seus leitores, mantendo vivo o imaginário construído até então. Neste mesmo sentido, a revista também construiu o seu discurso, levando em consideração a trajetória da guerra internacional, comemorando vitórias dos Aliados no conflito, enquanto celebrava a exemplar atuação da Polícia Política em diligências de apreensão dos agentes da quinta-coluna, no combate aos vários “ismos” ocultos no Rio Grande do

Sul<sup>391</sup>, bem como, da extinção de todo o seu “lixo ideológico”<sup>392</sup>. A derrocada dos países totalitários e a vitória dos países “civilizados” foi descrita de forma correlata à atuação da polícia, como vitória do bem contra o mal, especialmente no editorial da revista de maio de 1945, quando se comemorava o fim da guerra e a vitória do bem contra o mal.

*Neste momento, entretanto, apenas a alegria indescritível da paz e da vitória empolga os corações dos homens livres e amantes da justiça, fazendo-os confraternizar na maior e mais justificada das manifestações do júbilo universal. É a satisfação indefinível e sublime daqueles que assistem emocionados à vitória do Bem sobre o Mal e sabem o que isso significa para a civilização [...].*<sup>393</sup>

Conquistar a opinião pública, divulgar a ação competente, demonstrar a existência do perigo e combatê-lo foram, enfim, as principais linhas de ação da polícia no Brasil. A repressão policial do Estado Novo procurou extinguir a presença do nazismo, como pressuposto para a sobrevivência do Estado autoritário, além de reagir diante da conjuntura política internacional, a partir da eclosão do conflito mundial. A mão da repressão passava a ser também a mão da proteção, defendendo os interesses nacionais e afastando os “tenebrosos facínoras” do país, os inimigos da pátria.

Através de diferentes alegorias simbólicas – lingüísticas ou visuais – *Vida Policial* firmou-se como importante empreendimento de comunicação, um elo de ligação entre a instituição Policial, seus agentes e parte da população civil, leitores dessa importante publicação gaúcha do Estado Novo. Nesta mediação, a revista apropriou-se de um poder simbólico, atuando sobre o imaginário político e social no sul do Brasil, criando representações manipuladas sobre a existência de um agente real e eminente, os nazistas.

Através dessa abordagem mais ampla sobre a construção do imaginário sobre o inimigo nazista, pontuaram-se características importantes do discurso policial, revelando-se nesta análise elementos persuasivos que integram de forma decisiva o corpo de toda a revista *Vida Policial*. Para o prosseguimento da análise, serão apreciadas partes que integram a revista e que de uma maneira especial tornaram-se espaços de linguagem, onde se cristalizaram os conflitos quanto à

---

<sup>391</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Agosto de 1942, nº 49. Editorial.

<sup>392</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Agosto de 1943, nº 61, p. 12.

<sup>393</sup> Vida Policial. *Editorial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Maio de 1945.

construção de um imaginário político e social. Busca-se mapear considerações específicas da *formação discursiva* em casos particulares, integrantes de um corpo textual amplo, nos quais se evidenciam intenções claras quanto à manipulação da representação do inimigo nazista. As séries “*Cortando as asas do nazismo*”, “*Astros da Quinta Coluna*”, bem como as charges, as capas, as fotografias e a documentação constituem fragmentos específicos de *Vida Policial*, mas que apresentam uma estratégia em comum: denunciar, acusar e desqualificar o inimigo nazista.

#### 4.2 A série “*Cortando as asas do nazismo*”

A construção de representações sociais e políticas revela uma série de estratégias que se dispõem de forma intencional, planejada e manipulada. Palavras, frases, textos, artigos e reportagens, quando empregados dessa forma, materializam um conjunto ideológico atribuído a determinadas instâncias de poder, na tentativa de dar legitimidade ao Estado e a suas práticas.

“*Cortando as asas do nazismo*” consolidou-se na editoração da revista *Vida Policial* como a série mais duradoura, veiculando em todas as suas edições diferentes episódios relacionados à questão do quinta-colunismo, dos súditos do Eixo. Assim como demonstra o título, os nazistas seriam os personagens principais da série policial, integrando-se e fortalecendo um imaginário relacionado ao “perigo alemão”.

Sua origem pode ser diretamente associada ao contexto brasileiro e internacional. Imediatamente após o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo, a revista passou a dedicar um considerável número de páginas às ações que naquele momento eram tratadas como nocivas à realidade nacional. Quinta-colunistas, os assim denominados inimigos do Brasil, passaram a ocupar as páginas de *Vida Policial*, enquanto agremiações partidárias e ações políticas no Brasil eram relatadas em forma de denúncia. Tramas de espionagem, espiões, atividades e células partidárias e de propaganda nazistas tornavam-se temáticas a serem descritas incessantemente ao longo de vários números da revista. Ao texto incorporavam-se imagens que de alguma forma reforçavam os relatos, como fotografias dos acusados, de materiais apreendidos, de documentações que atestavam o grau de periculosidade daqueles personagens nazistas.

A representação do inimigo nazista nas páginas de “*Cortando as asas do nazismo*” corresponde a um contexto político-social específico, marcado pelo autoritarismo no Brasil e pelo conflito internacional iniciado em 1939. Além disso, as características dessa representatividade não se mantiveram isoladas, inscritas em um único modelo de imprensa, mas tiveram repercussões mais amplas, aliadas a outras manifestações políticas que ocorriam paralelamente no Brasil e nos estados, que se manifestavam principalmente pelos discursos da opinião pública do país, seja

através de outros meios jornalísticos ou de outras produções de significativa repercussão, geradas no interior de governos ou de repartições policiais.

Segundo Girardet<sup>394</sup>, “as implicações dos conjuntos mitológicos e as representações políticas impregnadas na sociedade se refletem na organização do mundo social. Assim, o imaginário tratado como objeto de estudo não deve abandonar a totalidade do campo de análise”, tendo em vista que a partir de um contexto mais amplo são percebidos os diferentes fenômenos de ordem mítica, que podem manifestar-se desde um contexto mais amplo, até espaços mais restritos e regionais. Da mesma maneira, ao buscar compreender os elementos que compõem o contexto discursivo da revista *Vida Policial*, especificamente nas páginas de “*Cortando as asas do nazismo*”, espera-se encontrar as características de um imaginário que se intensificou nas décadas de 1930 e de 1940, no que se refere à questão do perigo nazista, ou alemão.

Além de reconhecer as fontes históricas, formadas por extensas páginas descritivas, como “matéria-prima” para delas despedir os elementos compositivos das representações e do imaginário político e social que se criaram sobre determinado grupo social, elas constituem também a materialização da ideologia, da representação e do imaginário típico deste contexto. A totalidade, voltando a Girardet, esclarece, neste caso, as motivações e as disputas que permeavam o momento histórico, no qual uns constituíram a imagem dos mocinhos e “os outros”, a dos vilões. A organização do mundo social no Brasil, neste período, resultou da conjunção destes aspectos, aliados a tantos outros, de caráter político, econômico, social e cultural.

Dessa forma, a produção de “*Cortando as asas do nazismo*” é compreendida quando disposta em um contexto político e social mais amplo, veiculada mensalmente em um periódico de caráter policial, cujas orientações procuravam corresponder de forma fiel à ideologia autoritária do Estado Novo. Somam-se à perspectiva brasileira todas as motivações internacionais que colocaram os nazistas como principais protagonistas em casos de espionagem, de suposta tentativa de conquista do território sul-americano e de destruição dos ideais nacionalistas, tese ferrenhamente defendida por diferentes instituições do governo de Getúlio Vargas.

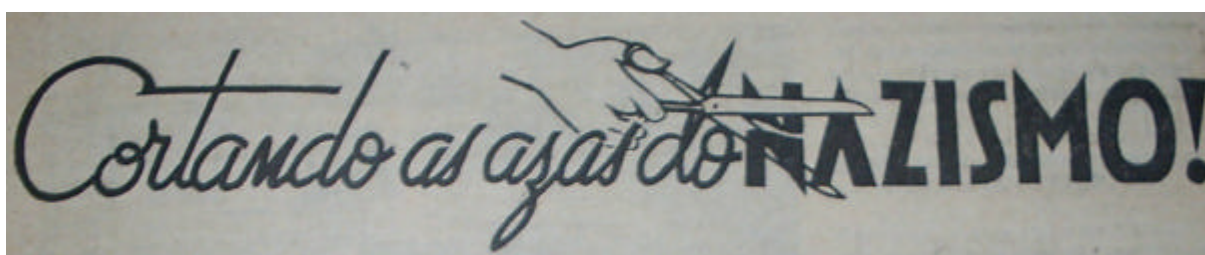
---

<sup>394</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 23.

O exemplar da revista que expôs pela primeira vez ao uso do público a série policial, ocorreu em fevereiro de 1942<sup>395</sup>. Esse indicativo, como assinalado em outro momento deste estudo, coincide com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e as nações integrantes do Eixo. A partir dos acontecimentos de janeiro, a revista passava a reorganizar a editoração e o conteúdo de seus números, o que significava, enfim, colocar a atuação policial em ações que inibissem, anulassem e eliminassem as atividades nazistas no país.

De fevereiro de 1942 a abril de 1944, “*Cortando as asas do nazismo*” dedicou-se a explorar a temática do Nacional-Socialismo, reservando a cada nova edição várias páginas, ocupadas com textos descritivos, com fotografias e com charges, todos relacionados ao foco principal da série policial. Entre as finalidades destacadas pelos próprios números, encontra-se a proposta de “*manter o povo brasileiro ao corrente da situação atual, alertando-o contra insídias dos inimigos e dos falsos amigos do Brasil, e esclarecendo-o, quanto à maneira brilhante e memorável pela qual aqueles estão sendo iniludivelmente, descobertos, perseguidos e reduzidos à impotência pela Polícia Política do Rio Grande do Sul*”.<sup>396</sup>

O título, em todas as publicações, carregou uma marca própria, criada desde a sua origem e integrada ao corpo textual e ao propósito temático. Na imagem abaixo, a ação da tesoura reproduz de forma intencional o significado do título, bem como, as atividades da polícia gaúcha na perseguição aos nazistas.



Revista Vida Policial. Fevereiro de 1942, p. 23.

Da mesma maneira, a capa<sup>397</sup>, o editorial e algumas reportagens da edição de fevereiro de 1942 colocariam em proeminência os propósitos da revista como

<sup>395</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1942, p. 23 – 42.

<sup>396</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1942, p. 25.

<sup>397</sup> Para uma análise mais detalhada da composição das capas das revistas, consultar o capítulo 4.4.1 *Nossa Capa*.

instituição policial, engajada em manter afastados todos os agentes sociais e políticos ligados ao nazismo e considerados nocivos à estrutura política e social brasileira.

*Ao povo do Rio Grande do Sul, “VIDA POLICIAL”, a partir deste número, em sucessivas reportagens, vai documentar, o espírito e os métodos pelos quais o Nazismo procurou avassalar, inexoravelmente, o nosso querido torrão natal.*

*E vai demonstrar, de modo cabal, o trabalho feliz da polícia política local, de neutralização e de extirpação total do germe nazista.*

*Devem-no, o Estado e a Pátria, exclusivamente, à orientação clarividente do ilustre militar e do estadista Exmo. Sr. Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal, com a cooperação de duas personalidades cujos nomes passarão à história: o Exmo. Sr. Dr. Tentente-Coronel Aurélio da Silva Py, Chefe de Polícia, e o Sr. Dr. Plínio Brasil Milano, Delegado da Delegacia de Ordem Política e Social, que, desde 1937, vêm porfidiando com inquebrantável tenacidade e energia contra o maior mal que assolou o mundo civilizado.<sup>398</sup>*

O discurso textual, produzido pela Repartição Central de Polícia, traduziu os princípios norteadores de uma política implantada em todo o Brasil. Neste sentido, os personagens nazistas que se fizeram presentes nas páginas da série policial foram tratados de uma mesma maneira, homogeneizando a imagem do nacional-socialista, criando um estereótipo calcado em visões generalizadas, negativas e pejorativas. Diante das exposições mensais, o valor da atuação policial sempre seria exaltando, como força necessária para barrar a presença do inimigo. Além disso, a menção a personalidades policiais refletia o engajamento de autoridades na execução de projetos regionais e nacionais.

Toda a formação discursiva, analisada pela leitura das diferentes edições de “*Cortando as asas do nazismo*” demonstra a intencionalidade policial em construir uma representação plausível aos leitores da revista, capaz de atuar no imaginário político e social deste período, corroborando preceitos largamente apresentados por outras mídias e outras autoridades sobre o “perigo alemão”. Um contexto bastante propício para divulgação de idéias como essas se fazia presente, verificados os últimos acontecimentos em relação à Segunda Guerra Mundial, no ano de 1942, ao rompimento de relações diplomáticas e, finalmente, à declaração de guerra aos países do Eixo. Um terreno fértil à veiculação de uma série que se ocupava em apresentar publicamente as ações consideradas perniciosas do quinta-colunismo no Rio Grande do Sul e também no Brasil.

---

<sup>398</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1942, p. 23 – 24.

As reflexões de José Murilo de Carvalho<sup>399</sup> quanto à *comunidade de sentido*, à *comunidade de imaginação*, esclarecem o significado essencial para perceber a necessidade das matérias policiais em encontrar leitores que pudessem compreender e assimilar as mensagens, atingindo assim uma repercussão desejada por aqueles que as produziram. A eficácia do texto policial, ao longo de dois anos, só pode ser entendida, levando-se em consideração as motivações e o próprio efeito que o discurso produziu em relação ao imaginário. Sem as devidas condições de encontrar sustentação social e política, ou aceitação e eficácia, toda a intencionalidade e manipulação presentes na retórica se dirigem, segundo Carvalho, ao vazio, senão ao ridículo.

O controle e a manipulação de elementos característicos do discurso policial colocam em evidência a importância atribuída a este fenômeno, que se instala de forma silenciosa e sutil nos setores de uma sociedade, mas que moldam profundamente as concepções de uma realidade. Os medos, os sentimentos, as preocupações e o perigo acabam sendo ressignificados pela intensa repetição de uma mensagem que justamente tem este propósito, o de criar impressões e representações sobre elementos que naquela ocasião deveriam ser controlados, detidos e presos, moldando um imaginário que, de certa forma, correspondia às mudanças sociais e políticas do momento.

Essas considerações ajudam a compreender os objetivos da série policial. Sua origem está ligada a um quadro social e político específico e, dentro desse panorama, precisou corresponder aos anseios de uma ditadura implantada no Brasil. Mesmo que o sistema autoritário tenha sido fundado definitivamente em novembro de 1937, o Estado Novo precisou incessantemente construir, demonstrar, apontar e denunciar os inimigos da nação, para projetar uma identidade e uma unidade, comum e aceitável a todos os brasileiros. Neste sentido, como assinala Carvalho<sup>400</sup>, a “*manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas.*” Em vista disto, a presença do inimigo nazista no contexto brasileiro, relatada pelas páginas da revista e da série policial, expõe a necessidade de medidas restritivas, de censura e de controle político e social. Assim como os comunistas, incessantemente caçados pelas

---

<sup>399</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 9 – 13.

<sup>400</sup> Idem, p. 11.



autoridades policiais na década de 1930, em 1942 o alvo seriam os nazistas e os suspeitos presentes no Brasil, sob a justificativa de estarem ferindo a soberania nacional através de suas ações pró-Eixo.

Várias características do discurso policial podem ser analisadas a partir das fontes consultadas. É um conjunto de recursos textuais que se sobressaem durante a crítica e que indicam intenções, ideologias, valores e disputas que se instalaram na subterraneidade, ligados às simbologias inteligíveis ao contexto no qual foram produzidas. São discursos socialmente determinados, limitados em sua composição por um tipo de linguagem, de conceitos e de materiais, que remetem “às posições e às propriedades sociais objetivas, exteriores ao discurso, que caracterizam os diferentes grupos, comunidades ou classes que constituem o mundo social”<sup>401</sup>. Neste caso, destacam-se as instâncias policiais subordinadas à ideologia estadonovista, responsáveis pelas “invenções de sentido limitadas pelas determinações múltiplas que definem, para cada comunidade, os comportamentos legítimos e as normas incorporadas”<sup>402</sup>.

O sistema simbólico textual, através das páginas de “Cortando as asas do nazismo”, foi construído “a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações”<sup>403</sup>, sobre os quais se assenta e se opera o imaginário social. Inspetores e policiais viam-se constantemente motivados à “caça” de nazistas, correspondendo aos propósitos específicos e à demonstração de competência profissional. Já os elementos discursivos e simbólicos sobre o nazismo, construtores de representações sociais e políticas, criaram condições favoráveis para a fixação do imaginário sobre o “perigo nazista”, que por sua vez tornou-se elemento legitimador de práticas e de ações governamentais.

*Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos*

---

<sup>401</sup> CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvida, desafios, propostas*. Estudos Históricos, vol. 07, n. 13, 1994. p. 100 – 113.

<sup>402</sup> Idem, ibidem.

<sup>403</sup> BACZKO, Branislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. Vol 5. Anthropos-Homem, 1985, p. 311.

*formadores tais como o do ‘chefe’, o ‘bom súdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma ‘ordem’ em que cada elemento encontra o seu ‘lugar’, a sua identidade e a sua razão de ser. Porém, designar a identidade coletiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu ‘território’ e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os ‘outros’; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc.*<sup>404</sup>

A imagem do “outro” delimitava-se pela produção de um sistema de representações que simultaneamente traduzia e legitimava a ordem. Seus produtores, responsáveis pela figuração do inimigo quinta-colunista, formavam uma espécie de “guardiões” do sistema, responsáveis pela técnica de manejo das representações e dos símbolos<sup>405</sup>. Os redatores policiais atribuíam sentido inteligível e materializavam os valores sociais integrantes de uma imaginário social a cada novo capítulo adicionado à seqüência da série policial. O discurso, muito além de combinações de palavras e de recursos textuais, indicava a ação e a prática policial do contexto estadonovista. Essa concepção ajuda a reconhecer a maneira como os autores sociais investiram de sentido as suas práticas e os seus discursos, destacando “*as normas, as convenções que limitam – mais ou menos fortemente, dependendo de sua posição das relações de dominação – que lhes é possível pensar, enunciar e fazer*”.<sup>406</sup> É, portanto, um conjunto de forças que se manifestaram neste momento, delimitando condutas, ações e idéias, enfim, a própria realidade.

Se a prática policial esteve subjugada à conjuntura nacional e internacional, a série “*Cortando as asas do nazismo*” demonstrou clarivamente essa perspectiva ao colocar a temática do nazismo como foco principal, assunto jornalístico-policial que perdurou mensalmente, em forma de série e dividida em capítulos, durante vinte e seis meses, entre os anos de 1942 e 1944. A compreensão dos elementos que constituíram a especificidade do discurso policial pode, de uma maneira geral, apontar elementos que se manifestaram uniformemente ao longo desse recorte temporal, definindo as características da imprensa presentes na revista *Vida Policial*. Ao mesmo tempo, a leitura das alegorias, dos símbolos e de outros instrumentos lingüísticos, integrantes da discursividade policial, expõe as definições específicas que a polícia gaúcha do Estado Novo fez do nazismo, compartilhadas pelos indivíduos que a compuseram,

---

<sup>404</sup> Idem, p. 309.

<sup>405</sup> Idem, p. 299.

<sup>406</sup> CHARTIER, 1994. p. 100 – 113.

construindo uma visão consensual da realidade para esse grupo. Essa significação da realidade gerou, assim como destaca Denise Jodelet<sup>407</sup>, conflitos quando colocada à frente de outros grupos, transformando-se em guia para as ações e trocas cotidianas, definindo as funções e as dinâmicas sociais das representações.

Decifrar as representações sociais do nazismo é possível pela articulação de texto/contexto<sup>408</sup>. Cristalizadas nas páginas da série policial, elas passaram a expressar coisas e atos, resultantes das estratégias de interesse e de manipulação. Este processo envolveu a utilização de imagens e de palavras, conjugadas ao longo de inúmeras páginas da revista, delimitando uma dimensão simbólica, presente no processo de construção das representações e do imaginário social.

Entre os elementos constitutivos do discurso policial que caracterizam a imagem do inimigo nazista, destacam-se aqueles veiculados nos primeiros capítulos da série policial. De maneira contínua, essa caracterização, assim como tantas outras, se repetiu ao longo das demais edições da revista, o que demonstra certa unidade simbólica entre significantes (palavras e imagens) e significados (representações e significações sobre o nazista e o nazismo no Brasil).

*Podemos dizer, sem exagero, que o alemão só pode esquecer-se de que é um nacional-socialista, quando dorme! Todo alemão, seja homem, mulher, criança, soldado operário, artista, funcionário público, comerciante ou professor, deve mais de uma vez, durante a sua carreira, jurar obediência cega, **onde estiver, dentro ou fora do País** ao Führer, Sr. Adolf Hitler, o célebre tirano que deseja escravizar o universo, colocando-o sob as botas e as esporas de seus exércitos.*<sup>409</sup>

Impressões generalizadas, afirmações fechadas e consolidadas percorreram os diferentes textos de “*Cortando as asas do nazismo*”, na tentativa de persuadir os leitores a reconhecerem uma realidade controlada. Assim, os percursos e as manobras da formação discursiva, que tinham como propósito conduzir a compreensão dos textos pelos seus destinatários, compõem uma dimensão essencial na produção dos textos. Longe de constituir uma dimensão ocasional, a estrutura do próprio texto prescreve o percurso que sua leitura implica, indicando ao

---

<sup>407</sup> JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise (org). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 21.

<sup>408</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em *busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. São Paulo: ANPUH/Contexto. Revista Brasileira de História – Representações. N. 29, vol. 15, 1995, p. 17 – 18.

<sup>409</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1942, p. 24.

leitor as interpretações desejadas por aqueles que o produziram<sup>410</sup>. Essa é uma constatação que se projeta ao longo dos diferentes números da revista *Vida Policial*, nas quais se encontram as reportagens seriadas sobre o nazismo.

*Medite o leitor sobre o exposto e conclua conosco que as aspirações históricas da Alemanha, em todos os tempos, foram as de insaciável expansão territorial, de domínio absoluto em todos os sentidos.*<sup>411</sup>

Na tentativa de conduzir as reflexões, destacavam-se indícios e evidências suficientes ao discurso policial que determinavam a suspeita, a culpa e o crime. Dessa forma, por exemplo, a identidade étnica, como destacado em outras passagens do presente estudo, definia uma prática de “suspeição”, colocando sob o mesmo olhar todos aqueles de nacionalidade alemã e também teuto-brasileira, que se transformaram em suspeitos potenciais.

A propagação de idéias que passaram a associar a procedência estrangeira dos indivíduos considerados criminosos, bem como a sua origem étnica, ao nazismo relacionava-se à questão histórica da imigração alemã no Rio Grande do Sul, acusada de promover a não integração ao contexto local, formando os problemáticos “quistos étnicos”. As variadas referências a este assunto permitiam concluir que a preservação de valores da germanidade – *Deutschtum* – era condicionada também à existência e à disseminação do nazismo entre as comunidades alemãs e teuto-brasileiras estabelecidas no Brasil.

*[...] procuram, sempre, manter-se isolados da comunidade, continuando os quistos irritantes e patogênicos conhecidos de todo mundo: as tristemente célebres minorias.*

*[...]*

*No Brasil nunca se reconheceu a existência de minorias alemãs: para o povo e para o governo brasileiros, os naturais da Alemanha, aqui estabelecidos, sempre foram, apenas colonos, e os seus descendentes nascidos no Brasil sempre foram considerados brasileiros, visto que, no nosso conceito de seres racionais, pátria é lugar onde se nasce. Todo estrangeiro radicado em nossa pátria sempre gozou de vantagens em que tão pródiga costuma ser a generosa alma brasileira.*<sup>412</sup>

---

<sup>410</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1993, p. 164.

<sup>411</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Junho de 1942, p. 37.

<sup>412</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Novembro de 1942, p. 31.

Neste sentido, a idéia de crime, associada ao germanismo/nazismo, era repetida várias vezes, justificada pela intenção de “colonizar um país independente, ativo e soberano”<sup>413</sup>. Tal acusação, aos olhos dos agentes policiais, sustentava-se pelo desígnio germânico e nazista de “desnacionalizar o país hospitaleiro, que os acolheu de braços abertos e é apunhalado pelas costas”<sup>414</sup>, sendo esta atitude uma representação de um “autêntico agradecimento nazista”<sup>415</sup>.

No contexto nacional, a repressão ao nazismo, vinculado aos ideais do germanismo, já vinha antecedido por medidas de repercussão nacional, destinadas a eliminar os chamados “quistos étnicos”, através de uma campanha nacionalizadora. O alcance dessa política de nacionalização buscava atingir, principalmente, regiões que haviam se desenvolvido, até então, fora de uma cultura nacional “adequada”, que por muitas vezes se mostrava “nociva” à manutenção da integridade coesa do país. Redutos de imigração italiana e alemã no Brasil, localizados principalmente na região sul, passaram a ser controlados, de forma sistemática e organizada, incutindo, muitas vezes de forma violenta, os valores cívicos e patrióticos sustentados pelo governo autoritário de Getúlio Vargas. A intenção de integrar essas regiões nas quais prevalecia uma cultura “estranha” ao país, uma cultura imigrante, deve ser entendida também dentro da idéia da segurança nacional, tese defendida pelas Forças Armadas, no sentido de garantir a concretização de um projeto estratégico de mobilização controlada, percebendo a educação “como setor estreitamente ligado aos imperativos da segurança nacional”.

416

*Nunca houve, por parte das diversas correntes políticas de alguma significação na história brasileira, quem defendesse para o país a constituição de uma sociedade culturalmente pluralista, que desse a cada nacionalidade aqui aportada e aos próprios habitantes primitivos do país as condições necessárias de manter e desenvolver sua própria identidade étnica e cultural*<sup>417</sup>.

---

<sup>413</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Dezembro de 1942, p. 33.

<sup>414</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Fevereiro de 1942, p. 29.

<sup>415</sup> Idem, ibidem.

<sup>416</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 86.

<sup>417</sup> Idem, p. 90.

Soberania, segurança, nacionalização e repressão passaram a nortear algumas condutas governamentais a partir de 1938, atingindo principalmente, no Rio Grande do Sul, as áreas de imigração. A partir da observação dos “quistos étnicos” surgira, por exemplo, nas primeiras décadas do século XX, a idéia do “perigo alemão”. Em 1942, deflagrada a caça aos nazistas no Brasil, questões políticas e culturais passaram a ser dispostas em uma mesma perspectiva. A série “*Cortando as asas do nazismo*” faz transparecer esse aspecto ao colocar a problemática nazista associada às questões específicas da etnicidade alemã, representada através da germanidade, praticada cotidianamente através do uso da língua, da imprensa e outras tradições teutas.

*Felizmente, a ação continuada das autoridades policiais do Rio Grande do Sul, derruiu os alicerces da obra desnacionalizadora desses agentes nazistas, que nas escolas, nos centros sociais e nas igrejas, zelavam para a educação e para a vida alemã dentro dos princípios do nacional-socialismo, seguindo recomendações expressas de Berlim.*<sup>418</sup>

*[...] o desgosto de ouvir indivíduos nascidos no Brasil empregarem na conversação, quase que exclusivamente um idioma estrangeiro, utilizando apenas, em contadas ocasiões e forçados pela necessidade, um português caricato, defeituoso sintática e lexicologicamente, e carregado de sotaque germânico.*<sup>419</sup>

A traição atribuída aos imigrantes alemães e seus descendentes, estabelecia um único patamar de comparação, por preservarem aspectos étnicos de sua origem em solo brasileiro. A traição se tornava ainda mais grave na relação generalizante que se construía a partir da germanidade e dos ideais nacional-socialistas. Julgava-se incompreensível e desleal a propagação de valores culturais e políticos por parte daqueles que haviam emigrado da Alemanha para instalar-se no Brasil, em “*uma segunda pátria, infinitamente mais amiga e generosa que a primeira. Neste país maravilhoso, ele encontrou o respeito, o conforto e o bem estar que aqui almejava possuir [...], lhe foi prodigalizada a mais completa satisfação dos desejos e ambições que lhe povoavam a mente...*”<sup>420</sup>.

---

<sup>418</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1942, p. 38.

<sup>419</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Setembro de 1942, p. 34.

<sup>420</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Setembro de 1942, p. 44. A matéria faz menção a Paul Triebsees, residente em Campo Bom, acusado de incitar

O texto apresenta em parte, além da questão do nazismo, tema inspirador da gênese desta série policial, os conflitos étnicos presentes na sociedade brasileira, principalmente no sul do Brasil. A atividade nazista, segundo os relatos, exercia a atividade “*perniciosa de espalhar boatos tendenciosos com o propósito de abater, pelo desânimo e o desconcerto, a moral do povo brasileiro*”<sup>421</sup>. No discurso policial transparece, neste e em outros momentos, a oposição histórica existente entre a comunidade teuta e a luso-brasileira. Uma perspectiva que passava pelo olhar e pelo juízo desta última, resgatando os argumentos baseados nos conceitos de separação, de diferenças inerentes e consolidadas por parte dos alemães e seus descendentes, de não integração e de formação dos “quistos étnicos”. Culpa conferida não aos brasileiros, mas aos condicionantes edificados pelos estrangeiros. Este conflito transparece, por exemplo, na passagem registrada em novembro de 1942.

*Efetivamente, apesar de nossa mentalidade ser avessa aos preconceitos raciais ou etnográficos, instintivamente fomos levados, desde a infância, a considerar o TEUTO-brasileiro como uma espécie de diferente, embora não hesitássemos em privar com ela. Esses “alemãezinhos” louros de olhos claros sempre foram desconcertantes: Nunca eles se nos apresentaram como nossos compatriotas, e isso, desde criança, nos foi dado a perceber. A sua linguagem esquisita, em consequência de aprenderem o português como acessório [...], o seu arzinho constante de superioridade, sempre pronto a se manifestar, quer nas proezas físicas, quer na pretensão de superar-nos na habilidade e na inventiva para novas peraltices [...].*

*E nosso compatriota louro de olhos claros, mesmo depois de adulto, continuou a ser, para nós, ainda, um estranho, às vezes polido, às vezes rude, mas em geral, hermético e inacessível.*<sup>422</sup>

O discurso policial reproduzia, dessa maneira, as divergências e as oposições culturais que vinham se construindo em um espaço temporal considerável e culminavam com a deflagração de políticas nacionalizadoras e com o estado de guerra brasileiro. São, portanto, constatações de uma realidade plausível quando verificadas as ações governamentais desse período que tinham como objetivo eliminar as diferenças em prol do espírito nacional.

---

um agricultor, Affonso Roth, a pronunciar as “*palavras mágicas*” Heil Hitler, frente a sua sensível falta de sorte. Tal acontecimento foi relatado pelas páginas da série policial como “*uma das mais repelentes formas de suborno: o suborno moral! na tentativa de corromper um homem íntegro, ainda que infeliz*”.

<sup>421</sup> REVISTA Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Setembro de 1942, p. 34.

<sup>422</sup> REVISTA Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Novembro de 1942, p. 41.

No universo homogeneizador, o nazismo apresentava-se como elemento instigante para a formação de um “ambiente de fanatismo que obseca os alemães de origem ou descendência, transformando-os em insanos e perversos agentes de forças malignas”<sup>423</sup>, e tinham no Brasil, especialmente no sul, “um campo sumamente fértil onde lançar as sementes da insidiosa e daninha vegetação nazi e não pouparam esforços para cultivá-lo”<sup>424</sup>. Sob o ponto de vista policial, tudo isto se manifestava visivelmente no contexto social e político do Rio Grande do Sul, como uma corrupção disseminada por indivíduos “degenerados e inescrupulosos, espécimes dos mais baixos instintos da natureza humana”, promotores da propaganda nazi-fascista, procurando incutir em seus patrícios no Brasil de que eram “produtos superiores da humanidade e livres de quaisquer fraquezas”<sup>425</sup>.

Se por um lado era intolerável pelas leis do Estado Novo que alemães nazistas exercessem atividades políticas no Brasil e por essa razão construiu-se uma rede de repressão contra este grupo, mais inaceitável era a acusação de que teuto-brasileiros, considerados indiscutivelmente cidadãos brasileiros, se envolvessem com propostas que comprometiam a soberania e o espírito nacionais. Pelo fato de terem nascido no Brasil, o discurso policial reiterava a importância de que fossem vistos como brasileiros; logo, era impensável a idéia de continuarem a preservar tradições culturais ou a reivindicar propostas políticas do país de seus ascendentes. A distinção é visível, bem como sensivelmente ofensiva e pejorativa nos textos que compunham a série policial, como na afirmação registrada nas seguintes passagens.

*[...] existia muito mais lealdade e respeito para com o Brasil no coração de alemães natos, do que na alma negra e corrupta de uma grande parte de teuto-brasileiros...*<sup>426</sup>

*Já muito antes do nazismo era pública e notória a tendência manifesta pela maioria dos elementos de origem teuta, em todo mundo, de manter a tradição germânica, criando uma sucursal da pátria dos seus avoengos em cada lugar onde se estabeleciam, conservando o idioma, os usos e costumes sem a menor alteração.*

---

<sup>423</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Setembro de 1942, p. 33.

<sup>424</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Novembro de 1942, p. 33.

<sup>425</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Maio de 1942, p. 25.

<sup>426</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Novembro de 1942, p. 44.



*Assim se criaram as fatídicas minorias, esses quistos mal-falados da civilização que serviam de ponto de conquista do III Reich. Assim nasceram e procriaram, igualmente, esses seres abomináveis que, filhos de um país, pelo nascimento, e cidadãos desse país, por lei, lutam covardemente e traiçoeiramente contra o mesmo, renegando-o e combatendo-o como soldados gratuitos da Alemanha que, no mais das vezes, nem sequer, conhecem.*<sup>427</sup>

A figuração e a construção simbólica sobre o nazismo repercutiram também em outras produções de sentido, mas sempre retomando representações que revelavam, principalmente, lutas sociais e jogos de poder<sup>428</sup>. O imaginário social, por conseguinte, se expressava por outros símbolos, discursos e representações alegóricas figurativas<sup>429</sup>.

Entre as representações que transitavam no imaginário da polícia política gaúcha, cristalizadas a partir das constantes descrições e reafirmações da série “*Cortando as asas do nazismo*”, encontram-se aquelas utilizadas para definir traços de uma personalidade construída, manipulada e forjada dos indivíduos sob a acusação de serem membros e defensores “*agressivos, insolentes, demasiado fanatizados e orgulhosos*”<sup>430</sup> da “*sinistra irmandade da cruz gamada*”<sup>431</sup>. Entre outros termos e expressões, surgem “*os cabeça dura como um alemão nazista*”<sup>432</sup>, “*lacunosa e turva mentalidade dos germanos*”<sup>433</sup>, “*alemães impertinentes, petulantes, irritantes e alucinados pelo nazismo*”<sup>434</sup>, “*psicopata da pior espécie*”<sup>435</sup>, “*indivíduo perigoso e violento: é nazista fanático, perverso e intransigente*”<sup>436</sup>, entre tantos outros. São visões fortemente preconceituosas, possivelmente predominantes em vários espaços sociais da época, como os que podem ser destacados sobre a

---

<sup>427</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Outubro de 1942, p. 30.

<sup>428</sup> “*Para Bordieu, a instância das representações é, em si, um campo de manifestações de lutas sociais e de um jogo de poder*”. Apud PESAVENTO, 1995, p. 18.

<sup>429</sup> Idem, p. 24.

<sup>430</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Dezembro de 1942, p. 33.

<sup>431</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Setembro de 1942, p. 46.

<sup>432</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1943, p. 36.

<sup>433</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Setembro de 1943, p. 49.

<sup>434</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Novembro de 1943, p. 30.

<sup>435</sup> Idem, p. 35.

<sup>436</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1944, p. 26.

imagem que se faz do colono, como “*rudes e iletrados*”<sup>437</sup>, “*tacanhos, capadóciolos, fanáticos*”<sup>438</sup>. Da mesma forma, não existiu distinção, conforme passagens das matérias policiais, entre o nazismo e a “*psicose verde*”, o integralismo, corroborando a imagem predominante e presente na opinião pública<sup>439</sup>. Os traços típicos do protótipo nazista e do Nacional-Socialismo, mais uma vez, seguem pré-definições generalizantes, presas normalmente a concepções morais-cristãs, a partir dos quais se definem os papéis dos personagens que ocupam lados opostos: os “bons” contra os “maus”.

*Este é ista em duplicata:  
Nazista e... vigarista.*<sup>440</sup>

*O ditador germânico e seus satélites são fanáticos e violentos, inteligentes e espertos; alguns menos geniais. Mas, nós o sabemos, põem os seus talentos a serviço do mal em vez do bem. Seu objetivo é subjugar-nos. Desprezam a ordem e a justiça e querem substituir a cultura pela violência que os ajuda a governar.*<sup>441</sup>

*Nosso anti-nazismo, vale dizer, o anti-nazismo do Brasil unido e forte, não é senão a defesa integral da vida brasileira. Porque o nazismo é uma doutrina nefasta para toda a Sociedade, e especialmente para os povos jovens, desprevenidos, generosos, cordiais, como o nosso. Porque o nazismo é uma ação desordenada, subversiva, criminal e tirânica. Porque o nazismo está em pólo oposto a todos os fundamentos que servem de pilar irremovível à civilização cristã.*<sup>442</sup>

*Continuamos passando em revista a nazificação do Rio Grande do Sul, empreendida por Adolf Hitler e seus agentes, cuja sombra sinistra paira ameaçadora sobre o mundo civilizado [...].*<sup>443</sup>

*A família é violenta! São “arianos” muito orgulhosos, muito sensíveis aos “ultrajes”.*<sup>444</sup>

---

<sup>437</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1942, p. 26.

<sup>438</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1944, p. 34.

<sup>439</sup> Cf. as edições da revista *Vida Policial* de Fevereiro de 1942 e Agosto de 1943.

<sup>440</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Janeiro de 1943, p. 27.

<sup>441</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Abril de 1942, p. 58.

<sup>442</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Junho de 1942, p. 25.

<sup>443</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1942, p. 25.

<sup>444</sup> Idem, p. 36.

*Todos anseiam conhecer, de fundo, a magnitude de nossos recursos nesta análise tenaz, persistente e documentada sobre a época negra da História mundial, na parte que nos toca. Todos os leitores querem, com razão, certificar-se da gravidade das conseqüências que teriam para a nossa amada Pátria as manobras infames, malditas, da densa trama de espionagem econômica e militar urdida, entre nós, para preparar a possibilidade da execução dos planos verdadeiramente diabólicos dos vândalos alemães, cujos exemplos estão bem vivos na memória do povo civilizado.*<sup>445</sup>

Tratados como invasores, inimigos, diabólicos e comparados aos “bárbaros hunos”<sup>446</sup>, produziram-se textos de caráter sensacionalista, dando uma conotação de gravidade aos casos descritos pelas reportagens, destinados a relatar cada “trama surda, covarde e destrutiva das térmites quinta-colunistas”<sup>447</sup>. Da mesma forma, a referência que se faz àqueles indivíduos considerados nazistas, ao longo dos textos dos diferentes números da revista e, em especial, da série policial, é mediada por termos pejorativos e depreciativos, inclusive aplicados às figuras dos principais líderes do movimento nazista. Adolf Hitler, por exemplo, é lembrado pela sua “nefasta profissão de acatólico”<sup>448</sup>, sua “esquisita franja lateral e o bigodinho ridículo”<sup>449</sup> ou pela pergunta ironicamente lançada aos leitores: “quem é que usa cabelinho da testa e um bigodinho que parece mosca?”<sup>450</sup>. Göring seria lembrado pela sua “balofa personalidade porcina a bambolear-se sob a farda repleta de medalhas”<sup>451</sup>.

Dispostos à semelhança de animais e colocados em um conjunto ironicamente denominado de “fauna hitlerista”, surgem denominações como “repelentes larvas hitleristas”, “ratazanas”, “aranhas peçonhentas”, “abutres pestilentos”, “águia, negra, traiçoeira e infecta”. A águia, símbolo do Reich alemão, foi constantemente invocada pela discursividade dos textos da série. O destaque e a referência à águia revelam a estratégia da imaginação simbólica, através da qual

---

<sup>445</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Julho de 1942, p. 61.

<sup>446</sup> Idem, ibidem.

<sup>447</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Agosto de 1942, p. 25.

<sup>448</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Setembro de 1943, p. 52.

<sup>449</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Dezembro de 1942, p. 39.

<sup>450</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Fevereiro de 1942, p. 47.

<sup>451</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Fevereiro de 1943, p. 31.

se diz ou se mostra uma coisa ou uma idéia através da outra<sup>452</sup>. A águia, de forma pejorativa, seria evocada em diversas e diferentes passagens e apontaria significações de verossimilhança com o mundo vivido, para que fossem legíveis, socialmente aceitáveis e críveis<sup>453</sup>, pois lembraria todos aqueles indivíduos ligados ao nazismo.

Tema da capa do exemplar de nº. 43, de fevereiro de 1942<sup>454</sup>, a imagem abaixo revelava o propósito da série. A imagem, como ponto de referência, comunica e produz sentido à denominação de “*Cortando as asas do nazismo*”. Reproduzida em alguns números, na primeira página de outros capítulos da série, a imagem corroboraria o desígnio da representação da águia como o mal, o maligno, o inimigo e o desprezível.

Várias podem ser as alusões feitas, neste momento, através da imaginação simbólica aplicada ao termo *águia*. Sua menção é associada, por exemplo, a casos de prisão sob acusação de nazismo, quando “*mais um filhote da águia negra é derribado dos elevados píncaros aos quais subira, como chefe partidário da seita hitlerista*”<sup>455</sup>, bem como ao próprio movimento nacional-socialista no Brasil, ao denunciar a sua presença no meio social, afirmando ser as “*garras aduncas e sangrentas da águia negra nazista [...] longas e ubíquas: com insidiosa porfia elas se introduzem em toda parte, manter a sujeição de todos os alemães ao jugo férreo das manoplas da Nova Germânia*”<sup>456</sup>.



Revista Vida Policial. Maio de 1942, p. 25.

Mas contra a águia e a toda a sua simbologia contrapunha-se a grandiosidade da polícia política gaúcha, que sem medir esforços, pretendia em suas ações

<sup>452</sup> Cf. PESAVENTO, 1997, p. 22. Neste mesmo sentido, Falcon entende a representação como “*uma atividade ou ‘faculdade’ da consciência cognitiva em relação ao ‘mundo exterior’: re-apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos*”. FALCON, Francisco J. Calazan. *História e representação*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs). Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo: Papyrus, 2000. p. 46.

<sup>453</sup> PESAVENTO, 1997, p. 22.

<sup>454</sup> A análise detalhada da capa encontra-se no capítulo 4.4.1.

<sup>455</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Outubro de 1942, p. 25.

<sup>456</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Novembro de 1942, p. 44.

vigilantes, *“torcer, definitiva e mortalmente, o pescoço da águia traiçoeira e infecta que, um dia, ousou estabelecer a sua guarida nas coxilhas do pampa Rio-Grandense”*<sup>457</sup>. Destarte, não poderia ela, de “asas cortadas”, remontar às nuvens, *“delimitando-se a saltitar, ridícula e penosamente”*<sup>458</sup>, mesmo que insistisse em ferir com suas garras afiadas e o seu bico adunco, tudo quanto estava ao seu alcance, em uma clara acepção de que, mesmo limitando a atuação do nazismo através de medidas repressivas tomadas pela polícia do Rio Grande do Sul, ele ainda encontrava-se no contexto social e político, ferindo, embora sutilmente, os interesses da nação. Somente medidas fortes e, muitas vezes, extremadas da instituição policial poderiam combater a presença do nazismo, traçando definitiva e ironicamente o seu humilhante fim.

*Era assim, estabelecida uma ofensiva total da “Kultur” contra o Brasil. A águia Negra do III Reich pousou, confiante e orgulhosa, no estrado para ela levantado pelos teutos residentes no Brasil, e chegou a se considerar uma rainha. Teve, porém, a surpresa e a desdita de ver as suas asas cortadas como a de qualquer galinha morta e hoje, impotente, sabe, por experiência própria, que o povo brasileiro, cortando as asas do Nazismo, constitui uma força soberana e inesgotável, a qual nada se opõe.*<sup>459</sup>

Para a Repartição Central de Polícia, promotora deste discurso, reconhecia-se, através de suas ações, que a águia germânica perdia altura e que os seus seguidores, *“os infamados rebentos da águia parda e reumática de Hitler se viram como ratazanas de um barco, em dia de fumigação: na ânsia de escaparem entraram a deitar culpa uns sobre os outros”*<sup>460</sup>. Chegava-se, enfim, em abril de 1944, mês da última reportagem seriada, ao ponto teoricamente desejado pela eficiente polícia do Rio Grande do Sul: *“o nazismo é hoje, para nós, uma autêntica e quase inofensiva ‘galinha morta’”*<sup>461</sup>.

A interpretação<sup>462</sup> das categorias simbólicas é, portanto, uma tentativa de construir reflexões e de perceber o modo como as representações e os imaginários

---

<sup>457</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. *“Cortando as asas do nazismo”*. Setembro de 1942, p. 35.

<sup>458</sup> Idem, p. 33.

<sup>459</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. *“Cortando as asas do nazismo”*. Novembro de 1942, p. 33.

<sup>460</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. *“Cortando as asas do nazismo”*. Abril de 1944, p. 57.

<sup>461</sup> Idem, p. 53.

<sup>462</sup> “... o imaginário não pode ser o impensado ou o não expresso. Nesse sentido, ele necessariamente trabalha sobre a linguagem, é sempre representação e não existe sem interpretação.” PESAVENTO, 1997, p. 15.

procuram delimitar uma realidade, incluindo o social<sup>463</sup>. A formação discursiva e a composição dos textos procuraram delimitar as representações do inimigo nazista, reprimido e perseguido pelas autoridades policiais nas práticas diárias. A manobra e o controle das significações resultavam, neste caso, de condicionantes “externos” e também de forças reguladoras da vida coletiva que, “*ao definir lugares e hierarquias, direitos e deveres, constitui um elemento decisivo de controle dessa mesma vida coletiva, aí incluído o exercício do poder*”<sup>464</sup>. O Estado Novo percebeu-se legítimo e necessário como força promotora e organizadora de ações que afastassem os inimigos nazistas a partir de 1942, quando determinadas medidas se adaptavam ao quadro nacional e internacional. Ao lado dos fatores externos, é importante perceber também que a construção do imaginário policial, político e social sobre o nazismo, através das representações construídas pela revista e projetadas para além das fronteiras da instituição da polícia, condensam os conflitos sociais e, por consequência, transformam-se também em alvos de tais conflitos<sup>465</sup>.

Neste sentido, a hostilidade policial em relação a imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil acabaria criando situações constrangedoras, marcadas muitas vezes pelo excesso na aplicação das medidas governamentais, referentes à execução dos regulamentos da campanha de nacionalização e da repressão ao nazismo. Getúlio Vargas, por exemplo, durante a campanha de Ernesto Dornelles para retornar ao governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1950, justificava a sua nomeação como interventor em 1943 como uma medida contra aqueles que, em nome de Vargas, haviam praticado atos de violência e de arbítrio, com base em prejuízo étnico<sup>466</sup>. Da mesma forma, uma ata, de 1950, da Assembléia Legislativa do mesmo estado, enfatizava o afastamento de policiais de suas funções, em virtude de uma série de medidas arbitrárias tomadas entre os anos de 1938 a 1943, desde a formação de campos de concentração à invasão de casas particulares<sup>467</sup>.

No trabalho de eliminar qualquer manifestação do nazismo no Rio Grande do Sul, outras representações simbólicas foram associadas a essa importante tarefa institucional. Ao projetar o mal, no discurso e na prática, como ponto para onde convergiam as ações de recriminação e extermínio às ameaças da decomposição e

---

<sup>463</sup> FALCON, 2000, p. 52.

<sup>464</sup> Idem, p. 53.

<sup>465</sup> Idem, ibidem.

<sup>466</sup> GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 35.

<sup>467</sup> DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2003. 2ª edição, p. 153.

do esfacelamento social, defendiam-se as instituições que garantiam a identidade e conferiam segurança contra a decomposição: a pátria, a família a autoridade, a civilização, o cristianismo, a moral.<sup>468</sup> O imaginário revestia-se de valores sociais, sustentados pela moral-cristã, opondo, dessa maneira, conjuntos simbólicos construtores das representações sociais e políticas. Através de um jogo de opostos moldaram-se as características específicas do discurso policial, engajado na tentativa de construir uma identidade coletiva, contraposta à visão do “outro”, do inimigo nazista.

Brasileiridade e nazismo constituíram, portanto, dois extremos bem definidos nas páginas da série “*Cortando as asas do nazismo*”. A construção e a definição de grupos opostos ocorreu pela utilização de preceitos morais reconhecíveis e aceitáveis para o contexto brasileiro, buscando encontrar repercussão legítima nos leitores da revista, sujeitos sociais para os quais as matérias policiais eram produzidas. As oposições colocaram-se como referenciais legíveis, embora estivessem sob clara manipulação de um grupo ligado às estruturas de poder, engajado em criar uma imagem de si e do social eminentemente homogêneo e eficaz para toda a sociedade, “*reguladora da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema*”<sup>469</sup>. Consolidada esta identidade, ela seria incessantemente contraposta à indesejável.

Assim, as palavras tornaram-se recursos importantes para poder figurar o inimigo nazista e determinar as medidas essenciais contra a “*investida soez e maquiavélica da quinta-coluna*”<sup>470</sup>. Neste ponto, uma das construções alegóricas mais relevantes do texto policial relaciona-se à simbologia do bem e do mal. As metáforas, ao longo dos capítulos da série, se sucederam constantemente e apresentam-se como elementos importantes para a construção dos lados que se opõem. Conjugam-se à distinção de bem e mal denominações bastante recorrentes nos textos, “*que revelam a presença no inconsciente, pela força judaico-cristã das reminiscências arcaicas, dos fantasmas do maligno e do infernal*”<sup>471</sup>. As imagens construídas sobre o nazismo estruturaram-se neste propósito, instrumentos pelos

---

<sup>468</sup> DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 23.

<sup>469</sup> PESAVENTO, 1997, p. 23.

<sup>470</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Outubro de 1943, p. 31.

<sup>471</sup> DUTRA, 1997, p. 55.

quais *civilização* e *crístandade* se opuseram à *barbárie* e às *forças malignas* e *diabólicas*.

*O que resta é um Cristo Nazi, nascido na Galiléia, de país nórdico: um amargo e agressivo revolucionário que vem ao mundo, não para trazer a paz, mas a guerra!!!*

*Um Cristo Nazi – exatamente – cujo Evangelho esta condensado em três obras sacras e fundamentais: “As Fundações do Século XIX”, de Houstoro Stewart Chamberlain, “Minha Luta”, de Adolf Hitler e “O Mito do século XX”, de Alfred Rosenberg.*<sup>472</sup>

*O ditador germânico e seus satélites são fanáticos e violentos; inteligentes e espertos; alguns menos geniais. Mas, nós o sabemos, põem os seus talentos a serviço do mal, são brutais, sem escrúpulos e despertam em todos o mal em vez do bem. Seu objetivo é subjugar-nos.*<sup>473</sup>

*Interiormente, porém, quão vasto potencial de forças malignas, neles se abriga.*

*Eles elaboram toxinas de terrível poder letal, corrompendo material e espiritualmente o ambiente onde se fixam.*<sup>474</sup>

*Substituíram, diabolicamente, o evangelho milenar por outro cujos fundamentos eram o ódio, a força e a violência. Decência, liberdade, bondade e condescendência eram sintomas de degeneração, para os novos deuses.*

*[...]*

*E enquanto isso, o mundo civilizado recebia de braços abertos, com a franqueza e a magnanimidade democráticas, os satânicos emissários daqueles povos sinistros, que, como imigrantes, estudantes ou turistas, vinham com o exclusivo propósito de preparar a futura realização dos delirantes sonhos de conquista dos seus chefes.*<sup>475</sup>

O discurso das reportagens seriadas expôs as preocupações policiais latentes neste contexto. O relato das ações do “Eixo satânico” e de seus “satélites” instalados em solo brasileiro procurou, dessa forma, favorecer um ambiente de vigilância constante, legitimando a atuação policial em seu cotidiano, ao mesmo tempo em que buscou convocar todos os cidadãos brasileiros a uma verdadeira

---

<sup>472</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1942, p. 36.

<sup>473</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Abril de 1942, p. 58.

<sup>474</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1942, p. 40.

<sup>475</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1943, p. 32.



“*cruzada santa de extermínio completo do nazismo e os beneméritos patriotas que a orienta*”<sup>476</sup>.

Trata-se de um maniqueísmo rígido, entre os bons e os maus, dos patriotas e dos traidores, presentes nas construções do imaginário político e social. O mal e o bem passam a ser encarnados por grupos distintos e divergentes, travando entre si uma luta constante. O maligno – o nazismo – apresentou-se como ameaça ao mundo, à civilização, à cristandade, o que requereu a conclamação da força homogênea de toda a nação para realizar a luta contra o mal, contra o inimigo que assolava e que comprometia a integridade do país.

A força do bem, que emanava da unidade brasileira e da própria atuação policial, ferrenhamente reprimia a atuação do nazismo e relacionava-se à menção aos costumes e às tradições da pátria, do povo e do regime, um apelo aos valores da família, da religião, da ordem, “*no sentido de atribuir ainda maior sacralidade a esses conteúdos, lembrando a sua autoridade ancestral*”<sup>477</sup>.

*No momento crítico por que atravessa o mundo e em que a humanidade, após dois mil anos de civilização cristã, retorna à barbárie, derruindo, arrasando, calcando aos pés, com selvajaria feroz e brutal, os próprios alicerces dessa obra gigantesca, ou seja, o Direito, a Justiça, a Liberdade e todos os valores espirituais, morais e religiosos – é com forte, salutar, descobrir, nos escombros dessa ruína mundial, um governo de princípios inflexíveis, de firmeza inabalável, como o do Brasil, que enfrenta Hitler, com seu nazismo pagão e racional, combatendo tenazmente contra o totalitarismo do Estado, em prol da liberdade de seu povo.*<sup>478</sup>

Como lembra Eliana Dutra, pelo tema do diabólico, do satânico e do demoníaco criam-se situações nas quais se manifestam o horror, o medo, a morte, a perversidade, a peste, testando, inclusive, a sensibilidade ao mal<sup>479</sup>. A ameaça nazista, através da retórica policial, encontra a grandeza de uma muralha, que detém a ameaça das forças que vêm de fora, projetadas no Brasil pela ação de agentes estrangeiros. Diante disso, valores positivos eram exaltados como força promotora necessária para vencer os terríveis inimigos da pátria, recorrendo-se a Deus, à tradição e aos costumes da pátria, no combate à “*traíçoeira organização da quinta-coluna*” e, assim, poder assistir definitivamente “*à agonia de uma era nefasta*”

---

<sup>476</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Junho de 1942, p.25.

<sup>477</sup> DUTRA, 1997, p. 70.

<sup>478</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1942, p. 25.

<sup>479</sup> Idem, p. 50.

da evolução do mundo” e à ruína da “máscara de invulnerabilidade dos falsos ídolos”<sup>480</sup>.

Existem várias razões, segundo Eliana Dutra, que explicam a recorrência a estas imagens, a estas representações presentes no imaginário individual inconsciente e coletivo, registradas no conjunto da formação discursiva presente na série “*Cortando as asas do nazismo*”. Entre elas, como fora exposto, a “*presença avassaladora da tradição judaico-cristã no mundo ocidental*”<sup>481</sup>. Todas as crenças e todos os conceitos que definiam os papéis sociais, as identidades, constituem, portanto, uma herança reforçada de diferentes vertentes e tradições, “*cujo resultado é a presença de uma cultura política, desse legado que aprisiona o mundo, os seres, o valor e os sentimentos em extremos dicotômicos*”<sup>482</sup>, distribuídos em categorias do bem e do mal.

O poder dessas imagens, o seu fascínio, a sua durabilidade podem estar na intensidade e na repetição constante de reportagens sobre o nazismo, presentes na retórica que se apresentava aos leitores da revista *Vida Policial*. A fera nazista, diabólica por natureza, agregava os valores negativos, assim como exigia a figuração de inimigo de uma nação. Os adeptos do Nacional-Socialismo, os “*acatólicos de Hitler*”<sup>483</sup>, segundo o discurso policial, prejudicavam a ordem, ameaçavam a soberania nacional, destruíam os valores morais, patrióticos e elementares, implantando seus ideais de superioridade e de violência sobre os demais povos, sobrepondo-se a algumas nações. Sem esquecer que esta figuração e esta simbologia eram essenciais para fornecer aos leitores da revista a importância de reconhecerem uma consciência de unidade e um poder que conduzisse ao combate<sup>484</sup>. Uma luta que se mostrava incessante, do bem contra os inimigos do mal, pois, afinal, a febre era boa, era o sinal, na sociedade, do mal a

---

<sup>480</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1943, p. 31.

<sup>481</sup> DUTRA, 1997, p. 54.

<sup>482</sup> *Idem*, p. 58.

<sup>483</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Setembro de 1943, p. 52. O termo também pode ser entendido como uma referência aos luteranos, considerando-se o contexto no qual essa palavra foi empregada.

<sup>484</sup> “*A rigor, todas as sociedades, produziram suas próprias representações globais: trata-se da elaboração de um sistema de idéias – imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concedem modelos para a conduta de seus membros. Seriam, pois, representações coletivas da realidade, e não reflexos da mesma. Há, assim, uma temporalidade da história nas representações.*” PESAVENTO, 1997, p. 16.

combater<sup>485</sup>. E toda repressão policial seria útil e imprescindível, pois não se tratava de simples punição ao inimigo, mas sim, de um “castigo que equivale a uma verdadeira representação do inferno [...]”<sup>486</sup>

*Que dirão as mães brasileiras dessa sra. MONICA HAHN, que deseja atirar seus filhos no caos nazi, cujos satélites lutam para sugar o sangue da vida católica, lutam pela destruição da igreja católica entre o povo, lutam mesmo pela derrocada geral do cristianismo e pela introdução de uma fé que não tenha a mínima relação com a crença em Deus e a crença cristã numa vida futura... Sim, a esses nazistas que desfecharam uma guerra de extermínio contra a religião, e, enquanto prosseguem, abrem uma fístula na alma das nações conquistadas, que tende a diminuir toda a força do país.*<sup>487</sup>

A estratégia policial, que reduzia o inimigo a um agente dedicado a destruir a realidade, ligava-se àquela de caráter mais amplo e também político. O discurso enfatizava o protótipo ideal, “anti-nazista e católico”<sup>488</sup>, agregando a estes conceitos denominações como pátria, Deus, família, religião e cristianismo. Eram elementos constituintes de uma realidade inquestionável, afrontada naquele momento pelos nazistas. Através desse embate e “pelo domínio do social que esses conteúdos são investidos de uma carga retórica defensiva, pois em si mesmo eles não necessitam de nenhum tipo de justificativa. E toda retórica tenta desmontar o que se apresenta como sendo o ‘conteúdo’ do inimigo”<sup>489</sup>.

Além dos pares antitéticos do bem e do mal, o nazismo recebeu outra caracterização, recorrente ao longo dos textos que se ocuparam sobre a temática de denúncia e de repressão. Tratado como doença, diferentes termos foram incorporados ao discurso, dando uma conotação específica à própria formação discursiva. Estes termos, além de pejorativos e irônicos, sustentaram e reforçaram uma imagem inteiramente negativa sobre o nazismo, associado às forças malignas e doentias. Essa visão transparece concepções depreciativas, aceitáveis à instituição policial e à época em que foram produzidas, uma vez que o objeto da série definia a identidade do inimigo, a partir de um foco exclusivo, manipulado e forjado.

---

<sup>485</sup> LEFORT apud DUTRA, 1997, p. 41.

<sup>486</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Fevereiro de 1943, p. 45.

<sup>487</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Abril de 1942, p. 43.

<sup>488</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Setembro de 1942, p. 43.

<sup>489</sup> DUTRA, 1997, p. 71.

*Essa campanha tenaz e vitoriosa proporciona inesgotável material de interesse periodístico, e “Vida Policial”, empenhada em manter os seus leitores em íntimo contato com a magnífica organização policial do nosso Estado, como elo, que é, entre a Polícia e o Povo Rio Grandense, prossegue, orgulhosa, na sua tarefa de divulgação, apontando à curiosidade Pública, os multi-vários aspectos da luta contra o nazismo e expondo, ao mesmo tempo, os mais curiosos exemplares da extensa coleção de germes patogênicos do credo Nacional-Socialista, hoje devidamente isolados e fixados nas dependências da Colônia Penal Agrícola, com a sua virulência completamente impossibilitada graças às poderosas anti-toxinas elaboradas por uma organização Policial serena, vigilante, eficiente e por uma consciência absoluta e imperecível da invulnerabilidade da soberania nacional.*<sup>490</sup>

*Otto é um produto nocivo e perigoso. Verdadeiro armazém de bacilos da Hitlerite aguda, era um pernicioso e considerável propagador da indesejável endemia político-social. Por isso se acha, presentemente, submetido a cuidadoso tratamento.*<sup>491</sup>

*Em nosso número anterior falamos de FRIEDRICH WILHELM BREHPOL, o megalomaniaco e culto Bispo Gnóstico germano, que constituindo um caso patológico, assas notável e um tipo digno do mais elevado interesse, ocupou, nas páginas desta Revista, considerável espaço.*<sup>492</sup>

Semelhante a uma epidemia e tratada como patologia, a presença de nazistas no corpo social e político do estado e do país deveria ser eliminada, como se fosse um vírus tóxico, ameaçador e letal. Endemia, moléstia, peste, horda parasitária de larvas de espionagem, bacilos nazistas, sífilis totalitária, psicose nazista, mentalidade anormal afetada, deficiência mental, psicopatas, moléstia mental, toxicomania totalitária, dolococéfalos louros foram denominações que transitaram nas figurações que se apresentam e que se utilizam para construção de simbologias de caracterização do nazismo. Assim como uma doença, os acusados e a própria ideologia Nacional-Socialista eram submetidos a exames, a diagnósticos e a procedimentos comuns à aplicação da medicina.

*Na primeira fase da moléstia, o nazismo podia ser diagnosticado a simples vista, pelos signos exteriores. Os sinais da erupção eram (e são) tão característicos que, para notá-los, ninguém necessitaria da menor familiarização com a semiologia. O afetado se denunciava imediatamente por um distintivo, uma bandeira, um uniforme ou uma saudação características, formas usuais e sobejamente conhecidas da manifestação do bacilo pardo. Nessa fase o mal era bastante virulento e extremamente contagioso, porém fácil de ser localizado e combatido, pois ainda*

---

<sup>490</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Novembro de 1942, p. 33.

<sup>491</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1943, p. 39.

<sup>492</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1943, p. 39.

*permanecia na epiderme, circunscrito a células, núcleos, alas e frentes nitidamente limitadas e de diagnose sobremodo fácil.*

*Entretanto, nessa época não se cogitava de adotar medidas profiláticas, mesmo porque não se houvera tido, até então, uma idéia exata do caráter extremamente grave da moléstia: Fora ela considerada meramente como uma espécie benigna de dermo-micose ou, ainda, em vista de se manifestar quase exclusivamente em teutos natos ou de origem, como uma erupção cutânea passageira e peculiar aos indivíduos de sangue alemão. E, assim, o nazismo se alastrou desenfreadamente.*

*Mais tarde, quando se descobriu o verdadeiro caráter do mal gerado pelo nefando germe, e quando este pôde ser, enfim, reconhecido em toda a extensão do seu aspecto patogênico, empreende-se, então a redentora campanha de saneamento político e social tão necessária.*

*Entrementes, porém, a moléstia se propagara de modo alarmante e havia evoluído. O micróbio. O micróbio nazista já se arraigara, em grande escala, nos tecidos profundos...<sup>493</sup>*

Assim, por exemplo, a designação de “*dolicocéfalos*”<sup>494</sup>, termo depreciativo, aplicado aos “louros de camisas pardas” produziu certas imagens que remete a questões de alegoria: a imagem tornava-se, pois, a revelação de uma outra coisa que não ela própria. O termo alegórico “*dolicocéfalos*” implicava referir-se a uma coisa, mas apontar para uma outra com um sentido mais além, implicava realizar a representação concreta de uma idéia abstrata, relacionada à doença e à deformação física, mental, moral e política. Subjacente ao que se lê ou se imagina, a alegoria desta denominação, aplicada à figuração do inimigo nazista, comportava um outro conteúdo<sup>495</sup>, específico para o momento, manipulado e forjado de acordo com as situações de instabilidade, que na verdade também eram controladas pela instituição policial. Enquanto representação, essas figurações procuravam ser incorporadas ao imaginário, envolvendo uma significação para além do aparente, evocado pela imagem e discurso<sup>496</sup>.

A presença de “*viciados abomináveis, envilecidos e fanatizados*”, que sopravam o seu “*hálito metífico sobre os seus compatriotas ainda dotados de saúde moral para corrompê-los, transformando-os em perversos traidores*”<sup>497</sup>, merecia a ação enérgica e eficaz da organização policial, que sempre mostrou-se alerta,

<sup>493</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1944, p. 33.

<sup>494</sup> Essa denominação aparece em vários capítulos da série “*Cortando as asas do nazismo*”. Em relação à significação do termo, *dolicocéfalo* é o indivíduo que apresenta um crânio cujo diâmetro longitudinal é maior que o transversal. Segundo o dicionário Michaelis, o termo *dolicocéfalo* significa: “*que têm crânio cujo diâmetro longitudinal é maior que o transversal*”.

<sup>495</sup> PESAVENTO, 1997, p. 22.

<sup>496</sup> Idem, p. 16.

<sup>497</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Setembro de 1942, p. 44.

vigilante, nada escapando de sua observação. A infecção avassaladora, promovida por germes, bacilos e vírus, a “*hitlerite*”, deveria ser erradicada do país, pois se tratava de uma “doença grave” encarnada no meio social. Promovia-se, neste sentido, uma política de saneamento profunda, com a finalidade de “curar” qualquer doente crônico, “*no qual o germe do nazismo evolui e se encontra na fase adiantada de moléstia – a mais perniciososa e dissimulada – daqueles que, aparentemente são, constituem focos de infecção imprevistos, a contaminar a esposa e descendência*”<sup>498</sup>.

Entre os diferentes “tratamentos” propostos, houve significativamente um modelo aplicado à quase totalidade dos acusados. Enviados à Colônia Penal Agrícola, foram expostos a situações constrangedoras, entre elas a restrição da própria liberdade. Certamente, a permanência desses acusados nesta prisão variou de meses a anos, porém, todos submetidos a “*enxadoterapia*” para poder “*incutir um pouco de razão e de consciência*”<sup>499</sup> a esses sujeitos considerados criminosos, segundo as descrições da série policial. Sem esquecer que a “cura” da sociedade dependia da eficiência e da competência policiais, demonstradas pelo discurso de *Vida Policial*, que permaneciam gloriosas e imperativas, derruindo, assim, o maior “*cancro político e social do universo*”<sup>500</sup>.

*[...], pois a Polícia Política, que é a polícia de vigilância constante da tranqüilidade pública, que é a polícia da profilaxia social, purificando as coletividades e livrando-as do “vírus” nefasto de agentes de toda a espécie, cumpriu a sua missão, desarticulando e extirpando males específicos da sífilis totalitária, que seja dito de passagem, não são incuráveis, bastando empregar a reação pronta, adequada e enérgica para debelá-los.*<sup>501</sup>

A constituição, a presença e o “conteúdo” do mal e do doentio eram revelados pelas matérias policiais que compunham os capítulos da série. Esses aspectos foram apontados sob o enfoque da derrota dessas mesmas forças estranhas e pelo brilhantismo policial. A exposição de extensos casos sobre espões nazistas ou de indivíduos considerados expoentes e seguidores dos ideais nazistas alimentavam

---

<sup>498</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1944, p. 39.

<sup>499</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Novembro de 1942, p. 34.

<sup>500</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1942, p. 24.

<sup>501</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Maio de 1942, p. 33.

constantemente a necessidade do alerta e da vigilância, e da atuação policial no contexto político e social do Rio Grande do Sul e do Brasil. Era a solução para eliminar completamente os inimigos nazistas, afastando a presença do fantasma da dilaceração criada pelos inimigos, que colocavam em risco a integridade do corpo social<sup>502</sup>. Neste sentido, proclamava-se a união do povo brasileiro e, mais uma vez, de todos os valores que alimentam a harmonia social da pátria.

*Todo o bom brasileiro que pensa na sua Pátria, em seu país, em seus filhos, em sua esposa, e em seus bens, todo aquele que ama o trabalho, a paz, a justiça e a independência, deve estar preparado para defender tudo: honra e vida!*

*Assim, unidos até a morte, esperemos que esta guerra, levada contra o despótico regime hitlerista, nos desembarace desses agitadores perigosos, antes que eles tenham tempo de conquistar o nosso país.*<sup>503</sup>

Se o mal empalidece, se a atuação do nazismo se torna quase inexistente e se a revista comemora e rememora o êxito das atividades da polícia ao longo de suas edições, é justamente pela força da figuração do bem que se sobrepôs ao mal nazista. A eficiência policial, acima de tudo, é o condicionante necessário, constante, firme, forte e perspicaz, competente em suas ações de combate ao nazismo. As últimas reportagens seriadas, ao mesmo tempo em que exaltaram a atuação policial, evidenciavam a eliminação quase que completa do nazismo. É claro, sem esquecer das citadas reminiscências que continuavam a justificar a permanência da série e a atuação da polícia no contexto político e social.

*Tão avassalador é o ritmo em que se vem processando a derrocada do hediondo edifício levantado sobre a treva e sangue, por alucinados sub-produtos da degradação humana [...].*<sup>504</sup>

Na derrocada “do hediondo edifício” e da estrutura nacional-socialista no Brasil, atribuída à orientação segura e providente da polícia gaúcha, várias instituições foram apresentadas como propulsoras e divulgadoras da ideologia nazista, acusação que recaía conseqüentemente a todos os indivíduos relacionados a elas. Houve, sem dúvida, uma pré-definição e uma tendência em julgar nocivo tudo o que podia ser associado à cultura germânica, entre eles, estabelecimentos

---

<sup>502</sup> DUTRA, 1997, p. 41.

<sup>503</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Maio de 1942, p. 38.

<sup>504</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Agosto de 1943, p. 31.

confessionais, educacionais, sócio-culturais e também empresas alemãs instaladas no país.

Deste modo, várias foram as acusações atribuídas a essas organizações. Suas atividades eram vistas como promotoras das tradições germânicas e dos cultos à ideologia Nacional-Socialista. Ressurgia, nestes momentos, a mesma acusação, como destacado anteriormente, de que os nazistas e toda população ligada ao germanismo pretendiam formar uma nova Alemanha na América do Sul. Em alguns relatos das reportagens da série, enfatizava-se, por exemplo, o fechamento de organizações consideradas perigosas, o recolhimento de materiais suspeitos e incriminatórios e a detenção de indivíduos ligados a instituições sob suspeita ou sob acusação, no intuito de eliminar as supostas pretensões imperialistas da Alemanha.

Entre as instituições visadas pelos relatos, encontravam-se os estabelecimentos de educação, localizadas nas áreas de imigração alemã<sup>505</sup>. Estas já haviam passado por mudanças significativas, com as medidas de nacionalização implantadas no país. Pelo Decreto 7.247, de 23 de abril de 1938, determinava-se a nacionalização de todas as escolas particulares, regulamentando o registro e a fiscalização dessas instituições. Nesse período foram registradas 2.418 escolas particulares na secretaria de Educação, sendo que desse total, 241 acabaram fechando as suas portas<sup>506</sup>, após a criação de mecanismos de repressão oficial. Passando por algumas transformações compulsórias, o ensino primário nessas escolas passaria a adotar um currículo uniforme e obrigatório, através do Decreto 8.020, de 29 de novembro de 1939, aplicado em todas os estabelecimentos de ensino do estado, representado pelas disciplinas de Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Estudos Naturais, Desenho, Artes Aplicadas e Música. As chamadas “disciplinas de nacionalização” – português, história e geografia pátrias e

---

<sup>505</sup> Vale ressaltar que o Rio Grande do Sul se tornara, entre os estados brasileiros e os países latino-americanos de imigração alemã, a partir de 1900, a região com maior número de escolas dessa etnia, além de constituir um centro de referência para a produção de material didático e para a formação dos profissionais da educação. Encontravam-se no estado do extremo sul do Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, segundo Lúcio Kreutz, uma rede de 1.041 escolas comunitárias de origem germânica, com 1200 professores. Essa realidade trazia preocupação às autoridades, ao mesmo tempo em que essa situação definia a amplitude da campanha de nacionalização no Rio Grande do Sul. Cf. KREUTZ, Lúcio. *Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica*. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994.

<sup>506</sup> BASTOS, Maria Helena Camara. *Rio Grande do Sul durante o Estado Novo: uma política de nacionalização do ensino (1937 – 1945)*. In: Revista da Educação. Porto Alegre, ano XXI, nº 34, abril 1998, p. 49. Sobre um estudo de caso, cf. WEIZENMANN, Tiago. *Uma escola para a formação de cidadãos brasileiros: o Colégio Evangélico Alberto Torres e a Política de Nacionalização (1939 – 1943)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. (Trabalho de Conclusão).



civismo – deviam ser ministradas por brasileiros natos e devidamente habilitados. Da mesma forma, em nenhuma escola era permitido que estrangeiros atuassem como diretores ou como professores que não dominassem perfeitamente a língua nacional.

A proposta de nacionalização dessas escolas era clara, pois se acreditava estar eliminando as raízes mais profundas do germanismo, o sustento diário para a sobrevivência dos “quistos étnicos”. No momento de repressão sistemática ao nazismo, em 1942, a acusação aos estabelecimentos educacionais se reafirmava em uma tentativa de definir estas escolas como ambientes favoráveis à disseminação do nazismo, pois nelas também se encontrariam agentes antibrasileiros e nazistas, que criavam locais “*onde os alunos ficam divorciados do estudo e da história, das glórias e dos heróis brasileiros, bem como ficam ignorando aquilo que fundamentalmente constitui o acervo nacional, desde seu idioma até suas instituições*”<sup>507</sup>. A acusação fundamentava-se no argumento de que os alunos dessas escolas, em especial os descendentes de imigrantes, considerados pelas autoridades exclusivamente cidadãos brasileiros, estariam expostos ao culto das tradições, divisas e homens nacional-socialistas, eliminando “*das paróquias e aulas o nosso pavilhão nacional, nossos símbolos, a figura de nossos heróis*”<sup>508</sup>. Dessa forma, estariam submetidos aos agentes de Berlim, a professores “*interessados em envenenar e subverter uma mente ainda em formação, com o fito de prepará-los para obedecer, com cego e insensato fanatismo, aos torpes desígnios do ‘Führer’*”<sup>509</sup>, Chegava-se, inclusive, a afirmar que escolas do Rio Grande do Sul eram subvencionadas pelo governo nazista, e o ensino particular, cujo desenvolvimento nas zonas de colonização alemã era espantoso, era coordenado por mestres, “*zeladores da ‘civilização nazi’ conservada, entre nós, através do idioma e dos costumes alemães*”<sup>510</sup>, engajados na disseminação e no desenvolvimento das idéias nacional-socialistas, principalmente entre a juventude alemã e teuto-brasileira<sup>511</sup>.

---

<sup>507</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Maio de 1942, p. 38.

<sup>508</sup> Idem, ibidem.

<sup>509</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1942, p. 27.

<sup>510</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Abril de 1942, p. 52.

<sup>511</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1944, p. 35.

Logo, as denúncias às escolas estariam vinculadas aos relatos de uma outra instituição. O Sínodo Riograndense, a Igreja Luterana e os pastores protestantes foram radicalmente colocados como inimigos da pátria, defensores e propagadores da ideologia nazista. Não somente na série mensal “*Cortando as asas do nazismo*” tal constatação se torna evidente. A revista, como um corpo comunicativo, destinado a profissionais da instituição policial, bem como a outros assinantes, os leitores “comuns”, demonstrou esta tendência em outros espaços da revista<sup>512</sup>, colocando pastores e Igreja Luterana sob o olhar vigilante da desconfiança, da suspeição, do perigo e de traição.

Muitos foram os relatos policiais de acusação, nos quais os personagens principais foram associados à figura de pastores luteranos. Tratados de forma generalizada, todos como agentes em prol do nazismo, as reportagens evidenciavam a representação construída sobre este grupo e sobre a própria instituição religiosa.

*Os pastores [...], soldados competentes, ativos e dedicados, na campanha de difusão mundial do novo credo, entre os núcleos de alemães natos e de origem, que vivem enquistados e perniciosamente insulados por falsos e estúpidos preconceitos e tradições raciais, no seio de todas as comunidades humanas.*

*[...]*

*Traíçoeiramente mascarados e sob o manto da religião, esses emissários das forças diabólicas se infiltram nas zonas onde se manifesta a existência de alemães.*<sup>513</sup>

*[...] e fatalmente seremos levados a admitir que não praticamos o mínimo de exagero ao apontarmos ao público o negro perigo que se oculta sobre o sorriso beatífico desses louros dolococéfalos pastores evangelistas alemães.*<sup>514</sup>

*Desconfiai das declarações prestadas por um pastor protestante.*<sup>515</sup>

A Igreja Luterana, mais que um templo religioso, representava uma sociedade voltada exclusivamente para alemães e teuto-brasileiros, com a finalidade de preservar e intensificar o germanismo, caracterizada como principal substrato para a

---

<sup>512</sup> Consultar o capítulo 4.3 *Os “astros” da Quinta-Coluna*.

<sup>513</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1942, p. 25.

<sup>514</sup> Idem, p. 37.

<sup>515</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1943, p. 45.

proliferação do nazismo<sup>516</sup>. Ao mesmo tempo, acusações recaíam sobre as comunidades evangélicas que eram tidas como quartéis gerais dos pastores hitlerófilos<sup>517</sup>, onde “eles se achavam sob orientação constante da própria chancelaria do Reich, a qual prestavam estrita obediência”<sup>518</sup>.

Casos como o do pastor Leonhard Stief, pertencente ao “famigerado Sínodo Rio Grandense”<sup>519</sup>, tornam-se curiosos pela própria descrição da reportagem policial. Atuando como pastor luterano na comunidade de Não-Me-Toque, fora acusado de atuar em prol da desnacionalização dos teuto-brasileiros. Não levava a sério “a advertência ativa do Rio Grande, sentinela vigilante do Brasil, que se corporifica naquela estranha denominação”<sup>520</sup>, encontrando a polícia em seu poder objetos de incriminação suficientes para realizar a sua detenção, como retratos de Hitler, livros a granel, certificado de reservista alemão, revistas e jornais em língua alemã. O título da reportagem, “Um pastor entocado em Não-Me-Toque”, é um exemplo sugestivo para compreender o discurso policial, tão irônico quanto tenaz, encarregado de denunciar a presença inimiga. A prisão do pastor Stief na Colônia Penal Agrícola Daltro Filho fora, enfim, para a polícia gaúcha, consequência de suas ações nocivas, pois “tocou [...] nos brios da nossa nacionalidade, sem se lembrar da advertência recebida logo de sua chegada aquele distrito de Carazinho: NÃO ME TOQUE! E o castigo, afinal, chegou, para ele”<sup>521</sup>.

Os redatores da série, embora não possam ser nomeados com exatidão, a não ser pela descrição do expediente da revista, expressavam a mentalidade de um grupo que teve sobre si a tarefa de reprimir aquilo que representava, no momento, um grande perigo político e social. Suas próprias crenças podem ser notadas ao longo dos textos, como aquelas que se baseiam na diferenciação do bem e do mal. Enquanto há uma crítica velada e fechada sobre a Igreja Luterana, por outro lado há exaltação das crenças católicas. Sem esquecer, por exemplo, que um nazista também era acatólico. Nesta constatação e por outras passagens da série, pode-se intuir que existiu uma construção, claramente manipulável, que resultava da oposição entre Igreja Católica e Igreja Protestante. Supõe-se, dessa maneira, que os

<sup>516</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Agosto de 1943, p. 37.

<sup>517</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Setembro de 1943, p. 53.

<sup>518</sup> Idem, p. 53.

<sup>519</sup> Idem, p. 58.

<sup>520</sup> Idem, p. 57.

<sup>521</sup> Idem, p. 58 – 59.

responsáveis pela redação dos textos fossem, além de patrióticos, também católicos.

*Enquanto a Igreja Católica se adapta às contingências locais de cada país, atendendo o seu caráter universal e ressaltados os seus dogmas e suas doutrinas, e enquanto as religiões se preocupam com seus ensinamentos catequéticos, as seitas protestantes “tradição alemã” cuidam quase só do aspecto político, transformando assim o que deveria ser um sagrado mistério em meio fácil de propagação de ideologias favoráveis à defesa dos acobertados interesses estrangeiros.*

*Assim, pois, o protestantismo alemão transformou a maioria de seus pastores em verdadeiros agentes do interesse do germanismo, e dizendo assim, dizemos nazismo, porque os dois conceitos, de há muito, se confundiram.<sup>522</sup>*

Entre outras denúncias, circulavam aquelas que envolviam associações alemãs ou estrangeiras. Mesmo revestidas de cunho legal, passavam pela acusação de se organizarem “em ‘colônias’ [...] propriamente ditas e pugnam em conservar a vida e tradição de origem, atribuindo-se uma espécie de ‘extraterritorialidade’<sup>523</sup>. Destarte, eram mencionadas sociedades de ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial, formadas por imigrantes alemães instalados no Brasil, sociedades de Tiro ao Alvo, Sociedades de Leitura e de Canto e sociedades de ginástica. Não escaparam instituições que de fato mantinham ligações com o nazismo, como a *Deutsche Arbeitsfront* (Frente de Trabalho Alemã) e o Consulado Alemão em Porto Alegre, este sob chefia de Friedrich Ried e Richardt Paulig. Outras, em um mesmo tom de revelações sensacionalistas, bancos, companhias e firmas alemães envolvem-se em esquemas complexos de espionagem<sup>524</sup>.

*Sucede que as companhias alemãs são veículos de espionagem em perpétua atividade. Aliás, a Alemanha soube, comodamente utilizar-se das linhas de transporte em geral, que mantinha com o estrangeiro para o exercício constante da espionagem.<sup>525</sup>*

Certamente, todos os casos acima citados, eram descritos pelas reportagens como assuntos de caráter de extrema importância a toda a nação, diante de uma

---

<sup>522</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1942, p. 38.

<sup>523</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Maio de 1942, p. 38.

<sup>524</sup> Entre as reportagens da revista Vida Policial que trataram sobre casos individuais de espionagem, vinculados a companhias estrangeiras, cita-se o caso de Meyer Clason (Março de 1942) e de Niels Christian Christensen (Julho de 1942).

<sup>525</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1943, p. 39.

realidade tão tenebrosa e instável, situação conturbada causada pela presença de perigosos inimigos da pátria. Existem, porém, aqueles que transpareciam um desprezo mais claro, tendo em vista as revelações que faziam sobre a temática, como a seguinte passagem.

*Um dos maiores e mais irritantes atentados à soberania do Brasil, constituía a manutenção, entre nós, de uma justiça criminal da Alemanha, administrada pelos nazistas, locais, e que exercia, insólita e desenfreadamente, suas macabras funções através do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.*<sup>526</sup>

O desprezo a esta “justiça própria” manifesta-se pelo desrespeito às instituições legais do país, uma afronta aos olhos das autoridades, que possuía, dessa maneira, mais um argumento para proteger a idéia de defesa da soberania nacional. A assim denominada justiça alemã, a “*USCHLA nazista*”, tornava-se foco de críticas, pois, segundo as matérias policiais, ela exercia o poder de coerção sobre os seus membros, responsabilizando-se sobre julgamentos de delitos cometidos pelos membros no partido nazista. Deste modo, era evidente para a polícia de que Berlim traçava planos próprios quanto à aplicação da justiça em país estrangeiro, um claro e perigoso afrontamento germânico contras as instituições brasileiras.

*Confirma-se, assim, mais uma vez, o curioso modo de agir do Partido Nazista, que mantém uma jurisdição própria sobre os seus associados, cujos atos são julgados em tribunais grotescos, estabelecidos pelos cônsules, em nítido desrespeito às instituições legais do país estrangeiro que os abriga.*<sup>527</sup>

O tipo de justiça que prevalecia naquele momento no Brasil, contudo, não constituía um modelo exemplar. Em tempos de ditadura, agia-se pela imposição e pela repressão, assim como ocorreu durante os anos do Estado Novo. Certamente, ao rejeitar um tipo de jurisdição, tratada como estrangeira e nociva, glorificava-se outra, que contraditoriamente apresentava-se como defensora dos elementares direitos do homem. Ao mesmo tempo, houve menção, elogios e defesa à democracia em algumas passagens dos textos policiais. Essas, como outras

---

<sup>526</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1942, p. 31.

<sup>527</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1942, p. 36.

contradições presentes na formação do discurso da série policial, evidenciam uma readaptação da estrutura governamental aos quadros nacional e internacional, parte integrante de um dos tempos do Estado Novo, expressão assim definida por Angela de Castro Gomes<sup>528</sup>. Segundo a historiadora, os anos entre 1937 a 1945 podem ser divididos em dois momentos distintos. O segundo movimento é assinalado pelo ano de 1942, “quando eventos da política internacional e nacional anunciam a necessidade de alterações e redirecionamentos nas políticas até então empreendidas”<sup>529</sup>.

As ambigüidades políticas que dominavam o Estado Novo, presentes também nos textos da revista *Vida Policial*, surgem a partir do ano de 1942<sup>530</sup>. Elas podem ser percebidas como compreensão da “necessidade de se abrir mão de um regime autoritário, sem prescindir das posições então detidas pelas elites no poder, representadas particularmente pela figura de Vargas”<sup>531</sup>. Era, portanto, importante conduzir um processo de transição, de “saída” do autoritarismo para um sistema democrático, mas sem perder a adesão e a popularidade de Getúlio Vargas. Assim, é possível compreender a razão pela qual palavras como democracia, ou termos ligados a ela, transitem “normalmente” pela composição dos textos. Certamente a prática e o discurso eram contraditórios, mas não deixam de apontar uma tendência importante da conjuntura política brasileira, a partir de 1942, preocupada em aliar o Brasil à nação considerada a mais democrática do mundo, os Estados Unidos.

*De um lado está a esperança viva da paz e prosperidades futuras – de outro, um verdadeiro pesadelo, uma perspectiva de servidão e de depressão econômica permanente. A tragédia dos nossos tempos é estarem hoje os mais elementares direitos do homem em perigo eminente.*<sup>532</sup>

---

<sup>528</sup> GOMES, Angela de Castro. *Propaganda Política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940*. In: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (org). Intelectuais: sociedade e política, Brasil – França. São Paulo: Cortez, 2003.

<sup>529</sup> Idem, p. 119.

<sup>530</sup> Assinala-se, por exemplo, o anúncio de alinhamento aos Estados Unidos evidente em um discurso de Getúlio Vargas realizado em 31 de dezembro de 1941. Da mesma forma, na Conferência do Rio de Janeiro, realizada em janeiro de 1942, foram afastadas quaisquer chances de aproximação com os países do Eixo. GOMES, 2003, p. 119.

<sup>531</sup> Idem.

<sup>532</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Maio de 1942, p. 42.

*[nazismo] epidemia essa que acabou com a vida de muitas centenas de jornais; as fechaduras postas em todas as bocas; as chaves das casas entregues à Polícia [...].*<sup>533</sup>

*Zombaram os tartufos travestidos em ditadores, das Democracias. Apontaram-lhes falhas e as menosprezaram. Pretenderam levá-las de vencida, em golpes fulminantes, valendo-se das facilidades que a liberalidade democrática oferecia à elaboração de planos sinistros e à formação de uma horda nefanda: a “quinta-coluna”.*<sup>534</sup>

*Uma das características principais do Governo Brasileiro tem sido a de trazer o povo em contato íntimo e permanente com o labor executado em todas as esferas da administração pública, como o preceituam os verdadeiros ideais democráticos.*<sup>535</sup>

*Vimos e vibramos em sincronia com os combatentes britânicos e “yankees”, por termos sido, graças ao auxílio material proporcionado e à cessão de bases aéreas em nosso litoral, um dos fatores decisivos da vitória das armas da democracia.*<sup>536</sup>

*Na acepção gestapiana, detenção protetora é a prisão de uma pessoa pela polícia. Não para a sua própria proteção, mas a fim de proteger o Estado contra as atividades dessa pessoa! Assim, sabem os nossos leitores o que os hitleristas consideram de perigoso ao Estado.*<sup>537</sup>

O último fragmento, retirado do exemplar de fevereiro de 1942, traduz uma crítica policial dirigida à detenção protetora, diretriz instituída pelo Estado nazista na Alemanha. O julgamento aplicava-se muito bem ao discurso, porém, na prática poderiam desenhar-se semelhanças entre o Estado Novo e os países totalitários. A “custódia protetora” seria aplicada a alguns detentos da Colônia Penal Agrícola, a partir do argumento de que, assim, se pudessem “evitar revides”<sup>538</sup>. Esta contradição também é reforçada por observações realizadas por José Plínio Guimarães Fachel, ao tratar sobre o tema violência contra alemães nos municípios

---

<sup>533</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Junho de 1942, p. 33.

<sup>534</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1943, p. 31.

<sup>535</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. *Edital*. Setembro de 1943.

<sup>536</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Dezembro de 1943, p. 29.

<sup>537</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1942, p. 40.

<sup>538</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Maio de 1942, p. 38.

de Pelotas e de São Lourenço<sup>539</sup>. Estas impressões reforçavam o caráter ambíguo de um Estado que, ao mesmo tempo, se revelava favorável às nações democráticas, mas com algumas manifestações que lembravam nações de caráter totalitário.

Práticas contra o perigo foram tratadas como se fossem legítimas no Brasil, mas estranhas quando lembradas em outro ambiente, como se a prisão protetora, por exemplo, fosse uma prática alheia ao Estado Novo. Sabe-se que não era bem assim, principalmente quando são lembradas as prisões de opositores ao regime político de Vargas, ou até mesmo as de comunistas e de nazistas. As críticas que se dirigiram a determinadas práticas dos países totalitários eram igualmente executadas no país como ações aceitáveis à segurança nacional.

Como ambigüidades, essas marcas textuais, visíveis na análise que se realiza das reportagens policiais, definem o posicionamento brasileiro em relação aos principais países envolvidos na guerra, o que conseqüentemente colocava o nazismo no alvo de incessantes ataques, de perseguições, organizando uma repressão sistemática. Criava-se uma verdadeira aversão a tudo aquilo que fosse nazista e também alemão, enquanto se projetavam demonstrações de apologia aos preceitos democráticos e à vitória dos países Aliados, nas batalhas da Segunda Guerra Mundial. Porém, as contradições não desmerecem o conteúdo do discurso em si. Pelo contrário, as ambigüidades sintonizam-se “cnicamente” com o corpo textual das reportagens seriadas, o que demonstra uma habilidade e estratégia na manipulação, na conjunção e conciliação de elementos distintos.

A garantia da sobrevivência das nações democráticas e da defesa dos direitos dos homens contra os perniciosos e malignos planos nazistas no Brasil foram relacionados ao trabalho da instituição policial. A consagração da Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul ocorria a cada novo episódio relatado pelos exemplares mensais de *Vida Policial*, como indício de que o seu trabalho, digno de homenagens, garantia credibilidade e legitimidade diante da conjuntura político-social. O discurso inflamado<sup>540</sup>, além de constituir uma tentativa de atrair os leitores à leitura da série, exaltava a eficiência e a competência policiais nas várias

---

<sup>539</sup> FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: UFPEL, 2002, p. 102.

<sup>540</sup> Esta característica, segundo Marli Merker Moreira, pode também ser percebida na significativa obra policial do chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, durante o estado Novo, “*A quinta Coluna no Brasil*”. Cf. MOREIRA, Marli Merker. *O conceito de nacionalização: a linguagem de Aurélio da Silva Py: A Quinta Coluna no Brasil*. In: MÜLLER, Telmo. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994, p. 150.



diligências contra o nazismo. Os relatos concentravam-se na temática nazista e no cumprimento do dever da polícia com a Pátria, “na luta de extermínio completo, impiedoso, aos inimigos do Brasil”<sup>541</sup>. Expunha-se uma eficácia policial inquestionavelmente importante, de sucessos gigantescos de luta e de sacrifícios em todos os setores da atividade daqueles que trabalhavam para a vitória<sup>542</sup>. Procurava-se transmitir a necessidade da vigilância, da união, bem como, a satisfação e o orgulho de trabalhos inestimáveis da atuação policial gaúcha.

*[...] os leitores de “Vida Policial” experimentam a sensação de serem parte integrante da estupenda Organização Policial cujo trabalho inteligente e admirável proporcionou o exemplar saneamento político-social que tanto e tão justamente o povo Rio Grandense se orgulha de constatar, através da apresentação que mensalmente fazemos, por estas páginas, das execráveis figuras do Nazismo, hoje inertes e ridículas, qual penas arrancadas da águia simbólica do Nazismo, agora claudicante e quase implume.*<sup>543</sup>

*[...] é com sincera emoção que o cronista empunha a pena mensalmente, para escrever os capítulos sucessivos desta reportagem. Ele não pode ocultar uma onda viva de satisfação e orgulho, ao expor os frutos do trabalho inestimável da organização a qual pertence. E é um orgulho são, que se justifica por ser o de pertencer a uma organização que sabe ser, no setor de sua atividade, realmente útil ao Brasil.*<sup>544</sup>

Diversos casos, diferentes personagens e localidades do Rio Grande do Sul. Nestes casos prevaleciam características comuns ao discurso, com o objetivo de apresentar procedimentos realizados pela Polícia, que buscavam identificar os inimigos nazistas e, a partir desta constatação, combater o perigo iminente.

*“Paralelamente, temos visto em todo o Brasil, serem desmascarados e destruídos antros pestilentes da quinta coluna. Insidiosos inimigos vem sendo descobertos, quer isoladamente, quer organizados em grupos ou redes de espionagem, e castigados pelo seu crime nefando.*

*[...]*

*No Rio Grande do Sul, intensa continua a ser a atividade da polícia política. Cada distrito, cada município é um posto de vigilância ativa e permanente a zelar pela*

---

<sup>541</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Julho de 1942, p. 90.

<sup>542</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Março de 1943, p. 21.

<sup>543</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Novembro de 1942, p. 49.

<sup>544</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Março de 1943, p. 22.

*segurança dos nossos ideais e a reprimir e neutralizar os derradeiros intentos da quinta coluna.”*<sup>545</sup>

A exposição da competência policial evidenciava-se, portanto, incessantemente. Além disso, conjugava-se esta exaltação a todo o conjunto de elementos característicos do discurso, tal como se realizara na série do exemplar de dezembro de 1943. Segundo a descrição, a atuação da polícia havia se manifestado em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul – Arroio do Meio, efetuando ali “*numerosas diligências*”, por se tratar de um “*viveiro da quinta-coluna*”. Realizou-se, segundo a reportagem, a apreensão de uma grande quantidade de armas e cartuchos, pertencentes à Sociedade de Tiro ao Alvo, o que representava uma ameaça nas mãos de alemães e de teuto-brasileiros, que supostamente poderiam, algum dia, defender a pátria de seus antepassados. Descartava-se a possibilidade de que as entidades de Tiro ao Alvo neste município fossem exclusivamente recreativas, pelo fato de serem os seus membros teuto-brasileiros, tão logo associados pela investigação ao nazismo. Esse era um motivo suficiente para fechá-la e considerá-la nociva à toda ordem política e social do local e da nação.

Além disso, destacava-se a presença de membros da quinta coluna, presentes naquela localidade, mencionando José Pohl, um viajante “*contumaz e misterioso*”, e Armin Guttmann, um desenhista e construtor. Ambos são apresentados como agentes nazistas, que atuavam clandestinamente pela região daquela cidade. Tratavam-se de elementos que, para a Polícia, tinham como finalidade incentivar “*o culto do racismo básico da política de Hitler*”. Afirma-se que recebiam apoio financeiro de entidades germânicas do local, enquanto gozavam de certas regalias. A reportagem ainda destacava com ênfase a formação política que Guttmann recebera na Alemanha, o que o tornava “*versado em nazismo e germanismo*”, e que apresentava ainda um vasto material sobre a sua formação. Para os inspetores e delegados, todas as evidências levavam à conclusão que os dois suspeitos eram elementos subversivos, perigosos e mal intencionados, por praticarem e difundirem em diferentes localidades a ideologia nazista.

---

<sup>545</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Dezembro de 1943, p. 29 – 30.

Enquanto discurso policial, a reportagem também transparece o seu teor político e ideológico. O desempenho policial transpira eficiência e verdade. Qualquer que seja a relutância dos acusados em provar a sua inocência, ela é prontamente desmascarada pela competência dos agentes policiais, que pela dedução das provas e através de outros indícios, não apresentam dúvidas quanto à postura subversiva dos suspeitos. Embora Armin Guttmann se declarasse “teuto-israelita”, filho de pai judeu e mãe ariana, para então se libertar das acusações, os policiais estavam convencidos de que se tratava de um elemento perigoso, pelo seu histórico e pela sua formação política.

*O “seu” Armin, porém, já estava aposentado, atualmente. Ele como bom alemão (perdão, digo, teuto-israelita) fátuo e cheio de fumaça de superioridade, julgou-se o “tal” em política. Tinha feito um curso completo na Alemanha e... para que insistir?*<sup>546</sup>

Suspeitos em potencial, seus comportamentos e seus objetos, associados à origem étnica, deflagraram a prisão. Conseqüentemente, as palavras empregadas no discurso revelam, de fato, representações calcadas em simbologias depreciativas, fechadas e consolidadas. A linguagem utilizada pela reportagem procurou caricaturizar os suspeitos – os criminosos, através de adjetivos pejorativos. Assim como em outros momentos e em outros episódios, os dois indivíduos constituíram novos personagens desta história em série do quinta-colunismo no Estado, como *“sub-produtos da estranha psicologia nazi [que] irão ocupar estas páginas, com o desenrolar de inglórios episódios nos quais foram atores, nesta farsa miserável e satânica representada, em nosso território, pelos asseclas fanáticos de Hitler”*<sup>547</sup>.

De suspeitos a criminosos; não restavam dúvidas à Polícia. O discurso policial deixava clara a sua postura enquanto repartição pública de segurança, atrelada às estruturas de poder superiores. Reproduziam-se, através de sua atuação, práticas nacionalizadoras e propostas de saneamento político, através das quais se eliminavam todos os possíveis suspeitos, identificados pelas autoridades policiais, que ameaçavam a integridade nacional. Ao divulgar tais diligências, manifestava-se

---

<sup>546</sup> Idem, p. 35.

<sup>547</sup> Idem, ibidem.

a eficiência da Polícia quanto a sua atuação no combate ao perigo nazista, garantindo a segurança nacional contra a disseminação de sua perniciosa e ofensiva ideologia. Se a reportagem faz referência a uma cidade pacata, mostrava-se que mesmo pequenas localidades não estavam livres do “terrível” inimigo. Ele poderia estar em qualquer parte, e por isso, toda a atenção deveria ser máxima. Assim, garantia-se também uma maior eficiência de outras políticas de nacionalização, aplicadas em diferentes localidades teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul.

A edição de dezembro de 1943 não estabelece uma exceção dentro do contexto discursivo, das representações e do imaginário construídos pela Repartição Central de Polícia. O episódio é um dos exemplos possíveis de serem mencionados, assim como outros que se preocuparam em realizar as mais impressionantes revelações no contexto da espionagem e da propaganda nazista no Brasil.

*As revelações mais surpreendentes, que farão pasmar o leitor, “VIDA POLICIAL” publicará, no próximo número, sobre a espionagem nazista no Rio Grande do Sul, completamente inéditas e coligidas recentemente, com impressionante documentação, que ultrapassará a todas as expectativas possíveis.<sup>548</sup>*

Uma atuação eficiente, segura e real deveria transparecer “verdade”. As denúncias policiais, envoltas em “*porfia heróica, sem similar no continente*”<sup>549</sup>, eram, dessa forma, descritas na condição de estarem expressando unicamente a “verdade”, aquela “*verdade nua que todos os brasileiros precisam conhecer*”<sup>550</sup>, que nunca seria demais repeti-la. A legitimidade do discurso policial, mesmo com a simbologia impregnada no corpo textual, exigiu também a construção de confiança e de recursos de sustentabilidade. As acusações ou relatos não deveriam cair no vazio e para que isso não ocorresse era preciso dar às reportagens parâmetros de credibilidade e de aceitabilidade, suficientes para conduzir os leitores ao convencimento. Recorria-se ao termo “verdade” para fundamentar afirmações que não gerassem desconfiança ou contestação, que a presença nazista no estado e no país não passasse de um delírio ou de acusações infundadas, originadas do organismo policial.

---

<sup>548</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Abril de 1942, p. 28.

<sup>549</sup> Idem, p. 27.

<sup>550</sup> Idem, p. 37.

Nesta percepção, foram lançadas às páginas da série diversas imagens que comprovavam de alguma forma as acusações realizadas a alguns indivíduos. Deste modo, fotografias e documentos<sup>551</sup> foram reproduzidos ao longo dos textos para que a “verdade” fosse aceitável – ver para crer! Essa condição de veracidade revelava uma inquietação visível em algumas passagens das matérias, embora sob o argumento de relatar os casos dentro dos “*ditames da verdade, [...] exclusiva preocupação, para cuja ampla divulgação nunca [...] faltaram, nem faltarão, coragem e autoridade*”<sup>552</sup>, poderiam haver suspeitas de que muitos casos transitassem por provas pouco concretas ou refutáveis, demonstrações de excessos e de perseguições descomedidas, como os fragmentos a seguir.

*Demais, há centenas de documentos idênticos no arquivo nazista de nossa polícia política, que o comprovam inapelavelmente, bem como uma verdade que nunca será demais repetir, isto é, a perfeita identidade entre a representação consular e a rede de pastores protestantes, que, irmanados, exerciam perigosa espionagem política, econômica e militar [...].*<sup>553</sup>

*[...] vale dizer, que hoje, prosseguimos sensacionalizando o grande público, através de documentário existentes nos arquivos da polícia política sul-riograndense, que objetiva a porfia estóica encetada e vencida pela nossa Instituição, contra as manobras desagregadoras do nacional-socialismo alemão.*<sup>554</sup>

*O leitor pode estar seguro de que se reuniram provas suficientemente fortes, soberbas até, de que os segredos de nossa produção destinada à defesa, planos de rendimento, novos instrumentos e procedimentos, datas de partidas dos navios, rotas e carregamentos, eram objeto de hábeis furtos e manobras dos agentes do Alto Comando Alemão.*<sup>555</sup>

*Tudo o que escrevemos – honra-nos proclamá-lo de modo altissonante – funda-se em fatos concretos, positivos e maciços, que constam de impressionantes arquivos de nossa Polícia Política.*<sup>556</sup>

*Ninguém, absolutamente ninguém, após o exame dos originais que difundimos nestas colunas, apenas para seguir uma tradição que adotamos, pois a Polícia tem fé pública, poderá duvidar, honestamente das manobras ilícitas de que usou e abusou o Nazismo, entre nós.*<sup>557</sup>

---

<sup>551</sup> Sobre uma análise minuciosa, conferir o capítulo **4.4.3 Fotografias e documentos: a prova do crime**.

<sup>552</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1942, p. 26.

<sup>553</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1942, p. 40.

<sup>554</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1942, p. 25.

<sup>555</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Abril de 1942, p. 40.

<sup>556</sup> Idem, p. 53.

<sup>557</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Maio de 1942, p. 33.

*Nós, órgão que somos de uma classe consciente de seu trabalho contra os inimigos da Pátria, absolutamente não fechamos a boca, porque difundimos a verdade documentada, com a qual iluminamos o espírito esclarecido de nosso povo que, saibam os quinta-colunistas, põe sobre todo outro sentimento, o amor ao Brasil, a cujo serviço estamos, aqui ou em outro qualquer “front”, utilizando um método simples, que tem em todos os espíritos honrados uma consubstanciação orgânica com a própria vida: DIZER E DEFENDER A VERDADE.<sup>558</sup>*

Certamente, tratou-se de uma “verdade” construída sobre ações de vigilância, de perseguições e de violências. Ações mais brutais e arrasadora foram adotadas e confirmadas pela série policial, como meio de atuação e de contenção do nazismo, reconhecendo que o castigo, fosse ele cruel e que “a análise, persuasiva e brutal, adquire um contorno de uma ação demolidora, que arrasa, comove e destrói, paralisa”<sup>559</sup>, seria, portanto necessário. Existiu consentimento em relação a esta afirmação, com a justificativa de que, como patriotas, os policiais deveriam colocar a Pátria acima de tudo. Assim, a resposta às ameaças deveria ser com ameaças e a violência com violências.

Embora seja esta realmente a marca policial de repressão ao nazismo, e também ao germanismo, amparada por legislação política e por decretos correspondentes à campanha de nacionalização, não houve uma postura unânime em relação a esta característica, percebida nos exemplares da revista *Vida Policial*. Como policiais competentes, rejeitava-se a violência, outrora defendida, em busca de elementos ligados à técnica e à inteligência, camuflando as ações que se desenvolviam no cotidiano.

*Os policiais sul Rio-grandenses – ao contrário dos “mocinhos” dos filmes cinematográficos de espionagem – nunca procuram valer-se da violência e do revólver nas suas diligências; os nossos policiais agem, de preferência, pela técnica e pela inteligência: de outra maneira não seria compreensível a sua esmagadora vitória sobre os bárbaros e convencidos acatólicos do mais brutal de todos os regimes de violência da atualidade.<sup>560</sup>*

A preferência pela inteligência à violência seguramente impõe uma outra imagem à instituição policial, embora não correspondesse à prática usual de toda a corporação. Aliás, a violência é marca peculiar do Estado autoritário, semelhante

---

<sup>558</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Junho de 1942, p. 25.

<sup>559</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Julho de 1942, p. 90.

<sup>560</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1943, p.

àquela utilizada nos países de regime totalitário, incessantemente criticados pela revista e pela série policial.

As semelhanças, no entanto, não param por aqui. Se os nazistas foram alvo de um discurso policial, ironicamente algumas características desta retórica receberam inspiração dos modelos de propaganda política dos regimes fascistas europeus. Entre eles, o padrão implantado no governo de Adolf Hitler, sustentado pela ideologia Nacional-Socialista. Neste sentido, a série “*Cortando as asas do nazismo*” não pode ser percebida somente como espaço laudatório das ações policiais do Rio Grande do Sul, mas como meio difusor de uma propaganda política, vinculada ao projeto autoritário do Estado Novo.

Da mesma maneira como ocorreu na Alemanha nazista, a propaganda implementada pelas políticas de comunicação de Getúlio Vargas, visava fundamentalmente conseguir a adesão e não somente a submissão<sup>561</sup>. Um apoio que emergisse apoiada sobre os pressupostos patrióticos, de amor à pátria e de exaltação das tradições nacionais, como reação às ameaças estrangeiras. Sendo assim, uma estrutura se viu formada com a criação de departamentos ou mesmo de ministérios especializados, responsáveis pelo controle dos meios de comunicação de massa, “*peça-chave para o sucesso de qualquer iniciativa governamental*”<sup>562</sup>. Neste contexto, a Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul concebeu a revista *Vida Policial*, como mais um instrumento de ligação entre as propostas do Estado e a população.

Nas palavras de Goebbels, mentor da estrutura de propaganda do nazismo, “*não falamos para dizer alguma coisa, mas para obter um determinado efeito*”<sup>563</sup>. Significava, portanto, repensar a maneira como a propaganda era idealizada, uma linguagem que fosse precisa, séria, e enérgica no lugar da retórica pomposa do regime liberal<sup>564</sup>. A partir deste padrão construíram-se também os discursos de propaganda política do governo brasileiro, principalmente com o advento do Estado Novo, inclusive os que se fizeram presentes na revista *Vida Policial*, lançada ao público no ano de 1938. A tentativa da série em alcançar os efeitos desejados expõe algumas características copiadas dos discursos totalitários, com especial menção à

---

<sup>561</sup> GOMES, 2003, p. 112.

<sup>562</sup> Idem, p. 114.

<sup>563</sup> GOEBBELS apud CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda Política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, 1999, p. 170.

<sup>564</sup> CAPELATO, 1999, p. 174.

denominação de “parasitismo”, aplicado pelo regime nazista alemão ao judaísmo internacional e pelo governo autoritário de Vargas aos indivíduos totalitários.

*Quando mais fundo penetrar a luz perquiridora da investigação policial, nos tortuosos meandros das grotas mefíticas, onde o **parasitismo** totalitário se oculta para levar a cabo os seus abomináveis intentos [...].*<sup>565</sup>

*Não ignora, tão pouco, que os espíões de cartaz internacional não oferecem perigo mais grave que o proporcionado pela **horda parasitária** de larvas de espionagem [...], valem-se de sua mediocridade para atacar insidiosamente com as suas mandíbulas vorazes e com as dejeções nefíticas da sua dialética torpe e canalha, o organismo onde se fixam **parasitariamente**.*<sup>566</sup>

Afinal, a semelhança existe quando a intenção é similar: atingir, atacar e reprimir, por meio de todas as forças possíveis, o inimigo nocivo à ordem, à estabilidade, à manutenção da realidade. Neste sentido, pode-se dizer que o trabalho policial assim agiu, transformando a série “*Cortando as asas do Nazismo*” na vitrine de todas as suas ações para erradicar o nazismo do Rio Grande do Sul. A competência estava, portanto, exposta ao público e o seu reconhecimento, esperava-se, seria incontestável. Homenagens seguramente não faltaram à Repartição Policial, à ação enérgica do Interventor Osvaldo Cordeiro de Farias, ao chefe de Polícia Aurélio da Silva Py, a Plínio Brasil Milano. Todos engajados em destruir uma força, ora tão visível, ora camuflada, “*ignorada e semi-inconsciente, capaz de lançar-se com fúria cega à conquista dos maiores e mais criminosos absurdos*”<sup>567</sup>, como o nazismo no Brasil.

A atuação, principalmente, da polícia política reduziu o movimento nazista no Rio Grande do Sul a números inexpressivos. Se ocorreram reais manifestações do nazismo ao longo dos anos da década de 1930, elas desapareceram lenta e completamente nos anos subseqüentes à implantação do Estado Novo. O auge da repressão ao nazismo ocorreu concomitantemente à conjuntura política nacional e internacional, no alinhamento do Brasil ao grupo dos países Aliados, no ano de 1942. Parte dessa história, levando em consideração alguns cuidados em relação às fontes, pode ser contada pela série “*Cortando as asas do nazismo*”. Ela é marcada

---

<sup>565</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1942, p. 25. [grifo nosso]

<sup>566</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1944, p. 30. [grifo nosso]

<sup>567</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Setembro de 1943, p. 54.



pela presença de termos pejorativos, valores morais, pré-definições, preconceitos e representações forjadas e manipuladas, mas acima de tudo, esteve associada a uma realidade histórica, corroborando um imaginário sobre o inimigo e sobre o perigo político e social. Não era, portanto, um reflexo do social, mas uma tentativa de criar, por meio do discurso policial, representações coletivas do real.

*Desde o dia em que “Vida Policial” iniciou esta série, com o objetivo de esclarecer o público quanto aos manejos turvos da quinta-coluna no solo venerável de nossa Pátria, e de demonstrar, de maneira precisa e contundente, o modo enérgico, lúcido e eficaz com que a nossa organização Policial vai, inexorável e **incessantemente**, Cortando as asas do Nazismo, os caracteres tipográficos se têm multiplicado impetuosamente, cobrindo páginas e páginas desta Revista, numa seqüência avassaladora de fatos sensacionalíssimos.*

*Casos inimagináveis foram, já, expostos, por estas páginas, à curiosidade pública, com a autenticidade irretorquível de fatos amplamente documentados.*<sup>568</sup>

A denúncia das intenções e das ambições ocultas e veladas dos adversários, como destaca Eliana Dutra, criou o ambiente para uma competição política incessante<sup>569</sup>. Deste modo, a mais importante e mais longa série da revista *Vida Policial* desempenhou sua função como meio de comunicação, embora bastante específico, mas extremamente de acordo com os interesses e a ideologia do Estado Novo. No temor da desfiguração da identidade e na procura da unidade compacta, a organização policial procurou, através deste periódico mensal, dar aos seus leitores a segurança da definição de seu papel, de seu estatuto, enfim, elementos de uma identidade social e de princípios para uma conduta coletiva.<sup>570</sup>

As representações presentes nas reportagens seriadas, analisadas até aqui, estiveram ligadas ao conjunto das propostas da imprensa policial, organizada pela Repartição Central de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Foram também correlatas à estrutura de propaganda política implantada nos meios de comunicação no Brasil, exercendo importante influência sobre a opinião pública, sobre o imaginário político e social, reforçando valores e significações correspondentes à proposta estadonovista.

Todavia, não se pretendeu exagerar a importância da revista *Vida Policial* no que se refere ao controle das consciências, mas sim, demonstrar as estratégias, os recursos e as representações que se fizeram sobre o nazismo, presentes no

---

<sup>568</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1942, p. 25. [grifo do autor].

<sup>569</sup> DUTRA, 1997, p. 61.

<sup>570</sup> DUTRA, 1997, p. 24.

discurso da série “*Cortando as asas do nazismo*”, que, de alguma forma, corroboraram o imaginário típico sobre o “perigo nazista” ou “perigo alemão”, presente no contexto brasileiro nas primeiras décadas do século XX. O conjunto de instrumentos persuasivos reforçou tendências já existentes na sociedade e a eficácia de sua atuação dependeu da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes naquele momento<sup>571</sup>. Neste sentido, o efeito das representações sobre o nazismo ficou condicionado à credibilidade e às (re)significações construídas pelos leitores da revista *Vida Policial*, na tentativa de cristalizarem-se no imaginário e no próprio cotidiano, reconhecendo em indivíduos específicos a presença do perigo iminente.

*Labutando, em paz, o mundo elaborava,  
Sorridente, o mel da civilização.  
E, na sombra, vil, com premeditação,  
Intentando a mais atroz destruição,  
Ardiloso, um ser o braço levanta...*

*Porém, irritadas, dezenas, centenas, milhares, milhões  
De vespas surgiram, do Norte, do Leste, do Oeste, do Sul,  
Unidas e fortes, travando combates, formando legiões.  
E o “eixo” debanda fugindo da morte, que, seja no azul,  
Na terra ou no mar arrasa nazistas, fascistas, nipões!*

*MORAL: Não se deve bater em casa de maribondos!...*<sup>572</sup>

As inspirações e as motivações que puderam determinar uma luta contra os inimigos da nação basearam-se no espírito de preservação da unidade da pátria. Como “vespas”, os brasileiros deveriam expressar a sua força no combate aos quinta-colunistas no Brasil. Não faltavam, segundo a concepção policial, provas que confirmassem a presença de agentes considerados maldosos, malignos, animalescos e doentios. Neste propósito, o discurso policial procurou mobilizar os cidadãos, na tentativa de alertá-los, orientá-los e incitá-los a reconhecerem as ameaças incessantemente transcritas nas páginas de *Vida Policial*, em um ambiente marcado pela instabilidade, pelo medo e pela desconfiança. Como uma “verdade” oficial, esta versão legitimava propostas de repressão sistemática a sujeitos tratados como estranhos e nocivos à realidade social, procurando moldar representações,

---

<sup>571</sup> CAPELATO, 1999, p. 178.

<sup>572</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Agosto de 1943, p. 47.

imaginário e consciências coletivas que correspondessem aos anseios imediatos das políticas adotadas pelo Estado Novo.

### 4.3 Os “astros” da Quinta-Coluna

O inimigo, denunciado em inúmeras páginas da revista durante os anos de 1942 a 1945, não se limitou ao espaço do discurso textual. Percebeu-se até agora a intenção das palavras utilizadas pela instituição policial em definir os contornos da representação do elemento considerado nocivo à ordem social e política do Brasil, dirigidas a um considerável contingente de leitores distribuídos principalmente pelo sul do país. Neste sentido, a série “*Cortando as asas do nazismo*” cumpriu o seu papel de mediador e de propaganda, interligando as estruturas ideológicas do regime estadonovista a uma população leitora, assinante de *Vida Policial*.

Nessa trajetória, o alimento necessário para a sobrevivência de um imaginário sobre o perigo nazista se apresentava pela repetição, pela freqüência e pela regularidade da temática apresentada mensalmente. As séries, as charges e as inúmeras imagens publicadas pelas edições da revista constituem os exemplos dessa necessidade de se colocar em evidência os inimigos da pátria. Neste sentido, nota-se a importância dada pela editoração dos exemplares na utilização de diferentes recursos para persuadir, convencer e denunciar aquilo que se constituía verdadeiramente real às autoridades policiais.

A série “Os ‘Astros’ da Quinta-coluna”, lançada em julho de 1942, trouxe às páginas da revista a face do perigo nazista. As imagens divulgadas apresentavam de forma direta e objetiva a presença real do inimigo, significava reafirmar através da exposição de sua face que sua existência não era fantasia ou exagero, mas a denúncia de uma realidade. Não significa dizer, contudo, que a outra série, “*Cortando as asas do nazismo*”, não desempenhasse o seu papel primordial na denúncia e na exposição dos perigos, que seu trabalho se apresentasse de maneira incompleta. Ao contrário, imagens e outros documentos foram incorporados ao longo do texto para que houvesse uma maior credibilidade nas afirmações propostas.

Assim, personagens que passaram a ser divulgados em “Os ‘Astros’ da Quinta-coluna” reforçavam a proposta pela qual se engajava *Vida Policial* a partir de fevereiro de 1942. Criava-se um espaço de divulgação de nomes, uma exposição pública dos criminosos, com dados pessoais de cada denunciado. Muitas dessas pessoas apresentadas acabaram ocupando outros espaços da revista, em diferentes artigos e séries do periódico. A “periculosidade” de cada elemento apresentado

poderia render muito mais do que uma simples menção com foto e dados, passando a compor um relato de uma verdadeira história policial.

Muitos foram os “astros” apresentados pelas edições da revista. Divulgada entre julho de 1942 a fevereiro de 1944<sup>573</sup>, a série reproduziu mais de duzentos personagens, na sua quase totalidade homens, acusados de quinta-colunismo. Além da imagem tirada sob os moldes da fotografia policial, complementava-se a identificação com destaque a dados, como nome, naturalidade, instrução, profissão, idade, religião e residência, bem como, a apresentação da denúncia que recaía sobre cada acusado. A quantidade de páginas utilizadas para “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna” variou de seis a duas páginas ao longo de sua editoração. Nos meses iniciais da série, chegou-se a um número de vinte e quatro acusados, enquanto que a última série apresentava somente dez. Certamente, essa diferença no número de elementos se deve à perda de fôlego da temática, pois ainda no primeiro semestre de 1944 as séries de denúncia nazista acabariam sendo reduzidas ou até mesmo extintas, dando espaço a outras<sup>574</sup>, de menor cunho sensacionalista, tendo a função de reeditar episódios relatados em momentos anteriores.

Da mesma forma, a tática de exposição pública utilizada pela revista *Vida*



Revista *Vida Policial*. *Astros da Quinta-Coluna*. Julho de 1942.

*Policial* fazia parte da estratégia do Estado Novo em utilizar os meios de comunicação para alcançar o inimigo<sup>575</sup>, colocando-o na vitrine da competência policial, como prêmio de sua eficiência e de sua atuação. As inúmeras imagens

<sup>573</sup> Embora se tenha apresentado esse período para a divulgação da série, não houve a apresentação de “*Astros da Quinta-Coluna*” em setembro, outubro, dezembro de 1943, bem como em janeiro de 1944.

<sup>574</sup> A série “*Espiões que eu vi*” foi lançada em 1944, destinada a relatar antigos episódios de casos nazistas que já haviam ocupado as páginas da revista em edições anteriores. Seria uma tentativa de manter aceso o imaginário sobre o perigo nazista, pela escassez de novos casos e pela necessidade de reafirmar a presença do inimigo, já que a Segunda Guerra Mundial ainda não havia chegado ao seu término.

<sup>575</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

publicadas nesta série policial procuraram demonstrar a proximidade do problema, podendo manifestar-se em qualquer localidade do Rio Grande do Sul ou do Brasil, conforme análise da procedência de cada acusado. Dessa maneira, as imagens compunham os recursos imagéticos associados à idéia de mal e de perigo, tornando o inimigo absolutamente terrível.

A acusação de quinta-colunismo era traço comum a todos os sujeitos apresentados pela série policial, o que convincentemente justificava o título utilizado. A denominação de astros aplicava-se à posição dos elementos considerados pelas autoridades policiais como criminosos, entrando em evidência nas páginas de *Vida Policial*. No contexto de perseguições a nazistas, alimentando ao mesmo tempo o imaginário sobre este perigo político e social, o “astro” assumia seu devido papel na teatralidade discursiva, tratado sempre como vilão e como sujeito ativo, engajado em uma conspiração contra a nação brasileira. Nesta lógica, o “astro” era colocado à exposição pública e apresentado à população como criminoso de grande periculosidade, reafirmando que a sua presença era próxima e ameaçadora.

Além da exibição dos inimigos quinta-colunistas, esta atitude tinha também um caráter informativo, demonstrando aos leitores da revista que o país estaria vulnerável à ação deste sujeitos caso não fossem vigiados, seguidos e detidos pela eficiente polícia. Informações desse tipo reforçavam o imaginário sobre os personagens da quinta-coluna, projetando uma realidade forjada e controlada pela estrutura de poder no Brasil.

“Astros” e “Quinta-Coluna”, combinados em um título, definiam o teor das acusações. A caça a quinta-colunistas, aos súditos do Eixo, havia sido oficialmente lançada em 1942, ano em que a revista ressignificava parte do discurso. O termo quinta-coluna, freqüentemente utilizado nas temáticas sobre o nazismo, tem sua origem relacionada à Guerra Civil espanhola. Segundo José Plínio Fachel, a denominação era utilizada para caracterizar os espanhóis que apoiavam Franco no conflito. Existiam quatro colunas atacando os republicanos, enquanto os inimigos internos formavam o que foi denominado de quinta-coluna. Neste sentido, a expressão era usada para designar os possíveis inimigos internos do Estado<sup>576</sup>.

Assim, a denominação quinta-coluna era apropriada pelo Estado Novo, integrando-a ao vocabulário específico para nomeação dos inimigos internos da

---

<sup>576</sup> FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: UFPEL, 2002, p. 98.

nação. A expressão, que passava a ser associada principalmente aos adeptos das ideologias totalitárias, tornava-se também um termo pejorativo, associado a um conjunto de valores negativos. Sua presença no corpo textual da revista *Vida Policial*, assim como no título da série policial, se tornaria importante, como palavra-chave na leitura de produções policiais, bem como demonstra o livro do delegado Aurélio da Silva Py, intitulado *A 5ª coluna no Brasil*<sup>577</sup>.

“Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”, ao longo vinte meses, expôs os criminosos políticos, segundo o contexto, presentes principalmente no sul do Brasil. Eram acusados porque, para as autoridades policiais, havia provas satisfatórias que comprovavam a criminalidade, passível, portanto, de punição. A antiga “*Galeria dos Criminosos*”<sup>578</sup> era substituída pela série policial que, assim como a anterior, engajava-se em colocar em destaque os sujeitos nocivos à realidade social e política do país.

A fotografia nesse contexto passava a ser o instrumento de denúncia, por ser um veículo de comunicação necessariamente explícito. O quinta-colunista passava a ter rosto definido e, como bem lembrou Peter Burke, “*imagens podem testemunhar o que não pode ser colocado em palavras*”<sup>579</sup>. Produzidas a partir de concepções policiais, as imagens retrataram, segundo levantamento, duzentas e vinte e duas pessoas acusadas de quinta-colunismo.

O modelo de organização das fotografias nos diferentes números realizou-se de maneira quase semelhante. O título encontrava-se disposto no alto da página, ou centralizado entre duas delas. Cada “astro” era apresentado por meio de uma fotografia, acompanhada pela listagem de informações pessoais e por um breve texto, destacando-se a acusação de crime, principalmente, a de colaborador com os países do Eixo.

Dentre as diversas exposições públicas, as acusações e os crimes poderiam referir-se a diferentes revelações policiais. Identifica-se, por exemplo, que as acusações poderiam remeter a entoações do hino nacional alemão, de filiações ao

---

<sup>577</sup> PY, Aurélio da Silva. *A 5ª Coluna no Brasil. A conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

<sup>578</sup> A “*Galeria dos Criminosos*”, veiculada antes de 1942, constituía um espaço especial da revista *Vida Policial* para a divulgação de criminosos, acompanhado por estudos psicológicos associados a traços biológicos. Nestas reportagens desenham-se análises preconceituosas, motivadas pela idéia de higiene social. Cf. BENEVENUTO, Estela Carvalho. *A polícia e a revista Vida Policial: uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997, p. 74 – 77.

<sup>579</sup> BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. Imagem e História*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 38.

NSDAP, de críticas ao governo de Getúlio Vargas, de posições declaradas como favoráveis aos países do Eixo, de atividades de caráter suspeito, de posse de material de propaganda nazista, utilização do idioma alemão, entre tantas outras. A incriminação, segundo a análise dos dados de cada elemento, era comprovada através de provas mais consistentes ou também através de acusações um tanto vagas. Em alguns casos, inclusive, não houve registro quanto ao crime cometido pelo elemento detido pelos policiais. Pode-se concluir que de uma maneira geral não existiam padrões policiais uniformes para a detenção de pessoas acusadas de serem quinta-colunistas. A lógica da suspeição colocou sob a mira da instituição todos aqueles que potencialmente poderiam ser considerados inimigos da pátria, seja pela sua origem, pela suas ações, pela sua nacionalidade, pelas suas atribuições sociais.

*Quando a polícia suspeita é sinal que há “gato escondido”...  
E por certo, o “seu Franz” estava “trabalhando de bandido” contra o Brasil.  
Enquanto a polícia apura direitinho esta “escrita”, ele, “o tal” aguardará na C.P.A., o  
resultado das investigações.<sup>580</sup>*

A análise dos dados apresentados pela revista sobre os quinta-colunas permite apontar importantes evidências sobre um perfil mais amplo daqueles que se tornaram alvo de perseguições, astros de um imaginário social que se corroborava pela exposição de seus rostos, como elementos nocivos à realidade política e social do país. A partir disso, permite-se a elaboração de alguns quadros de análise, dos quais se podem apreender considerações importantes, relacionadas ao estudo em questão<sup>581</sup>.

Ao reagrupar os dados em algumas categorias sugeridas pelas próprias informações apresentadas por “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”, pode-se inferir que a quase totalidade era composta por homens, totalidade quebrada pela exceção de duas mulheres apresentadas como quinta-colunistas. Uma delas, declarada como doméstica e estabelecida no Rio de Janeiro, era acusada de espionagem nazista. A outra, domiciliada em Estrela, no Rio Grande do Sul, fora exposta sob a acusação de manter em seu poder propaganda nazista e de ser a secretária do núcleo nazista

---

<sup>580</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”. Janeiro de 1943, p. 45.

<sup>581</sup> Para elaboração desses quadros, foram consultadas as edições da revista *Vida Policial* compreendidas entre julho de 1942 a fevereiro de 1944.



da cidade onde residia. Ambas são apresentadas como mulheres alfabetizadas e de nacionalidade alemã.

Da mesma forma, a maioria dos acusados de quinta-colunismo, segundo o levantamento, está relacionada à nacionalidade alemã. O número de cento e quarenta e um alemães é considerável se comparado às demais nacionalidades, principalmente à brasileira, que é expressa pela quantidade de quarenta e cinco pessoas. Dessa disparidade podem-se constatar importantes fatores quanto à questão do perfil dos acusados e que diretamente estiveram relacionadas à construção do imaginário social.

<b>Nacionalidade</b>	<b>Número</b>
Alemã	141
Brasileira	45
Japonesa	07
Austríaca	05
Italiana	03
Russa	02
Polonesa	01
Inglesa	01
Tchecoslovaca	01
Chilena	01
Norueguesa	01
Holandesa	01
Americano naturalizado (procedência alemã)	01

A categoria “alemã” é, sem dúvida, sugestiva. Ao despontar como nacionalidade predominante, chega-se a dimensões importantes do imaginário político e social, relacionado à temática do nazismo. Enfim, o quinta-colunismo podia definir critérios que transformavam cidadãos em suspeitos potenciais. A identificação da nacionalidade alemã poderia, sem dúvida, tornar-se uma prova de crime, possibilitando, inclusive, justificar a detenção de pessoas, sendo elas nazistas ou não. Aliás, o imigrante alemão, neste caso, era associado pela lógica policial à política externa do Terceiro Reich, cujas ações remetiam a um grandioso plano de ocupação do Brasil e da América por parte de espíões

nazistas.

Por outro lado, os partidários nazistas, integrantes de células do NSDAP no Brasil, eram somente os denominados *Reichsdeutschen*, imigrantes alemães estabelecidos no Brasil. Nesta percepção, torna-se claro o número considerável de acusados que remetem à nacionalidade alemã, pois eram somente estes que tinham

a filiação permitida ao partido nazista no Brasil e, conseqüentemente, a acusação de colaboradores ao Eixo acabava vinculando-se a esses sujeitos.

Como afirma Elizabeth Cancelli<sup>582</sup>, se uma ponta de lança sobre a qual se estruturara o esquema de perseguição e de repressão do regime de Getúlio Vargas eram os comunistas, a outra estaria voltada aos estrangeiros, engajada também em criar uma força simbólica de aversão a este grupo. Essa discussão não era recente e remontava ao tempo em que os imigrantes passaram a constituir um número bastante expressivo no Brasil. Assim, por exemplo, caracterizava-se o tema do “perigo alemão”, concebido muito antes dos problemas surgidos na década de 1930 e de 1940.

Certamente, o estigma da nacionalidade alemã tornava-se um elemento de incriminação, principalmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Neste contexto de acusações e de perseguições, cabe lembrar que a própria definição de imigrante se ajusta à denominação de estrangeiro. Dessa forma, o alemão – imigrante e estrangeiro – é facilmente acusado, pois é ele que invade o corpo social brasileiro, contaminando a esfera política com suas ideologias nocivas à

Residência	Número
Porto Alegre	38
Novo Hamburgo	15
Santa Rosa	12
Santo Ângelo	10
Pelotas	10
São Leopoldo	07
Montenegro	07
Estrela	06
Marcelino Ramos	05
Cachoeira	05
Arroio do Meio	04
São Lourenço	04

estabilidade autoritária do país. Eliana Dutra reforça esta idéia ao afirmar que o “*inimigo é terrível e perigoso porque é invasor, é estrangeiro, vem de fora, é o estranho*”<sup>583</sup>. Evidentemente essa condição de estrangeiro acabou atingindo outros grupos, mas em especial o de descendentes alemães, estabelecidos em regiões de imigração no sul do Brasil, passando a ser tratados também como suspeitos em potencial. O processo de nacionalização, manifestado nestas regiões, acentuou as tensões e colocou no mesmo patamar ao de nazistas, sujeitos que demonstraram alguma condição de resistência quanto ao projeto nacionalizador.

<sup>582</sup> CANCELLI, 1994, p. 121.

<sup>583</sup> DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 39.

Este último apontamento pode ser reafirmado através das cidades citadas como local de residência dos “astros” apresentados pela série policial. Porto Alegre é o reduto principal dos acusados de quinta-colunismo, com referência a trinta e oito pessoas. Os demais locais trazem a dimensão da atuação policial nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul, espalhando a estrutura autoritária de controle, de repressão e de prisão a todo o estado. Nessa perspectiva, são citados os municípios de Novo Hamburgo<sup>584</sup>, São Leopoldo, Santa Rosa, Santo Ângelo, Pelotas, São Lourenço, Estrela, Arroio do Meio, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Marcelino Ramos, Passo Fundo, Cachoeira, entre outros<sup>585</sup>.

O grande número de cidades mencionadas pela série marca, portanto, a amplitude e a dimensão da “caça” aos “astros”. Definindo a localização das referências no mapa gaúcho, constata-se que as ações policiais concentraram-se em quase todas as regiões do Rio Grande do Sul, esclarecendo a disseminação de uma política pública e de segurança nacional. Evidentemente, estas atividades da polícia expressaram-se principalmente nas regiões que se destacavam pelo recebimento de imigrantes alemães durante o século XIX e XX, onde justamente encontrava-se um número considerável de estrangeiros alemães e de descendentes dos imigrantes, alvo principal do projeto de nacionalização e da ação policial contra o nazismo. A preservação das tradições germânicas nestes locais, através de diferentes manifestações culturais, proporcionou o surgimento de um imaginário sobre o perigo que remetia ao contexto da Primeira Guerra Mundial e que agora

<b>Profissão</b>	<b>Número</b>
Pastores	32
Agricultores	26
Comerciantes	26
Mecânicos	22
Professores	07
Engenheiros	06
Médicos	05

ressurgia com vigor diante da política nacionalizadora do Estado Novo e do contexto da Segunda Guerra Mundial. Conseqüentemente, os personagens desta série correspondiam aos suspeitos que integravam o imaginário sobre o “perigo alemão”.

Assim como os acusados provinham de diferentes regiões, as profissões destes sujeitos assumiam uma grande diversidade. A tabela ao lado destaca alguns ofícios que conduzem a reflexões importantes sobre a

<sup>584</sup> Na referência quanto à residência, encontra-se Novo Hamburgo e Hamburgo Velho. Neste momento, preferiu-se agrupar o número de pessoas sob o município de Novo Hamburgo.

<sup>585</sup> É importante ressaltar que muitos dos municípios citados possuíam uma configuração territorial diferente da que temos atualmente. Muitos deles acabaram perdendo territórios com o desmembramento e a criação de novos municípios.

temática no perigo nazista. A preponderância de pastores como profissão mais citada pela série “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna” evidencia e reafirma o que outras produções historiográficas já apontaram. As Igrejas Protestantes, em especial aquelas ligadas ao Sínodo Riograndense, foram vigiadas pelas autoridades policiais do estado, por serem percebidas como locais de preservação do nazismo. O Sínodo Riograndense era acusado de trair os interesses da pátria ao engajar-se em políticas que ameaçavam a integridade da nação, bem como, a própria soberania do Brasil. Dessa maneira, ficava evidente ao trabalho policial que os pastores luteranos professam sua religião aos fiéis ao lado de uma ideologia sectária.

O número, sem dúvida, é expressivo. Trinta e dois pastores tiveram suas imagens divulgadas pela revista, acusados de quinta-colunismo. Um dos episódios de maior repercussão, por exemplo, acabou envolvendo um grande número de alemães e um pastor do Sínodo Riograndense. O funeral do médico Karl Wilhelm Schinke, no ano de 1940, em Novo Hamburgo, constituiu-se argumento para a prisão de vários alemães, sob a acusação de prestarem honrarias nazistas durante o funeral.

Segundo relato de Elisabeth Hunsche Pommer<sup>586</sup>, esposa do pastor luterano de Novo Hamburgo Wilhelm Pommer, a partir desse episódio, dezesseis alemães foram acusados e sofreram processo incriminatório. Segundo a narração, a Embaixada Alemã se encarregara em contratar o melhor defensor, Sobral Pinto. Na ocasião, seu esposo, o pastor Pommer, responsável pela encomendação do funeral, também fora preso. Na série “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”, edição número 50, de setembro de 1942<sup>587</sup>, sua fotografia foi divulgada como mais um “astro”, junto a qual foi registrada a seguinte acusação:

*Fez a encomendação, no funeral do Dr. Schinke em Novo Hamburgo, em alemão e ritual nazista. Foi denunciado ao T.S.N. em 12.12.1941, e, na mesma data, “encomendado”, em “vernáculo”, no “ritual policial” à C.P. Agrícola.*<sup>588</sup>

O relato da esposa de Wilhelm Pommer retoma algumas considerações importantes sobre o período de perseguição aos nazistas alemães, em especial à vida do pastor de Novo Hamburgo. Segundo ela, a primeira fiscalização ocorreu na Páscoa de 1940, quando Pommer fora acusado de coletar dinheiro para o *Auxílio de*

<sup>586</sup> POMMER, Elisabeth Hunsche. *As vivências de uma esposa de pastor*. Polígrafo. 22 de abril de 1996.

<sup>587</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Setembro de 1942. Ano V, nº 50, p. 57.

<sup>588</sup> Idem, ibidem.

*Inverno* da Alemanha (Winterhilfswerk). Seu marido tinha como provar que se tratava de uma coleta feita através da venda de pequenos cartões de porta em porta, por algumas crianças, em benefício à Obra Gustavo Adolfo. Mesmo diante destes argumentos, Wilhelm Pommer precisou acompanhar o delegado até Porto Alegre, onde prestou depoimento. Liberado à tarde, pode retornar para a encomendação do funeral do médico Schinke, mas retornando, à noite, a Porto Alegre para prestar um novo depoimento ao delegado Ernani Baumann. No dia seguinte, retornaria à Delegacia onde encontrou “*todos os alemães que haviam prestado honrarias. Todos prestaram depoimento e depois puderam retornar para casa.*”<sup>589</sup>

A revista *Vida Policial* de julho de 1942, primeira edição na qual seria estreada a série “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna” colocaria em exposições outros elementos que participaram do funeral. Entre eles, Hermann Gerstle, mecânico, de nacionalidade alemã e residente em Novo Hamburgo, “*tomou parte saliente do ‘putsch’ nazista de Munique. Foi integrante do ‘funeral nazista’, de Novo Hamburgo.*”<sup>590</sup> Da mesma forma, entre os outros protagonistas residentes nesta cidade e mencionados por algumas edições, destacavam-se o tintureiro Paul Liermann, o ex-combatente da Primeira Guerra e o mecânico Karl Jacob Knecht, o mecânico Fritz Paul Bernhardt Trübses, o estofador Wilhelm Meyer, o desenhista Wilhelm Martin<sup>591</sup>. Todos estes de nacionalidade alemã, residentes no município de Novo Hamburgo.

Sobre o mecânico Karl Jacob Knecht, as informações a ele relacionadas esclarecem algumas evidências que, certamente, repetiram-se em relação aos demais envolvidos nesse acontecimento. Segundo “Os ‘Astros’ da Quinta Coluna”,

*Prestou declarações sobre a realização de um funeral nazista em Novo Hamburgo, de caráter político-nazista, por ocasião do falecimento de Karl Wilhelm Schinke, pai do Dr. Guenther Franz Heinrich Schinke, ao qual compareceu. Foi denunciado ao T.S.N., pelo motivo acima exposto em 12-12-1941. Foi condenado pelo T.S.N. a pena de 2 meses de prisão e Cr\$ 5.000,00 de multa, grau mínimo do art. 2 incisos 1 a 4 do Decreto Lei nº 383 de 18 de abril de 1938.*<sup>592</sup>

---

<sup>589</sup> POMMER, Elisabeth, 1996.

<sup>590</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Julho de 1942. Ano IV, nº 48, p. 74 – 79.

<sup>591</sup> Cf. REVISTA *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”. Julho de 1942. Ano IV, nº 48, p. 74 – 79; Setembro de 1942. Ano V, nº 50, p. 57 – 63;

<sup>592</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna” Janeiro de 1943. Ano V, nº 54, p. 43 – 45.

A partir das evidências e das fontes, os participantes do funeral foram presos, encarcerados na Colônia Penal Agrícola de Daltro Filho, como legítimos transgressores da ordem social e política. A pena de dois meses, conforme a descrição acima, não se limitou a este curto espaço de tempo. A mesma edição ainda observou, em texto marcado pelo escárnio, que a multa havia sido paga e que a pena já havia sido cumprida, contudo, o “*caso ainda não está liquidado, motivo porque os 2 meses serão como uma borrachinha: a gente vai espichando...*”<sup>593</sup>

As informações de Elisabeth Hunsche Pommer vêm ao encontro às constatações expostas acima. Seu relato destaca que no dia 16 de dezembro de 1941, os dezesseis alemães, acusados pela participação no funeral, foram recolhidos pela polícia, inclusive o seu marido, e levados à Colônia Penal Agrícola Daltro Filho. Mesmo com o veredicto de absolvição, ocorrido em março de 1942, os hamburgueses não foram libertados da prisão. A libertação somente ocorreria em 31 de julho de 1942, segundo ela, com a troca da chefatura da polícia. Porém, todos eles seriam presos novamente em 22 de agosto de 1942, momento em que o Brasil declarava guerra ao Eixo, sob a justificativa de “*protegê-los contra ira do povo*”. Mais tarde, seriam soltos aos poucos e finalmente, em 16 de setembro de 1943, Wilhelm Pommer era libertado da prisão.

O célebre funeral do médico Schinke recebeu dimensões talvez não esperadas pelos próprios participantes deste momento. Aliás, o caso Schinke não se resume somente a este episódio. O também médico Guenther Franz Heinrich Schinke, filho do finado Schinke, teve exposta sua imagem como quinta-coluna. Segundo *Vida Policial*<sup>594</sup>, ele seria chefe da D. A. F. (*Deutsche Arbeit Front*) e responsável em promover constantemente grandes reuniões nazistas em sua casa, “*em que tomavam parte, 20 a 30 pessoas. Ouvia os discursos do Führer em pé, bebendo ‘chopp’ e fazendo a saudação nazista*”. Neste mesmo sentido, a obra sensacionalista de Aurélio da Silva Py, *A 5ª Coluna no Brasil*, traz a residência da família Schinke como local de reunião do partido nazista em Novo Hamburgo. Esta evidência – trazida como informação visual, através da publicação de uma fotografia, na qual aparecem pessoas dispostas para o registro fotográfico, algumas delas com

---

<sup>593</sup> Idem, ibidem.

<sup>594</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna*”. Julho de 1942. Ano IV, nº 48, p. 74 – 79

o símbolo da suástica preso à roupa – constituía a prova essencial para a incriminação, sob a acusação de quinta-colunismo.

Médicos, agricultores, mecânicos, professores e pastores tornaram-se os elementos mais citados pela série de divulgação dos “astros” de quinta-colunismo. Nesta lista, os pastores tomam o primeiro lugar e expressam uma realidade específica deste contexto. O caso do pastor Wilhelm Pommer é um de muitos que passaram pelas páginas da revista, não somente em uma única série. Alguns casos tomaram espaços da série “*Cortando as asas do nazismo*”, fato que indica a associação feita pelas autoridades policiais entre o nazismo e o Sínodo Riograndense.

De fato, a presença do Nacional-Socialismo entre alguns pastores é concreta. Ao desenvolver um estudo sobre as relações entre Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a germanidade, Martin Norberto Dreher<sup>595</sup> destaca a presença de um grupo de trinta e três pastores nazistas<sup>596</sup> no seio do Sínodo Riograndense, sob liderança de Erich Knäpper, identificado a partir de 1933. Alguns pastores deixariam de apoiar as idéias do nazismo a partir dos conflitos religiosos estabelecidos entre a Igreja e o Terceiro Reich em solo alemão. Um expoente, seguidor dos princípios do nazismo, aplicados ao contexto luterano, foi o pastor Knäpper, o qual foi retratado na edição de outubro de 1942 de *Vida Policial*, nas páginas que compunham “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”, acompanhado pela descrição abaixo.

*Foi sócio da N.S.D.A.P., tendo sido um propagandista fervoroso: contribuía para o W.H.W. e foi chefe da “National-Socialistische Pfarreschaft”.*

*A “pastorada”, caso surgisse, teria uma figura. Nossa pena já escreve “pastor” – até sozinha, tantas foram as vezes que já a empregou, nesta galeria fotográfica. Como todos os outros, este pastor já fez “alguma coisa” para o nazismo. Fez parte, como vemos acima, do N.S.D.A.P., do W.H.W., e N.S.P. Agora ele é francamente da C.P.A.<sup>597</sup>*

A expressão “*nossa pena já escreve ‘pastor’, até sozinha*” corrobora a presença de grande número de pastores nas páginas das edições que traziam mensalmente a seção policial sobre o quinta-colunismo. É uma presença visível,

<sup>595</sup> DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2003. 2ª Edição.

<sup>596</sup> O Pastorado Nacional-Socialista chegou a abranger cerca de dois terços dos pastores do Sínodo. Cf. DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2003, p. 122.

<sup>597</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”. Outubro de 1942. Ano V, nº 51, p. 40 – 45.

assinalada pelas próprias matérias da revista, quando se afirma que “*por pouco não mudamos o título da nossa galeria, de ‘os astros da 5ª Coluna’ para ‘A Pastorada’, tal a quantidade de pastores que ilustram o presente conjunto*”<sup>598</sup>.

Logo, esta presença nazista no Sínodo Riograndense fez com que se generalizasse a idéia de reduto Nacional-Socialista no Sul do Brasil. Dessa impressão surgiram os principais enfrentamentos entre o Sínodo e a política governamental do Estado Novo, que buscou impor o nacionalismo brasileiro às populações teuto-brasileiras sob direção dos pastores luteranos, além de anular a ação destes indivíduos que eram tratados como inimigos nazistas, infiltrados no meio social através dessa instituição religiosa. Essa concepção gerou determinados excessos, trazendo às páginas da revista *Vida Policial* diversos fatos ligados à acusação do Sínodo.

*[...] na maioria das vezes são apresentadas afirmações não fundamentadas, como, p. ex., a condenação sumária do Sínodo Riograndense como instituição nazista, subordinado à Chancelaria do Reich, ou a citação de publicações daqueles círculos da Igreja Evangélica da Alemanha que seguiam estritamente as determinações do NSDAP e que são usados por Py para caracterizar os Sínodo Riograndense como uma organização completamente conforme com os objetivos e as intenções do Terceiro Reich.*<sup>599</sup>

A adesão ao nazismo por parte dos pastores luteranos acabou gerando situações complexas, pois de forma generalizada, sendo ou não adepto do Nacional-Socialismo, este grupo sofreu com as restrições impostas através de decretos<sup>600</sup>, sendo constantemente vigiado por agentes policiais. Enfim, o momento era difícil aos pastores, que tinham suas ações religiosas restringidas nas comunidades onde atuavam.

Grande parte dos pastores, acusados de quinta-colunismo e de colaboradores do Eixo, teve destino semelhante aos demais “astros” expostos na galeria fotográfica de criminosos. A Colônia Penal Agrícola de Daltro Filho foi lugar comum a esses personagens, a partir do momento em que tiveram o seu direito de liberdade restringido. O relato de Elisabeth Hunsche Pommer serve novamente como referência, quando diz que foram presos neste local entre cinquenta e sessenta

---

<sup>598</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>599</sup> DREHER, 2003, p. 152.

<sup>600</sup> Entre as restrições, a proibição da prédica em língua alemã, a doutrina, o fechamento de escolas sinodais, em consequência de medidas nacionalizadoras do governo estadonovista, entre outras. Cf. DREHER, p. 145 – 157.



pastores, além de outros tantos alemães e muitos descendentes<sup>601</sup>. O próprio número de pastores colocados à exposição, como citado em passagem anterior, atesta essa realidade.

Mas a prática repressiva não se restringiu unicamente aos religiosos do Sínodo Riograndense. Mesmo que as páginas da revista e o discurso destacassem uma preponderância e uma ênfase em relação a pastores desta instituição, a realidade demonstrou que a violência direcionou-se a indivíduos de outras confissões religiosas. Em Lajeado, por exemplo, um irmão marista tornou-se personagem central da ação anti-germânica, sendo-lhe cassado o registro de professor pela Diretoria de Ensino Secundário, o que abriu precedentes para que, dias depois, a imprensa radiofônica veiculasse a existência de perigosa propaganda nazista em um educandário da cidade, supostamente onde o irmão marista exercia suas atividades<sup>602</sup>. Da mesma maneira, Mário L. Rehfeldt<sup>603</sup> destaca que, na história do Sínodo de Missouri no Brasil à época da nacionalização, pastores luteranos foram condenados pelas autoridades por não pregarem os sermões dos cultos em língua portuguesa. Efeitos repressivos resultaram, também, na prisão de dezenove pastores, em períodos diferentes. Além disso, catorze pastores tiveram as suas bibliotecas tomadas porque alguns livros desses acervos eram escritos em língua alemã<sup>604</sup>.

Além dos pastores, os agricultores e os comerciantes seguem a lista dos ofícios profissionais mais citados. A referência a estas profissões pode ser um indicativo para uma constatação importante. Ações policiais não se restringiram somente a locais urbanos, embora a maioria dos detidos seja de tais áreas, mas também de espaços rurais. Vinte e seis é o número de acusados, ligados a diferentes crimes, políticos ou sociais, argumentados ou não. Da mesma forma, o número expressivo de comerciantes e médicos, profissionais liberais, também foi alvo das ações de eliminação do perigo nazista. De fato, muitos deles foram seguidores fiéis da ideologia Nacional-Socialista e despertaram a atenção de policiais encarregados de controlar atividades suspeitas. Em contrapartida, outros

---

<sup>601</sup> Segundo as indicações de Elisabeth Hunsche Pommer, a Colônia Penal Daltro Filho era de uma enorme fazenda com um grande presídio, onde estavam detidas 800 pessoas. Cf. POMMER, 1996.

<sup>602</sup> Cf. AZZI, Riolando. *História da Educação Católica no Brasil. Contribuição dos Irmãos Maristas. A consolidação da obra de Champagnat no Brasil (1922 – 1947)*. São Paulo: Simar, 1997. Volume 2, p. 363.

<sup>603</sup> REHFELDT, Mário L. *Um grão de mostarda. A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. Porto Alegre: Concórdia, 2003. Volume 1, p. 137 – 154. Cf. também MARLOW, 2006.

<sup>604</sup> Mário Rehfeldt relata casos específicos ocorridos em alguns locais do Brasil e no Rio Grande do Sul envolvendo pastores do Sínodo de Missouri. Cf. REHFELDT, 2003, p. 137 – 154.

passaram a ser considerados quinta-colunistas pelo fato de desrespeitarem normas e decretos nacionais, gravidade vinculada à nacionalidade ou ascendência do acusado, ao expressarem alguns traços culturais do germanismo, como por exemplo, a comunicação oral através da língua alemã.

Instrução	Número
Superior	40
Secundária	34
Primária	96
Alfabetizado	21
<b>Obs.:</b> Em julho de 1942, a instrução de 22 pessoas não foi informada.	

Diversificadas são as profissões mencionadas, perpassando, assim, quase todos os grupos sociais. A política de acusações e de perseguições traz um outro perfil às informações. Os números coletados a partir da menção à instrução de cada acusado, parte da descrição pessoal de cada sujeito apresentado na galeria fotográfica, demonstram que noventa e seis pessoas haviam cursado somente o grau primário, enquanto vinte e uma delas eram

apenas alfabetizada. Por outro lado, não é desprezível a quantidade de pessoas com instrução superior associada a determinados sujeitos, profissões e posições sociais. De pessoas simples àquelas de significativo prestígio social, principalmente entre as comunidades teuto-brasileiras de diferentes regiões do sul do Brasil.

Se a origem social pode definir diferenciações, a análise de outro elemento, referente à religião dos acusados, informada pela própria série policial, também chama a atenção. Despontam, neste momento duas confissões religiosas: o catolicismo e o protestantismo<sup>605</sup>. Esta é mencionada cento e dezesseis vezes, enquanto aquela, apenas setenta e seis. Há, evidentemente, uma distinção significativa em números entre as duas religiões, o que pode, de certa maneira, corroborar afirmações realizadas anteriormente.

Religião	Número
Católica	70
Evangélica	116
<b>Obs.:</b> Em julho de 1942, a religião de 22 pessoas não foi informada, assim como algumas pessoas retratadas em outras edições. São citadas outras religiões (buda, israelita, “não tem”), mas que foram desconsideradas pelo número inexpressivo para a análise.	

O imaginário do perigo nazista associou-se muitas vezes à figura do protestantismo. Alimentada constantemente através de estratégias definidas ou baseado também em crenças populares, a ligação, aos olhos das autoridades, era inegável. A própria revista *Vida Policial* deixa transparecer esta impressão, na medida em que o Sínodo Riograndense e os seus pastores são acusados de contaminarem a esfera social brasileira com ideologias que feriam gravemente a

<sup>605</sup> Foram reunidos em um único grupo “*Evangélica*” todos os acusados que foram relacionadas ao termo evangélico ou protestante. A revista não faz distinção quanto ao Sínodo Riograndense ou a Igreja Missouri.

soberania nacional.

Neste sentido, é importante apreender que o maior número de “*astros quinta-colunistas*” relacionados ao protestantismo não é fruto do acaso. Esta presença considerável de pessoas ligadas à confissão evangélica integrava um imaginário social e político característico da época, voltando a esse grupo presente no Brasil e, devido às circunstâncias, associado a um quadro de inconstâncias. Neste caso, a instabilidade gerou ações práticas, enérgicas e repressivas, no intuito de “devolver” à pátria a estabilidade social, a tranqüilidade desejada, porém, manipulada pelas autoridades do regime autoritário.

Os acusados de quinta-colunismo, divulgados pela revista *Vida Policial*, tiveram um mesmo destino: foram acusados, perseguidos e levados à prisão política. Segundo as próprias informações da série, os astros eram enviados à Colônia Penal Agrícola de Daltro Filho, onde permaneciam encarcerados e privados de sua liberdade. Como destacado anteriormente, embora em muitos casos apresentados pela série policial houvesse um álibi consistente para a detenção de suspeitos, em outros prevaleciam motivos pouco incriminadores, até mesmo superficiais.

A suspeição encarcerou um grande número de sujeitos, muitas vezes, sem argumentos fortemente sustentados por evidências mais sólidas. Mas a prática era aceitável na medida em que o Estado autoritário brasileiro traçava suas próprias práticas para deter a presença inimiga. É o caso, por exemplo, de Harry Steiner (figura abaixo), apresentado pela revista na edição de abril de 1943. A especificação do crime remete à frase: “*deu ‘vivas’ a Hitler. Declarou que fez tal coisa, por se achar em estado de embriaguez – Porque bebes tanto assim, rapaz? Chega, já é demais!*”. Neste caso e em outros, acusações de caráter partidário ou outras atitudes que pudessem transgredir normas legais não foram destacadas.



Revista Vida Policial. Os “Astros” da Quinta-Coluna. Abril de 1943.

Da mesma forma, Hermann Karl Heirich Cordes, alemão, viajante e residente em Porto Alegre, foi apresentado como suspeito. Sua imagem foi divulgada ao lado da declaração “*Atividades suspeitas – outro que, mais tarde, deverá ser submetido a novo interrogatório. É apenas uma questão de nova abertura para que passe de suspeito para criminoso político.*” Uma clara manifestação de que a repressão atuou de forma indiscriminada, ou pelo menos, o pronunciamento da palavra Hitler por um sujeito de nacionalidade alemã já era suficiente para considerá-lo um perigo em potencial.

Outros casos demonstram a radicalização do uso do termo quinta-colunista, quando empregado a todos os sujeitos retratados pela série, sem distinção quanto à acusação. Partidários nazistas partilhavam a mesma denominação com aqueles que eram acusados de transgredirem determinações impostas pela campanha de nacionalização ao cotidiano de imigrantes alemães e de teuto-brasileiros. O caso editado em novembro de 1942, por exemplo, apontou um carpinteiro de São Leopoldo, Norbert João Christ, como quinta-colunista, pelo fato de “*escutar diariamente em companhia de terceiros, a rádio de Berlim*”<sup>606</sup>. No mesmo exemplar há também a referência ao torneiro teuto-brasileiro do município de Estrela, Heyne Paulo Pschichholz, o qual “*desgraçadamente é mais um brasileiro!*”, detido por ter ridicularizado “*seus companheiros de trabalho, chamando-os de ‘bobalhões’ por terem tomado parte nos festejos da Semana da Pátria*”<sup>607</sup>. Em uma edição posterior<sup>608</sup>, mas ferindo igualmente determinações da nacionalização, José Albano Schmitt, teuto-brasileiro de Novo Hamburgo, entoara hinos em língua alemã durante uma excursão a Sapiranga, em companhia de terceiro, o que lhe rendeu a definição de quinta-colunista.

“Súditos do Eixo” ou não, a construção do imaginário sobre o perigo nazista através da série “*Os ‘Astros’ da Quinta Coluna*” colocou todos os acusados sob o mesmo grau de periculosidade, ao mesmo tempo em que corroborou estratégias de controle político e social sobre a realidade brasileira. O uso da imprensa policial atendeu o anseio estadonovista como meio divulgador de sua ideologia, de suas propostas como instituição centralizadora, manipuladora, repressiva e autoritária. Os

---

<sup>606</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna*”. Novembro de 1942, p. 25.

<sup>607</sup> Idem, p. 28.

<sup>608</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna*”. Janeiro de 1943, p. 43.

considerados “súditos do Eixo”, os quinta-colunistas, passaram a ser os inimigos, principalmente a partir de 1942. De fato, houve uma preferência por nazistas e também por alemães ou teuto-brasileiros, realidade facilmente apreendida ao analisar os dados dos diferentes “astros” que ocuparam a galeria fotográfica como criminosos ameaçadores. Se a nacionalidade japonesa é referida sete vezes e a italiana apenas duas, esse dado é inexpressivo se contraposto à alemã, citada cento e quarenta e uma vezes. Da mesma forma, entre os sujeitos de nacionalidade brasileira, a maioria destes pertencia a comunidades teuto-brasileiras. Sem esquecer que as colônias italianas, principalmente no Rio Grande do Sul, apresentavam um número bastante elevado de imigrantes italianos e de descendentes, o que poderia acarretar numa presença muito mais significativa desse grupo social nas páginas de *Vida Policial*.

Percebe-se, portanto, uma associação do quinta-colunismo principalmente à nacionalidade alemã e aos nazistas. Estes seriam os principais inimigos da pátria, contra os quais deveria ser realizado um “*combate, como um médico [que] persegue um germe*”<sup>609</sup>, extirpando o mal de maneira extremamente radical. Enquanto a ação policial se caracterizava pela brutalidade e pela violência, o discurso apresentou elementos que, de uma mesma forma, procuraram desqualificar a imagem daqueles que foram considerados inimigos da nação. Os diversos textos descritivos sobre os detidos, juntamente com as imagens divulgadas, construíam um sentido único e ao mesmo tempo complementar a todo o corpo da revista *Vida Policial*, engajada em divulgar toda a trama quinta-colunista e demonstrar-se como instituição competente e imprescindível. Ao traçar essa possibilidade como um dos principais objetivos da imprensa policial, colocava-se em jogo a importante tarefa em transmitir sentidos manipulados a um número considerável de leitores, inculcando idéias e valores controlados e manipulados. A imagem do inimigo precisava ser divulgada, não de qualquer maneira, mas a partir de pontos essenciais, aceitáveis e visíveis. Conseqüentemente, as implicações dessa intencionalidade manifestavam-se na esfera do imaginário do político e do social, pelo qual se disseminou a idéia da presença de inimigos nazistas, súditos do Eixo.

A construção do texto reúne elementos próprios, idênticos aos que eram utilizados em passagens de outros textos e seções da revista *Vida Policial*. Termos

---

<sup>609</sup> LIVRO 827, MPL – Museu da Academia de Polícia Civil José Faibes Lubianca apud FACHEL, 2002, p. 134.

pejorativos, a presença do escárnio, o cinismo, a ironia integram os textos denunciativos. Sinais irônicos seguem presentes em todos os fragmentos que compõem a série e tornam-se marcas características de todas as edições.

Os textos seguiam após a apresentação do crime ou da infração cometida pelo indivíduo, próximos às fotografias, destacados com grifo, com a finalidade de colocar ênfase especial ao breve texto.

*Vai-te, Veit! Com o V do teu “Veit” veremos a Vitória (V...-) dos aliados.  
Viverás para verificares esta verdade.*<sup>610</sup>

*NAZISMO – Brasileiro somente porque nasceu em Montenegro, pois é francamente do homem “que tem um bigodinho que parece mosca”. “Palhaço”...*<sup>611</sup>

Em muitos casos, o texto procurava conjugar a ironia às características do acusado, pela sua profissão ou pelo seu delito. Uma forma irônica, acompanhada pelo humor sarcástico e, inclusive, redigido, em algumas edições, sob a forma poética, de versos e rimas. Na verdade, tratava-se de um “tratamento justo” àqueles que tanto mal causavam à nação e, portanto, o seu emprego era aceitável e legítimo.

*Vasto material foi encontrado em seu poder. Não fala, absolutamente nada, o nosso idioma. Graduado membro da Frente Alemã de Trabalho. Está na Colônia, onde é membro da “frente alemã da enxada”.*<sup>612</sup>

*É apontado como simpatizante fervoroso do “eixo”. Ao ser interrogado quando preso, na D. P. de Livramento, declarou arrogantemente: “Cada vez me sinto mais orgulhoso em pertencer ao N.S.D.A.P.” Em face dessa declaração, a polícia: “Cada vez me sinto mais orgulhosa em fazer vocês todos, quinta-colunistas, ‘pertencerem’ a C.P.A.”*<sup>613</sup>

*Entre ser Hitler o maior homem  
E o maior patife há um pedaço:  
No segundo conceito nós o temos  
E no primeiro quem o tem é um palhaço.*<sup>614</sup>

<sup>610</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”. Janeiro de 1943, p. 43.

<sup>611</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”. Fevereiro de 1943, p. 50.

<sup>612</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”. Agosto de 1942, p. 32.

<sup>613</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”. Outubro de 1942, p. 40.

<sup>614</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”. Agosto de 1943, p. 48.

*Um homem viu, um dia, um camelo  
E disse: “Este bicho não existe!”  
Alberto Bantel, também pensava assim.  
Por isso mesmo é que teve sina triste.  
Em “A Quinta Coluna no Brasil”  
Fez críticas, à margem, com malícia.  
Finalmente, porém, se convenceu  
De que nazismo é pinto pra Polícia.<sup>615</sup>*

*A cruz gamada ele usou  
Nas festas do seu casório.  
E preso, apenas falou  
Alemão, no interrogatório.  
Em prol do nazismo, à socapa  
foi o seu trabalho inglório.  
Quando morrer, não escapa  
do Inferno ou do Purgatório.<sup>616</sup>*

Os elementos característicos dessas passagens destacam-se pela combinação que compõem, resultando em um texto próprio e único. Indicativa é, neste sentido, a escrita referente a um acusado japonês, Hoichi Awoki, agricultor residente no 4º distrito de Uruguaiana, presente nas páginas da edição de setembro de 1942, ao aplicaram-se os mesmos recursos discursivos citados anteriormente, conjugando-se os três elementos considerados nocivos à nação: o alemão, o italiano e o japonês. Ao mesmo tempo, valores da própria cultura nipônica e aspectos da sua aparência física foram mencionados e integram o escárnio utilizado para desqualificar o “astro”.

*Atividades suspeitas. É outro da terra dos traidores, Kurusu e Matsuoka. O que tem os olhos pequenos, nessa gente, tem a maldade grande. Hoichi Awoki concorda conosco... Na Colônia Penal Agrícola, Awoki seleciona o arroz que o alemão plantou e o italiano colheu.<sup>617</sup>*

Existe, portanto, uma intencionalidade em desqualificar o inimigo, o “astro” quinta-colunista. A sua representação ocorre através de um ponto de vista específico, do qual partem discriminações, preconceitos, julgamento de valores, escárnio, ironia, perseguição e repressão. Como lembra Denise Jodelet<sup>618</sup>, as representações “*circulam no discurso, são trazidas pelas palavras e veiculadas em*

---

<sup>615</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”. Fevereiro de 1944.

<sup>616</sup> Idem, ibidem.

<sup>617</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna”. Setembro de 1942.

<sup>618</sup> JODELET, 2001, p. 17 – 18.

*mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais*”. Partindo-se do caso da revista *Vida Policial*, elas definem as identidades pessoais e sociais<sup>619</sup>, contrapondo um conjunto de valores dados como ideais à construção da imagem do “outro”. Neste sentido, as imagens e os textos vinculados a elas materializaram essas representações e projetam-se para o campo do imaginário, onde sobrevivem, se revitalizam e se ressignificam.

Principalmente as fotografias de “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna” revestem-se da função de, nas palavras de Peter Burke<sup>620</sup>, fazer com que seres humanos como nós sejam vistos como “outros”, criando estereótipos que exageram em alguns traços da realidade e que omitem outros tantos. Roland Barthes<sup>621</sup> afirma que a fotografia é um certificado da presença do indivíduo, o documento que legitima socialmente a sua existência. De fato, essa é a perspectiva lançada sobre os personagens que compuseram a galeria fotográfica de *Vida Policial*, interligando as imagens visuais às mentais, da qual se originam impressões hostis e desdenhosas de estrangeiros, de imigrantes e de seus descendentes. Esse propósito se corrobora principalmente pela utilização da imagem que, de uma forma ou outra, legitima a presença do perigo, assumindo a identidade do “outro”, validando também a relação entre o texto descritivo e a imagem.

*Os estereótipos mais grosseiros estão baseados na simples pressuposição de que “nós” somos humanos ou civilizados, ao passo que “eles” são pouco diferentes de animais [...]. Dessa forma, os outros são transformados no “Outro”. Eles são transformados em exótico e distanciados do eu. E podem mesmo ser transformados em monstros.*<sup>622</sup>

As fronteiras estavam, portanto, balizadas, definindo quem estava dentro e quem estava fora do grande corpo nacional. A atuação policial procurou delimitar categoricamente estes limites, colocando à exposição pública aqueles que representavam perigos iminentes e que deveriam ser eliminados da sociedade brasileira.

Toda esta tarefa associou-se à eficiência da polícia, coroada pela apresentação de novos sujeitos detidos a cada nova edição, como prova da ação

---

<sup>619</sup> Idem, p. 22.

<sup>620</sup> BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. Imagem e História*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 154.

<sup>621</sup> Roland Barthes apud VIGIL, Juan Miguel Sánchez, FUENTES, Belén Fernández. *La fotografía como documento de identidad*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Documentación de las Ciencias de la Información, 2005, vol. 28, p. 189.

<sup>622</sup> BURKE, 2004, p. 157.



firme e implacável. A segurança estava garantida, mas a vigilância deveria ser constante, pois o perigo poderia estar muito próximo, com capacidade de destruir ou levar à destruição toda a soberania nacional.

A depreciação realizada no campo das representações delimitou a face do inimigo, revestindo-o com uma identidade negativa, nociva e perigosa. A construção de estereótipos do “outro”, através das páginas de *Vida Policial*, são evidências de uma proposta consciente, calcada em orientações de caráter autoritário. A percepção disso encontra-se não isoladamente ou de forma fragmentada, mas sempre contextualizada à realidade político-social do país, bem como, na própria composição dos exemplares impressos. Resultado disso é a utilização de grande número de páginas para tratar sobre temáticas como perigo alemão, nazismo, quinta-colunismo, organizadas em artigos ou séries policiais de grande destaque.

Sem dúvida, a série “Os ‘Astros’ da Quinta-Coluna” serviu para dar maior repercussão às discussões sobre perigos políticos e sociais frente à declaração de guerra do Brasil ao Eixo. Revelando publicamente a face dos inimigos, a crença na ameaça se tornaria mais sólida e, quem sabe, mais real, uma concepção de realidade determinada por representações forjadas e manipuladas, instituindo uma força simbólica impregnada no imaginário através da revista de maior tiragem do sul do Brasil.

## 4.4 Iconografia: o discurso da imagem

### 4.4.1 “Nossa Capa”

A elaboração e a utilização de símbolos é sem dúvida um dispositivo de controle no campo das idéias. Aqueles que de alguma forma controlam este mecanismo, têm também um poder de manipular um conjunto de informações, que dizem algo sobre o estado da realidade. O processo e o funcionamento dos dispositivos de controle do imaginário buscam criar representações do real, guiando os indivíduos na tarefa de nomear e de definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, “*no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva*”<sup>623</sup>.

Já elencou-se neste trabalho diversos e diferentes elementos do ambiente da retórica discursiva construída e presente na revista *Vida Policial*. Neste contexto, apresenta-se a intensa tarefa em tornar o inimigo nazista uma causa pública, cuja preocupação latente todos os cidadão deveriam compartilhar. Apresentado sob forte espectro nacionalista, o inimigo nazista é incessantemente vigiado, atacado, perseguido e finalmente eliminado do ambiente social perturbado por este elemento.

Aparece, dessa forma, um fenômeno encoberto por diversos elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões e imagens. Tudo isso organizado a partir de uma dimensão autoritária, que veementemente precisou mostrar-se forte e necessária, capaz de guiar a nação, de afastar grandes inimigos e de garantir a proteção à pátria.

Faz-se agora necessária a análise de produções da revista que, diferentemente dos discursos textuais e descritivos, assumem características particulares e que se comportam também como propulsoras de um discurso ideológico. As imagens, compostas pelas capas da revista, pelas caricaturas ou pelas fotografias, constituem uma categoria de análise documental, um ponto onde igualmente se condensaram conflitos ideológicos, que interferem no mundo do imaginário<sup>624</sup>.

---

<sup>623</sup> JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise (org). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17.

<sup>624</sup> Tendo em vista as recentes discussões sobre o uso das imagens para a construção do conhecimento historiográfico, buscou-se algumas considerações teóricas e metodológicas em alguns autores que tratam sobre essas questões, procurando neste momento encontrar um referencial suficientemente consistente para a análise

Assim, a investigação histórica e a resolução de problemáticas recaem sobre os documentos visuais, enquanto produtoras de sentido durante a mediação social, “mobilizando diferencialmente [...] determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar”<sup>625</sup> Buscando um diálogo entre esses documentos visuais e a problemática histórica do imaginário, o intuito é transcender dessas imagens para um contexto social dinâmico, onde prevaleceram estratégias de manipulação e poder ideológico. Uma tentativa de utilizar as imagens da revista *Vida Policial* como “vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação da sociedade”<sup>626</sup>. A partir desse enfoque, foram selecionadas algumas imagens que constituíram as capas da revista e que diretamente se relacionam com o propósito dessa investigação<sup>627</sup>.

O olhar investigador sobre as capas das revistas, editadas principalmente entre fevereiro de 1942 a abril de 1944, propõe a consideração de dois importantes aspectos<sup>628</sup> na análise das imagens. Primeiramente, elas constituem produções “objetuais”, que concretizam na materialidade concepções sobre uma determinada realidade, de um dado grupo social, o que denomina-se de *materialidade objetiva*<sup>629</sup>. Esta dimensão concreta, que incide sobre as questões problemáticas e históricas deste estudo, está presente no cotidiano de muitos indivíduos que acabam compartilhando de uma mesma ideologia, principalmente através da materialidade que foi produzida, representada pelas capas das revistas. Por outro lado, as imagens produzidas e publicadas como capas desta mídia policial impressa, compõem uma linguagem de sentido, um discurso ideológico, ou seja, parte

---

das imagens da revista *Vida Policial*. Conferir: FREITAS, Artur. *História e imagem artística: por uma abordagem tríplice*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n° 34, 2004. KOSSOY, Boris. *O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, n° 49, 2005. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço Provisório, propostas cautelares*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, n°45, 2003. BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. Imagem e História*. Bauru: EDUSC, 2004.

<sup>625</sup> MENESES, op. cit., p. 28.

<sup>626</sup> Idem, ibidem.

<sup>627</sup> Cabe lembrar neste momento a citação de Mônica A. Kornis, destacando que “cabe sempre a indagação sobre como analisar as imagens, na medida em que, além de não se constituírem como expressão direta do real, assumem novos significados no momento em que são deslocadas para contextos históricos e formatos narrativos distintos”. KORNIS, Mônica Almeida. *Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n° 34, 2004. Dessa forma, assinalada também esta consideração importante, procura-se neste trabalho chegar o mais próximo possível do real imaginário político e social, manipulado também por instrumentos imagéticos.

<sup>628</sup> Os aspectos apontados neste momento remetem a uma ampla discussão sobre a utilização da imagem para a consolidação de uma História Visual. Conferir: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço Provisório, propostas cautelares*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, n°45, 2003, p. 11.

<sup>629</sup> Elisabeth Edwards apud Meneses, 2003, p. 30.

integrante de um corpo textual maior, que se encontra em contato com o imaginário e com as mentalidades sociais e políticas. A organização da imagem, quando analisada, revela o conteúdo, as concepções, os princípios e as ações da importante instituição policial estadonovista. Independentemente do significado que cada uma tomará na análise deste estudo, as duas dimensões apontadas acima reforçam a idéia de que as imagens são partes vivas da realidade social e política do Estado Novo e que buscaram produzir efeitos diferentes e diversos sobre a população leitora do sul do Brasil. Portanto, ao estabelecer um diálogo, uma comunicação com as imagens produzidas para as capas, busca-se decifrar “*seus códigos e suas realidades interiores, seus silêncios, isto é, seus significados, o sentido da vida e das idéias escondido sob a aparência das realidades exteriores, iconográficas, a realidade das aparências*”<sup>630</sup>.

A edição de número 43, como já destacado, demonstra uma reorganização de todo o discurso policial, principalmente ao colocar como assunto prioritário a atuação nazista no Rio Grande do Sul e em outras regiões do país. Existe, a partir desse momento, uma preocupação incessante em eliminar este perigo social e político. Neste sentido, a produção iconográfica que deu abertura a esse



Revista Vida Policial. Fevereiro de 1942.

redimensionamento, colocou escancaradamente toda a preocupação da instituição policial em relação aos inimigos objetivos. Tratava-se de um grande mal, que deveria necessariamente ser eliminado e banido do território nacional e, inclusive, de todo o planeta.

Desde sua primeira edição, as capas traziam temáticas relacionadas ao trabalho da polícia, sempre impressas em várias cores. O exemplar número 43 inaugurava uma seqüência temática diferente da anterior, mas sem deixar de lado a representação do trabalho policial, ou seja, a imagem referenciava um assunto que se

<sup>630</sup> KOSSOY, Boris. *O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 49, 2005, p. 40.

tornava prioritário à polícia.

Com uma dimensão próxima a 17x26cm, o que se estende ao tamanho das demais revistas, a imagem da capa de fevereiro de 1942 apresentou-se na utilização das cores preto, branco e vermelho. A imagem é composta por elementos que denotam grande significado ideológico: ao fundo encontram-se a águia, símbolo de força e de poder do Terceiro Reich e a cruz gamada (suástica), cuja presença é contraposta pelo braço tatuado – a representação do continente americano – e pela tesoura, a qual é sustentada pela mão que surge na cena. Estes últimos elementos localizam-se no centro da imagem e tomam o lugar de destaque. Além dessa composição, a organização dos elementos projeta uma sensação de ação, na medida em que a tesoura corta as asas da águia.

Inevitavelmente destaca-se o conjunto de códigos da imagem, segundo a descrição acima, ao lançamento da série fixa realizada nesta mesma edição: “*Cortando as asas do nazismo*”. Sem dúvida, a série policial serviu de inspiração e motivação para que a imagem fosse produzida, na medida em que o título de “*Cortando as asas do nazismo*”, de todas as edições, era marcado pela presença de uma tesoura, cortando a palavra nazismo. Existe de uma forma geral uma clara associação entre a capa desta edição e o conteúdo nela veiculado nesta edição, tornando-se o nazismo um assunto de destaque a ser tratado pelas páginas da revista, a partir de fevereiro de 1942.

As cores utilizadas, especialmente a cor preta e vermelha, lembram de alguma forma as cores utilizadas em símbolos nazistas. Por outro lado, a utilização dessas cores proporciona um contraste visual, principalmente pela vitalidade da cor vermelha. A asa da águia sendo cortada pela mão firme que rasga a cena, e que leva em seu punho a marca da América, a força do pan-americanismo, a união de todas as polícias do continente na luta contra o mal totalitário, constrói um sentido forte, com a intenção de chegar convincentemente aos leitores da revista, demonstrando que a questão emergia como preocupação nacional. Mão e tesoura, que se colocam à frente da águia e da suástica, definem o ânimo capaz de “cortar” a força do nazismo, representando a instituição policial, engajada em eliminar este perigo social e político. O corte da asa da águia é a ação melhor representada quanto à atuação policial diante da presença do nazismo.

Como apoio para interpretação e entendimento da imagem, a revista fornecia ao leitor, em um pequeno espaço de uma das primeiras páginas, onde novamente

era destacada a imagem da capa, uma legenda sob o título de “*Nossa Capa*”. Nesta página, onde se encontram informações da revista, como sumário, equipe editora e informações sobre assinatura da revista, a imagem aparece integrada a um título e a um breve texto explicativo, conduzindo o leitor a uma produção de sentido, que não discordasse daquela preconizada pela instituição policial.

***Cortando as asas do Nazismo***

*Tal é o motivo da capa do presente número, com a qual “Vida Policial” inicia, para gáudio dos seus leitores, a mais sensacional das reportagens do momento: a divulgação completa e detalhada das atividades nazistas no Estado. Toda a perfídia, a traição e o desrespeito manifesto à soberania nacional dos insidiosos agentes do Reich serão mostrados em suas crônicas verdadeiras e sem retoques.*<sup>631</sup>

As capas das edições seguintes, principalmente as que foram produzidas no ano de 1942, não destoaram da edição número 43. Ao contrário, demonstraram um processo de continuidade na abordagem das temáticas representadas nas imagens, intensificando a proposta lançada a partir da edição de fevereiro.

Assim, a edição número 44, editada em março de 1942, reunia novos elementos para a capa de *Vida Policial*, relacionado-se à temática do nazismo.



Revista Vida Policial. Março de 1942.

Enquanto as matérias internas da revista ocupavam-se com descrições de assuntos policiais, a capa da revista relacionava-se às ações da Polícia Política na apreensão das provas de crimes. Muito freqüente, relatado em algumas séries de “*Cortando as asas do nazismo*”, foi incriminar indivíduos que portassem rádios ou rádios transmissores. Tal é o assunto da capa, inspirado numa apreensão realizada pela polícia, segundo a nota explicativa, ao mostrar uma imagem, na qual aparecem dois agentes nazistas à frente de um rádio amador, o que supostamente remete a idéia de contato direto destes indivíduos com o Terceiro Reich. Numa

<sup>631</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Fevereiro de 1942, Ano IV, nº 43.

perspectiva de ação, identifica-se a chegada de três policiais ao ambiente, um deles armados, de forma violenta, pela posição que a porta assume na cena. Além do rádio, o que também incrimina o sujeito da imagem é o ambiente de seu trabalho, decorado com a imagem de Adolf Hitler, moldurada e fixada à parede, com pequenas bandeiras marcadas pela suástica, bem como, a presença de armas.

O que sugere esta imagem? A idéia de crime e das provas suficientes de incriminação, presentes inclusive no imaginário policial. Desbaratar locais, esconderijos de agentes nazistas, encontrar todas as provas do crime, seria esta a cena ideal da atuação da Polícia Política. A apreensão de armas, de símbolos nazistas e de rádios transmissores estabelecia a presença das principais provas que incriminavam um suspeito. Nesse cenário, o surgimento inesperado dos policiais demonstra a eficiência e a competência em aniquilar o inimigo nazista. A legenda mais uma vez faz transparece o sentido da imagem para a instituição.

***O fim de uma Emissora Clandestina***

*Escutador, em seu trabalho nefando, pela sombra protetora, do inocente passatempo que é o rádio-amadorismo, os nazistas, no mais abjeto desrespeito, à hospitalidade do povo brasileiro, mantinha-se em contato direto e permanente com os tenebrosos facínoras do Reich, através de estações de calibre da que ilustra a capa do presente número.*

*Enquistados no tronco pujante da Pátria brasileira, porfiavam em minar-lhe a fibra enrijecida, com tenacidade silenciosa de larvas daninhas e nojentas, enxovalhando o próprio éter com mensagens clandestinas de ódio e traição.*

*Mas o gigante poderoso do continente, não fraqueja em sua vigilância: um a um, em avassaladora seqüência, os turvos manejos dos quinta-colunistas, vão sendo postos à luz e aniquilados.*

*O original da presente ilustração, hoje emudecido no museu da DOPS, atesta-o clara e cabalmente.*<sup>632</sup>

É neste espectro que se trata o inimigo e se produz a exaltação à polícia e à nação brasileira. A cada nova investigação policial somavam-se elogios do êxito da vigilância e da eliminação do perigo. *Um de menos* seria o título para a “Nossa Capa”, de abril de 1942. A continuidade na referência ao tema do nazismo é novamente retomada, prova de que existia um programa e uma tarefa a serem cumpridos.

*Podemos considerar a já famigerada 5ª coluna, como sendo formada por algumas pedras, mais ou menos grandes, e por muito pedregulho miúdo. Não tem o caráter monolíticos das colunas da antiguidade, mas é, apenas, um amontoado de*

---

<sup>632</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Março de 1942, Ano IV, nº 44.

*elementos heterogêneos, ligados pelos dogmas estapafúrdios do credo totalitário e dotados de uma propriedade comum: a obediência cega aos desejos de um fuehrer endeusado alhures com a conseqüente nocividade para a terra em que se assentam.*

*Daí a grande necessidade de se por cobro à atividade desses elementos funestos e ocultos, daí a urgência de cortar as conexões deles, entre si, impedindo-lhes o intento arquetetônico quinta-columnista.<sup>633</sup>*

Nesta edição, a imagem retrata quatro indivíduos, três deles agentes policiais e o quarto, recuperando uma linguagem policial, o elemento “funesto”. A apresentação do criminoso a uma autoridade se complementa com a apresentação de evidências concretas – documentos, máquina fotográfica, símbolos – o que justifica a sua detenção. Observa-se que o documento nas mãos da autoridade policial contém símbolos nazistas, como a suástica e a águia, além da inscrição “*National Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei*”, o que pode representar o documento de filiação do indivíduo ao nazismo. Sobre a mesa e apontados por um dos policiais, encontram-se outros objetos incriminatórios, como uma medalha de condecoração nazista, uma câmera fotográfica e um livreto, este último intitulado “*Guia Rodoviário e Ferroviário*”. A câmera e o livreto fazem concluir que se trata de um espião nazista, agora preso pelas autoridades competentes.



Revista Vida Policial. Abril de 1942.

Da mesma forma, as expressões faciais utilizadas para representar os indivíduos desta imagem refletem o papel de cada um no contexto político e social. O nazista é marcado pelo semblante abatido, imobilizado e com olhar desfocado – a expressão da decepção e da derrota. Aos policiais procurou-se criar um rosto que expressasse ironia, sensação de alegria e de dever cumprido. São artifícios que tornam a leitura da imagem correspondente a todo o discurso policial construído pela polícia, em sua tarefa diária de descobrir e isolar tais elementos. Cada elemento

<sup>633</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Abril de 1942, Ano IV, nº 45.



quinta-colunista colocado fora de circulação seria “*um de menos capaz de acarretar a queda de outros*”<sup>634</sup>.

O perigo, a presença do inimigo, do monstro pardo, faz-se presente a cada nova edição, estampado nas capas das diferentes edições. A seus conteúdos se “*mesclam informações culturais, técnicas, estéticas, ideológicas e de outras naturezas. Essas interpretações e intenções são gestadas (antes, durante e após a produção da representação) em função das finalidades a que se destinam*”<sup>635</sup>, as imagens das capas, refletindo a mentalidade dos seus idealizadores, daqueles que conceberam a produção artística, que são, enfim, sujeitos de uma instituição importante para o contexto da época.

Não existindo uma referência clara quanto ao criador, ou criadores, das imagens publicadas como capas, especialmente no período compreendido entre 1942 e 1944, acredita-se, através de pequenos indícios, que o criador das imagens seja o Inspetor Eraldo Rabello. Há a referência ao seu nome em algumas edições desse período, segundo informações sobre expediente da revista, referindo-se o seu nome associado à função de redator e ilustrador. Sobre os pequenos indícios, cuidadosamente localizados, eles surgiram pela atenta observação de uma pequena assinatura do criador das imagens – codificada em RABELLO – em algum espaço discreto das imagens (porém, nem todas). Eraldo Rabello, segundo informações colhidas na análise de dados da revista, ascendeu a cargos importantes dentro da editoração da revista. De redator e ilustrador, tornou-se em setembro de 1942, o redator chefe do expediente, substituindo o Inspetor Ernani Baumann. Como criador das imagens, a temática representada não indicava somente uma concepção individual de compreender a realidade, enfim, o perigo, mas sim, a compreensão desse aspecto por parte de um grupo social bem mais amplo e com poderes significativos na estruturação repressiva do Brasil. A menção a Eraldo Rabello estaria registrada na edição de outubro de 1942, elogiando a ação deste indivíduos, que “*durante toda a história deste mensário ele se tem revelado um periodista capaz e profundamente dedicado ao órgão de sua classe*”<sup>636</sup>.

Em artigos, expôs suas preocupações e seus valores diante dos grupos sociais que passaram a ser alvo de perseguição. O conteúdo é correlato ao sentido

---

<sup>634</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Abril de 1942, Ano IV, nº 45.

<sup>635</sup> KOSSOY, Boris, op. cit., p. 39.

<sup>636</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Outubro de 1942, p. 13.

atribuído a suas imagens que trataram sobre a temática do nazismo. Na revista de maio de 1943, publicava um artigo no qual transparece a sua tendência pró-Estados Unidos, bem como se evidenciam as críticas dirigidas aos países tratados como totalitários e ao grupo quinta-colunista. A este último dirigiram-se frases de acordo com o conteúdo das ilustrações da capas, afirmando serem os quinta-colunistas criminosos morais e materiais, pertencentes a uma casta inferior, à do mais vil dos degenerados<sup>637</sup>.

As motivações para produção de imagens carregadas de um significativo sentido ideológico provêm de um meio social definido, local específico que delimitou as suas condições de produção<sup>638</sup>. Percebendo esta dimensão social pode-se também compreender as funções que a imagem exerce para aqueles que a produziram, como “*uma operação que atua num certo sentido, cumprindo certos papéis*”<sup>639</sup>. O artista fala e se comunica através da imagem, e este foi, sem dúvida, o papel do Inspetor Eraldo Rabello<sup>640</sup>, na medida em que se tornou sujeito ativo na delimitação dos componentes que compunham as imagens, o traço e as cores das representações. Sem esquecer que sua base cognitiva para criação vinha antecedida por um propósito estritamente definido, inserido em um meio social específico, concebendo as imagens das capas de *Vida Policial* sob a ótica do Estado Novo.

A partir desse ponto, encontram-se duas vias importantes, interligadas entre si. A primeira se refere às imagens como criações concebidas dentro de um sistema de valores, de um meio social, que é indiscutivelmente importante. Da mesma forma, as imagens produzem um novo sistema, uma cadeia de informações e de outros valores – que podem correspondem àqueles que definiram a sua criação. A constante releitura das imagens por seus leitores pôde trazer efeitos esperados ou não, dependendo das condições de circulação dos exemplares da revista, bem como dos indivíduos sociais, leitores do mensário policial.

---

<sup>637</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Maio de 1943, p. 26 – 27. Existem também artigos de Eraldo Rabello nas edições de maio e junho de 1942 e de agosto de 1943.

<sup>638</sup> FREITAS, Artur. *História e imagem artística: por uma abordagem tríplice*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n° 34, 2004.

<sup>639</sup> Idem, ibidem.

<sup>640</sup> Eraldo Rabello foi membro e fundador do corpo docente da Escola de Polícia, criador, em 1957, do emblema da Escola e da definição de sua simbologia. Também foi Diretor da Escola de Polícia no período de 1962 a 1965, com destaque nacional e internacional no ramo da Balística Forense.

Os valores e as idéias que se buscam transmitir aos leitores da revista apresentavam-se de forma bastante clara nas imagens. Seu entendimento, para a época, conhecendo-se o contexto da política externa do Brasil e do contexto de guerra, era simples e didático, complementado brevemente com uma explicação, com a finalidade de conduzir os sentidos de interpretação que deveriam ser dados pelos receptores, difundindo as noções de inimigo e de perigo social e político associado ao nazismo.

Justamente, o terrível inimigo nazista estava impregnado no meio social e a sua presença deveria ser imediatamente aniquilada. Como demonstrado, esse era um dos objetivos de um programa policial, expresso nas capas dos exemplares da revista. O monstro era denunciado e deveria necessariamente ser capturado por aqueles que agiam em prol da proteção e em prol da segurança do país, com a colaboração de todos aqueles que verdadeiramente se sentiam cidadãos brasileiros.

Essa captura do inimigo nazista configura-se especialmente na arte da edição de maio de 1942. A imagem que serve como apresentação deste número da revista, não apresentou-se com uma simples alegoria ou decoração. Muito mais do que isto, ela externalizava, assim como as edições anteriores, um discurso visual carregado de intenções e de preocupações.

Aparece em cena a mão de uma fera, que avança suas garras sobre o mapa do Brasil. A imagem, porém não se resume a isso. Parte da vestimenta é identificada, mais uma vez, pelo símbolo da suástica, do fascio e do império japonês e cobre o braço da fera, cuja mão se destaca pela representação das unhas. No centro da imagem aparece uma armadilha, que dá significado ao título “*Capturando o Monstro*”. Esta mesma armadilha se prende a uma das extremidades da corrente, enquanto o outro extremo se encontra fixado no mapa do Brasil, especificamente no sul (na parte correspondente ao Rio Grande do Sul).



Revista Vida Policial. Maio de 1942.

A especificidade da imagem ocorre em múltiplos sentidos. A armadilha ligada ao território sul-riograndense reforça a idéia da campanha da polícia gaúcha na eliminação dos inimigos, propondo que esta força de combate ao nazismo e à tríade do Eixo é mérito também desta instituição regional. “A *garra desse organismo infernal, denominado quinta-coluna aparece, em nossa capa, contorcendo-se, impotente, entre as garras da armadilha*”<sup>641</sup> materializa na imagem as forças que lutam contra “os nefastos servidores dos tiranos de ultramar”.

Nesta luta contra o monstro nazista, assim como em outros momentos que integram o conjunto da revista, engaja-se também uma força muito especial de inteligência e do patriotismo da nação brasileira. Tratado pela imagem da edição de junho de 1942, exaltava-se a vibração patriótica, “*pela brilhante e merecida vitória das asas brasileiras sobre os submarinos do Eixo, cuja penetração covarde e traiçoeira em nossas águas territoriais outro fim não tinha em mira senão o torpedeamento vil e criminoso de pacíficas unidades de nossa marinha mercante*”<sup>642</sup>.



Revista Vida Policial. Junho de 1942.

Esse fato, ocorrido no âmbito do contexto internacional, mereceu destaque para a edição número 47, homenageando a Força Aérea brasileira pelo seu papel de defesa da soberania continental, contudo, sem perder de vista a continuidade discursiva, agredindo o seu principal inimigo. A organização dos símbolos da imagem dá conta desse sentido, pois o raio que se lança sobre o submarino inimigo, provindo da espada que compõe o brasão da Força Aérea Brasileira, logo em frente à bandeira nacional, é a força “justiceira”, capaz de destruir o inimigo e empreender uma ação tão valiosa, heróica e convincente para a nação. Um entusiasmo que nasce em solo brasileiro e

que se propaga rumo à destruição do inimigo.

<sup>641</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Maio de 1942, Ano IV, nº 46.

<sup>642</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Junho de 1942, Ano IV, nº 47.

No contexto de guerra, frente aos novos acontecimentos no cenário mundial, a capa de agosto de 1942 retratou, novamente numa mesma perspectiva como as anteriores, a temática do nazismo. O mês que marca a entrada do Brasil no conflito, lutando ao lado dos países aliados, trouxe aos leitores mais uma vez a imagem de monstro, de fera nazista, que afligia a paz e a tranqüilidade nacionais.

A fera, de aparência diabólica, avança sobre a cidade, atemorizando-a. De cor avermelhada, o que lembra a figura satânica, com suástica estampada em seu peito, insinua-se a aproximação do inimigo nazista, que rasce de uma chama de fogo suspensa no céu e que projeta suas mãos em direção à cidade – à civilização, com um gesto de que pretende alcançá-la. Mas o perigo é denunciado pelo dedo de um indivíduo que atentamente observa a chegada do monstro e que alerta, indicando a sua presença. O sinal de indicação é sinônimo, neste caso, de acusação e proteção, um alerta da presença do inimigo quinta-coluna. Em uma abordagem contemporânea à época, a legenda encontrada no espaço “*Nossa Capa*” pontua os elementos constituintes e integrantes de um conjunto de valores representados pela imagem.

#### **Quinta-Coluna**

*A quinta-coluna, esse monstro sinistro que, num mimetismo vil e traiçoeiro, se insinua no burburinho da vida cotidiana sob as mais variadas máscaras foi o alvo visado na capa do presente número. Ela é o doente horripilante plasmado no sangue das vítimas imoladas pelo nazismo e lançado, por este, contra a civilização para contaminá-la e subvertê-la, semeando com astúcia demoníaca a desordem, a discórdia, o pânico e a confusão, para fazer, de povos livres e fortes, presas fáceis para as botas ferradas do Moloch totalitário.*

*O monstro adota as mais diversas personalidades! Acautelai-vos, pois: Conservai-vos alerta e pronto para denunciá-lo, quando o virdes, para que, colaborando com os órgãos especializados na caça de tal monstro, seja possível, com a*



Revista Vida Policial. Agosto de 1942.

*máxima brevidade, eliminá-lo no nosso território.*<sup>643</sup>

A esta imagem contrapõe-se a que foi editada no exemplar de novembro de 1942. O ambiente da imagem parece ser idêntico àquele produzido em agosto do mesmo ano. Se anteriormente destacava-se a presença do mostro, neste momento é a letra “V” que rasga o céu sobre a civilização, como força implacável, abrindo caminho para o policial, que se manifesta em um gesto positivo. “*Vigilância para a Vitória*” é o tema desta capa, no propósito de evidenciar o trabalho policial, “*impondo-se à admiração mundial*” e “*desbaratando os planos das diabólicas aranhas totalitárias, cuja rede pretendeu envolver o Brasil nas suas malhas: descobriu-as, perseguiu-as e reduziu-as à impotência, destruindo-lhes o*



Revista Vida Policial. Novembro de 1942.

*sonho doentio de superioridade e predomínio*”<sup>644</sup>. Vigilância e vitória representam a grande letra “V” da cena, e representam ideais importantes, dentro de um sistema de valores, do momento social e político pelo qual passava o país, segundo a ótica policial e a estrutura política vigente do Brasil. A vigilância, aliás, seria retomada em outras ocasiões, em outros números da revista<sup>645</sup>, como pressuposto necessário, tenaz e clarividente para barrar a presença “traíçoeira” dos inimigos no Brasil.

Esse sistema de valores, como mencionado e destacado em passagens anteriores, não contradiz os pressupostos de toda a revista policial. A imagem visual compartilha uma mesma visão de realidade àquela constantemente reiterada pelos artigos e pelas séries policiais, nas quais se inclui um discurso calcado na representação do inimigo nazista. A imagem de monstro nazista é tão claramente definida pela utilização das palavras nas reportagens descritivas como aquela que é

<sup>643</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Agosto de 1942, Ano V, nº 49.

<sup>644</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Novembro de 1942, Ano V, nº 52.

<sup>645</sup> Cf. Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Março de 1943, Ano V, nº 56; Junho de 1943, Ano V, nº 59.

representada pela retórica criada pela própria imagem. É o constante jogo de opostos, que incansavelmente opõe o mal contra o bem, os inimigos contra a pátria. A temática do perigo nazista, enfim, se fez intensamente presente, seja através do discurso verbal ou visual, como atesta a passagem abaixo, relacionada à edição de dezembro de 1942.

**Natal**

*Finda-se o ano de 1942: Chegou o dia em que o mundo reverencia a data sublime do Natal, esse Natal que os ímpios totalitários vêm, ano após ano, maculando com atozes sacrilégios. Por isso devemos, na data de 25 de Dezembro, prometer, aos futuros dirigentes do planeta, não pouparamos nossas energias no sentido de proporcionar a mais grata e portentosa dádiva para o mundo brutalmente espezinhado em que, ora, vivemos: Uma paz completa, vitoriosa e permanente.*

*Sejam pois, com devoção, colocados os sapatos, segundo o rito secular! O presente está próximo a chegar, pois esperamos fervorosamente, que o ano de 1943 marque uma era de Paz e Concórdia, com a Vitória completa dos Bons sobre os servos do Satã arregimentados por Hitler, Mussolini e Hiroito.<sup>646</sup>*

Direcionadas para a questão do imaginário coletivo, as imagens e seus discursos constituíam estratégias de atrair a atenção dos leitores da revista ao mesmo tempo em que direcionavam cargas ideológicas sobre esses indivíduos. A importância e os atributos dados à imagem e que validam a dimensão semântica aqui proposta revelam as peculiaridades quanto às preocupações, às ameaças e à presença do perigo. O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial criou as situações favoráveis para que esse tipo de imaginário se manifestasse na coletividade, pois a sua existência está associada à interação social dessas estratégias – utilização de linguagens verbais e visuais –, emergindo valores e sentidos que se fizeram presentes e atuantes no contexto do Estado Novo.

A imagem comunica, informa, alerta, denuncia. Mais do que função social, ela reproduziu em *Vida Policial* os interesses, as idéias, os desejos de uma instituição. Mas suas temáticas não se reduziram a denunciar o perigo nazista. Também outras foram as temáticas das capas ao longo do recorte temporal proposto para este trabalho, encontrando-se aquelas que buscavam refletir técnica policial, patriotismo, intelectualidade, homenagens<sup>647</sup>, postos policiais, entre outros. Enfim, imagens que

---

<sup>646</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Dezembro de 1942, Ano V, nº 53.

<sup>647</sup> Uma estreita ligação entre a polícia dos Estados Unidos e a do Brasil é expressa na capa de novembro de 1943, na qual é retratado John Edgar Hoover, diretor da Federal Bureau of Investigation, considerado por *Vida Policial*, um “grande amigo da polícia rio-grandense”, “símbolo da vitória da lei sobre o crime”, com “espírito elevado de pan-americanista”. *Vida Policial*. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Novembro de 1943, Ano VI, nº 64.

portavam um conteúdo específico, relacionado à polícia. Ideais que circulavam nos meios policiais e que deveriam de alguma maneira, ser compartilhados por um só espírito motivador entre os cidadãos brasileiros.

A circulação da revista *Vida Policial*, como assinalado, foi um empreendimento de significativa repercussão. Tratava-se da revista de maior tiragem no sul do Brasil, originada no cerne do aparato policial do Rio Grande do Sul. A visualidade, como questão de análise, enquadrou-se também no projeto de construção de sentido, de opositos, de figuração da imagem do “outro”, demonstrando como as imagens das capas serviram de suporte às representações visuais e assinalaram as densas tramas de questões tecidas em torno dessas referências<sup>648</sup>. Como parte viva da realidade social, estas imagens constituem a materialidade e sentido ideológico, presente na constituição do corpo da revista *Vida Policial*. A visualidade, neste caso, constitui-se como elemento potencializador do discurso, do sentido, do sistema de valores e da propaganda política, correspondendo a certos esquemas, ligados a determinados setores sociais<sup>649</sup>, tornando-se também agentes modeladores e transformadores de um imaginário político e social. Um excelente instrumento iconográfico, bem como assinalou Boris Kossoy, “*para inventariar, mostrar, evidenciar, mas dependendo de seu uso político-ideológico funciona também como ferramenta de propaganda*”<sup>650</sup>.

#### 4.4.2 Charges: a dimensão implícita e explícita

O discurso iconográfico produzido pela mídia impressa compõe um espaço para discussão das relações entre representação imagética, comicidade, política, sociedade e linguagem. A imagem, pela maneira como é produzida e utilizada, pelas suas características específicas, pode ao mesmo tempo articular e reunir diferentes e diversas informações, possibilitando uma linguagem interativa, que exige compreensão, contextualização e significação, despertando sensações singulares e significativas em seus leitores.

---

<sup>648</sup> Cf. MENESES, 2003, p. 27.

<sup>649</sup> Cf. FREITAS, 2004.

<sup>650</sup> KOSOY, 2005, p. 39.



*A charge é [...] um tipo de texto que atrai a atenção do leitor, pois, enquanto imagem, é de rápida leitura, transmitindo múltiplas informações de forma condensada. Além de facilitar a leitura, a charge diferencia-se dos demais gêneros por fazer sua crítica usando o humor*<sup>651</sup>.

A expressão charge, provinda do francês<sup>652</sup>, é definida pelo Dicionário de Comunicação<sup>653</sup> como um tipo de cartum “cujo objetivo é a crítica humorística de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política”. Segundo a definição de Nair Gurgel<sup>654</sup>, a charge realiza uma crítica a um personagem, fato ou acontecimento político, com delimitação temporal.

As charges utilizam humor e condensam idéias de uma forma peculiar. Conjugando imagem e texto, caracterizam-se por uma linguagem polêmica, pelo grande número de implícitos introduzidos e pela interpretação e interação que exigem do leitor. Em uma estratégia habilidosa e persuasiva, a charge mistura as linguagens verbal e não-verbal, articulando as dimensões implícita e explícita.

A série veiculada pela revista *Vida Policial*, “*Cortando as asas do nazismo*”, além de narrar mensalmente em vasto número de páginas as redes de espionagem nazistas que atuavam no país e no Rio Grande do Sul e as ações policiais contra o quintacolonismo no Brasil, inseriu ao longo do texto descritivo, imagens caricaturizadas dos inimigos políticos e dos inúmeros fatos que marcavam o conflito contemporâneo a sua edição.

Perpassam por essas imagens discursos caracterizados pela agressão, ironização, ridicularização e crítica aos países e aos seus líderes que naquele momento eram considerados inimigos da nação. Como característica peculiar, caricaturas e charges produzem estratégias, jogos e táticas “*muitas vezes silenciosas e sutis que insinuam’ leituras e escrituras no fio discursivo, no vão do discurso, no não-dito*”<sup>655</sup>. Esse, sem dúvida, era o intuito das imagens publicadas por *Vida Policial*, utilizando textos humorísticos que ao mesmo tempo implicavam em leituras de conotação irônica e agressiva. O teor irônico, apontado pela *análise de discurso*, sempre é um componente polêmico, pois “*a ironia subverte a fronteira*

---

<sup>651</sup> GURGEL, Nair. *A charge numa perspectiva discursiva*. Fonte: [www.primeiraversao.unir.br/artigo135.html](http://www.primeiraversao.unir.br/artigo135.html). Acesso em 15 de maio de 2007.

<sup>652</sup> Charger: carregar, exagerar.

<sup>653</sup> RABAÇA e BARBOSA, 1978, p. 89.

<sup>654</sup> GURGEL, op. cit.

<sup>655</sup> GURGEL, op. cit.

entre o que é assumido e que não o é pelo locutor”<sup>656</sup>, “tratando-se de um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica e desinteressada”<sup>657</sup>. É o caso da ironia utilizada nas charges publicadas em *Vida Policial*.

Dessa maneira, como forma de linguagem, caricaturas e charges são constantes nas mais diversas edições da revista, contemplando uma determinada realidade, sempre política, fazendo uma síntese dos aspectos que procura focar. Apresentam-se ligadas ou não aos textos das páginas nas quais são inseridas, submersas no contexto da política externa e interna adotada pelo regime estadonovista.

As charges divulgadas pela revista reforçavam o discurso ideológico do período. Como os inimigos políticos constituíam o centro do discurso de “*Cortando as asas do nazismo*”, as imagens pretendiam trazer um toque humorístico às páginas de *Vida Policial* sem, no entanto, abandonar a intenção de acometer abertamente as forças contrárias, alvo incessante das reportagens.

Provocadoras de risos, as charges se destacam pela polifonia, trazendo um jogo de vozes contrastantes. Como texto



A máscara, e... o rosto  
do London Daily Mirror  
Revista Vida Policial. Dezembro, 1942, p. 45. "A máscara, e ... o rosto" (do London Daily Mirror)

humorístico, as caricaturas conduzem o leitor a observar e interpretar a imagem, a partir de um suporte mental que remonta a um determinado contexto político. O discurso da charge dirigia-se a sujeitos socialmente situados, já inscritos em um determinado contexto ideológico. Somente esta condição permitia que seus receptores decodificassem as referências ativadas, cooperando na construção de sentido das imagens. Caso as informações

oferecidas pela imagem não se convertessem em signos legíveis, acabariam não sendo percebidas e cairiam no vazio, e, conseqüentemente, não ingressariam no circuito comunicacional.

<sup>656</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1993, p. 98.

<sup>657</sup> Idem, p. 99.

*A intervenção da charge no mundo cultural inicia-se pelo reconhecimento de significantes já existentes e, após, pelo estabelecimento de conexões, que atribuem um sentido determinado à mensagem.*<sup>658</sup>

Para o presente estudo, é importante perceber que as charges, além do seu valor como documento histórico, como depósito das forças ideológicas em ação, são também o espelho de um imaginário político em construção e apresentam-se como “*corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções sociais, pontos de vista, ideologias em circulação*”<sup>659</sup>. As caricaturas mostram, contam, refletem e acompanham, portanto, as principais concepções políticas do Estado Novo, moldando um imaginário coletivo sobre os inimigos do regime autoritário.

*A temperatura ideológica das mensagens é alta, o mostrar e o dizer das charges têm lugar social bem inscrito, pressupondo um reconhecimento enciclopédico considerável.*<sup>660</sup>

Se por natureza as charges são polêmicas, é através de sua análise que se atinge parte das estratégias utilizadas pelos vários segmentos envolvidos no jogo de poder – sejam as autoridades policiais ou as autoridades governamentais – e se reconhece a manipulação de que, consciente ou inconsciente, existem atores e alvos.

Sua leitura é, sem dúvida, exigente. Requer que se compreenda a representação de um mundo às avessas, que aguça pela própria inversão de valores sociais que promove. O autor da charge, que garante o rumo da narrativa “*cumprir um ritual ambivalente, porque conjuga elementos díspares, ao figurar a autoridade e destroná-la e ao apontar a ordem instituída pelo reverso de sua aparência séria*”<sup>661</sup>.

A informação rápida proporcionada pela charge, que seduz, que atrai e que fortalece o vínculo do leitor com a revista, torna as páginas “*Cortando as asas do Nazismo*” uma parada quase obrigatória para a leitura. A seriedade das descrições policiais é quebrada pela linguagem cômica das caricaturas, “*novamente com a*

---

<sup>658</sup> FLÔRES, Onici. *A leitura da charge*. Canoas: Ed. Ulbra, 2002, p. 11.

<sup>659</sup> Idem, p. 10.

<sup>660</sup> Idem, p. 11.

<sup>661</sup> GURGEL, op. cit.

*função de atrair o leitor e, possivelmente, de encaminhá-lo para as matérias mais complexas*<sup>662</sup>.

A produção iconográfica publicada nas páginas de “*Cortando as asas do nazismo*” não pode, no entanto, ser considerada original. A maioria das charges remete a produções estrangeiras, seleções de imagens feitas a partir de importantes jornais do continente europeu e americano. São periódicos de países que apresentam uma postura contrária aos países do Eixo, correlata àquela assumida publicamente pela política brasileira no ano de 1942.

A identificação da origem das caricaturas é apresentada na maioria das vezes juntamente com a imagem. Percebe-se uma infinidade de jornais estrangeiros, uma significativa variação a cada edição da revista. Entre eles destacam-se o *New York Post*, *New York Times*, *Chicago Daily Times*, *Chicago Daily News*, *Daily Mirror*, *Philadelphia Enquirer*, *Punch* (Londres), *London Daily*, *Christian Science Monitor*, *Montreal Gazette*, *La Crítica* (Santiago), entre outros<sup>663</sup>.

A seleção das imagens de jornais estrangeiros atende à necessidade de complementar o discurso descritivo. A escolha das caricaturas esteve diretamente relacionada às concepções políticas dos editores da revista, representantes regionais de um projeto autoritário. A atividade seletiva, a escolha das charges para editoração é o indício claro sobre a preocupação de veicular um único enfoque, na intenção de atuar sobre o imaginário dos leitores de *Vida Policial*.

O sarcasmo das charges é contínuo. Possibilitam um riso de zombaria sobre o contexto político. Adolf Hitler acabou sendo o personagem preferido e mais utilizado, tornando-se o principal alvo de críticas. As características e o comportamento deste protagonista das caricaturas proporcionaram a composição de um determinado estereótipo, baseado em elementos como fraqueza, penúria, fracasso, maldade e crueldade. Fatos que marcaram a derrocada do império nazista e os principais ideais da sociedade nacional-socialista também são apresentados nas charges, nas quais estes elementos recebem uma linguagem humorística,

---

<sup>662</sup> VEDOVATTO. Inez Olinda Baraldi. *Charge na mídia impressa: articulação e efeitos de sentido*. São Leopoldo: Unisinos, 2000, p. 130. (Dissertação de Mestrado).

<sup>663</sup> Além dos jornais citados, cita-se também *Courrier Post* (de Camden), *Atlanta Journal*, *D. Morning News*, *Minneapolis Star Journal*, *Tablet* (de Londres), *St. Louis Despatch*, *Petit Parisien*, *Birmingham Age*, *Democrat and Chronicle*, *Mewyn Peake*, *Melbourne Argus*, *Evening Star* (de Washington), *New Yorker*, *Philadelphia Record*, *Chicago Tribune*, *The National*, *The London Star*, *Great Britain & The East* (Londres), *New York Sun*, *General European Observer*.

corroborando a intencionalidade de criar um determinado imaginário ligado aos nazistas.

Escrita e ilustração se conjugam na maioria das charges apresentadas pela revista *Vida Policial*. A linguagem verbal reforça e complementa determinadas idéias que transitam pelo conteúdo iconográfico. O texto verbal introduz-se na imagem, “*ilustrando o comportamento enunciativo dos personagens criados pelo narrador*”<sup>664</sup> e fazendo com que escrita e ilustração se integrem, dando uma orientação ao sentido que se projeta em um determinado contexto. Em muitas ocasiões é difícil conceber e compreender uma caricatura sem o texto escrito, pois é ele que conduz a interpretação das imagens a um específico contexto.

Em março de 1943 publicava-se nas páginas de “*Cortando as asas do nazismo*” uma charge que remete a uma derrota do exército alemão, diante do desejo e da obstinação de Hitler em invadir e tomar a União Soviética. Para o entendimento da caricatura, a imagem se conjuga com a escrita, propriamente à fala de Hitler: “*Ach, novamente demonstrei ser melhor general que Napoleão – esta é minha segunda retirada de Moscou*”. O caráter híbrido da linguagem presente na charge direciona o entendimento e posiciona a imagem em um contexto plausível e compreensível,



(do “Chicago Sun” de 26-12-42)  
Revista Vida Policial. Março de 1943, p. 33. (extraído do Chicago Sun, 26-12-1942)

torna a linguagem caracteristicamente humorística, sem abandonar o tom irônico e crítico. A derrota de Napoleão Bonaparte, em 1812, ao invadir a Rússia, repetiu-se com as campanhas militares de Adolf Hitler no leste europeu durante a Segunda Guerra Mundial. Ambos retiraram-se fracassados da Rússia. A charge reforça a segunda retirada das tropas alemãs em solo russo, o que justificaria a proeminência de Hitler em abandonar pela segunda vez o território russo, o que o tornaria “melhor” general que Napoleão. Se a idéia é ridicularizar o personagem, a cena e a fala

<sup>664</sup> FLÔRES, 2002, p. 14.

concretizam essa finalidade, na medida em que elementos visuais e verbais auxiliam na transmissão de idéias, associando dois sujeitos a uma fato em comum, provocando o riso e marcando um posicionamento crítico e negativo à imagem do Führer.

Em outras passagens encontra-se a mesma conjugação. O texto breve e o iconográfico completam-se e dão sentido ao discurso, assim como demonstrado na caricatura veiculada na edição de abril de 1943. Trata-se de uma imagem que satiriza, ironiza e fragiliza um dos preceitos mais importantes da ideologia nazista.

Ao submeter a frase “A Super-raça de Hitler. Berlim, cidade de coxos, manetas e cegos...” à imagem, compreende-se o sentido da crítica dirigida aos inimigos. A caricatura é composta por uma cena, na qual aparecem soldados feridos e mutilados, saudando a imagem melancólica de Hitler, presente em um quadro preso a uma parede. A partir dessa representação, constrói-se um mundo às avessas, mas que possui um sentido crítico apurado para um mundo real, principalmente no sentido de atingir o princípio da raça preconizado pelo nazismo. Considerando que o ano de



Revista Vida Policial. Abril de 1943. “A Super-raça de Hitler” (extraído do *Courier Post*, de Cadmen, 21.07.1942).

1942 marca o refluxo do Eixo sobre a Europa, a primeira aparição desta charge, em 21 de julho de 1942, no jornal *Courier Post*, de Cadmen, alude esse contexto, tornando a existência de “coxos, mancos e cegos” uma realidade plausível. Reeditada pela revista *Vida Policial* sete meses mais tarde, ela não perderia o seu significado, diante das constantes derrotas do exército alemão no conflito internacional.

Esta mesma conotação irônica, debochada, habilmente lapidada pelas charges humorísticas reeditadas pela revista, mostra-se na caricatura de dezembro de 1942. Frequentes e famosas foram as aparições e exposições de Hitler às massas,



Revista Vida Policial. Dezembro de 1942, p. 46. “Até 15 de Agosto, hei de dar-vos a paz”. Thomas Dewick, no *Tablet* de Londres.

tanto populares quanto militares. Pronunciando-se ao exército, ao fundo da charge surgem inúmeras cruzes, que lembram o grande número de vítimas provocadas pelas batalhas da Segunda Guerra Mundial. Na representação, o texto transita pela imagem e acaba construindo um jogo de complementaridade. A frase “*Até 15 de Agosto, hei de dar-vos paz*”, de forma isolada, não provocaria sensações esperadas como aquelas geradas pela conjugação da figura e do texto. Cruzes, soldados, Hitler e “*Até 15 de Agosto, hei de dar-vos paz*” compõem um discurso intencionalmente mordaz.



Revista Vida Policial. Setembro de 1942, p. 45. “Que tiapo, o meu tiro foi certo, mas esse picho ainda me agarra pelos fundilhos!” (N. Y. Times)

A “*Europa Subjugada*” foi tema da caricatura impressa em setembro de 1942. Entre os aspectos mais significativos para análise aponta-se a fala do personagem “*Que tiapo, o meu tiro foi certo, mas esse picho ainda me agarra pelos fundilhos!*”, Extraída de um jornal norte-americano, a caricatura precisou sofrer uma adaptação em termos de linguagem, traduzindo a frase original do inglês ao português. Nesse sentido, o texto procurou dar características significativas para construir um sentido inteligível à imagem. Numa clara relação entre o texto e as pessoas de descendência alemã, que muitas vezes expressam um acento característico, buscou-se traçar determinadas características culturais ao personagem da charge para que, conseqüentemente, fosse associado a um determinado grupo social. As palavras “*tiapo*” e “*picho*”, que foram empregadas na fala do personagem que carrega a Europa, demonstram a intencionalidade quanto à manipulação de sentido. No contexto político e policial, alemães e teuto-brasileiros tornavam-se suspeitos em potencial, pois carregavam a marca da germanidade através da sua cultura cotidiana, o que “legitimamente” era relacionado ao mundo do Terceiro Reich. Este fator explicaria o sentido da charge em utilizar uma pronúncia diferenciada para as palavras, no intento de induzir os leitores a realizarem as interpretações esperadas. Além disso, ridiculariza-se o personagem que carrega a Europa; esta, embora subjugada, reage diante da dominação imposta. Ao mesmo tempo utilizam-se algumas palavras que expressam um acento diferenciado, produzindo um efeito inevitável de zombaria, que recai também sobre aqueles que expressam essa pronúncia – em sua maioria, os teuto-brasileiros.

Entre as técnicas e estratégias discursivas das charges, destacadas e analisadas por estudiosos, que produzem mecanismos indicadores da orientação argumentativa dos enunciados, responsável pelo efeito de sentido junto ao leitor, aponta-se a *hiperbolização*. Trata-se de uma técnica argumentativa, cujo escopo é causar impacto, demonstrando, através do verbal e do traço, uma forma maximizada do elemento manifestado em relação a sua dimensão referencial, atraindo a atenção do leitor e possibilitando, na interpretação, o reconhecimento de efeitos de sentido variados<sup>665</sup>.



Coitado... Ele ainda tem de mastigar, para engolir  
("Birmingham Age-Herald")  
Revista Vida Policial. Fevereiro de 1943, p. 42.  
"Coitado... Ele ainda tem de mastigar, para engolir".  
(Birmingham Age-Herald)

Em Fevereiro de 1943, *Vida Policial* publicava a charge, na qual o Führer engolia desconfortavelmente o continente europeu. Hitler manifestou inúmeras vezes sua intenção de dominar toda a Europa, porém, seus planos começaram a ruir em virtude das derrotas do exército alemão frente a outras nações. O exagero presente na imagem demonstra o fracasso das últimas campanhas militares de Hitler, principalmente nas guerras contra a União Soviética, tendo que “engolir” a Europa, sem “mastigá-la”. O exagero na

representação, que causa desproporção, propõe um sentido definido para a inteligibilidade da caricatura.

As estratégias discursivas, como a *hiperbolização*, atualizam uma gama de efeitos de sentido, que vão da simples brincadeira à crítica feroz. O traço comum a todas é o humor, “responsável pelos efeitos de sentido diversos que vão da seriedade à jocosidade”<sup>666</sup>. Nesse universo de recursos, a *ambigüidade* constitui outra estratégia discursiva empregada, cujo duplo sentido ou o jogo de opostos conduz a uma ou várias interpretações. A imagem de Hitler sobre uma montanha de caveiras (Janeiro de 1943, p. 29) é contrastada pela frase “A nova Europa será edificada pelo amor e pela fé do Führer”, numa clara dualidade de idéias, em um

<sup>665</sup> VEDOVATTO. Inez Olinda Baraldi. *Charge na mídia impressa: articulação e efeitos de sentido*. São Leopoldo: Unisinos, 2000, p. 134. (Dissertação de Mestrado).

<sup>666</sup> Idem, p. 136.



jogo de opostos. Este contraste não é, no entanto, vazio de sentido, muito menos anula a intenção do discurso. Esta charge orienta e conduz o leitor a determinadas interpretações, àquelas que correspondem aos interesses de um contexto político mais amplo.

O bem e mal, como já apontado em momento anterior, são duas forças constantes que se opõem ao longo do discurso policial, seja através das matérias editadas pelas reportagens investigativas, seja através da própria iconografia. Um jogo de opostos, que duela incessantemente pelo poder e que legitima a ação policial que combate as sombras sinistras que pairam sobre o mundo civilizado. A “canalha nazi”, o “poder satânico”, os “tenebrosos facínoras”, são os inimigos políticos mais perigosos à nação e que, naquele momento, deveriam ser combatidos.



Revista Vida Policial. Janeiro de 1943, p. 29. “A nova Europa será edificada pelo amor e pela fé do Führer” (“Berliner 12-Uhr Blatt”) do “Weekly Review” - de Londres.

A relação que se faz entre o nazismo e as “forças satânicas”, ao “ânimo maléfico” é expresso em várias caricaturas. *Vida Policial* congregou esse propósito ao longo do texto e a seleção de charges soube habilmente atender esse critério discursivo<sup>667</sup>.

Dentro de uma conjuntura internacional e nacional, a veiculação de charges atendia um propósito específico, na construção de um imaginário sobre perigo e segurança nacional. As imagens permitiam uma apreensão mais rápida, pois são percebidas como totalidades, enfocando as marcas da visualidade em um dado produto cultural. O contexto político é o conjunto de



Revista Vida Policial. Agosto de 1942, p. 39. “Ele vem, Hitler, ele vem...” (Christian Science Monitor, 15.05.1942).

<sup>667</sup> É o caso, por exemplo, das imagens publicadas pela Revista Vida Policial, em agosto e dezembro de 1942, janeiro de 1943.

elementos que intervêm na delimitação de sentido das imagens, definindo e demarcando o discurso próprio da iconografia. Nesta relação, o leitor acaba ocupando uma posição de sujeito em relação aos fatos do próprio discurso.

A recepção do sentido pelo leitor se constrói através da articulação do dito com o não-dito, acionando sua memória para que ela forneça os dados contextuais necessários para a construção do dizer presente<sup>668</sup>. A narrativa exercida pela ilustração constrói uma linguagem que tem compromisso com a realidade ou com a verossimilhança, além de relacionar-se "com as condições de aceitabilidade da referência aos seus próprios signos e o ato da enunciação"<sup>669</sup>. Essa condição constitui um ponto



A espera  
do "Daily Mirror" — de Londres  
Revista Vida Policial. Janeiro  
de 1943, p. 36. "A espera"  
(Daily Mirror, Londres).

essencial para que as charges políticas, relativas ao contexto da Segunda Guerra Mundial, pudessem compor referências inteligíveis, de modo que os discursos enunciados fossem reconhecidos, aludindo a um mundo vivido, real.

Pela dimensão lacunar apresentada pelas charges, a delimitação de sentido é complementada pela interpretação que o leitor realiza, obrigado-o a preencher os claros, a fim de construir um significado. As representações visuais, que são



Polônia? Noruega? Holanda? Bélgica? França?  
— Vamos, "Heil, Hitler!"  
Revista Vida Policial. Fevereiro de 1943, p. 35.  
"Polônia? Noruega? Holanda? Bélgica?  
França? - Vamos, Heil, Hitler!"

compostas pelas caricaturas feitas sobre Hitler e a Segunda Guerra Mundial, inter-relacionam-se com as representações mentais – imagens da nossa mente –, que são as visões, as fantasias e os modelos construídos socialmente. É pertinente afirmar, portanto, que, para a construção de um imaginário sobre "perigo nazista" e segurança nacional, essa afinidade entre representações mentais e visuais foi essencial para a leitura das charges, que carregam consigo um discurso político e ideológico muito bem definidos. Os dois domínios apresentam uma inter-relação importante, pois "não há representações visuais

<sup>668</sup> FLÔRES, 2002, p. 32.

<sup>669</sup> Idem, p. 26.

*que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não nos parece possível existirem imagens que não tenham qualquer vínculo com o concreto visualizado por nós*<sup>670</sup>.

Além dessa relação de complementaridade, a linguagem iconográfica das charges proporcionava uma forma de conhecimento acentuado através da interatividade, induzindo um *pensar metaforicamente*. Compreender o discurso das charges é entender uma linguagem metafórica, uma coisa em termos de outra, já que ao lado da informação manifestada, objetiva, há todo um conjunto de informações subjacentes que precisam ser desveladas<sup>671</sup>.

Escancarar o perigo à nação brasileira constituía uma tarefa imperiosa e através da iconografia construíam-se imaginários pertinentes ao contexto ideológico e político do Estado Novo, promovendo certa homogeneidade, unidade e coesão. Diante de um discurso manipulado, inimigos nazistas, *filo-fascistas* e *quinta-colonistas* tornavam-se centro das agressões, legitimadas pela questão de segurança e soberania.

Falar, portanto, através das charges, veiculadas por uma importante revista policial, sobre as questões políticas mais pertinentes à época, traduzia a necessidade de expressar de forma pública assuntos de caráter nacional, de extrema relevância a todos os cidadãos do país. A questão política, que transita livremente pelos traços da imagem, entrelaça-se de forma sutil, mas influente, com o humor. Um recurso decisivo para concretizar a manipulação do imaginário, na medida em que a ironia e a crítica se confundem facilmente com o humor político.



**SABOTAGEM**  
— “Suas vacas estão presas e serão condenadas a campo de concentração, por sabotagem do leite”.

Revista Policial. Março de 1943. “Sabotagem. - Suas vacas estão presas e serão condenadas a campo de concentração, por sabotagem do leite”.

O humor presente nas caricaturas desempenha um papel social e político importante para a estruturação da revista *Vida Policial* e da série “*Cortando as asas do nazismo*”. Através do humor, buscava-se transmitir uma determinada versão dos fatos, uma verdade manipulada. Mesmo que as charges despertassem o riso, seu compromisso maior para a revista constituía-se em analisar e apresentar criticamente uma realidade

<sup>670</sup> Idem, p. 25.

<sup>671</sup> VEDOVATTO, 2000, p. 153.

“perigosa” ao Brasil, que poderia ser invadido, tomado e dominado por forças estrangeiras, destruindo uma das importantes idealizações estadonovistas: a brasilidade.

Produto amplamente utilizado nos meios de comunicação impressa, o humor é fator facilitador de comunicação e de integração. “*É espíritosidade, esperteza e alegria; é possibilidade de apresentar a realidade sob outro ângulo, é permissão de desmistificar valores e pessoas*”<sup>672</sup>. Além disso, o humor acaba envolvendo uma estrutura dialética, de negação e de afirmação, gerando conflitos e desequilíbrios. Ao satirizar e criticar, defende a “verdade”, que pretende ser publicada. Empregado à política, o humor utilizado na revista policial tem finalidades definidas, expondo o inimigo ao ridículo, fazendo vacilar as suas melhores reputações, destruindo ou desfazendo os simulacros, desconfigurando e reconfigurando às avessas as imagens de marca, das quais dependem os níveis de sua popularidade<sup>673</sup>.

A exposição ridícula do grande inimigo, da ideologia totalitária e das derrotas no conflito mundial constituem grande parte dos assuntos das charges publicadas pela imprensa policial. Tratam-se, dessa forma, de temas políticos importantes à época, representados, ao mesmo tempo, de uma maneira lúdica e crítica, com a intenção de destruir a falsa autoridade e a falsa grandeza daqueles que são submetidos ao escárnio<sup>674</sup>. Pelo seu caráter transitório, o humor político explora características específicas de determinados políticos ou de momentos da História, assim como ocorre com as caricaturas de *Vida Policial*, que apresentam sua posição ideológica a partir de um ângulo de ludicidade.

A análise crítica, a sátira e a provocação são elementos pertinentes do humor político das caricaturas, que suscitam uma trilha de concepções favoráveis ao Estado Novo, ao seu discurso e às ações policiais de perseguição, repressão e eliminação do perigo iminente no meio social brasileiro. A produção, e neste caso, a seleção das charges realizada pela revista *Vida Policial*, se expressa através de uma posição política de “anseio nacional”, que transcorre da simples diversão à crítica agressiva e destruidora do discurso iconográfico.

*A charge, quer na simplicidade gráfica do desenho, quer no agenciamento de situações enunciativas desenvolvidas, quer nas angulações dos enquadramentos de*

---

<sup>672</sup> Idem, p. 142.

<sup>673</sup> Landowski, Eric, 1995, p. 66.

<sup>674</sup> PROPP, 1992 apud VEDOVATTO, 2000, p. 145.

*cada imagem, tem interesses formais: produzir modelos críticos, satíricos e metalingüísticos, impondo-se política estruturalmente no campo das especulações gráficas...*<sup>675</sup>

Nesse conjunto de elementos recorrentes na elaboração das charges produzem-se significados importantes para discussão e reflexão. Novamente volta-se à questão da construção dos imaginários, enquanto as charges condensam os embates políticos e a demonstração de que há um inimigo. A revista *Vida Policial*, especificamente em suas séries “*Cortando as asas do nazismo*” e “*Astros da Quinta Coluna*”, procurou repercutir no imaginário social e político de muitos leitores. Também as charges integram-se nesse conjunto de estratégias de persuasão e, de forma especial, as charges condensam os embates, as lutas e jogos de opostos de uma maneira descontraída, lúdica, mas inegavelmente pontual e sarcástica.

Se em muitos casos Hitler, Mussolini e Tojo foram retratados de forma cômica, ou se em outros as imagens retratavam as derrotas no campo militar dos países do Eixo, o discurso iconográfico não deixou de lado as preocupações mais importantes quanto à tarefa da revista, no intuito de persuadir, comover e mobilizar os cidadãos. A importância das caricaturas no imaginário político sobre o nazismo



Revista *Vida Policial*. Fevereiro de 1943, p. 43. “A verdadeira França e a Nova Ordem” (Philadelphia Enquirer).

coloca-se de igual importância quanto às matérias e às séries fixas publicadas pelas edições da revista, que da mesma maneira, buscavam interagir com o leitor, demonstrando percepções sociais condizentes às estruturas de poder vigentes no país.

Como afirma Roger Chartier, “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios

<sup>675</sup> VEDOVATTO, 2000, p. 157.

*indivíduos, as suas escolhas e condutas*<sup>676</sup>. Nesta perspectiva, as charges constituem fontes históricas nas quais se impregnam o imaginário social e político, reconhecido pelo fato de construírem estratégias para condensação da ideologia dominante, que despreza o inimigo e que o quer eliminado. Assumindo, portanto, um discurso coerente com o projeto nacional, as charges direcionavam suas concepções segundo a realidade social estruturada por um determinado segmento da sociedade, na qual se inseriam os diferentes grupos sociais<sup>677</sup>.

Os princípios de inteligibilidade aplicados às caricaturas fazem emergir as diferentes representações que a Polícia Política e que os redatores da revista procuraram controlar, relacionadas clarivamente a questões de poder e de dominação. Coloca-se em evidência uma verdadeira luta, na qual prevalece exclusivamente a visão autoritária sobre o nazismo, o inimigo número um. Os mecanismos das charges delimitam e apresentam a criatividade da instituição em buscar impor a lógica policial, cujos valores e a concepção de mundo se fazem presentes nesta dinâmica. Para tanto, o humor também fez parte do discurso, tratado pelos redatores da revista como “*humorismo sadio*”, uma “*manifestação sincera e espontânea do otimismo, [...] um dos fatores decisivos da vitória absoluta da Polícia Rio Grandense sobre os inimigos do País, [...] em face dos ridicularmente presunçosos astros da quinta-coluna*”<sup>678</sup>.

O domínio do discurso se projeta, por fim, sobre aqueles a quem se dirige a produção textual ou imagética. Os receptores das mensagens são os sujeitos capazes de agir de forma a assimilar ou rejeitar o conteúdo. Em ambos os casos, a atuação do simbólico ocorre no campo do imaginário.

O momento lúdico, racional, político e irônico estão imbricados nas diferentes imagens publicadas pela revista. Todas elas procuraram construir um sentido objetivo e persuasivo, tornando-se elementos discursivos, carregados por uma forte conotação ideológica. Sua produção, seleção, e impressão demonstram as concepções políticas adotadas no plano regional por sujeitos que executam um projeto diretamente ligado às esferas mais amplas de poder no cenário nacional.

---

<sup>676</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 17.

<sup>677</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>678</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Outubro de 1942, p. 13.

#### 4.4.3 Fotografias e documentos: a prova do crime

A linguagem centrada em símbolos, alegorias, representações e caricaturas é, seguramente, uma das marcas do texto jornalístico da revista *Vida Policial*. A elaboração de um discurso peculiar procurou congregar eficiência e persuasão, através de argumentos racionais de convencimento. Para tanto, a apresentação de textos exclusivamente descritivos ao leitor teriam um efeito diferente dos que de fato foram editados pela revista. Palavras poderiam não ter tanta credibilidade, ou não apresentariam um forte conteúdo emocional se estivessem dispostas de forma exclusiva na estrutura da revista. Porém, a organização do corpo discursivo construiu-se de forma mais ampla, associando diferentes recursos às reportagens, na intenção de criar referenciais efetivos, nos quais o leitor pudesse confiar. Desse modo, a eficiência da mensagem dependia diretamente da qualidade de sua forma e não podia ser destituída de sentidos estéticos<sup>679</sup>.

A estética, neste caso, refere-se à utilização de um grande número de imagens, integradas aos textos das séries que trataram sobre a temática do nazismo. São reproduções de fotografias e de documentos oficiais que remetem à exposição e à descrição de episódios envolvendo indivíduos, espiões, grupos, sociedades, associações, todos sob a acusação de estarem envolvidos com as propostas nacional-socialistas.

Na tentativa de avançar na compreensão do discurso textual e imagético de *Vida Policial*, o texto segue com a seleção de algumas imagens publicadas em diferentes números da revista, especialmente as que foram editadas para a série “*Cortando as asas do nazismo*”, entre os anos de 1942 e 1944. A partir delas, pretende-se traçar peculiaridades que correspondam ao uso desses recursos, na tentativa de estabelecer um diálogo coerente entre as estratégias envolvidas na utilização delas e o significado que assumem ao serem expostas ao público leitor. A partir desta investigação, valendo-se das experiências não-verbais, pretende-se colocar as imagens como importantes evidências históricas, pois registram atos de testemunho ocular<sup>680</sup>.

---

<sup>679</sup> GOMES, Angela de Castro. *Propaganda Política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940*. In: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (org). Intelectuais: sociedade e política, Brasil – França. São Paulo: Cortez, 2003, p. 121.

<sup>680</sup> BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. Imagem e História*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 17.

Entre as narrações sobre episódios envolvendo a temática nazista, o uso de imagens transformou-se em elemento significativo para a produção de mensagens aos leitores da revista. Enquanto o texto apresentava uma considerável riqueza descritiva, com a apresentação de minuciosos detalhes sobre os personagens nazistas da série policial e suas ações consideradas criminosas ao contexto político e social da época, as imagens ofereciam uma espécie de cenário aos fatos expostos, dialogando com os textos que se encontravam dispostos, normalmente, em torno delas. Mas isso não reduz o papel que elas poderiam desempenhar independentemente, como uma unidade de manifestação auto-suficiente, um todo de significação, suscetível de análise<sup>681</sup>.

Dispostas aos textos, as imagens expressavam a sua autonomia e não dependeram exclusivamente das reportagens para produzir textos e discursos. Na tarefa de denunciar tramas e agentes nazistas, tais recursos exploraram questões de visualidade, importantes elementos de um programa político determinado a persuadir e convencer leitores, procurando produzir impactos na imaginação histórica através das imagens<sup>682</sup>.

A partir dessas evidências aceitáveis<sup>683</sup>, as experiências presentes naquele momento histórico podem ser reconstruídas. As fotografias, por exemplo, organizavam o cenário e podem, dessa maneira, reconstruir parte da história referente ao nazismo e ao imaginário, vinculados, principalmente ao contexto da organização policial do Estado Novo.

Sem esquecer, no entanto, que a possibilidade de encontrar um caminho para chegar a este passado, encontra-se “contaminado” por intermediários, o que exige cuidado e tranqüilidade na leitura dessas fontes históricas. Significa dizer que a escolha, a seleção, a organização, a disposição de imagens ao longo dos textos das reportagens seriadas estiveram ligadas a indivíduos que desempenharam suas obrigações. Portanto, a leitura desses recursos visuais merece atenção especial porque representam um único ponto de vista, considerando os intermediários que se colocam entre as fontes e o historiador.

---

<sup>681</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion, MAUAD, Ana Maria. *História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 404.

<sup>682</sup> HASKELL, Francis apud BURKE, 2004, p. 16.

<sup>683</sup> Termo utilizado por Peter Burke. Segundo Burke (2004, p. 16), “o uso de imagens por historiadores não pode e não deve ser limitado à “evidência” no sentido estrito do termo”.



De uma maneira geral, todas elas correspondem a uma mesma categoria, a de constituírem indícios suficientemente incriminatórios, que denunciam e que comprovam a presença do nazismo. Entre as diversas imagens publicadas pela revista *Vida Policial*, grande parte delas pode ser associada a questões analisadas ao longo desta investigação, correspondentes a algumas representações apresentadas até aqui. Estas imagens procuraram corroborar pontos de vista, preconceitos, representações e um imaginário integrado ao “perigo nazista”. A princípio, seriam fontes não tão confiáveis, pois desempenhavam funções específicas, distorcendo realidades. Porém, elas “*compensam essa desvantagem ao oferecer substancial evidência num outro nível, de tal forma que historiadores possam transformar defeitos numa qualidade*”<sup>684</sup>, elucidando questões relacionadas às representações e às finalidades atribuídas ao conjunto imagético da revista.

Neste sentido, feitas para comunicar, as fotografias editadas para os diferentes números da revista constituíram marcas visuais importantes sobre a temática do nazismo, criando pontos de referência quanto à credibilidade de informações descritas nas páginas de cada exemplar, podendo expressar e testemunhar, de forma mais clara, o que as palavras não conseguiam colocar. Embora realizassem um processo de distorção, na medida em que são produzidas, organizadas e selecionadas pela Repartição Central de Polícia, desempenhando funções específicas para a instituição, elas procuraram condicionar mentalidades, ideologias e identidades.

Além de provas e testemunhas, todas as imagens publicadas atuaram na formação de representações sobre o “outro”. Tratava-se de uma construção intencional, preocupada em apontar e desqualificar o inimigo nazista. Apresentadas ao público leitor, imagens técnicas e mentais puderam interagir entre si “*num fascinante processo de criação/construção de realidades – e de ficções*”<sup>685</sup>, uma comunicação e um diálogo, um dinamismo paradoxal, diante da estaticidade das imagens, na representação de um objeto, de um ato ou de manifestações ausentes. Eram dispostas à exposição pública para que se tornassem eternamente (re)apresentados<sup>686</sup>, provas de atentados perigosos contra a soberania do Brasil. Enfim, uma possibilidade de direcionar-se no tempo em direção aos cenários e

---

<sup>684</sup> BURKE, 2004, p. 37.

<sup>685</sup> KOSSOY, Boris. *O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 49, 2005, p. 36.

<sup>686</sup> KOSSOY, 2005, p. 35.

situações sobre o nazismo apresentados pelas imagens, produzindo confiabilidade às descrições policiais, que se engajam na construção de suas “verdades”. As fotografias constituíam estratégias discursivas na tentativa de conduzir os leitores da revista a seguirem linhas de interpretação pré-estabelecidas, baseadas nestes pontos de referência.

Deste modo, algumas imagens, encontradas pela polícia com os suspeitos e acusados, foram reproduzidas como provas de crimes. Eram relacionadas ao corpo textual das reportagens e tornavam-se provas suficientemente convincentes à polícia, inclusive, para serem exibidas aos leitores, certificando-os e convencendo-os sobre as denúncias divulgadas nos exemplares da revista.

As legendas dispostas a cada fotografia permitiam identificar a especificidade da representação visual, associada a pessoas ou a grupos sociais. Reforçava-se, em algumas delas, a noção de evidência aceitável para que as acusações fossem realmente plausíveis, remetendo, assim, a códigos de reconhecimento que indicavam traços pertinentes e caracterizantes do conteúdo<sup>687</sup>. Ao mesmo tempo, as frases reproduziam valores, denominações e explicações pertinentes ao discurso verbal das páginas da série.

Na primeira edição de “*Cortando as asas do nazismo*”, datada de fevereiro de 1942, foram publicadas imagens que correspondiam à temática do nazismo. Entre elas, uma fotografia que registrava uma grande concentração de pessoas, em Porto Alegre, em outubro de 1937, atribuída a um encontro nazista. Sob o título de



Revista Vida Policial. Fevereiro de 1942, p. 27

“*Concentração Monstra*”, identifica-se na imagem algumas bandeiras com a cruz gamada, bem como alguns braços esticados, o que poderia lembrar a saudação típica do nazismo. Como elemento obrigatório, encontrava-se uma legenda sugestiva acompanhando a imagem.

---

<sup>687</sup> ECO apud CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 404.

### CONCENTRAÇÃO MONSTRA

*dos nazistas de Porto Alegre, realizada no campo do “Grêmio Desportivo Renner”, em fins de outubro de 1937, supervisionada pelo então Cônsul Friedrich Ried, obrigado a deixar o Brasil e, posteriormente, expulso dos Estados Unidos, devido suas atividades subversivas.*<sup>688</sup>

Mesmo que o ano indicasse uma diferença de mais de quatro anos entre a produção da imagem e a sua publicação no periódico policial, ela fundamentava uma prova concreta sobre a existência do nazismo. Além disso, a prova e o testemunho de uma concentração pressupunham um aglomerado considerável de pessoas, o que conseqüentemente podia comprovar o grande número de nazistas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil.

O descerramento de fotografias, demonstrando manifestações consideradas nazistas, ocorreu em praticamente todos os exemplares. Reforçavam idéias contidas nos textos, como a acusação atribuída aos alemães nazistas de colaborarem para a formação dos “quistos étnicos”, bem como, denúncias conferidas a associações, sociedades germânicas e festividades do calendário nazista.



Revista Vida Policial. Abril de 1942, p. 40.

*Os agentes a serviço de Berlim e a propaganda nazi fanatizavam tudo: homens, mulheres e crianças, dando-lhes a impressão de uma vida nitidamente alemã, em pleno Brasil. Desse meio escolhiam os elementos mais acessíveis, aqueles que resultavam psicológica e economicamente adaptáveis, para seus informantes no serviço de espionagem esfacelado pela nossa Polícia. O clichê mostra a comemoração do “Dia do Trabalho”, em Pelotas.*<sup>689</sup>



Revista Vida Policial. Maio de 1942, p.

*Aspecto geral da Festa de Natal, de 1938, na Sociedade Germânica, vendo-se a totalidade dos participantes, fazendo a saudação nazista. Todos eles, permaneceram surdos à advertência que, a 9 de julho de 1932, no artigo intitulado “O hitlerismo entre nós”, publicado no correio do Povo”, lhes endereçaram personalidades de destaque, brasileiros patriotas, de descendência alemã.*<sup>690</sup>

<sup>688</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Fevereiro de 1942, p. 27.

<sup>689</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Abril de 1942, p. 40.

<sup>690</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Maio de 1942, p. 34.



Revista Vida Policial. Maio de 1942, p. 35

*1.100 homens fardados, em Porto Alegre, sob o comando de chefes nazistas. Para que esse espalhafatoso aparato, aqui, no Brasil, que acolheu os alemães com carinho e cavalheirismo?*<sup>691</sup>



Revista Vida Policial. Janeiro de 1943, p. 31.

*A banda de música do N.S.D.A.P. – tal como se apresentava nas solenidades.*<sup>692</sup>



Revista Vida Policial. Dezembro de 1942, p. 39.

*Nos “bons” tempos em que o nazismo dava espectáculos gratuitos aos nazistas pobres... de espírito.*



Revista Vida Policial. Janeiro de 1943, p. 37

*O Pavilhão Nacional aparece nesta fotografia asfixiado brutalmente pelas indesejáveis bandeiras Alemã e Nazista.*<sup>693</sup>

<sup>691</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Maio de 1942, p. 35.

<sup>692</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Janeiro de 1943, p. 31.

<sup>693</sup> Idem, p. 37.



Revista Vida Policial. Janeiro de 1943, p. 39.

*...E assim, com diversas bebidas e fotografos, se inculcia o nazismo no parco intelecto dos colonos obtusos e vaidosos.*<sup>694</sup>

Evidências, portanto, existiam e as imagens poderiam persuadir e satisfazer os leitores sobre a ameaça real do nazismo. No entanto, a partir disso, vale expor questões significativas levantadas pelo historiador Peter Burke, sobre quem estava contando a história, para quem e quais poderiam ter sido suas intenções ao assim fazê-lo<sup>695</sup>.

A estrutura discursiva, concebida por redatores pertencentes à Repartição Central de Polícia, expressava um olhar sobre os fatos e acontecimentos pertinentes à perseguição aos nazistas no Brasil. Colocavam em prática planos para coibir a ação de inimigos, formando uma estrutura repressiva de combate às ideologias consideradas nocivas ao país. A versão dos fatos pertencia exclusivamente a esta instituição, podendo ser a única veiculada pela mídia. Existia um controle rigoroso, por parte da polícia e de departamentos de censura, com o objetivo de anular posturas opostas. Sendo assim, destinada a leitores espalhados pelo Rio Grande do Sul e também por outros estados do Brasil, distribuía-se a esses indivíduos sociais uma única perspectiva, procurando condicioná-los a representações sociais forjadas e manipuladas, que conseqüentemente poderiam atuar no imaginário social dos leitores. O conjunto de imagens, relacionado a esta qualidade, possuía uma vantagem particular como testemunho da presença nazista, pela fácil, rápida e clara comunicação que exerciam sobre um processo aparentemente complexo, o que um texto levaria muito mais tempo para descrever e, provavelmente, de forma mais vaga<sup>696</sup>.

Se a atenção for voltada a outro detalhe das imagens exibidas anteriormente, perceber-se-á que algumas delas mencionam datas muito anteriores à publicação. Isso significa dizer que, embora algumas manifestações nazistas tenham sido

---

<sup>694</sup> Idem, p. 39.

<sup>695</sup> Burke, 2004, p. 193.

<sup>696</sup> Idem, p. 101.

introduzidas no ambiente social brasileiro antes da proibição da existência de partidos políticos pelo Estado Novo e que elas representassem detalhes destas ocasiões, indícios desse tempo foram utilizados para que se fizessem incriminações, conferidas, principalmente, a elementos que detinham esses registros, em forma de fotografias, em arquivos pessoais.

Por estas artimanhas projetava-se a presença de um nazismo constante, amplo e volumoso. Os excessos aplicados às representações do nazismo devem ter ocasionado, provavelmente, reações contestadoras, como por exemplo, as que se manifestaram a partir da obra de Aurélio da Silva Py, “*A Quinta-Coluna no Brasil*”. Neste caso, um pastor registrara observações ao longo da obra de Py para inocentar o seu colega, o que acabou acarretando em sua própria prisão<sup>697</sup>.

No caso de pastores, as imagens também passariam a reforçar as acusações que recaíam sobre estes indivíduos e sobre os seus estabelecimentos de atuação, assim como ocorria na composição retórica dos fatos sobre a atuação do Nacional-Socialismo. Reforçavam-se novamente as condenações e representações sobre a Igreja Luterana e o Sínodo Riograndense, como instituições ligadas à Chancelaria do Terceiro Reich, seguidoras fiéis das determinações nazistas.



CONTROLE NAZISTA SOBRE A IGREJA PROTESTANTE  
Revista Vida Policial. Fevereiro de 1942, p. 27.

#### **CONTROLE NAZISTA SOBRE A IGREJA PROTESTANTE**

Nesta fotografia está a prova eloqüente de como o Nazismo controla a Igreja Protestante, pois chega ao ponto de envergar, de reformar as traves laterais e horizontais da Cruz de Cristo para uma cruz “gamada”.

E se vencesse a “Nova Ordem”, então o símbolo da “Cruz Gamada” substituiria o da cultura cristã e o princípio da destruição viria a ser Evangelho.

Por isso, o Brasil desfraldou o pavilhão: PELA LIBERDADE E PROGRESSO, CONTRA A ESCRAVIDÃO ESPIRITUAL E DECADÊNCIA”.<sup>698</sup>

<sup>697</sup> Cf. DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2003. 2ª edição; Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Novembro de 1943, p. 35.

<sup>698</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1942, p. 27.



Revista Vida Policial. Março de 1942, p. 37.

O Pastor Evangélico, Bertold Engelhardt, predicado em plena missa campal, num ambiente genuinamente hitlerista, no interior do município de Santo Ângelo, em cujo território fez nome como doutrinador e adepto dos “camisas pardas”, estando presentemente recolhido a um presídio, em “gozo de férias”..., concedidas pelas “sexta coluna”...<sup>699</sup>



Revista Vida Policial. Março de 1942, p. 37

A Igreja Evangélica Alemã sempre foi uma das vigas mestras do Nacional-Socialismo, podendo ser considerada um verdadeiro sustentáculo do Nazismo no estrangeiro. Na nota gráfica supra, vê-se o Presidente do Sínodo Rio-Grandense, Dr. Hermann Dohms, acompanhado de outros sacerdotes luteranos, descendo a escadaria do templo de São Leopoldo, entre as alas da “Juventude Nazista, sob a saudação característica: “Heil Hitler”<sup>700</sup>.

O conteúdo dos referenciais visuais, principalmente ligado às questões de denúncia e de crime, presentes na série policial, dependeu tanto do contexto ao qual se relacionavam, quanto a sua visualidade específica, a sua forma. Segundo Artur Freitas, a dimensão semântica se origina da interpretação desses dois aspectos, da qual nascem os significados atribuídos pelo sistema de referências e valores de um observador concreto. Nesse processo de compreensão das imagens, elas passam a

<sup>699</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1942, p. 37.

<sup>700</sup> Idem, ibidem.

constituir uma relação de atribuição<sup>701</sup>, criando representações sobre determinadas coisas e objetos, resgatando o que concretamente encontra-se ausente.

Assim, além de fotografias, outras formas visuais fizeram parte das reproduções, quanto à composição de provas incriminatórias, substituindo o concreto ausente pela apresentação de sua representação, ou seja, a imagem. Fazem parte desse acervo figuras que reproduziram documentos oficiais, ligados a instituições nazistas, correspondências oficiais, certificados de alistamento, cartas privadas, cartazes e símbolos próprios do nazismo.

Mesmo que a maioria dos documentos estivesse escrita em língua estrangeira, a sua reprodução era acompanhada por traduções, confirmadas como fiéis ao texto original, pela transcrição realizada por tradutores da Repartição Central de Polícia. Tratadas como provas irretorquíveis pela polícia, eram trunfos importantes para autenticar as denúncias contra as condenáveis proposições dos nazistas.

*Este documento dispensa qualquer comentário, pois as palavras escritas do orador deixam patente o papel que o nazismo reservara aos de descendência alemã [...]*<sup>702</sup>

Muitos desses documentos reproduzidos pela revista resultavam de apreensões realizadas pela polícia, durante investigações sobre determinados suspeitos. Quando encontrados, tornavam-se materiais comprometedores. Dependendo da documentação, poderia expressar o “grau de periculosidade” de cada indivíduo, de propagador das idéias nazistas a espião internacional do Terceiro Reich. Documentos extensos foram reproduzidos de forma integral ou fragmentada, dependendo do conteúdo que comportavam e da utilidade que pudessem representar para complementar e reforçar o discurso.

A incidência desse tipo de imagens pode ser constatada principalmente nos meses iniciais da série, perdendo freqüência com o passar das edições, quando se tornam esporádicas e os documentos apreendidos passam a ser somente mencionados pelos textos das reportagens. Esta constatação, porém, não pode ser aplicada às fotografias, que sempre foram usadas de forma intensa, em todos os

---

<sup>701</sup> FREITAS, Artur. *História e imagem artística: por uma abordagem tríplice*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n° 34, 2004, p. 13.

<sup>702</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1942, p. 30.



momentos da série, pela linguagem mais clara e objetiva proporcionada aos leitores. Mesmo que os documentos e as fotografias apresentassem propostas comuns ao conjunto da série policial, estas poderiam proporcionar, talvez, efeitos previsíveis, já que não necessitavam de traduções para serem lidas por qualquer leitor, ao contrário de muitos documentos.



Cheque emitido contra a conta “Auslands-Organisation”.<sup>703</sup>

Revista Vida Policial. Fevereiro de 1942, p. 42.



Certificado fornecido pelo “Deutsches Konsulat” a Henrique Blome pai, em 1939.<sup>704</sup>

Revista Vida Policial. Junho de 1943, p. 22.



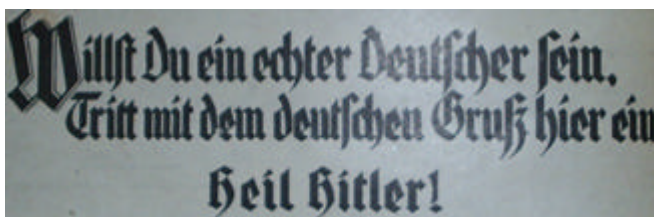
Bônus de guerra encontrados entre os documentos apreendidos em poder de Weidmann.<sup>705</sup>

Revista Vida Policial. Outubro de 1942, p. 34.

<sup>703</sup> Idem, p. 42. A reprodução deste cheque faz parte de uma descrição, relacionando um banco alemão (Banco Alemão Transatlântico) com a Organização para o Exterior do N.S.D.A.P, reconhecida pela polícia como um dos departamentos mais importantes e perigosos do partido.

<sup>704</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Junho de 1942, p. 22. Este atestado referia-se ao alistamento militar alemão, no consulado de Porto Alegre, exigido a alemães do Reich estabelecidos em outros países, tendo em vista a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939.

<sup>705</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Outubro de 1942, p. 34.



Revista Vida Policial. Novembro de 1942, p. 38.

TRADUÇÃO: - “Queres tu ser um legítimo alemão? Então entra aqui com a saudação alemã: Salve Hitler!”

Este cartaz pertenceu ao núcleo da D.A.F., de Santa Cruz do Sul; Docter o recebeu, de “presente”, junto com diversos jornais e outros impressos, conservando-o em sua casa.<sup>706</sup>



Revista Vida Policial. Dezembro de 1942, p. 37.

Bônus, pró construção da “Deutschen Kriegerkameradschaft” na Vila Elsa.<sup>707</sup>

Algumas cartas, pertencentes a entidades ou a particulares, foram dispostas nas páginas de *Vida Policial*. Não era, no entanto, uma forma comum de reproduzir estas provas, pois muitas correspondências eram citadas diretamente a partir da transcrição, sem que se apresentasse a original. Tal procedimento poderia estar ligado aos interesses de veiculação de documentos como provas de acusação, na medida em que algumas mensagens apresentavam um conteúdo mais objetivo e inteligível. A correspondência a seguir, por exemplo, reproduzida a partir de sua original, em fevereiro de 1942, era acompanhada somente por um legenda. Escrita em alemão, correspondia à União dos Combatentes Alemães no Brasil – *Deutscher Reichskriegerbund* – e o seu conteúdo tornava-se explícito na escrita textual da reportagem. Segundo a matéria, a entidade solicitava a remessa de exemplares de jornais que tivessem anúncios e propagandas do filme “*Im gleichen Schritt und Tritt*” (Ao mesmo passo e compasso), assim como críticas e impressões sobre a obra cinematográfica. O delito, neste caso, relacionava-se ao interesse pelo filme, tido como militarista e de caráter nazista, além, é claro, da própria origem e finalidade daquela sociedade, que, com ou sem filme, representava uma ameaça.

<sup>706</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Novembro de 1942, p. 38.

<sup>707</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Dezembro de 1942, p. 37. A “*Kriegerkameradschaft*” era uma entidade que reunia ex-combates alemães da Primeira Guerra Mundial, emigrados para o Brasil. Documentos relacionados a ela eram tratados como provas para denúncias sobre germanismo e nazismo.



Revista Vida Policial. Fevereiro de 1942, p. 31.

### ORIGINAL

da carta endereçada pelo Fuehrer VON HARDT, capitão de cavalaria, supremo mandatário da “UNIÃO DOS COMBATENTES ALEMÃES DO BRASIL”, ao camarada STEPPE, Fuehrer do “CÍRCULO DO RIO GRANDE DO SUL”, cuja sede era em São Paulo, à avenida São João, 324, onde se utilizava também, da Caixa Postal 2.629 e do Telefone 4-3825.

O emblema que se nota no cabeçalho, à esquerda, patenteia a natureza nazista da organização.<sup>708</sup>

O detalhe da carta – o distintivo da organização –, além do conteúdo que era atribuído a ela, eram evidências bastante aceitáveis sobre a nazificação daquela sociedade. Esse mesmo emblema era destacado separadamente no mesmo exemplar, em algumas páginas anteriores, destacada a sua transformação para que se tornasse um símbolo eminentemente nazista, como demonstra a imagem a seguir.



Revista Vida Policial.  
Fevereiro de 1942, p. 28

### PODERÁ HAVER DÚVIDA?

Absolutamente não poderá haver dúvida quanto ao caráter genuinamente hitlerista da “Sociedade dos Combatentes Alemães de Porto Alegre”.

Evidência tal, de relevo, o próprio distintivo.

Acima, se vê o ANTIGO modelo (sem a “Cruz Gamada”) e o atual, que ostenta o emblema da ditadura mais repudiada do mundo.<sup>709</sup>

A data da correspondência expõe novamente a problemática da temporalidade, pois encontra-se o registro de 24 de novembro de 1936. Seriam, então, quase seis anos para que a carta fosse publicada pela revista *Vida Policial*. Certamente, para a polícia não existiam prazos de validade aplicados a documentos,

<sup>708</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Fevereiro de 1942, p. 31.

<sup>709</sup> Idem, p. 28.

pois o objetivo centrava-se principalmente na exposição da presença Nacional-Socialista no Brasil, cuja atuação remetia a um período consideravelmente anterior de atuação.

Em relação ao conteúdo da carta, a alusão ao filme “*Im gleichen Schritt und Tritt*”, considerado pelas autoridades policiais uma produção de caráter militarista e nazista, confirmava as propostas e os interesses atribuídos à União dos Combatentes Alemães no Brasil. O mesmo filme foi retratado na mesma edição, em outra passagem fotográfica, na qual era exposta a fachada de um cinema, com a indicação da exibição daquela película tão comprometedora.



Revista Vida Policial. Fevereiro de 1942, p. 30.

#### **O CINE-TEATRO IPIRANGA**

Elegante centro de diversões do bairro “Floresta”, com a sua fachada completamente “conquistada” pela propaganda de Goebbels, por ocasião da exibição do filme de caráter militarista e nacional-socialista “*Im gleichen Schritt und Tritt*” (Ao mesmo passo e compasso), mandado focar por VON HARDT, Capitão de Cavalaria, Fuehrer da “UNIÃO DOS COMBATENTES ALEMÃES NO BRASIL”.  
710

Como se pode constatar até então, as diferentes formas de imagens incorporadas à formação discursiva da revista *Vida Policial*, não foram idealizadas como meras ilustrações decorativas, mesmo que o conjunto estético proposto às páginas da revista seja um fator considerável. A lógica que garantia princípios aceitáveis aos códigos sociais de comportamento, neste caso, projetados pela instituição policial, seguiu determinados padrões de construção de mensagens, associados também ao corpo das reportagens policiais, cuja finalidade se expressava na transmissão de significados claros e inteligíveis aos leitores, “*como parte viva da sua realidade social*”<sup>711</sup>.

Por essa via, constata-se que a dimensão social dessas imagens ocupa um lugar especial na formação dos discursos, pois era a partir delas que os sentidos de compreensão, voltados ao contexto político e social da coletividade, poderiam ser

<sup>710</sup> Idem, p. 30.

<sup>711</sup> MENESES: Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço Provisório, propostas cautelares*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, nº45, 2003, p. 29.

aceitos. Nesse processo, a dimensão social estabelecia condições favoráveis para que os receptores fossem envolvidos pela “fala” daqueles que produziram as retóricas policiais, fossem elas visuais ou verbais. Essa foi, sem dúvida, uma das qualidades essenciais para que as imagens divulgadas sobre o nazismo tivessem aceitação por parte dos leitores como objetos integrantes das denúncias que a Repartição Central de Policial apresentava à sociedade, através do seu periódico mensal.

*A fotografia é, antes de tudo, um olhar que recorta, seleciona, escolhe; um olhar subjetivo cheio de emoção e de uma idéia de mundo: um olhar que interpreta. É ao mesmo tempo um olhar que usa uma técnica e que precisa, de alguma forma, dominar a máquina. Mas a fotografia supõe ainda, outro olhar: o olhar do apreciador, com sua história de vida, sua cultura, sua emoção.*<sup>712</sup>

Todo o trabalho de escolha, seleção e organização das imagens ao longo de várias páginas, realizada por intermediários que se dispõem entre os fatos em si e os leitores da revista, revela a intencionalidade do discurso produzido pela organização policial. Modos e jeitos de perceber o “outro”, o inimigo, estiveram presentes nos atos daqueles que redigiram o texto e que escolheram as imagens a serem editadas a cada novo capítulo das reportagens seriadas. É um olhar que não se resume somente à seleção de imagens, mas também à criação e à produção de algumas delas. Além de tantos documentos e de tantas fotografias recolhidas de arquivos pessoais, pertencem ao conjunto de imagens aquelas concebidas pelo olhar direto de indivíduos pertencentes à instituição responsável pela segurança política e social, pensadas a partir do manejo da máquina e da lente fotográfica, de maneira a obter os melhores ângulos para registro “eterno”.

Estas fotografias referem-se, na sua grande maioria, a registros sobre materiais apreendidos ao longo de diligências policiais a estabelecimentos, a sociedades, a associações e a casas particulares, todos sob a suspeita de que eram seguidores e propagandistas da ideologia Nacional-Socialista. As imagens pretendiam apresentar ao público provas concretas sobre atuações políticas do nazismo, a fim de convencê-lo sobre o perigo ao qual estava exposta a sociedade brasileira. A partir de uma eloqüência própria, as fotografias definiam uma “retórica

---

<sup>712</sup> PINHEIRO, Jane apud MESQUITA, Zilá, SILVA, Valéria Pereira da. *Lugar e imagem: desvelando significados*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, nº 34, 2004.

da imagem”<sup>713</sup>, apresentando indícios de crime, forma pela qual se operava para persuadir ou obrigar os leitores a fazer determinadas interpretações, operações auxiliadas pelos textos descritivos. Talvez fosse realmente difícil a um leitor “comum” não acreditar na presença tão assombrosa do nazismo, apresentada pela polícia ao público, diante de tantos indícios e evidências.



**Revista Vida Policial. Fevereiro de 1942, p. 24.**

**PROPAGANDA, PROPAGANDA!!**

*Material apreendido, há poucos dias, após o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha de Hitler.*

*Notam-se aparelhos de rádio (transmissores e receptores), livros, boletins, folhetos, fotografias, etc. etc.*

*A propaganda nazista agiu violentamente entre nós, seja por intermédio das Emissoras de Ondas Curtas, seja pela propaganda de livres “espiões” que operavam permanentemente nos salões, nas sociedades, nos escritórios, nas empresas, com o intuito de colherem conhecimento profundo sobre a posição moral e psicológica de nossa nação.*<sup>714</sup>



**Revista Vida Policial. Novembro de 1942, p. 48.**

*Alguns troféus apreendidos pela polícia na residência de Konrado Goebel.*<sup>715</sup>

Registros policiais de apreensão de materiais propagandísticos ou de outros objetos que poderiam ser associados ao nazismo e ao germanismo, constituem

<sup>713</sup> BARTHES, Roland apud BURKE, 2004, p. 227.

<sup>714</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Fevereiro de 1942, p. 24.

<sup>715</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Novembro de 1942, p. 48.

testemunhas dos estereótipos<sup>716</sup> integrados à construção das representações sobre o nazismo e o indivíduo nazista. Livros, retratos do Führer Adolf Hitler, folhetos, rádio-transmissor, entre tantos outros, dispostos diante da câmera fotográfica, associavam-se ao discurso construído pela polícia, com o intuito de denunciar e de despertar uma consciência coletiva de aversão e repúdio àqueles inimigos do Brasil. Além disso, a disposição dos objetos pelo fotógrafo, antes mesmo de apertar o botão e finalmente conceber o registro, demonstra a interferência subjetiva quanto à construção de sentidos. O acondicionamento de materiais, colocados uns sobre os outros, de forma desorganizada, por exemplo, acabavam criando sensações aparentes de um volume maior. Neste sentido, a constituição de provas ao leitor poderia ser maior do que vinha a ser na verdade.

Outro caso particular, referente às fotografias produzidas pela própria polícia, corresponde à organização do Museu Nazista. A sua criação estava vinculada ao contexto nacional e internacional, pois surgia a partir do exato momento em que as relações do Brasil e os países do Eixo eram rompidas definitivamente. Este museu reunia provas materiais da “nazificação” do Rio Grande do Sul, recolhidas e organizadas pela Delegacia de Ordem Política e Social, em diligências e trabalhos realizados pelo delegado Plínio Brasil Milano<sup>717</sup>. A exposição, organizada inicialmente em Porto Alegre, visava criar um ambiente especial para apresentação dos “fatos concretos”, destinado à visitação pública. Por parte da polícia, tinha-se consciência quanto à atuação desse tipo de exposição nas impressões que os seus visitantes poderiam criar.

*Ninguém ignora que a muda apresentação de fatos concretos exerce, na consciência popular, um poder de sugestão infinitamente superior ao alcançado pelas mais sabiamente redigidas narrativas. Assim acontece, também, no caso do museu nazista: embora muito se tenha dito a respeito das atividades nazistas da quinta-coluna no Estado, muita gente só teve uma noção clara daquelas atividades ao contemplar, alinhados nas paredes do “Stand” da R.C.P., na Exposição do Estado Nacional, os vestígios materiais da faina hitlerista, ora reduzidos a inofensivas e, até certo ponto, ridículas peças de museu.<sup>718</sup>*

Portanto, com finalidades pedagógicas, instruindo e familiarizando a população sobre os estereótipos do nazismo, reforçavam-se as representações e os

---

<sup>716</sup> Expressão empregada por Burke, 2004, p. 232.

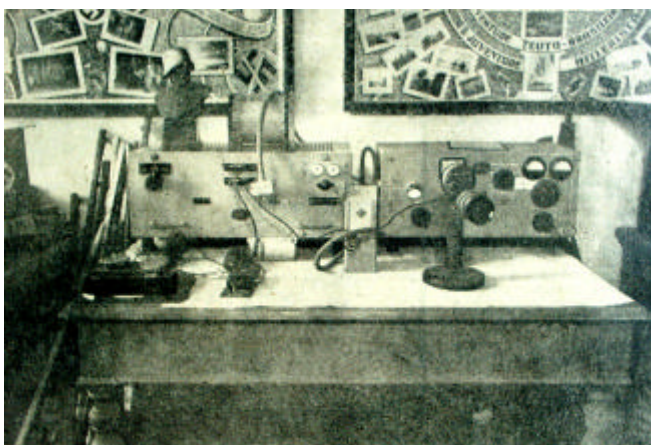
<sup>717</sup> Cf. Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Fevereiro de 1942, p. 23.

<sup>718</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Setembro de 1943, p. 49.

imaginários presentes em *Vida Policial*. O significado do museu para a instituição policial, porém, ultrapassava os limites de uma possível “doutrinação” contra o nazismo, pois todos aqueles objetos expostos à visitação representavam “os troféus conseguidos pela Polícia do Rio Grande do Sul em sua luta contra os exércitos secretos do nazismo”<sup>719</sup>.

A exposição do museu nazista, como destacava a edição da revista de outubro de 1943, foi levada à cidade de Uruguaiana, nas comemorações do primeiro centenário de fundação daquela cidade. A proposta levantada pela reportagem era levá-la a outros municípios do estado e do país, para que estes locais também pudessem “experimentar a emoção de contemplar alguns dos troféus comprobatórios da intensa e infame atividade a qual se devotam os asseclas de Hitler”<sup>720</sup>, tendo em vista o seu ineditismo e o seu valor pedagógico<sup>721</sup>.

Para trazer aos leitores o museu nazista, a alternativa foi justamente reproduzir fotografias referentes a este ambiente organizado pela polícia. Era a maneira mais eficiente e mais ampla, naquele momento, de fazer circular os propósitos didáticos da exposição de diversos materiais atribuídos ao nazismo, experimentando em proporções menores as “emoções” de contemplar os troféus policiais.



Revista *Vida Policial*. Março de 1943, p. 30.

A estação clandestina, que fora instalada pela astúcia diabólica de Kurt Fraeb e Wilhelm Wilkens a bordo do vapor alemão “Rio Grande”.<sup>722</sup>

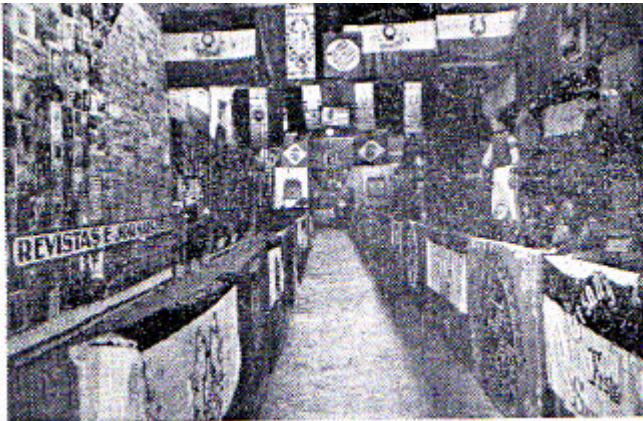
<sup>719</sup> Idem, ibidem.

<sup>720</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Outubro de 1943, p. 31.

<sup>721</sup> Idem, ibidem.

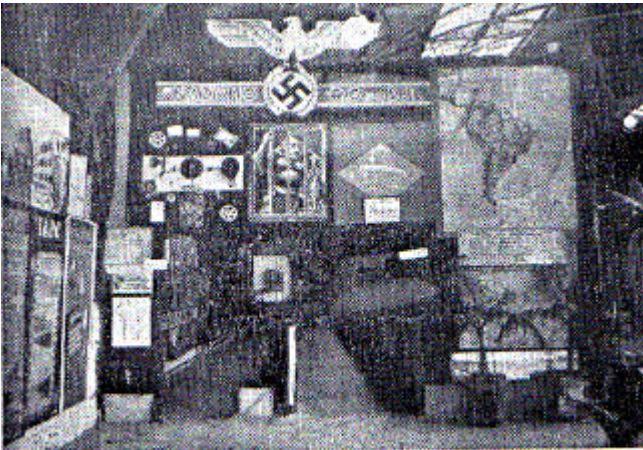
<sup>722</sup> *Vida Policial*. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Março de 1943, p. 30.





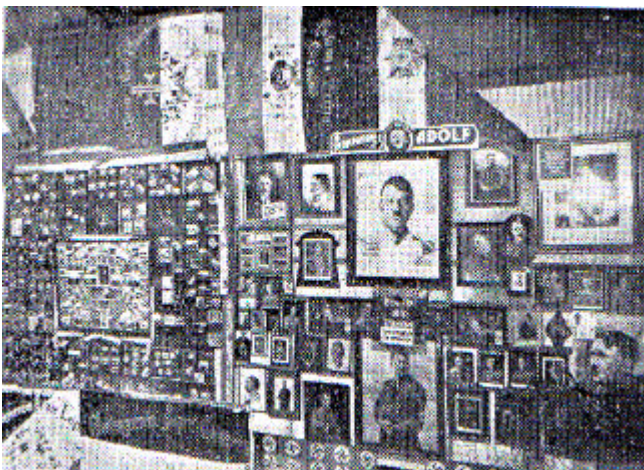
Revista Vida Policial. Setembro de 1943, p. 50.

Vista geral do sensacional “Stand” organizado pela nossa Polícia Nacional.<sup>723</sup>



Revista Vida Policial. Setembro de 1943, p. 50.

Fachada do Museu Nazista da R.C.P., na Exposição do Estado.<sup>724</sup>



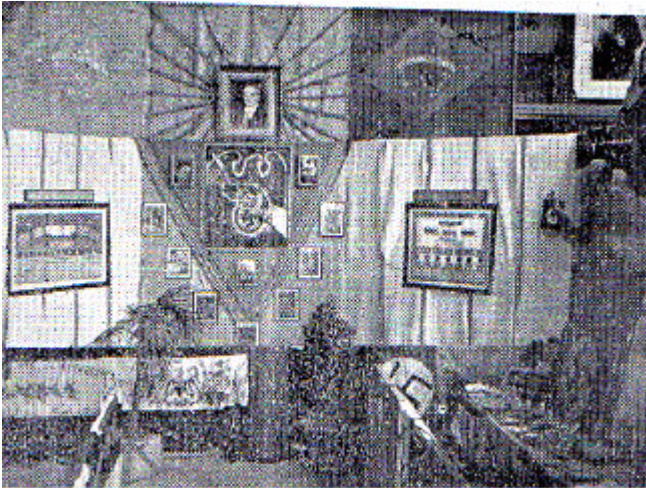
Revista Vida Policial. Setembro de 1943, p. 51.

Aspectos típicos do fanatismo nazi: retratos do “fuehrer” e outras “inconveniências” expostas no Museu Nazista.<sup>725</sup>

<sup>723</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Setembro de 1943, p. 50.

<sup>724</sup> Idem.

<sup>725</sup> Idem, p. 51.



Revista Vida Policial. Setembro de 1943, p. 51.

*Nem tudo é quinta-coluna: As paredes do fundo do Museu foram consagradas à repressão policial e à glorificação do Estado Nacional.*<sup>726</sup>



Revista Vida Policial. Setembro de 1943, p. 52.

*Armas, bandeiras, uniformes... O diabo, enfim! Mas, atualmente, são simples peças de museu.*<sup>727</sup>



Revista Vida Policial. Abril de 1942, p. 46.

*Uma das paredes do Museu da D.O.P.S., forrada de jornais alemães que eram remetidos, gratuitamente, pelo Ministério da Propaganda do Reich.*<sup>728</sup>

<sup>726</sup> Idem, ibidem.

<sup>727</sup> Idem, p. 52.

<sup>728</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “*Cortando as asas do nazismo*”. Abril de 1942, p. 46.

Fotografias, bandeiras de sociedades e associações, do partido nazista, armas, uniformes, jornais, revista, livros e transmissores radiofônicos foram expostos ao público através da organização do Museu Nazista. A reprodução de algumas fotografias, cujo enfoque remetia a esse ambiente, trazia a possibilidade aos leitores para que pudessem compartilhar das impressões sociais geradas pela exposição. A retórica imagética sobre o museu constituía a possibilidade de (re)criar representações sobre o concreto ausente, reforçando códigos simbólicos e conteúdos específicos, propostos pelo discurso policial, engajado em atingir, desfigurar e abater o inimigo nazista, enquanto procuravam moldar visões de mundo. Os produtores de imagens criaram testemunhos importantes, dos quais poderiam surgir mecanismos complementares e decisivos à construção de representações e de interpretações<sup>729</sup> sobre o nazismo no Brasil, com a finalidade de nutrir o imaginário social e político da década de 1940.

Deste modo, as imagens constituíam um excelente instrumento para mostrar, evidenciar e denunciar. Dentro do contexto político-ideológico brasileiro, seriam também instrumentos de propaganda, como “interlocutores” de denúncias sociais e como imagens “comprobatórias”<sup>730</sup>. Logo, estas ferramentas de comunicação procuraram versar sobre determinada versão, através de um processo de manipulação, a qual se diz ser a própria realidade.

O conjunto de imagens, formado por fotografias e por documentos, expressavam a importância atribuída à visualidade. Além do conteúdo transmitido pelas imagens, é necessário percebê-las também como artefatos materiais, objetos que são resultados de um trabalho policial e que integraram a materialização de um discurso, a partir da impressão mensal da revista. Como um objeto absolutamente concreto, selecionado, cada imagem, após a seleção, disposição e impressão, “*circulou em certas instâncias, passou por certas mãos, construiu um circuito de relações com ‘outras’ coisas e eventualmente engendrou certos valores*”<sup>731</sup>. Como materialidade, cristalizou representações peculiares à figuração do “outro”, do inimigo nazista, organizando elementos importantes para a construção de um imaginário.

---

<sup>729</sup> KOSSOY, 2005, p. 39.

<sup>730</sup> Idem, p. 40.

<sup>731</sup> FREITAS, 2004, p. 12.



Revista Vida Policial. Julho de 1942, p. 83.

RO ..... MA  
BER ..... LIM  
TÓ ..... QUIO

A palavra Ro.. ber.. to, quando usada ou estampada em qualquer objeto, é um índice de simpatia ou ligação ao “eixo”, pois é um distintivo camuflado dos “quinta-colunistas”!<sup>732</sup>

Instrumentos de comunicação, as imagens sintetizaram mensagens e conteúdos simbólicos, emitidos pela instituição policial. O aparente silêncio se contrapôs a um discurso tenaz e intolerante, disposto a estabelecer diálogos entre os sistemas ocultos e seus leitores. Neste processo, representações sobre o nazismo procuraram se firmar às consciências coletivas, em um duelo de opostos, entre os defensores da pátria e os quinta-colunistas, inimigos do Brasil.

<sup>732</sup> Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. “Cortando as asas do nazismo”. Julho de 1942, p. 83.

**CONSIDERAÇÕES  
FINAIS**

---

---

A complexidade e a variedade do texto jornalístico da revista *Vida Policial* expõem as múltiplas características de um período marcado pelo regime autoritário, reafirmando o importante papel que a imprensa e os meios de comunicação de massa assumiram neste período, como instrumentos difusores e doutrinários do projeto estadonovista. O mensário da Repartição Central de Polícia do Rio Grande do Sul engajou-se, ao longo dos anos de 1938 a 1946, em corresponder às expectativas e aos anseios governamentais e da própria instituição de segurança pública, promovendo através de suas publicações projeção do corpo ideológico a uma pluralidade de leitores, distribuídos especialmente pelo sul do Brasil.

Entre as diferentes possibilidades de análise histórica que poderiam ser traçadas a partir do objeto de comunicação de massa, o presente trabalho dedicou-se a recuperar e a compreender, a partir das fontes documentais, as especificidades da retórica policial, delimitadas pelos anos de 1942 e 1944. Neste período, séries policiais ocuparam-se com a temática do nazismo no Brasil, colocada em pauta pelas motivações presentes no contexto interno e externo do país. Assim, *Cortando as asas do nazismo* e *Os astros da Quinta-Coluna* apresentaram ao público leitor as preocupações latentes das autoridades do Estado Novo, justamente após o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, refletindo, conseqüentemente, a conjuntura repressiva que se instalava de maneira sistematizada contra alemães, italianos e japoneses, tratados homogeneamente como “súditos do Eixo” ou quinta-colunistas. Pela argumentação apresentada, legitimada pela questão da segurança e da soberania nacionais, indivíduos e grupos sociais foram relegados à categoria de inimigos da nação brasileira, o que

representava a necessidade de um política intensa e contínua de saneamento social. Inspetores, secretários estaduais, chefes de polícia, inspetores e delegados de polícia do Rio Grande do Sul partiram para ações repressivas, manifestadas desde 1938, com a política de nacionalização, levadas ao extremo com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, à Itália e ao Japão. As impressões retiradas das páginas das reportagens seriadas demonstram as práticas policiais de repressão e de violência aplicadas a indivíduos considerados indesejáveis, incorporadas ao cotidiano daqueles que integravam a corporação policial e agiam firmemente em prol dos ideais nacionalistas.

Dessa maneira, a construção simbólica das representações sociais e políticas que se fizeram sobre o inimigo nazista nas páginas da revista *Vida Policial* evidencia os traços marcantes do imaginário policial, lançado mensalmente à esfera pública, onde pôde ser compartilhado por uma pluralidade de leitores, procurando moldar e condicionar as visões de mundo deste público leitor aos interesses policiais e governamentais, na possibilidade de garantir credibilidade às ações de repressão policiais contra o suposto quinta-colunismo, bem como à necessidade de vigilância e da delação dos inimigos. A existência desse perigo imaginário tinha precedentes nas primeiras décadas do século XX, ganhando fôlego muito maior nas décadas seguintes, associado à campanha de nacionalização promovida pelo governo getulista e pela inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial, corroborado, inclusive, pela imprensa da polícia gaúcha.

A análise minuciosa sobre o discurso das reportagens, que se destinaram a denunciar os “súditos do Eixo” e a exaltar a atuação policial contra esses mesmos indivíduos, buscou indicar algumas peculiaridades da formação discursiva, principalmente aquelas que contemplaram a produção de representações, muitas delas vinculadas a valores sociais aceitáveis aos padrões do contexto sócio-histórico. Essas representações puderam construir identidades, delimitar visões sobre o “outro” e sobre a realidade, fortalecer imaginários sociais e instruir comportamentos adequados e desejados para o momento.

Ao contrário de situações dialógicas de conversação, *Vida Policial*, como meio de comunicação de massa, instituiu poucas possibilidades ao leitor para influenciar e intervir no curso e no processo de comunicação. Isso, porém, não reduz os possíveis efeitos que esta mídia impressa produziu em seus leitores, diante da significativa acessibilidade das formas simbólicas lançadas pela polícia gaúcha a

uma pluralidade de receptores. A circulação pública das representações sobre o nazismo, mesmo limitada pelas condições sócio-históricas de transmissão e de atuação, chegaram a tomar proporções consideráveis para o contexto do Estado Novo, levando-se em consideração o dado de que esta revista tornou-se uma das publicações de maior tiragem do sul do Brasil, especialmente voltadas a concepções e orientações ideológicas autoritárias.

O caráter público que esses textos assumiram ao longo dos anos de 1942 e 1944 e a composição do conteúdo atribuído às reportagens seriadas sobre o nazismo deixam transparecer as tentativas de controle, por parte das autoridades do Estado e de outros grupos reguladores, aplicadas à construção de representações e de imaginários sociais relacionados à conjuntura política, social e cultural do Brasil. A figuração e a composição da identidade do “outro”, tratado como inimigo, projetavam, assim, a necessidade de serem transmitidos valores mobilizadores, unificadores e nacionalistas, capazes de arregimentar e convencer parte da população, mantendo os ideais de ordem e regulando a vida social dentro de limites estabelecidos pela jurisdição do Estado Novo.

Os aspectos que definiram as formas simbólicas de representações do chamado quinta-colunismo seguiram estratégias específicas, valendo-se de recursos lingüísticos e imagéticos, materializados pelos textos jornalísticos da revista *Vida Policial*. A presença do nazismo pode realmente ser constatada, porém, distorcida pelo exagero de uma fala intransigente. O caráter institucional do discurso expõe os ideais e as propostas da organização de polícia no Rio Grande do Sul, dedicada a aplicar ações repressivas e violentas contra aqueles que pudessem representar perigos à ordem e à harmonia sociais. Por outro lado, da retórica também emerge o campo subjetivo de criação, formado por indivíduos sociais ocupados em produzir mensagens a partir de experiências próprias e comuns a um grupo, sempre correlatas às ações ideológicas desta organização institucional.

Através de palavras e de expressões empregadas ao longo da retórica policial resgatam-se as principais formulações utilizadas para definir o nazismo. Conceitualizações fechadas, generalizantes e homogêneas, bem como pejorativas e depreciativas, traçaram perfis e identidades aplicados principalmente a alemães, e estendidos também a teuto-brasileiros. De maneira geral, estas representações vincularam-se a valores morais-cristãos, definindo categorias distintas,



maniqueístas, opostas pela presença do bem – a civilização, e o mal – a barbárie nazista.

O conjunto de imagens, aliado ao corpo descritivo dos textos, formado por charges, caricaturas, capas da revista e fotografias, definiram um segundo tipo de recurso, destinado a convencer e a persuadir os leitores da revista *Vida Policial* sobre a existência, definitivamente real aos olhos policiais, de um grande perigo social. A linguagem silenciosa estabelecida entre as imagens e os receptores destes textos imagéticos foi tão importante quanto as extensas matérias que se dedicaram exaustivamente a relatar as ações dos inimigos.

A análise das fontes documentais permite, ainda, constatar que o discurso concebido a partir de práticas concretas do dia-a-dia policial, direcionou-se de forma explícita, recorrente e contínua a determinados grupos sociais desse contexto. Essa percepção indica que a instituição policial determinou formulações a respeito de organizações voltadas à população germânica, elaborando impressões fechadas e generalizantes sobre uma suposta nazificação completa dessas entidades e dos indivíduos que a elas pertenciam. Neste sentido, por exemplo, o Sínodo Riograndense, assim como pastores luteranos foram elevados à categoria de alta traição, ao serem acusados de promover e defender os interesses da ideologia nazista no Brasil. Pode-se compreender, assim, que o discurso elegeu alvos de preferência, acusando-os e colocando-os no centro das tramas policiais que tratavam sobre a temática.

No entanto, não foram estes os únicos personagens centrais, uma vez que a prática policial determinou ações que atingiram também diferentes indivíduos e entidades religiosas e sociais. Acompanhadas pela campanha de nacionalização, a repressão se instalava em diferentes locais do estado gaúcho, principalmente onde a presença de alemães e descendentes era representada por um número significativo de pessoas. O discurso policial, com destaque especial à série “*Cortando as asas do nazismo*”, apresentou alguns casos que podem ser vinculados à questão da campanha de nacionalização, da mesma maneira que evidenciam a aproximação conceitual entre o nazismo e o germanismo. Episódios nos quais livros, jornais e revistas em língua alemã eram apreendidos, bem como em outros, nos quais indivíduos, que se comunicavam preponderantemente em língua estrangeira, eram presos pelas autoridades policiais, passaram a ocupar as páginas da série policial. Constituíam práticas do projeto de nacionalização, mas que passavam a ser

relatadas sob a fachada de manifestações nazistas. Assim, a definição homogênea pôde ser constatada igualmente nas relações que foram estabelecidas por artigos, reportagens e séries policiais entre o nazismo e o germanismo, recuperadas ao longo deste trabalho, do qual resultaram afirmações que creditaram uma espécie de rótulo a alemães e a teuto-brasileiros. A identificação de aspectos culturais por parte dos agentes policiais era o argumento legítimo para considerar um indivíduo como um suspeito em potencial e colocá-lo sob o olhar vigilante e repressivo da instituição policial.

Para finalizar, acredita-se que a revista *Vida Policial*, especialmente nos anos de 1942 a 1944, tenha, de fato, desempenhado um importante papel na construção das representações sociais sobre o nazismo. Ao refletir as tensões do cenário mundial e nacional, a composição da retórica policial voltou-se a indivíduos que passaram a ser sistematicamente reprimidos, vistos como elementos nocivos à realidade nacional. A presença e circulação do mensário policial no contexto do Rio Grande do Sul e, inclusive, em outras regiões do país, ajustou as práticas policiais à legitimidade forjada pela instituição policial, no intuito de revestir as suas atividades de legalidade e de eficiência. Dessa forma, o imaginário sobre o “perigo alemão” e nazista passava a ser corroborado, à medida que novos elementos eram incorporados a este sistema simbólico. Este conjunto de valores, aliado a outros, permeava mentes e esferas sociais, onde procuravam cristalizar-se, imprimindo nestes espaços condutas e atitudes que correspondiam aos anseios de uma política nacionalista.

Isso não representa exagerar o papel da revista *Vida Policial* no controle das consciências, conferindo a ela uma onipotência quanto à profusão de mensagens ideológicas e de representações integrantes do imaginário social. Este estudo ocupou-se em compreender as peculiaridades de um discurso institucional, voltado a forjar e a manipular mensagens que atingiam categorias sociais, tratadas nesse momento como grupos nocivos à soberania nacional, reforçando, ao mesmo tempo, tendências já existentes na sociedade em décadas anteriores.

Dessa forma, as possibilidades em relação a análises sobre a revista e sobre a temática do nazismo no Brasil não se esgotam com a realização deste trabalho. Um estudo sobre as repercussões da revista no meio social, a amplitude que as representações e os valores policiais adquiriram além do próprio dos espaços destinados ao registro dos discursos, a recepção das mensagens e o perfil dos

inúmeros leitores distribuídos no sul do Brasil podem conduzir algumas pesquisas em relação a este mesmo objeto. Nestas perspectivas poderiam ser construídas outras análises, a partir de caminhos inversos, já que este trabalho preocupou-se em contemplar exclusivamente as características da formação discursiva, podendo demonstrar, por exemplo, que as informações transmitidas pelos conteúdos das reportagens policiais nem sempre puderam ser absorvidas pelos receptores. Diferentes são, portanto, as hipóteses que ainda podem emergir das fontes documentais aqui analisadas.

Enfim, dentro de um panorama nacional, a revista *Vida Policial* traduziu as aspirações do governo de Getúlio Vargas no controle de informações e na divulgação de mensagens propagandísticas, como instrumento de legitimação, formador de opiniões e de defesa do projeto nacional. No propósito de instruir policiais e leitores para atuarem em seus espaços específicos, de acordo com os interesses do Estado Novo, a revista engajou-se, também, em denunciar e reprimir a existência de elementos tidos como inimigos sociais, criando para isso um discurso característico e correspondente ao momento histórico. Foi instrumento importante para interligar parte da população à estrutura ideológica do sistema autoritário.

**REFERÊNCIA  
BIBLIOGRÁFICA**

---

---

ABREU, Luciano Aronne de. **O Rio Grande Estadonovista: interventores e interventorias**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. (Tese de Doutorado)

AREND, Hannah. **Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANDERSON, Carter. **Nas ondas do Reich**. O Globo. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2001. Disponível em <http://www.habonimdror.com.br/sifria/reich.html>. Acesso em 10 de dezembro de 2006.

AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil. Contribuição dos Irmãos Maristas. A consolidação da obra de Champagnat no Brasil (1922 – 1947)**. São Paulo: Simar, 1997. Volume 2.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Vol 5. Anthropos-Homem, 1985, p. 296 – 332.

BALANDIER, Georges. **O Poder em cena**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

BASTOS, Maria Helena Camara. **Rio Grande do Sul durante o Estado Novo: uma política de nacionalização do ensino (1937 – 1945)**. In: Revista da Educação. Porto Alegre, ano XXI, nº 34, abril 1998.

BENEVENUTO, Estela Carvalho. **A polícia e a revista Vida Policial: uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 2000. 5. edição.

BOMENY, Helena (org). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. **Infidelidades eletivas: intelectuais e política.** In: BOMENY, Helena (org). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 11 – 36.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular. Imagem e História.** Bauru: EDUSC, 2004.

CAMARGO, Aspásia. **Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático.** In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, 1999, p. 39 – 50.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência. A Polícia na Era Vargas.** Brasília: UNB, 1994.

\_\_\_\_\_. **Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente.** In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 309.

CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda Política e controle dos meios de comunicação.** In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, 1999, p. 167 – 178.

CARDOSO, Ciro Flamarion, MAUAD, Ana Maria. **História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). **Inventário DEOPS: Alemanha.** Módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997

\_\_\_\_\_. **O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional.** In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 327 – 340.

CARONE, Edgard. **A terceira República (1937 – 1945).** São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas. O imaginário da república no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. **A história hoje: dúvida, desafios, propostas.** Estudos Históricos, vol. 07, n. 13, 1994. p. 100 – 113

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da Polícia Civil do Distrito Federal, 1930 – 1942.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 12, nº 22, 1998.

DALMÁZ, Mateus. ***A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933 – 1945)***. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DIETRICH, Ana Maria. ***O partido nazista em São Paulo***. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). Inventário DEOPS: Alemanha. Módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997, p. 21 – 29.

\_\_\_\_\_. ***Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil***. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Departamento de História/Programa de Pós-graduação em História Social/Núcleos de Estudos e, História Oral), USP, 2007. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. ***Nazismo Tropical? Conflitos raciais e especificidades regionais***. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos: anais do XXIV Simpósio Nacional de História / XXIV Simpósio Nacional de História; Associação Nacional de História - ANPUH. – São Leopoldo: Unisinos, 2007. 1 disco óptico (CD-ROM) org. por Elisabete Leal.

DREHER, Martin Norberto. ***Igreja e germanidade***. São Leopoldo: Sinodal, 2003. 2ª edição.

DUBY, Georges. ***História social e ideologia das sociedades***. In: Fazer História 1 – Novos problemas. Amadora: Bertrand, 1977.

DUTRA, Eliana. ***O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30***. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

ELMIR, Cláudio Pereira. ***Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica***. Cadernos PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, dezembro de 1995, n. 13.

FACHEL, José Plínio Guimarães. ***As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul***. Pelotas: UFPEL, 2002.

FALCON, Francisco J. Calazan. ***História e representação***. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs). Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo: Papirus, 2000. p. 41 – 79.

FAUSTO, Boris. ***História do Brasil***. São Paulo: Edusp/ Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.

\_\_\_\_\_. ***O Estado Novo no contexto internacional***. PANDOLFI, Dulce Chaves (org). ***Repensando o Estado Novo***. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 17 – 20.

FLÔRES, Onici. ***A leitura da charge***. Canoas: Ed. Ulbra, 2002.

FREITAS, Artur. ***História e imagem artística: por uma abordagem tríplice***. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, nº 34, 2004.

GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. **Der Widerschein des Nazismus. Das Bild des Nationalsozialismus in der Deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chiles 1932 – 1945**. Berlin : Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 1997.

GERTZ, René. **O fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Estado Novo**. In: GERTZ, R. (Direção). República. Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 4, p. 39 – 58.

GERTZ, R. (Direção); TAU GOLIN, Nelson Boeira (Coordenação Geral). **República. Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 4.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONZALES, Sônia; SESTI, Beatriz C. Goularte. **Cronologia histórica da Polícia civil no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Polost, 2006.

GOMES, Angela de Castro. **Propaganda Política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940**. In: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (org). Intelectuais: sociedade e política, Brasil – França. São Paulo: Cortez, 2003.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

GRÜTZMANN, Ingrid. **NSDAP – Grupo Local de Porto Alegre: organização, atividades e difusão simbólica do nacional-socialismo**. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos: anais do XXIV Simpósio Nacional de História / XXIV Simpósio Nacional de História; Associação Nacional de História - ANPUH. – São Leopoldo: Unisinos, 2007. 1 disco óptico (CD-ROM) org. por Elisabete Leal.

GURGEL, Nair. **A charge numa perspectiva discursiva**. Disponível em [www.primeiraversao.unir.br/artigo135.html](http://www.primeiraversao.unir.br/artigo135.html). Acesso em 15 de maio de 2007.

HILTON, Stanley E. **Suástica sobre o Brasil. A história da espionagem alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HUGHES, Matthew, Chris Mann. **Hitlers Deutschland. Das Leben unter der NS-Diktatur**. Klagenfurt: Kaiser, 2003.



JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, Denise (org). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17 – 44.

KORNIS, Mônica Almeida. **Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, nº 34, 2004.

KOSSOY, Boris. **O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 49, 2005, p. 35 – 42.

KREUTZ, Lúcio. **Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica**. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ulbra, 1994.

LANDOWSKI, Eric. **Não se brinca com o humor: a imprensa política e suas charges**. In: FACE, São Paulo, 4(2), julho/dezembro, 1995, p. 64 – 95.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo. A trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1993.

MARLOW, Sérgio Luiz. **Nacionalismo e Igreja: a Igreja Luterana – Sínodo Missouri – nos porões do Estado Novo**. Vitória: UFES, 2006. Dissertação de Mestrado.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. **Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 12, nº 22, 1998.

MENESES: Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço Provisório, propostas cautelares**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, nº45, 2003, p. 11 – 36.

MESQUITA, Zilá, SILVA, Valéria Pereira da. **Lugar e imagem: desvelando significados**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, nº 34, 2004.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **Konflikt und Anerkennung: die Otsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro**. Berlin: Metropol Verlag, 2005.

MOREIRA, Marli Merker. **O conceito de nacionalização: a linguagem de Aurélio da Silva Py: A Quinta Coluna no Brasil**. In: MÜLLER, Telmo. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

MOSCOVICI, Serge. **Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história**. In: JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 45 – 66.

MÜLLER, Jürgen. **Nationalsozialismus in Lateinamerika: Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931 – 1945**. Stuttgart: Heinz, 1997.

NUNES, José Luiz Martins. **Formação da juventude brasileira: Um instrumento do Estado Novo**. São Leopoldo: UNISINOS, 1992. Dissertação de Mestrado em História.

OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados brasileiros de Hitler**. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo**. In: BOMENY, Helena (org). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 37 – 58.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. São Paulo: ANPUH/Contexto. Revista Brasileira de História – Representações. N. 29, vol. 15, 1995, p. 09 – 27.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **Espionagem nazista e contra-espionagem policial**. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). Inventário DEOPS: Alemanha. Módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997, p. 73 – 79.

\_\_\_\_\_. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

\_\_\_\_\_. **Prisioneiros de Guerra: os cidadãos do Eixo nos Campos de Concentração brasileiros (1942 – 1945)**. São Paulo: USP, 2002. (Tese de Doutorado).

PINTO, Sérgio Murillo. **A Doutrina Góis: síntese de pensamento militar no Estado Novo**. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 291 – 307.

POMMER, Elisabeth Hunsche. **As vivências de uma esposa de pastor**. Polígrafo. 22 de abril de 1996.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RAMBO, Arthur Blasio. **Nacionalidade e cidadania**. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 1987. 23. ed.

REHFELDT, Mário L. ***Um grão de mostarda. A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil.*** Porto Alegre: Concórdia, 2003. Volume 1.

REVISTA VEJA. ***Heil Hitler!*** São Paulo: Abril, 14 de novembro de 2001, p. 81 – 82.

SANTOS, Allyson Arthur Roque dos. ***A polícia gaúcha na era Vargas (1030 – 1945): diretrizes científicas e tecnológicas.*** Porto Alegre: PUCRS, 2005. Dissertação de Mestrado.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. ***Tempos de Capanema.*** São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEYFERTH, Giralda. ***A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica.*** In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994.

STOPPINO, Mario. ***Autoritarismo.*** In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). Dicionário de Política. Brasília: UnB, 2000. 5. edição.

\_\_\_\_\_. ***Ideologia.*** In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). Dicionário de Política. Brasília: UnB, 2000. 5. edição.

THOMPSON, John B. ***Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.*** Petrópolis: Vozes, 1995.

VEDOVATTO. Inez Olinda Baraldi. ***Charge na mídia impressa: articulação e efeitos de sentido.*** São Leopoldo: Unisinos, 2000 (Dissertação de Mestrado).

VELLOSO, Mônica Pimenta. ***Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual.*** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VIGIL, Juan Miguel Sánchez, FUENTES, Belén Fernández. ***La fotografía como documento de identidad.*** Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Documentación de las Ciencias de la Información, 2005, vol. 28, p. 189.

WEIZENMANN, Tiago. ***Uma escola para a formação de cidadãos brasileiros: o Colégio Evangélico Alberto Torres e a Política de Nacionalização (1939 – 1943).*** São Leopoldo: UNISINOS, 2005. (Trabalho de Conclusão).

**FONTES  
E  
ARQUIVOS**

---

---

## 1. MUSEU DE COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

CORREIO DO POVO, SEXTA-FEIRA, 18 de agosto de 1939. “**Sou nazista e só obedeço ao governo da Alemanha**”. p. 03

CORREIO DO POVO, Sexta-feira 25 de agosto de 1939. p. 11

### REVISTA VIDA POLICIAL

1938 – edição agosto (n. 01), setembro, outubro, novembro, dezembro.

1939 – edição janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro.

1940 – edição janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro.

1941 – edição janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro.

1942 – edição janeiro, março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro.

1943 – edição janeiro, fevereiro, agosto.

## 2. BIBLIOTECA DELEGADO PLÍNIO BRASIL MILANO – Academia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul

PY, Aurélio da Silva. **A 5ª Coluna no Brasil. A conspiração nazi no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

### REVISTA VIDA POLICIAL

Agosto de 1938 a agosto de 1946.

Coleção completa deste mensário policial.

### TEXTOS DA REVISTA VIDA POLICIAL

CARRACHO, Alcides de O. **A Importância da Polícia**. Revista Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Fevereiro de 1943, Ano V, nº 55, p. 73 – 74.

MILANO, Plínio Brasil. **Delito Político**. REVISTA Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Julho de 1942, p. 23.

NEWTON, J. **Impressões de uma visita à Colônia Penal Agrícola “Gal. Daltro Filho”**. Vida Policial. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Julho de 1943, p. 55.

SPALDING, Walter. **Germanismo e Nazismo – Métodos e Idéias**. Revista Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Julho de 1943, Ano V, p. 107 – 109.

\_\_\_\_\_. **O Germanismo no Rio Grande do Sul. Os predecessores do Nazismo**. Revista Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Agosto de 1942, Ano V, p. 56.

ZACARIAS, Miguel. **Povo Invasão**. Revista Vida Policial. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Julho de 1942, Ano IV, p. 31.

### 3. BIBLIOTECA UNISINOS

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 1987. 23. ed.

SOUSA, J. P. Coelho. **Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande**. In: Conferência da Associação Brasileira de Educação, 1941. Rio Grande do Sul: Thurmman, 1941.

\_\_\_\_\_. **Conflito de Culturas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de documentação, 1953.

**ÍNDICE  
REMISSIVO**

---

---

**A**

Agudo, **79**  
 Aktion, **88**  
 Alberto Bins, **87**  
 Alberto Torres, **67, 120, 184, 291**  
 Albrecht Gustav Engels, **101**  
 Anselmo Moura, **115**  
 Argentina, **48, 57, 71, 80**  
 Armin Guttman, **194**  
 Arroio do Meio, **194, 210, 211**  
 Augusto Stefans, **102**  
 Aurélio da Silva Py, **38, 56, 94, 95, 108, 130, 132, 152, 159, 192, 200, 207, 214, 262, 289**  
 Auslandsorganisation, **10, 60, 61, 64, 69, 71, 74, 77, 91, 93, 290**

**B**

Bahia, **35, 71, 73**  
 Benedito Timbó, **73**  
 Blumenau, **87**

**C**

Cachoeira, **35, 210, 211**  
 Capanema, **26, 27, 28, 29, 165, 285, 286, 290, 291**  
 Carlos José da Silva, **115**  
 Casa de Correção, **102, 105**

**Ch**

Chile, **61, 71, 77, 82, 290**

**C**

cinema Broadway, **83**  
 CINE-TEATRO IPIRANGA, **268**  
 Coelho de Souza, **38, 132**  
 Cordeiro de Farias, **35, 36, 37, 38, 56, 91, 109, 132, 152, 159, 200**  
 Cruz Vermelha, **104, 105**  
 Cylon Rosa, **37**

**D**

Daltro Filho, **35, 36, 57, 104, 105, 106, 107, 187, 214, 216, 217, 219, 294**  
 DEIP, **37**  
 Delegacia Especial de Segurança Política e Social, **47, 49**  
 Departamento Estadual de Ordem Política e Social, **49**  
 Deutscher Morgen, **75, 84**  
 DIP, **13, 14, 15, 28, 29, 37, 53, 83, 117, 290**  
 DOPS, **29, 48, 49, 53, 54, 55, 57, 100, 103, 112, 113, 231**

**E**

Eduard Arnold, **101**  
 Elisabeth Hunsche Pommer, **212, 214, 216, 217**  
 Elskop, **86**

Emil Ehrlich, **65**  
 Erich Knäpper, **82, 215**  
 Ernani Baumann, **56, 213, 233**  
 Ernani Ruschel, **114**  
 Ernest Dorsch, **79**  
 Ernesto Dornelles, **37, 174**  
 Estrela, **130, 208, 210, 211, 220**

**F**

FBI, **48, 108, 113**  
 Filinto Müller, **29, 32, 45, 46, 52, 72, 108**  
 Flores da Cunha, **34, 35, 36, 72**  
 Friedrich Knistedt, **88**  
 Friedrich Ried, **188, 259**  
 Friedrich Wilhelm Brehpol, **180**  
 Fritz Paul Bernhardt Trübses, **213**

**G**

Gazeta de Notícias, **83**  
 Germano Bonow Filho, **109**  
 Gestapo, **46, 47, 72, 94, 107, 116, 122**  
 Goebbels, **13, 64, 121, 199, 268**  
 Goiás, **71, 73**  
 Góis Monteiro, **41, 72**  
 Göring, **171**  
 Graça Aranha, **130**  
 Graciliano Ramos, **52**  
 Gramado, **79**  
 Gregor Strasser, **63**  
 Guenther Franz Heinrich Schinke, **213, 214**  
 Gustavo H. Ehricht, **80**

**H**

Hans Henning von Cossel, **75, 76, 80, 89**  
 Harry Steiner, **219**  
 Herbert Guss, **76, 79**  
 Hermann Gerstle, **213**  
 Hermann Karl Heirich Cordes, **220**  
 Hermann Rauschnig, **89**  
 Heyne Paulo Pschichholz, **220**  
 Hindenburgschule, **86**  
 Hinrich Lohse, **63**  
 Hitler, **13, 29, 32, 63, 67, 68, 71, 75, 76, 83, 87, 89, 101, 131, 132, 142, 148, 151, 152, 163, 167, 170, 171, 173, 176, 177, 178, 187, 194, 195, 199, 219, 220, 222, 231, 239, 244, 245, 246, 248, 250, 253, 263, 266, 270, 271, 272, 291**  
 Hoichi Awoki, **223**  
 Hornig, **78, 79, 80**  
 Huberto Wallau, **56**  
 Hugo Müller, **107**

**I**

Iboty de Farias Krause, **115**  
 Igreja Luterana, **95, 186, 187, 262**  
 Ijuí, **79, 87**  
 Im gleichen Schritt und Tritt, **266, 268**



**J**

Jacuí, **105**  
 João Pessoa Tavares, **115**  
 Joaquim Maurício Cardoso, **35**  
 Jorge Nunhofer, **102**  
 José Albano Schmitt, **220**  
 José Bonifácio, **98, 102**  
 José Pohl, **194**

**K**

Karl Hugo Johannes Friedler, **106**  
 Karl Jacob Knecht, **213**  
 Karl Ritter, **90**

**L**

Lajeado, **211, 217**  
 Leonhard Stief, **187**  
 Lourival Fontes, **28, 32, 83, 290**

**M**

Marcelino Ramos, **79, 210, 211**  
 Mato Grosso, **45, 71, 73**  
 Meio-Dia, **83**  
 Meyer-Clason, **100, 101**  
 Miguel Nunhofer, **102**  
 Miguel Zacarias, **130**  
 MÓNICA HAHN, **179**  
 Montenegro, **210, 222**  
 Museu Nazista, **271, 273, 275**  
 Mussolini, **13, 28, 32, 148, 151, 239, 253**

**N**

Não-Me-Toque, **187**  
 Nieland, **61, 62, 63**  
 Niels Christian Christensen, **101, 188**  
 Novo Hamburgo, **79, 210, 211, 212, 213, 214, 220**

**O**

Oliveira Viana, **32**  
 Otto Eduardo Müller, **102**

**P**

Pará, **71, 73, 118**  
 Paraguai, **48, 57, 82**  
 Paraná, **73, 118**  
 Passo Fundo, **34, 35, 50, 56, 88, 91, 98, 135, 174, 211, 288**  
 Paul Liermann, **213**  
 Pelotas, **41, 55, 79, 98, 129, 192, 206, 210, 211, 259, 287**  
 Pernambuco, **71, 73**  
 Plínio Brasil Milano, **48, 56, 108, 109, 112, 132, 152, 159, 200, 271**  
 Porto Alegre, **17, 31, 41, 43, 47, 48, 55, 57, 70, 72, 78, 79, 80, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 94, 98, 99, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 125, 130, 131, 132, 133, 142, 143, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 158, 159, 163, 164, 165,**

**166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 220, 222, 223, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 239, 254, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 285, 287, 288, 291, 293, 294**

**R**

Rabello, **115, 233, 234**  
 Repartição Central de Polícia, **15, 31, 54, 55, 57, 79, 94, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 143, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 208, 212, 213, 214, 215, 220, 222, 223, 254, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 278, 294**  
 Richard Wilhelm Zeissig, **64**  
 Richardt Paulig, **188**  
 Rio de Janeiro, **14, 19, 20, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 54, 73, 75, 79, 81, 83, 84, 85, 90, 95, 97, 100, 101, 104, 121, 132, 147, 152, 163, 175, 190, 199, 208, 210, 226, 227, 234, 256, 264, 269, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 294**  
 Rudolf Hess, **68**

**S**

Samuel Figueiredo da Silva, **37**  
 Santa Catarina, **70, 72, 73, 78, 89, 94**  
 Santa Cruz do Sul, **79, 135, 211, 266**  
 Santa Maria, **55, 102**  
 Santa Rosa, **98, 107, 210, 211**  
 Santo Ângelo, **98, 210, 211, 263**  
 São Jerônimo, **105**  
 São Leopoldo, **2, 24, 34, 67, 78, 79, 82, 86, 95, 130, 135, 174, 184, 192, 210, 211, 215, 220, 244, 248, 262, 263, 285, 287, 288, 289, 290, 291**  
 São Lourenço, **41, 98, 129, 192, 206, 210, 211, 287**  
 São Paulo, **14, 19, 23, 28, 30, 34, 50, 60, 71, 73, 75, 76, 78, 80, 84, 85, 96, 99, 101, 104, 120, 122, 139, 144, 145, 146, 157, 160, 163, 165, 172, 190, 205, 217, 227, 228, 255, 257, 267, 268, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291**  
 Sapiranga, **220**  
 Schinke, **212, 213, 214**  
 Serra-Post, **87**  
 Serviço Secreto, **47, 50, 55**  
 Sínodo de Missouri, **217**  
 Sínodo Riograndense, **82, 85, 87, 95, 186, 212, 215, 216, 217, 218, 262**

**T**

Taquara, **79**  
 Teobaldo Neumann, **56**  
 Teófilo Terra Lopes, **120**  
 Tribunal de Segurança Nacional, **49, 97**

**U**

Uruguai, **35, 57, 82, 108, 112**  
Uruguiana, **98, 223, 272**  
Urwaldsbote, **87**  
USCHLA, **107, 189**

**V**

von Bohle, **63, 64, 65**

**W**

Warter Spalding, **129**  
Wilhelm Martin, **213**  
Wilhelm Meyer, **213**  
Wilhelm Pommer, **212, 214, 215**  
Willy Kohn, **69**  
Willy Zeyeu, **102**  
Winston Churchill, **90**